

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

GABRIELA GARCIA SEVILLA

**ENSINO DE SOCIOLOGIA E DIREITOS HUMANOS: TEMAS SENSÍVEIS NA
ESCOLA EM TEMPOS NEOCONSERVADORES**

**Porto Alegre
2021**

CIP - Catalogação na Publicação

Sevilla, Gabriela Garcia
Ensino de sociologia e direitos humanos: temas
sensíveis na escola em tempos neoconservadores /
Gabriela Garcia Sevilla. -- 2021.
293 f.
Orientador: Fernando Seffner.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Ensino de Sociologia. 2. Temas sensíveis. 3.
Ideologia de gênero. 4. Escola sem partido. 5. gênero
e sexualidade. I. Seffner, Fernando, orient. II.
Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

GABRIELA GARCIA SEVILLA

**ENSINO DE SOCIOLOGIA E DIREITOS HUMANOS: TEMAS SENSÍVEIS NA
ESCOLA EM TEMPOS NEOCONSERVADORES**

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Seffner

**Porto Alegre
2021**

GABRIELA GARCIA SEVILLA

**ENSINO DE SOCIOLOGIA E DIREITOS HUMANOS: TEMAS SENSÍVEIS NA
ESCOLA EM TEMPOS NEOCONSERVADORES**

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação.

Aprovada em 05 de abril de 2021.

Prof. Dr. Fernando Seffner – (Orientador) – PPGEDU- UFRGS

Profa. Dra. Dagmar Elisabeth Estermann Meyer – Membro externo

Prof. Dr. Luis Armando Gandim – PPGEDU- UFRGS

Profa. Dra. Rosimeri Aquino da Silva – FACED- UFRGS

**Porto Alegre
2021**

Dedico este trabalho à Shani Garcia
Sevilla (in memorian).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a UFRGS que sempre foi uma mãe para mim, principalmente durante a graduação, quando ela me deu casa (a casa de estudante – CEFAV), comida (RU), sustento (bolsas diversas) e oportunidade de estudar fora do país (programa de intercâmbio). Se não fosse tudo isso, permanecer estudando e morando em Porto Alegre não seria possível. E claro, nada disso existiria se não fossem os contribuintes, por isso sou grata e tento devolver a sociedade o que ela me propiciou através do meu trabalho como professora na educação pública. Aliás, sempre estudei em escola pública e sou grata aos meus professores do Silva Gama, sem eles, não teria sequer passado no vestibular.

Obrigada ao curso de ciências sociais (IFCH) aos meus professores e orientadores durante a graduação, ao PPGEDU e seus professores, em especial a Dagmar Meyer, uma grande professora, pelos ensinamentos, incentivos e provocações. Agradeço aos professores que aceitaram fazer parte desta banca de doutorado e da leitura desta pesquisa. Sou muito grata também ao GEERGE e a todos os seus membros, as pessoas com quem trabalhei no GDE, em especial, Rosi, Rosângela, Letícia, Catharina, ao grupo de pesquisa (em especial, ao Luciano, que cedia o salão de festa do seu prédio e fazia o chá inglês para os nossos agradáveis encontros de sábado à tarde, aos Gustavos, ao Marcello, a Rosi, ao Cadu e a todos os demais), aos meus colegas de doutorado, e sobretudo ao meu orientador, Fernando Seffner, pela acolhida, apoio, compreensão, reconhecimento, amizade, bom-humor e leveza que são suas marcas registradas na interação com todas as pessoas que o cercam. Sem isso, provavelmente teria desistido de concluir esse doutorado, pois esses últimos anos foram bastante difíceis para mim.

Agradeço as instituições de educação onde trabalhei e que possibilitaram que eu ingressasse e concluísse o doutorado: Colégio Estadual Inácio Montanha, meus colegas sempre me ajudavam quando eu precisava de apoio para ir fazer concursos em outras cidades, ao Instituto Federal Farroupilha (IFFar), campus Panambi, onde eu trabalhava 40H e que me liberava um dia da semana para que eu fizesse minhas disciplinas em Porto Alegre e também quando eu precisava participar de eventos e apresentar trabalhos. E por fim, ao CMPA, que me liberou de algumas reuniões quando eu tinha aulas do doutorado e que me concedeu 6 meses de afastamento para a escrita desta tese.

Meus agradecimentos aos professores de sociologia na educação básica que aceitaram colaborar com esta pesquisa e concederam seu tempo para a entrevista, vocês foram a inspiração e a razão de ser desta tese.

Muito obrigada aos meus amigos que durante anos me ouviram falar, reclamar ou usar a tese como justificativa da minha ausência, valeu pela paciência, em especial ao Renan e a Stéphanie, meus colegas cientistas sociais, que leram partes desta tese, me ouviram falar sobre ela, deram dicas, sugestões e acompanharam esta trajetória de perto.

Por fim, agradeço muita a minha família, minha mãe, meu pai, minha irmã e minha avó, sem eles nada disso seria possível. Eles tiveram paciência, compreensão, me incentivaram e acreditaram sempre em mim, torcendo pelo meu sucesso e superação, mesmo que de longe.

AOS QUE HESITAM

Você diz:

Nossa causa vai mal.

A escuridão aumenta. As forças diminuem.

Agora, depois que trabalhamos por tanto tempo

Estamos em situação pior que no início.

Mas o inimigo está aí, mais forte do que nunca.

Sua força parece ter crescido. Ficou com aparência de invencível.

Mas nós cometemos erros, não há como negar.

Nosso número se reduz. Nossas palavras de ordem

Estão em desordem. O inimigo distorceu muitas de nossas palavras

Até ficarem irreconhecíveis.

Daquilo que dissemos, o que é agora falso:

Tudo ou alguma coisa?

Com quem contamos ainda? Somos o que restou, lançados fora

Da corrente viva? Ficaremos para trás

Por ninguém compreendidos e a ninguém compreendendo?

Precisamos ter sorte?

Isto você pergunta. Não espere

Nenhuma resposta senão a sua.

Bertolt Brecht

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo compreender os efeitos do avanço do neoconservadorismo no Brasil na área da educação, mais especificamente, na escola e nas aulas de Sociologia. Em um primeiro momento se analisa o que caracterizaria esse contexto que estamos chamando de neoconservador, e como ele se constituiu nos últimos anos. Abordamos em especial o papel do projeto Escola sem Partido e dos grupos que se dizem contrários a chamada “ideologia de gênero”. Analisamos a sua atuação nas modificações do Plano Nacional de Educação de 2014 e as implicações subsequentes. Este contexto é apresentado por meio de uma revisão bibliográfica e do levantamento de uma série de indícios que apontam o crescimento de um discurso de extrema-direita, neoliberal, fundamentalista religioso e conservador no Brasil desde o início da década de 2010. Nesse percurso temos alguns momentos chave em anos seguintes e que culminam nas eleições de 2018. Também são discutidas as especificidades do ensino de Sociologia, e porque acreditamos que esta disciplina e seus professores são alvos prioritários dos ataques neoconservadores, uma vez que eles lidam com as mudanças sociais, culturais e políticas em suas aulas e são suscetíveis as disputas e alterações de poder vigentes. Para essa análise, foram entrevistados 10 professores de Sociologia que atuam na educação básica da região metropolitana de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. A partir disso, se apresentam os efeitos destas mudanças no currículo e nas práticas dos professores de Sociologia na sala de aula, em especial em relação à censura e à perseguição (ou tentativas disso, receios e autocensuras) das temáticas consideradas sensíveis. Apresenta-se a categoria conceitual de temas sensíveis, e dentro deles se abordam aquelas questões vinculadas à gênero e sexualidade, que ocupam um lugar central no debate político atual de crise da democracia e na agenda dos grupos neoconservadores. Por fim, analisamos como isso afeta a liberdade de ensinar dos docentes e a própria ideia de uma educação democrática e de uma escola plural e laica que respeite a diversidade e que ensine em e para os direitos humanos.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia; temas sensíveis; “ideologia de gênero”; Escola sem Partido; neoconservadorismo; gênero; sexualidade.

Abstract

This research aims to understand the effects of the advancement of neoconservatism in Brazil in the area of education, more specifically, at school and in Sociology classes. At first, it is analyzed what would characterize this context that we are calling neoconservative, and how it was constituted in recent years. We particularly approach the role of the School without Party project and the opposing groups that are grouped in the so-called “gender ideology”. We analyzed its performance in the modifications of the 2014 National Education Plan and the subsequent implications. This context is presented through a bibliographic review and the survey of a series of indications that point to the growth of an extreme right, neoliberal, religious fundamentalist and conservative discourse in Brazil since the beginning of the 2010s. Key moment in subsequent years and culminating in the 2018 elections. The specificities of the teaching of Sociology are also discussed, and because we believe that this discipline and its teachers are priority targets of conservative attacks, since they deal with social, cultural changes policies and disputes and changes in power. For this analysis, 10 Sociology professors who work in basic education in the metropolitan region of Porto Alegre, State of Rio Grande do Sul were interviewed. From this, the effects of these changes on the curriculum and on the practices of sociology teachers in the classroom are presented. classroom, especially in relation to censorship and persecution (or attempts to do so, fears and self-censorship) of themes considered sensitive. The conceptual category of sensitive themes is presented, and within them are addressed those issues related to gender and sexuality, which occupy a central place in the current political debate on the crisis of democracy and on the agenda of neoconservative groups. Finally, we analyze how this affects teachers' freedom to teach and the very idea of a democratic education and a plural and secular school that respects diversity and teaches in and for human rights.

Keywords: Sociology teaching; sensitive topics; “Gender ideology”; School without a Party; no indoctrination; neoconservatism; genre; sexuality.

Sumário

1. Costumes e moralidade no Brasil contemporâneo: o avanço da onda neoconservadora...	11
1.2. Motivações para essa pesquisa – porque escolhi este tema e de onde falo	20
1.3. Delimitando e contextualizando o tema e o problema de pesquisa	36
1.4. Refinando as lentes de observação: reflexões metodológicas	52
2. Breve genealogia da onda neoconservadora no Brasil	70
2.1 Apontamentos sobre o ESP e a “ideologia de gênero”	89
3. As implicações do avanço neoconservador para o ensino de sociologia: os temas sensíveis no atual contexto	96
3.1. As especificidades do ensino de sociologia	101
3.2 Experiências docentes de sociologia no contexto atual	105
3.3 Temas sensíveis no ensino de sociologia – uma proposta a partir do diálogo com o ensino de história	127
3.4 “Direitos Humanos é muito complicado”	149
3.5. Ensino de sociologia, direitos humanos e os temas sensíveis	157
3.6. “Isso é um monte de louco que estão aí” - a escola ameaçada sob a propagação do neoconservadorismo	179
3.7. O episódio da PEC e suas múltiplas camadas	190
3.8. Os temas sensíveis se constituindo no contexto da escola	205
4. O gênero no centro do debate político e as repercussões no espaço escolar	208
4.1 Sexualidade e poder: reflexões sobre as políticas sexuais	229
4.2 O ataque à gênero na educação brasileira	238
4.3 A “Ideologia de gênero” e a constituição do pânico moral	255
5. Considerações finais	278
REFERÊNCIAS	284
ANEXOS	292

1. Costumes e moralidade no Brasil contemporâneo: o avanço da onda neoconservadora

Uma onda neoconservadora está inundando o Brasil e o mundo. Nos últimos anos, vimos partidos e políticos neoconservadores e de extrema-direita ganhando cada vez mais visibilidade, junto com seus discursos preconceituosos e excludentes. Muitos ganharam espaço no campo político, tiveram amplas votações presidenciais, como por exemplo: Marine Le Pen na França, em 2018; o novo partido da extrema-direita, VOX, na Espanha em 2019; e alguns até ganharam as eleições presidenciais ou parlamentares, como Donald Trump, nos EUA, em 2016¹; Jair Bolsonaro, no Brasil em 2018 e Boris Johnson, no Reino Unido, em 2019. Além desses, ainda há o governo de Victor Orbán, na Hungria, o importante papel político do líder de extrema-direita na Itália, Matteo Salvini, entre outros². À primeira vista, parece que as mudanças foram drásticas e rápidas, mas olhando um pouco melhor, podemos perceber que seus sinais já se apresentavam há algum tempo, pelo menos no Brasil.

Esta pesquisa tem relação direta com estes acontecimentos. A cada dia que passa, em especial a partir do agravamento da crise política no país e do golpe de 2016, somos surpreendidos com novas mudanças, projetos e polêmicas em torno de direitos, liberdades e possibilidades de viver com dignidade. Poderíamos estar falando aqui da reforma trabalhista e da terceirização, da reforma da previdência, do retrocesso nas pautas indígenas e quilombolas, na diminuição dos investimentos em saúde, educação, ciência entre outros. São todos acontecimentos relevantes, porém, o que tem chamado mais a atenção, e nos interessa aqui, é a centralidade de temas relacionados ao que alguns chamam de costumes³ e suas implicações na escola.

¹ Mas não se reelegeu em 2020, o que também pode ser um indicativo de perda de força, embora seus apoiadores ainda sejam numerosos.

² Embora os partidos de direita e grupos de extrema-direita se coloquem contrários aos direitos de populações LGBTQI, pesquisas recentes mostram que, no contexto europeu, esses têm encontrado apoio e votos de pessoas LGBTQI, como ocorreu na Alemanha e na França nas últimas eleições, a partir do argumento de islamização do Ocidente, aumentada pela crise de refugiados, que representaria, segundo estes grupos, uma ameaça ao estilo de vida ocidental. No caso francês, Fassin (2019) aborda o uso da democracia sexual e do respeito às mulheres no discurso anti-imigrantes. Ver mais em: https://www.vice.com/pt_br/article/qkgn8b/por-que-gays-adoram-partido-extrema-direita-alemanha. Acesso dia 27 de setembro de 2017. Cabe salientar que nos restringimos aqui a lideranças de direita (e extrema-direita) do contexto ocidental, sem mencionar, por exemplo, os casos de Duterte nas Filipinas e Erdogan na Turquia.

³ Escolhi utilizar esta palavra a partir da leitura do texto de um economista que abordava as diferenças entre esquerda e direita na política e fazia uma divisão das posições em dois âmbitos: o econômico e o relacionado aos costumes e hábitos (que se referiam às questões culturais, comportamentais, crenças sociais das pessoas relacionadas a

Quando nos referimos ao neoconservadorismo e a ênfase nos costumes, estamos nos referindo ao conservadorismo moral, político e em alguma medida religiosa, enfim, as várias facetas do ser conservador⁴, mas aqui principalmente a que nos interessa mais, é a moral, que fala de defesa da família tradicional, que critica a chamada “ideologia de gênero” e os direitos humanos, que nega a diversidade, o pensamento plural, que se opõe aos direitos humanos e que se diz extremamente preocupada com as crianças, os jovens e logo, com a escola, com os professores e com o que se ensina.

Questões como gênero e sexualidade, antes marginalizadas e tomadas como pouco importantes, ao menos no discurso público de representantes políticos e na academia⁵, passam ao centro das atenções e dominam boa parte das pautas políticas e dos conflitos que emergem neste momento na sociedade. Sua importância tem sido destacada na discussão sobre a atual crise da democracia. Tais questões parecem ocupar um lugar central no debate público brasileiro já há algum tempo. Como exemplos, podemos citar o retorno da polêmica sobre a possibilidade de “cura gay”⁶ no STF, a censura da exposição “*Queer* museu”⁷ no então Santander Cultural de

questões como, por exemplo, gênero e sexualidade). Achei instigante o uso dessa palavra, pois me parece que ela é pormenorizada nessa discussão e o que tentarei mostrar nesta pesquisa é a sua relevância e centralidade no contexto político atual. Além disso, essa foi a palavra utilizada pela presidente Dilma (economista) ao justificar o veto do kit educativo contra a homofobia (ela afirmou que tudo que versava sobre costumes deveria passar por um amplo debate com a sociedade e pelo crivo da coordenação geral da presidência). Ver mais em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/dilma-rousseff-manda-suspender-kit-anti-homofobia-diz-ministro.html>> e <<http://brasildebate.com.br/direita-e-esquerda-uma-breve-qualificacao/>> Acesso em 02 de outubro de 2017.

⁴ O uso do termo neoconservador para definir as pautas e os grupos políticos que se tornaram centrais no atual quadro político do Brasil será problematizado mais adiante na tese.

⁵ E que há pouco tempo passaram a estar presentes na pauta de convenções da ONU, por exemplo, e nos documentos oficiais e políticas públicas do governo do nosso país.

⁶ Em 2018 o tema retornou à pauta depois que um juiz, por decisão provisória e contrariando o Conselho de Psicologia, permitiu o tratamento a quem o desejasse. Em abril de 2019 o STF suspendeu a decisão. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/ministra-do-stf-suspende-decisao-que-permitia-terapia-da-cura-gay-23618721>> Último acesso em 29 de maio de 2019. Ainda a respeito dos acontecimentos citados, ver: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425_555164.html> <<http://www.mpf.mp.br/rs/sala-de-imprensa/noticias-rs/mpf-rs-recomenda-imediata-reabertura-da-exposicao-201cqueermuseu201d-em-porto-alegre>> <<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/jesus-trans-desabafa-apos-peca-ser-proibida-em-sp-nao-vamos-nos-calar.ghtml>> <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/juiz-nega-pedido-de-proibicao-de-peca-teatral-com-jesus-transgenero-em-porto-alegre.ghtml>> <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/19/politica/1505853454_712122.html> <<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/cura-gay-juiz-oab-e-advogado-explicam-resolucao-e-liminar-que-libera-tratamento.ghtml>> Acesso em 02 de outubro de 2017. E também: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/10/1924060-em-debate-sobre-polemica-do-mam-deputados-sugerem-porrada-e-tortura.shtml>> Acesso em 05 de outubro de 2017.

⁷ Em Setembro de 2017, após ampla repercussão nas redes sociais (promovidas por robôs/bots, como se soube depois), protestos e críticas de grupos ligados ao Movimento Brasil Livre (MBL), ameaças de boicote ao banco e denúncias de que a mostra, dedicada a temática de gênero e diversidade LGBTQI, promoveria a pedofilia, zoofilia, pornografia e que seria inadequada a crianças fizeram com que a instituição decidisse pelo encerramento

Porto Alegre e as polêmicas e tentativas de proibição que se seguiram a peças de teatro e outras manifestações artísticas ao longo de 2017 e que culminaram, de forma lapidar, na perseguição e tentativa de censura à vinda da importante pensadora Judith Butler ao Brasil⁸. Ocorreram manifestações pró e contra a sua palestra em São Paulo num evento sobre democracia na atualidade. Circulou também na internet um abaixo assinado contra a sua vinda ao país. Como se sabe, a filósofa estadunidense é uma das principais teóricas dos estudos *queer* e reformulou os estudos de gênero e sexualidade com um deslocamento no conceito e mudança de perspectiva nos anos 90. E foi por conta disso, sua influência e seu conceito de gênero ligado à performatividade, que sofreu perseguição, sendo acusada de mentora intelectual da nefasta “ideologia de gênero”, sendo queimada, simbolicamente (por meio de uma boneca sua), como uma bruxa⁹. Isso tudo logo no contexto pós-golpe e pré-eleição eleitoral de 2018.

Ademais, em 2018 tivemos as polêmicas com as *fakes news* espalhadas por *whats app*, muitas vindas de grupos criados fora do Brasil, com disparos contratados via patrocínio de grandes empresas, alterando profundamente o cenário das eleições. Muitas dessas notícias falsas e/ou distorcidas eram vinculadas aos temas de gênero e sexualidade e ligadas a pautas antifeministas e direitos LGBTQI¹⁰ (“kit gay”, uma falsa cartilha do MEC sobre educação sexual para crianças, a famigerada “mamadeira de piroca”, entre outras notícias, dados falsos e montagens relacionados à campanha de Fernando Haddad e Manuela D’Ávila e ao Partido dos Trabalhadores, que circularam pelas redes e tiveram um grande impacto na eleição¹¹).

precoce da exposição (mesmo após parecer favorável do Ministério Público e do Juizado da Infância, contrariando a denúncia de pedofilia). O prefeito do Rio de Janeiro, o pastor evangélico Marcelo Crivela, veta a proposta de levar a mostra para a cidade. O caso teve ampla repercussão em todo o país, com manifestações favoráveis e contrárias. O curador da mostra, Gaudêncio Fidelis, afirmou em entrevistas que recebeu inúmeras ameaças de morte. Ainda no ano de 2017 ele foi convocado a participar da CPI dos maus-tratos presidida pelo então senador e pastor evangélico, Magno Malta, sob a acusação de violar o direito das crianças. No ano seguinte, 2018, a exposição foi reaberta em agosto, no Rio de Janeiro, após um financiamento coletivo e show de Caetano Veloso para arrecadar fundos. Ocorreram outras manifestações e censuras a exposições, performances e peças de teatro com acusações semelhantes, mas ressaltaremos apenas essa como significativa do contexto. A esse respeito, ver:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425_555164.html>

<https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/28/cultura/1535483191_606318.html>. Acesso em 29 de maio de 2019.

⁸ Em novembro de 2017, no Colóquio “Os Fins da Democracia”, no SESC Pompéia em São Paulo.

⁹ Voltaremos a falar desse caso emblemático quando nos focarmos na temática da ideologia de gênero.

¹⁰ Ao longo da tese, utilizarei a sigla LGBTQI, tentando englobar além das lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexos, não-binários, *queer* etc.

¹¹ Para saber mais sobre o impacto das *fake news* na eleição de 2018, ver: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/actualidad/1539847547_146583.html> <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-10/um-dia-da-eleicao-fake-news-sobre-candidatos-inundam-redes-sociais>> <<https://exame.abril.com.br/brasil/disseminacao-de-fake-news-para-atacar-candidatos-marca-eleicao/>> <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45666742>>. Acesso dia 29 de maio de 2019.

Diante do resultado das pesquisas eleitorais que mostram o candidato neoconservador Jair Bolsonaro à frente, organizam-se protestos contra ele devido às suas declarações polêmicas em defesa da ditadura militar e de torturadores, suas manifestações preconceituosas, especialmente contra a população LGBTQI, mulheres, negros/quilombolas, indígenas e outras minorias ao longo de sua trajetória como político - 28 anos como deputado federal pelo RJ, anteriormente vereador pela mesma cidade -, e também proferidas durante a campanha eleitoral de 2018. O maior destaque são as manifestações do chamado “Ele não”¹², com forte protagonismo feminino e importante presença de coletivos feministas e LGBTQI.

Assim, é importante frisar a importância do gênero nas últimas eleições, além da relevância da discussão e polêmica em torno do slogan conservador e religioso “ideologia de gênero”. Há muita disputa pelo voto feminino e destacou-se a clivagem entre homens e mulheres em relação ao apoio ou repúdio ao então candidato Jair Bolsonaro. Em termos gerais, o apoio a ele é maior entre homens e menor entre as mulheres. Em relação às mulheres que apoiam Bolsonaro, destaca-se um certo perfil de classe social, cor, religião e um posicionamento antifeminista¹³.

Por fim, destaco ainda em 2018, que após a audiência pública¹⁴ ocorrida em agosto sobre a descriminalização do aborto no Supremo Tribunal Federal (STF), com a participação de especialistas no assunto, algumas defensoras da descriminalização do aborto e de sua discussão como questão de saúde pública são perseguidas e sofrem ameaças de morte. A professora da

¹² O mote e a *hashtag* #Elenão mobilizaram diversas manifestações nas redes sociais e nas ruas do Brasil e até em outros países, antes da eleição presidencial no 1º e 2º turno e foram os principais atos contra o candidato Jair Bolsonaro (considerado inominável e criticado por seu machismo, misoginia e LGBTfobia). Tais protestos foram organizados e incentivados principalmente por coletivos feministas, ver mais em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/atos-de-mulheres-contrabolsonaro-reunem-milhares-em-mais-de-30-cidades.shtml?loggedpaywall# = ?loggedpaywall?loggedpaywall&service=paywall/frontend>> <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/09/mulheres-lideram-protesto-contrabolsonaro-em-porto-alegre-cjmo0p9q000yc01piddg9l5ao.html>>. Acesso dia 08 de agosto de 2019.

¹³ A esse respeito, ver a coluna de Rosana Pinheiro-Machado intitulada “Mulheres pró-Bolsonaro: grupo no Facebook revela medo da ditadura da baranga”. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/10/02/mulheres-pro-bolsonaro-feminista-antifeminino/>> Acesso em 18 de novembro de 2019. Há também o estudo de Isabela Kalil e sua equipe sobre os diferentes perfis de eleitores(as) de Bolsonaro, dentre os quais está elencado o “bolsogatas” - ou “femininas mas não feministas”. A investigação foi intitulada “Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro”, publicada em outubro de 2018 pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, disponível em: <<https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf>>. Acesso em 23 de janeiro de 2020.

¹⁴ Sobre isso, ver mais em <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/08/06/apos-audiencia-publica-sobre-aborto-no-supremo-rosa-weber-fara-relatorio.ghtml>>. Acesso dia 29 de maio de 2019.

UNB antropóloga Débora Diniz, uma das maiores especialistas sobre o tema no mundo e membro da diretoria do Instituto Anis¹⁵, sai em autoexílio (ou desterro, como ela prefere nominar¹⁶).

Em 2019, já no Governo Bolsonaro, ocorreram diversas polêmicas envolvendo as declarações e postagens do presidente, principalmente por meio do seu perfil no *twitter*: sobre o turismo sexual no Brasil, em que incentivou aquele realizado com mulheres e condenou o homossexual, em nome da família; a postagem de um vídeo referente ao carnaval, junto ao *tweet* do *golden shower* e a crítica à festividade popular vista e retratada como imoral. Tal vídeo, cabe destacar, é considerado inapropriado para crianças; a censura à propaganda do Banco do Brasil que abordava a diversidade cultural (étnica e de orientação sexual)¹⁷, entre outras. Além disso, sua ministra de direitos humanos, a líder religiosa evangélica, Damares Alves, adora enfatizar em vídeos as diferenças entre meninos e meninas e o papel devido a mulher, o da subordinação no lar e ao marido (muitas dessas declarações viraram motivo de piada ou foram vistas como apenas cortina de fumaça).

As declarações polêmicas muitas vezes são percebidas como incitações ao ódio. Nesse contexto, diferentes defensores dos direitos humanos sofreram perseguições e ameaças de morte, como Jean Wyllys, ativista LGBTQI e dos Direitos Humanos, reeleito deputado federal pelo

¹⁵ Sobre a ONG, “Anis: Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero é a primeira organização não-governamental, sem fins lucrativos, voltada para a pesquisa, assessoramento e capacitação em Bioética na América Latina. Entre os principais objetivos está o de promover a pesquisa e o ensino da Ética e da Bioética, relacionando-a à temática dos direitos humanos, do feminismo e da justiça entre os gêneros; democratizar pesquisas e ações em Bioética, que assegurem os direitos fundamentais das mulheres, da Bioética feminista e da Justiça entre os gêneros. Atua junto a entidades sociais, políticas e educativas, assessorando e advogando os princípios dos direitos fundamentais das mulheres, da Bioética feminista e da Justiça entre os gêneros. Com sede em Brasília, desenvolve suas atividades desde 1999, contando com uma equipe multidisciplinar de profissionais com larga experiência em Bioética. Desde 2002, está cadastrada no diretório de grupos de pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisa, como instituição de pesquisa em Bioética. É, ainda, sede da Regional da Rede Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, além de ser ponto focal de bioética da Organização Pan-Americana de Saúde”. Texto retirado do site da ONG, disponível em: <<http://www.bioetica.org.br/?siteAcao=BioeticaBrasilIntegra&id=26>>. Acesso dia 18 de julho de 2019.

¹⁶ Sobre isso, ver <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/15/politica/1544829470_991854.html>. Acesso dia 29 de maio de 2019. A expressão desterro retirei de um tweet da própria Débora Diniz (em seu perfil na rede social *twitter*) ao comentar a coluna de Rosana Pinheiro-Machado - sobre fuga de cérebros e autoexílio por perseguição política, publicada no site jornalístico Intercept Brasil- e comentar que preferia essa expressão à auto exílio porque esta última daria uma impressão de escolha, que não há. A coluna referida é <<https://theintercept.com/2019/08/05/fuga-de-cerebros-e-autoexilio-governo-bolsonaro-reatende-o-trauma-da-ditadura/>>. Acesso dia 08 de agosto de 2019.

¹⁷ Uma declaração foi no final do carnaval, as outras duas ocorreram em abril. Ver mais em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/06/apos-postar-video-com-pornografia-bolsonaro-pergunta-o-que-e-golden-shower.ghtml>>; <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/06/politica/1551883432_030434.html> <<https://fpabramo.org.br/2019/04/26/bolsonaro-sugere-turismo-sexual-em-mais-uma-perola/>> <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/27/nao-queremos-que-dinheiro-publico-seja-usado-dessa-maneira-diz-bolsonaro-sobre-propaganda-do-bb-retirada-do-ar.ghtml>>. Acesso dia 29 de maio de 2019.

PSOL/RJ, em 2018, que desistiu de assumir o cargo e deixou o país ainda em janeiro¹⁸. Poucos meses depois, Márcia Tiburi, filósofa, professora, escritora e ativista feminista, ex-candidata à prefeitura do Rio de Janeiro pelo PT, também decide se exilar por motivos semelhantes¹⁹. É importante lembrar que esse tipo de perseguição e campanhas de difamação contra acadêmicos e intelectuais, militantes LGBTQI, feministas e professores não é propriamente uma novidade no Brasil dos últimos anos²⁰.

Assim, como já é comum nestes momentos de acirramento de conflitos entre projetos e grupos políticos diferentes, a escola se torna palco central dos embates que assistimos nos últimos anos. Não é à toa que logo no início do mandato do atual presidente ocorre uma guerra deflagrada no Ministério da Educação (MEC) - a partir das críticas vindas de todos os lados contra o ministro Velez Rodriguez (que ficou apenas 96 dias no cargo) - entre os diferentes grupos da aliança que formou o bloco da nova direita brasileira, ganhadora do último pleito eleitoral, para indicar o novo ministro, e, assim, disputar quem manda mais (ORTELLADO, 2014). Nesta disputa de narrativas que está sendo travada no Brasil - também chamada de guerra cultural (HUNTER, 1991), guerras culturais no Brasil (ORTELLADO, 2014) ou guerra discursiva (PINHEIRO-MACHADO, 2019) -, as políticas de educação e a narrativa sobre a história são muito importantes, pois estão no centro dos discursos que ajudaram a alavancar a nova direita no Brasil - em especial o projeto Escola Sem Partido²¹ e a campanha contra a “ideologia de gênero”²² - conciliados a concepções e valores moralistas e “familistas” que espalham o temor de uma provável (segundo eles) ditadura “comunista” e “gayzista” no país. Perseguem-se artistas, escritoras(es), pensadoras(es), teorias, criticam-se canais de televisão como a Globo, que mesmo

¹⁸ Informação disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2019/01/25/imprensa-internacional-repercute-decisao-de-jean-wyllys-exilado-politico-do-governo-bolsonaro.htm>>. Acesso em 29 de maio de 2019.

¹⁹ Informação disponível em: <<https://www.valor.com.br/politica/6154835/marcia-tiburi-relata-ameacas-e-deixa-o-pais>>. Acesso em 29 de maio de 2019

²⁰ Os professores Tatiana Lionço (acadêmica e ativista feminista e dos direitos sexuais e reprodutivos) e Cristiano Lucas (ativista LGBTQI e dos Direitos Humanos) foram fortemente atacados pelo então deputado federal Jair Bolsonaro e pelo pastor evangélico e deputado federal, Marco Feliciano, em 2012, depois de participarem de um seminário LGBTQI

e abordarem a questão da diversidade na escola. Sobre esse episódio, eles lançaram um documentário em 2013. A esse respeito, ver: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/No-Brasil-de-Cris-e-Tati-a-luta-pela-liberdade/5/27996>>. Acesso dia 29 de maio de 2019.

²¹ A partir deste momento vou me referir a este projeto pela sigla ESP.

²² Este projeto não possui um nome e não é tão centralizado como o ESP, mas vamos nos referir aqui a ele como ofensivas antigênero ou discursos contra a chamada “ideologia de gênero”, entre aspas, porque este sintagma, usando a expressão de Junqueira (2017) foi criado por este mesmo “movimento/discurso” que visa combatê-lo. Como não é um termo utilizado no campo dos estudos de gênero e sexualidade e tem sido desmentido enquanto tal, utilizaremos as aspas. Posteriormente, seu uso será problematizado nesta pesquisa.

neoliberal, endossam um discurso mais progressista em relação aos ²³costumes, que incomoda os neoconservadores. Estão em voga o revisionismo e o negacionismo da história e da ciência²⁴.

A presença desses discursos pode ser evidenciada a partir das declarações dos atuais ocupantes dos mais altos cargos de poder do país, presidente e seus ministros, que dizem agora que “o Nazismo foi de esquerda, que o holocausto pode ser perdoado, que as mulheres devem ser submissas aos homens, que os comunistas são donos do mundo (dos bancos, chefiam as instituições internacionais como a ONU, etc.), que não houve ditadura militar, que Paulo Freire destruiu a educação do país, que as ciências humanas não são importantes”²⁵, etc. Assim, um dos principais inimigos do bloco que está atualmente no poder é o chamado por eles de “marxismo cultural”, algo criado por pensadores de direita para unir, de forma distorcida, concepções de Marx e Gramsci, passando pela escola de Frankfurt, que teriam construído um “plano infalível” para dominar o mundo (MIGUEL, 2016, p. 600). Contra essas “forças do mal”, eles defendem que deve-se constituir uma nova cruzada²⁶.

²³ A Globo tem sido acusada por apoiadores do governo Bolsonaro de ser de esquerda, o presidente tem criticado fortemente esse veículo de comunicação, assim como jornais como a Folha de São Paulo, ou a imprensa de forma geral. Alguns canais, como o SBT e a Record tem dado amplo espaço para a família Bolsonaro e inclusive ocorreu uma denúncia de favorecimento destes canais de televisão por parte da secretaria de comunicação do governo, a SECOM. Com a saída de Sérgio Moro do governo, Globo tem demonstrado sua preferência pelo ex-ministro, sendo considerada da turma “lavatista”, mas não necessariamente bolsonarista, assim como defendia medidas econômicas do ministro Paulo Guedes, mas que agora passou a receber algumas críticas também. Mais informações em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51399402>> <<https://www.terra.com.br/diversao/tv/blog-sala-de-tv/bolsonaro-chama-globo-de-lixo-e-ameaca-nao-renovar-concessao,effc5747cf07d7fcd4063264f5021b7c9ccdg7wc.html>> <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/13/interna_politica,844192/nao-assisto-a-globo-diz-bolsonaro-sobre-entrevista-de-mandetta.shtml>. Acesso dia 01 de maio de 2020.

²⁴ A postura anticientífica engloba práticas e atitudes como a de não se vacinar, de questionar a teoria da evolução afirmando o criacionismo como “teoria”, acreditar que a Terra é plana, negar a existência da emergência climática, etc. Enquanto o revisionismo e o negacionismo da história estão presentes no discurso de que “nazismo era de esquerda”, que a ditadura militar brasileira foi um “regime democrático de força” - necessário para frear a ameaça comunista -, etc. Sobre isso, ver por exemplo: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/05/politica/1554419295_939718.html>. Acesso em 29 de janeiro de 2020.

²⁵ As falar dos ministros e do presidente estão disponíveis em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/29/historiadores-criticam-ernesto-araujo-por-dizer-que-fascismo-e-nazismo-eram-de-esquerda.ghtml>> <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/08/a-gente-gasta-como-os-ricos-e-tem-resultado-dos-pobres-leia-frases-do-novo-ministro-da-educacao.ghtml>> <<https://www.brasil247.com/poder/weintraub-replica-discurso-de-hitler-trocando-a-palavra-judeu-por-comunista>> <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/16/dameres-diz-que-em-sua-concepcao-crista-mulher-deve-ser-submissa-ao-homem-no-casamento.ghtml>> <<https://exame.com/brasil/em-carta-a-israel-bolsonaro-esclarece-afirmacao-sobre-holocausto/>> <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%Adcias/pol%C3%Adtica/mec-estuda-tirar-dinheiro-de-%C3%A1reas-de-humanas-diz-bolsonaro-1.335226>> <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/04/por-que-o-brasil-de-olavo-e-bolsonaro-ve-em-paulo-freire-um-inimigo.shtml>> Acesso dia 29 de maio de 2019.

²⁶ A noção cruzada moralsido utilizada por alguns autores, como Miskolci (2018) e Balieiro (2018) e será discutida posteriormente. O termo nova cruzada e a expressão *Deus Vult* tem sido utilizadas por grupos ligados à extrema

Em alguns desses pontos - os Olavistas ou Olavetes (seguidores do “ideólogo” Olavo de Carvalho, ex astrólogo, autointitulado filósofo, com forte influência sobre o presidente, seus filhos e em alguns membros do governo que, inclusive, foram indicados por ele, como o chanceler Ernesto Araújo e os ex-ministro da educação, Ricardo Vélez e Abraham Weintraub); os militares; os neoliberais e libertarianos ou ultra-liberais (tecnocratas) e os fundamentalistas religiosos - que formam esse grande bloco da nova direita brasileira, parecem concordar, mas na disputa pelo poder nesta pasta se digladiaram, já que o MEC é um ministério com grande orçamento (cada vez mais reduzido), muita visibilidade e relevância para a implementação do projeto de nação desejado²⁷. Se anunciam como “propostas” para a área da educação o corte de recursos e restrição orçamentária (bloqueios), a chamada lava-jato da educação, a perseguição aos docentes, a censura de determinadas pautas nas universidades e escolas, comissões para barrar questões ideológicas em projetos de pesquisa e na prova do ENEM, e o projeto Future-se para as universidades e institutos federais, com a abertura de financiamento via captação de recursos privados e possibilidade de cobrança de mensalidades²⁸.

Obviamente, os elementos destacados até aqui configuram esse novo clima social e político que se instalou no país e que tem repercussões na escola e nas aulas de sociologia, o foco de interesse dessa pesquisa. Assim se constituiu o tema de pesquisa e a problemática principal desta tese: como esta guinada neoconservadora à direita no Brasil tem impactado a educação, em especial, as aulas de sociologia e a prática de seus professores. Além, é claro, das possibilidades de se abordar alguns temas considerados sensíveis e polêmicos, ainda mais neste momento, como

direita no Ocidente, relacionada a uma certa concepção idealizada sobre a idade média, com uma visão masculina, branca, cristã e que se colocaria contra o Oriente, o Islamismo e tudo que coloque em cheque o patriarcado, numa concepção religiosa e militar. Ver mais em <https://apublica.org/2019/04/deus-vult-uma-velha-expressao-na-boca-da-extrema-direita/>. Acesso dia 30 de maio de 2019.

²⁷ Sobre as disputas internas no MEC, quando da presença de Vélez, ver a matéria da Folha “Paralisa e má repercussão de ações ideológicas motivaram mudanças no MEC”, disponível no seguinte link <https://outline.com/LTuEmr>. Acesso em 22 de janeiro de 2020. Sobre a demissão de Vélez, ver <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/08/ministro-da-educacao-e-demitido-apos-gestao-marcada-por-controversias-e-recuos.ghtml>. Acesso em 22 de janeiro de 2020.

²⁸ Sobre o Future-se, ver: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/52641>>. Sobre a retirada de questões “ideológicas” no ENEM: <<https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/enem/mec-afirma-que-enem-2019-nao-tera-questoes-polemicas-ideologicas/345220.html>>; a respeito da “Lava-Jato da Educação”, ver <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/03/com-nome-de-operacao-lava-jato-da-educacao-ainda-e-protocolo-de-intencoes.shtml>> e sobre os cortes de verbas, censura e perseguições, ver: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/11/advogados-criam-canal-para-professor-denunciar-vigilia-ideologica-por-alunos.shtml>> e <<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/575775-COMISSAO-QUESTIONA-CORTES-EM-UNIVERSIDADES-GOVERNISTAS-DEFENDEM-INVESTIR-NA-EDUCACAO-DE-BASE.html>>. Acesso no dia 30 de maio de 2019.

aqueles ligados aos direitos humanos e as questões de gênero e sexualidade (compreendidas dentro do guarda-chuva dos direitos humanos juntamente com outras temáticas) como parte do currículo dessa disciplina. Ou seja, como essa guinada neoconservadora tem atingido o ensino de sociologia e dos temas sensíveis na escola, particularmente no que se refere a gênero e sexualidade. Esta é a base primordial dessa tese, mas cabe salientar que a discussão sobre os rumos da educação no país e a defesa da categoria gênero (e das questões relacionadas a ela) tem se constituído como um marco importante na discussão sobre a democracia no Brasil e, por conseguinte, na defesa de uma educação democrática. Este é o pano de fundo e o compromisso que tenho como professora e pesquisadora.

Ademais, cabe ainda salientar que embora esse crescimento da nova direita neoconservadora e dos políticos populistas e autoritários seja um fenômeno transnacional - assim como o são os ataques à gênero, e não à toa acreditamos que ambos estão relacionados-não será possível abordá-lo em sua complexidade e extensão, pois isso foge do nosso escopo, além de ser um fenômeno muito recente (sua chegada no Brasil e em outros contextos, como a América Latina, mas já presente no cenário estadunidense há um bom tempo), que está sendo estudado e analisado no presente, por diferentes autores e com diferentes matizes teóricas. Temos ciência dessa situação e contexto, compreendemos alguns de seus fatores e explicações²⁹, entretanto, nesta pesquisa o foco será o Brasil, mais especificamente dos últimos anos³⁰, com ênfase nas questões ligadas à educação escolar, à prática dos professores e o ensino de sociologia e dos temas sensíveis, relacionando-os à centralidade adquirida pela temática de gênero e sexualidade neste contexto. A repercussão do neoliberalismo, do neoconservadorismo e da crise da

²⁹ O avanço do neoliberalismo e neoconservadorismo é decorrente da crise dos anos 70 que colocou em xeque o modelo de Estado de bem-estar social, tal contexto possibilitou a emergência dessas correntes teóricas, políticas e econômicas, que embora tendo origens diferentes, acabaram unindo-se em alianças e conformando a nova direita no contexto dos EUA. No contexto atual transnacional, podemos destacar a crise do capitalismo e do neoliberalismo que gera um aumento da desigualdade social e da distribuição da riqueza no mundo, concentração entre os ricos, pequeno aumento na qualidade de vida dos mais pobres, diminuição da classe média e deterioração de seu estilo de vida, frequentes crises econômicas e políticas. Além disso, temos o fenômeno da imigração; preconceitos étnicos, raciais e religiosos; descrença no multilateralismo e na globalização; aumento do nacionalismo, mudanças culturais e mobilização das minorias; aumento do individualismo, diminuição do Estado, crise da democracia representativa; ação de *think thanks* ideológicas neoliberais e neoconservadoras no recrutamento de jovens e repercussão dessas ideias etc.

³⁰ As entrevistas realizadas ocorreram entre o segundo semestre de 2018 e o primeiro de 2019, os dados sobre o contexto a que a pesquisa se refere, nas falas dos professores, começa um pouco antes e vai até esse período. Eventualmente, ao longo da tese, fui atualizando algumas informações na medida do possível, até meados de 2020, devido à grande dinâmica de mudanças e alterações (de ministros da educação, de posicionamentos e discursos políticos, nas mudanças em torno do ESP e do grupo antigênero), pois é algo em processo.

democracia na educação, ou melhor, as mudanças na educação como produto destas racionalidades e políticas, serão abordadas minimamente no capítulo que apresenta o que seria esse fenômeno que estamos chamando de neoconservadorismo a partir de uma revisão bibliográfica e quando necessário, ao se fazerem presentes nas falas e práticas dos professores de sociologia e no currículo da disciplina, que acredito ser uma das mais afetadas e visadas por tais discursos no Brasil contemporâneo.

1.2 Motivações para essa pesquisa – porque escolhi este tema e de onde falo

Particularmente, foi na minha vida como estudante de pós-graduação e professora de ensino básico onde primeiramente senti tais mudanças, especialmente a partir de 2015. A polarização política e seus efeitos estava nos corredores e salas de aula, nas manifestações de rua, nas redes sociais. Falar de determinados temas como política, gênero, sexualidade, movimentos sociais, cidadania, direitos humanos, raça/etnia, democracia etc. estava se tornando cada vez mais difícil, embora fosse cada vez mais necessário. Em 2016, a possibilidade de diálogo parecia interrompida. Se aqueles já eram temas sensíveis, na época passaram a ser ásperos, difíceis, quase insustentáveis, pois estão sendo censurados e proibidos e/ou geram brigas e discussões acaloradas.³¹.

Temas sensíveis, de modo geral, podem ser caracterizados como aqueles que são socialmente controversos, carregados de valores, tem implicações políticas e conflito de ideias,

³¹ Em mais uma polêmica envolvendo o colégio particular marista Rosário, em Porto Alegre, o professor de sociologia foi demitido depois de uma briga com agressões físicas entre estudantes durante a sua aula. O tema da aula era desigualdade social/racial e a violência policial contra os negros no Brasil. Para discutir o assunto, foi utilizado um vídeo com uma entrevista do prof. da USP e sociólogo, Sérgio Adorno. Os alunos envolvidos foram expulsos e ocorreu um pequeno protesto, com a presença de deputados estaduais de partidos de direita (e seus CCs) contra a escola e a suposta doutrinação de esquerda, num dos cartazes estava escrito: marista, sim! Marxista, não!. Ver em <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/08/por-que-grupo-de-pais-de-alunos-protestou-contra-doutrinao-em-frente-a-colegio-cjyz1maj101zw01pnrkq06c44.html>>. Acesso em 08 de agosto de 2019. Sobre as questões políticas, anteriormente já haviam ocorrido protestos no Colégio Rosário, e em outros particulares e religiosos, como o Bom Conselho e o Santa Inês e também no Colégio de Aplicação (ligado a UFRGS e, portanto, público), depois da eleição de Jair Bolsonaro, em 2018. Ocorreram manifestações contrárias por parte de alunos destas escolas, que vestiram preto e se disseram resistência (inclusive com o uso de bandeiras LGBTQIs), o que gerou uma série de polêmicas na época, principalmente por parte dos pais dos alunos desses colégios. As escolas se manifestaram dizendo que havia sido uma manifestação espontânea organizada pelos alunos e que as escolas apenas permitiam a livre expressão (havia a acusação de doutrinação por parte dos professores e das escolas). Um dia depois, no colégio Rosário, ocorreu uma manifestação menor de estudantes apoiadores de Bolsonaro. Ver mais em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2018/10/estudantes-protestam-de-preto-contra-bolsonaro-em-escolas-de-porto-alegre-cjnvym7a09nx01pi5413qm45.html> . Acesso em 18 de fevereiro de 2020.

são complexos, guardam relação com os direitos humanos, envolvem relações de poder, luta por direitos, reconhecimento etc. (SEFFNER et al., 2018). Uma discussão mais aprofundada sobre este conceito será realizada ao longo da tese, já que muitos dos temas que compõem o currículo da sociologia no ensino médio podem ser considerados sensíveis, principalmente no contexto atual do Brasil, de forte radicalização política e uma crescente disputa cultural.

Em pouco tempo, passamos de um contexto recente onde havia alguns estímulos para que questões como gênero e sexualidade fossem abordadas em sala de aula - resultado da pressão dos movimentos sociais e das parcerias entre tais movimentos, o Estado e as universidades, que tiveram como frutos mudanças na legislação e consequente inclusão de alguns temas no currículo escolar, em políticas públicas, cursos de formação continuada, concursos, premiações, e até uma certa celebração da diversidade - para uma nova realidade onde essas pautas passam a ser percebidas como indesejáveis, consequência de uma "doutrinação" de alguns grupos políticos de esquerda/progressistas e na qual, inclusive, há a ascensão de projetos como o Escola Sem Partido (ESP) e discursos contra a chamada "ideologia de gênero". Segundo Marlucy Paraíso:

É exatamente porque as conquistas nesse terreno [inclusão do tema gênero/sexualidade nos diferentes campos do conhecimento, no currículo e na escola] vêm aumentando, que grupos reacionários querem frear, para e impedir, nos tempos atuais do Brasil, qualquer discussão sobre gênero e sexualidade na escola. São tempos de difusão do slogan "ideologia de gênero". (PARAÍSO, 2018, p. 25)

Estes projetos e ideias já surtem efeitos, como a modificação de documentos e planos de educação que ocorrem desde 2014, e tiveram como alguns dos seus resultados concretos a retirada destes termos da Base Nacional Comum Curricular³² (BNCC) no final de 2017. Notícias sobre tais projetos conservadores e as manifestações de apoio a eles povoam a internet. Da mesma forma, circulam matérias que mostram a perseguição que alguns professores já estão

³² Posteriormente, chamaremos somente pela sigla BNCC. O respeito a diversidade de gênero e orientação sexual era uma das metas do PNE, assim como a implementação da BNCC, que está em discussão ampla desde 2015, mas que tem sofrido pressão dos grupos conservadores e foi modificada de forma autoritária pelo MEC, com a mudança nos grupos que estavam elaborando a base e mudanças no texto final. Ver mais em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/3-versao-da-base-curricular-para-ensino-infantil-e-fundamental-e-apresentada-conselho-vai-avaliar.ghtml>> <<https://novaescola.org.br/conteudo/4784/32-respostas-sobre-a-base-nacional-comum-curricular>> Acesso em 02 de Outubro de 2017.

sentindo desde essa época, com censuras, recebimento de notificações extrajudiciais³³, denúncias em redes sociais, e até demissões³⁴.

Foi no meio desse turbilhão de acontecimentos que esta pesquisa se constituiu, com mudanças significativas do início do doutorado até o momento da qualificação do projeto e depois se intensificou até a conclusão do texto. A mudança de tema que já havia começado anteriormente, do mestrado para o doutorado, se aprofundou a partir das alterações cotidianas que vivíamos no país e que eu sentia também na minha vida acadêmica e profissional. Se em 2012, quando ingressei no mestrado em educação neste programa, as possibilidades dadas pelo contexto político, social, cultural, econômico e teórico me permitiam refletir sobre as mudanças nas políticas identitárias, enfrentamentos das normas de gênero e sexualidade e possibilidades de mudança e transgressão³⁵ das normas sociais, ao longo dos anos seguintes tivemos uma significativa alteração e retração desse contexto. Entretanto, apesar dessas regressões, ainda podemos resistir.

Ao longo de mestrado e doutorado passei por diversas experiências profissionais como professora de sociologia no ensino público e tutora EAD no curso de formação de professores, em nível de aperfeiçoamento, nas questões de gênero, diversidade e violência (o curso chamava-se Gênero e diversidade na escola- GDE/UFRGS)³⁶ e estágio acadêmico em “Sociologia no Ensino Médio”³⁷, que faz parte do currículo obrigatório da graduação em licenciatura em Ciências Sociais. Tais experiências me fizeram refletir cada vez mais sobre as conexões entre o ensino de sociologia e as temáticas de gênero e sexualidade. Tais temáticas ainda eram relativamente novas na escola - ou melhor, sempre estiveram presentes, mas faziam parte do que

³³ Um modelo de notificação extrajudicial é fornecido no site do ESP, para ser usado contra professores acusados de doutrinação. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/artigos-top/552-modelo-de-notificacao-extrajudicial-arma-das-familias-contr-a-doutrinacao-nas-escolas>>. Acesso em 26 de setembro de 2017.

³⁴ Mais informações em: <<http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/escola-sem-partido-intimida-e-persegue-professores/>>. Acesso em 02 de outubro de 2017.

³⁵ Dissertação intitulada A experimentação de Laerte: reflexões a partir das pedagogias de gênero e sexualidade, sob a orientação de Fernando Seffner, defendida em julho de 2014 no PPGEduc-UFRGS. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/106494>

³⁶ Curso de gênero e diversidade na escola destinado a formação docente no formato da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e da Rede de educação para a diversidade. O GDE foi fruto de uma parceria entre vários ministérios (SPM, SEPIR, MEC) e outras instituições como a CLAM (centro latino-americano em sexualidade e direitos humanos). Ele foi ofertado em 2014 e 2015 pela UFRGS e realizado pelo GEERGE (Grupo de estudos em educação e relações de gênero) da faculdade de educação com a seguinte nomenclatura: gênero e diversidade na escola: sexualidade, violência, olhares sobre práticas contemporâneas. Além de formar diversas turmas de professores do RS, em diversos polos espalhados pela região metropolitana e outros municípios próximos de Porto Alegre, teve como resultado a publicação de um livro que foi entregue gratuitamente aos cursistas.

³⁷ O estágio foi sob a supervisão da profa. Dr. Rosimeri Aquino da Silva.

é chamado por alguns autores de currículo oculto (MISKOLCI, 2012), ou seja, aquelas questões que são importantes, relevantes e que mesmo que não constem oficialmente nos documentos, se fazem presentes de forma implícita, e por essa razão acabam não sendo problematizadas. As temáticas de gênero e sexualidade eram relativamente novas na escola - ou melhor, sempre estiveram presentes, mas faziam parte do que é chamado por alguns autores de currículo oculto (MISKOLCI, 2012), ou seja, aquelas questões que são importantes, relevantes e que mesmo que não constem oficialmente nos documentos, se fazem presentes de forma implícita, e por essa razão acabam não sendo problematizadas.

As diferenças e hierarquias entre meninos e meninas, bem como a heterossexualidade compulsória, atravessam a sociedade e, por consequência, a escola. Mesmo de forma velada, tais normas diversas vezes são reforçadas e/ou reproduzidas, intensificando desigualdades e preconceitos, sem serem confrontadas. As dimensões culturais e as implicações sociais dessas normas e desigualdades passaram a ser problematizadas socialmente, estudadas no ambiente acadêmico e passaram, gradualmente e ainda de forma insuficiente, a ser enfrentadas de forma mais explícita na escola, por parte dos estudantes e de alguns professores. Esta realidade era algo relativamente novo em nosso contexto escolar e que logo passou a sofrer críticas e ataques de grupos conservadores.

Geralmente os temas que envolvem questões de gênero e sexualidade são considerados tabu devido a sua proximidade com questões consideradas delicadas, como as questões religiosas, morais e por estarem fortemente ligados a preconceitos arraigados na sociedade. Sendo assim, eu tentava compartilhar meus conhecimentos sobre o tema e minhas experiências profissionais com os cursistas do GDE, professores das redes públicas municipais e estaduais das mais diversas áreas e níveis de ensino, que lidavam com estes dilemas. Eles percebiam a importância e a urgência de aprender mais sobre o assunto e trabalhar estas questões na escola, mas se sentiam despreparados e receosos, tinham muitas dúvidas e perguntas sobre como lidar com essas diferenças em sala de aula, o que fazer diante de determinados alunos, pais ou situações. Ao mesmo tempo, tentava me tornar professora de sociologia na educação básica, uma disciplina há pouco tempo instaurada na grade curricular³⁸, com pouca tradição e legitimidade na escola, pouco

³⁸ A [Lei nº 11.684/08](#) tornou obrigatórias no ensino médio as disciplinas de sociologia e filosofia, mas a implementação foi se dando aos poucos e o primeiro concurso da secretaria de educação do RS para professor dessas áreas ocorreu em 2011.

material didático, e uma baixíssima carga horária e, logo, um elevado número de turmas e alunos/as por professor, o que também era um grande desafio.

Como ressaltado anteriormente, as mudanças no contexto social foram se intensificando. Em 2014, os termos de gênero e sexualidade foram retirados do Plano Nacional de educação (PNE) depois de muita polêmica e debates acalorados; o entendimento de alguns grupos progressistas, porém, foi que apesar da retirada ser algo negativo, o fato desse termo não estar explícito em tal documento não nos impedia de falar do assunto, pois havia outros marcos legais que tornavam isso possível. Entre estes marcos legais, em termos mais amplos relativos à liberdade de ensinar do professor, podemos destacar os seguintes:

A defesa da liberdade acadêmica e do pluralismo de ideias está prevista explicitamente na legislação brasileira e nas normativas internacionais das quais o Brasil é signatário, entre elas, o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), o Protocolo Adicional de São Salvador à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1988) e a Recomendação conjunta da Organização Internacional do Trabalho e da Unesco (1966), relativa ao Estatuto dos Professores. (MANUAL DE DEFESA CONTRA A CENSURA NAS ESCOLA, 2018, p.26).

Em relação especificamente as questões de gênero, sexualidade e raça, temáticas vinculadas aos direitos humanos, temas sensíveis, a priori, e presentes fortemente no âmbito de estudo das ciências sociais, como seus objetos de estudo e, portanto, no currículo de sociologia na educação básica, os marcos legais, apesar da retirada das nomenclaturas do PNE 2014, são:

A abordagem de gênero, raça e sexualidade na educação tem consistente base legal na Constituição Brasileira (1988); na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996); nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: Diversidade e Inclusão e nas Diretrizes Curriculares do Ensino Médio (Art.16), elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação; e na Lei Maria da Penha (2006), que estabelece em seu Art. 8º que a educação é estratégia fundamental para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres no país.

O direito à abordagem sobre gênero, raça e sexualidade na educação também está previsto nas normativas internacionais de direitos humanos com peso de lei dos quais o Brasil é signatário: a Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças (1989), a Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino (1960), a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1968), o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), os Princípios de Yogyakarta (2006), sobre direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero, entre outras.

O Plano Nacional de Educação (2014), em seu Art. 2º, prevê a implementação de programas e políticas educacionais destinadas a combater “todas as formas de discriminação” existentes nas escolas. No mesmo artigo, o PNE prevê a promoção dos direitos humanos e da diversidade na educação brasileira. (MANUAL DE DEFESA CONTRA A CENSURA NAS ESCOLA, 2018, p.27).

Entretanto, apesar de toda essa normatização legal, ao final do ano de 2014 vieram as eleições e o aumento da polarização política. Em 2015, se seguiram as polêmicas nas votações dos planos estaduais e municipais de educação. Emerge mais fortemente o projeto Escola sem partido (ESP) e o discurso contrário às temáticas de gênero e sexualidade, chamadas por eles de “ideologia de gênero” que se fortalecem e ganham apoio de vários políticos, grupos e organizações, promovendo manifestações com boa repercussão e visibilidade. Os cursistas da 2ª e última edição do GDE manifestam casos de perseguição e preconceito na escola, por parte de colegas, pais e alunos, seja por abordarem a temática nas aulas, seja por sua orientação sexual e até mesmo por questões religiosas. A conclusão que cheguei na época é de que estava cada vez mais difícil trabalhar com o tema de gênero e sexualidade na escola, ele se tornava cada vez mais alvo de polêmicas.

No primeiro semestre de 2015, ao formular um anteprojeto de doutorado, tentei articular as duas problemáticas que me inquietavam e que esbocei anteriormente. A ideia então era analisar as possibilidades de abordar gênero e sexualidade nas aulas de sociologia. Pretendia entrevistar professores, observar aulas, analisar materiais didáticos e os livros, que haviam se expandido de um Plano Nacional do livro didático (PNLD) para o outro, e passaram a tratar mais do tema. Este programa do MEC distribui os livros didáticos para a educação básica pública, os professores devem escolher entre os livros aprovados pela comissão.

No PNLD de 2012, apenas dois livros de sociologia foram aprovados, já em 2015, foram seis livros aprovados (de treze inscritos), e todos eles abordam as questões de gênero e sexualidade de forma direta ou indireta: dois deles com capítulos específicos sobre gênero e sexualidade *Sociologia em movimento* (AFRÂNIO et al., 2013, Editora Moderna) e *Sociologia para jovens do século XXI* (OLIVEIRA E COSTA, 2013 - Editora Imperial Novo Milênio); um deles com capítulos que tangenciam essas discussões junto a ou no interior de outras temáticas, como por exemplo, gênero e parentesco, gênero e movimentos sociais (feminista, LGBTQI, negro e indígena) como é o caso do livro *Sociologia Hoje*, da editora Ática, escrito por três autores homens (MACHADO et al., 2014) que também aborda as diferenças entre homens e mulheres em exemplos na introdução sobre o que é a sociedade; ou ainda um outro livro que aborda gênero e movimento de mulheres dentro da temática família, discutindo patriarcado, relações e sistema de gênero, novos modelos de família, casamento civil igualitário e homoparentalidades, como é o caso de *Sociologia*, da Editora Scipione, de autoria de três

mulheres (ARAÚJO et al. 2013); *Já tempos modernos, tempos de sociologia*, aborda a situação das mulheres dentro do capítulo sobre desigualdades e aborda a desigualdade de gênero, explicando o conceito brevemente, este livro também é escrita por mulheres, (BONEMY et al. 2013, Editora do Brasil); e por fim, *Sociologia para o ensino médio*, de Nelson Tomazi (2013) Editora Saraiva, aborda a desigualdade de gênero brevemente dentro do capítulo sobre as diversas desigualdades e também apresenta o movimento feminista, o movimento de mulheres e o movimento LGBTQI, dentro da temática de movimentos sociais. Dessa forma, abordar a questão de gênero e sexualidade nos livros didáticos me parecia um bom objeto de estudo naquela época e é demonstrativo da presença e importância dessas temáticas no currículo da sociologia escolar.

Ao longo de 2015, participei de diversos eventos da área de educação, gênero e sexualidade e ensino de sociologia, como o IV ENESEB - Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica e a reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), entre outras atividades, onde as repercussões das mudanças no PNE (2014) eram discutidas com muita ênfase. Numa das mesas do primeiro evento, a professora Simone Meucci, da UFPR, afirmou que a reação à “ideologia de gênero” seria uma demonstração de que há um currículo sociológico sendo implementado na escola pela incorporação de certas discussões e temas. Ao comentar esta fala com meu orientador, à época, ele disse que podíamos pensar numa politização da escola e do currículo do RS. No segundo evento, no GT 23: Gênero, sexualidade e educação, assisti a roda de conversa Tensões e desafios em tempos de "ideologia de gênero", que ocorreu com a participação da profa. Jimena Furlani (UDESC) e da Nancy Cardoso Pereira (pastora metodista e teóloga). Em novembro de 2015, participei do seminário “Ensino da Sociologia no RS e a Formação de Professores: 7 anos da Lei da obrigatoriedade” e durante as palestras teve uma discussão sobre as polêmicas durante a elaboração da BNCC da área de sociologia e sobre se as questões de gênero e sexualidade formariam efetivamente parte da base do nosso conteúdo considerado fundamental, ou se seriam retiradas/proibidas, o que também despertou meu interesse para a temática.

Ao longo ainda desse segundo semestre de 2015, os debates vinculados a estes assuntos foram se tornando mais complexos e em 2016 se intensificaram com a crise política e as ocupações de escolas pelos estudantes secundaristas e nas universidades. Em muitos desses espaços ocorreram oficinas e rodas de conversa sobre gênero, sexualidade, feminismo e muitas

das lideranças destes movimentos eram compostas por adolescentes e jovens mulheres (SEFFNER, 2017). As disputas políticas e ideológicas pela escola e na escola se intensificam e ocorrem movimentos visando deslegitimar as ocupações e as pautas estudantis, com a presença de movimentos como o Brasil Livre (MBL), um dos principais apoiadores do ESP³⁹, das pautas antigênero e do golpe. A emenda constitucional 241/55 (PEC do teto dos gastos públicos), editada pelo Governo Temer e que congelou os gastos públicos com a educação por 20 anos⁴⁰ também gerou movimentação e protestos estudantis por todo o Brasil. Desde aquele momento ficou claro que eu precisava rever meu projeto de doutorado, já que o contexto mais amplo (político e social) estava se modificando rapidamente e, logo, o cenário escolar e do ensino de sociologia também.

Assim retomei a ideia de mudar o meu projeto para esse enfoque, juntando essas duas problemáticas que se relacionam profundamente: o neoconservadorismo político e social

³⁹ Atualmente o MBL e o vereador em São Paulo, Fernando Holiday, um dos líderes da Sigla, criticam alguns aspectos do ESP e fazem uma inflexão em suas bandeiras. Sobre isso, ver as entrevistas com o vereador: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/27/politica/1561649621_458153.html> <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/transformar-os-professores-no-problema-da-educacao-e-errado-diz-fernando-holiday.shtml>>. Inclusive o próprio ESP perdeu um pouco de força e apoio, depois que muitos de seus entusiastas viraram deputados, em 2018. Miguel Nagib, o idealizador do projeto, afirmou que a partir de agosto de 2019 o movimento e sua página se tornaram inativos e reclamou da falta de apoio do governo. Independente dos novos desdobramentos possíveis, que não podem ser abordados aqui, até em razão do marco temporal já salientado, é importante frisar que os efeitos do ESP ainda estão presentes, ajudaram a construir o contexto atual do país e estavam no horizonte quando realizei as entrevistas com os professores de sociologia. Em setembro de 2019, o presidente Bolsonaro voltou a atuar pela pauta do Escola sem partido e contra a “ideologia de gênero”, solicitando ao MEC que elaborasse um documento proibindo estes temas no ensino fundamental. O mês de setembro de 2019 foi fortemente marcado pelo retorno dessas pautas, com a censura e recolhimento de um gibi estrangeiro para o público adulto e que tinha um beijo entre dois personagens homens, na Bienal do livro do Rio de Janeiro, pelo então prefeito Crivella (pastor evangélico da igreja universal), sob a argumentação de defesa da família e cumprimento da lei (ECA), que contou com o aval de um desembargador do tribunal de justiça do estado. A prefeitura enviou fiscais para monitorar os livros, recolher os considerados impróprios para o público infanto-juvenil, que deveriam ser embalados e conter uma tarja indicativa. Tal decisão foi posteriormente criticada pela defensoria pública do Rio de Janeiro, pela Procuradoria geral da república e derrubada pelo Supremo Tribunal Federal. Tal ação sofreu diversos protestos e reações, como a distribuição de livros com a temática LGBTQI gratuitamente, pelo *digital influencer e youtuber* Felipe Neto, antigo crítico do PT e que agora é opositor de Bolsonaro. O gibi censurado teve sua edição esgotada. Neste mesmo mês, tivemos ainda o recolhimento de apostilas que abordavam educação sexual nos anos finais do ensino fundamental do estado de São Paulo, por ordem do governador João Dória, do PSDB, que afirmou não concordar com a “ideologia de gênero”, posteriormente essa ação foi revogada pela justiça e o governador acatou a decisão, dizendo que devolveria os livros com orientações de uso para os professores. Dória também criticou a ação de Crivella, dizendo que ele havia se excedido. Mais informações em: <https://www.huffpostbrasil.com/entry/crivella-livro-lgbt-bienal_br_5d76afcb4b0752102312e3a> <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/06/politica/1567794692_253126.html> <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/bolsonaro-pede-a-mec-projeto-de-lei-para-proibir-ideologia-de-genero.shtml>>. Acesso dia 21 de setembro de 2019.

⁴⁰ Mais informações sobre a PEC em <http://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/563569-a-pec-241-55-e-seus-efeitos-para-quem-nao-entende-o-juridiques>. Acesso em 31 de julho de 2019.

crescente e a emergência de projetos que atacam o gênero e a sexualidade no âmbito escolar (ESP e contra a “ideologia de gênero”) e seus efeitos no ensino de sociologia. Ao reler um capítulo da minha dissertação de mestrado encontrei uma nota de rodapé (nº52) onde eu menciono as polêmicas da época (2014) em torno das mudanças no PNE, as controvérsias envolvendo a chamada “cura gay” e o veto presidencial de Dilma ao kit anti-homofobia⁴¹ do MEC em 2011. Estas questões aparecem como um exemplo das discussões que ainda permaneciam ou emergiam envolvendo gênero e sexualidade naquele momento. A nota de rodapé diz o seguinte:

Temos como exemplo atual no Brasil as campanhas conservadoras contra o que eles chamam de “ideologia do gênero” e “ditadura gay”. Se por um lado, acreditam que exista “cura gay” e logo, seria algo da natureza por ser uma doença, algo “anormal” que poderia/deveria ser resolvida com tratamento psicológico (uma espécie de reprogramação mental) ao mesmo tempo temem a influência cultural sobre as crianças, como podemos perceber pela perseguição ao material anti-homofobia nas escolas que recebeu o famigerado apelido de “kit gay”. Estas acusações persistem nas discussões em torno do plano nacional de educação” (SEVILLA, 2014, p. 63).

Atualmente percebemos que o cenário permanece semelhante e até pior. E aqui voltamos ao que eu narrava no início deste capítulo, que serve de introdução, entre as consequências dessas mudanças políticas em curso estão o recrudescimento do autoritarismo, a falta de diálogo, a troca de acusações e o aumento do ódio e da polarização na política e na vida social dos brasileiros. Nos discursos da votação pela abertura do processo de impeachment na câmara dos deputados, que foi televisionada ao vivo em um domingo, dia 17 de abril de 2016, muitos políticos favoráveis ao golpe e que compunham as bancadas da chamada BBB (bala, boi e bíblia) extremamente conservadora, fizeram discursos defendendo a família e as crianças, contra a “doutrinação de esquerda” e da “ideologia de gênero”, pela honra e pelos bons costumes, contra a corrupção, pela volta da ditadura etc. O suposto “crime” de responsabilidade fiscal da presidenta quase não era mencionado (ALMEIDA, 2017), claramente não se tratava disso. Era um julgamento político, que se articulou desde o final da eleição de 2014, quando o então senador Aécio Neves (PSDB), o candidato derrotado no pleito eleitoral, contesta o resultado da eleição (de margem pequena). Naquele ano, se elegeu o congresso mais conservador desde a redemocratização, mas segundo

⁴¹ Este programa fazia parte do projeto Brasil sem homofobia (2004) e do Escola sem homofobia. Ver mais em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/dilma-rousseff-manda-suspender-kit-anti-homofobia-diz-ministro.html>>, <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2011/05/25/para-especialistas-veto-ao-kit-anti-homofobia-e-retrocesso.htm>>. Acesso em 02 de outubro de 2017.

alguns analistas, na última eleição, de 2018, isso foi superado com a eleição de Bolsonaro e o advento do fenômeno eleitoral do PSL, partido do presidente até novembro de 2019⁴².

Ao longo de 2015 e 2016 a crise econômica, a visibilidade e o sensacionalismo da operação lava-jato, as denúncias de corrupção e a perda de popularidade e articulação política da presidenta a levam a esta situação. As falas bizarras dos congressistas para justificarem seus votos pró-abertura de impeachment já demonstravam o vigor e a influência do neoconservadorismo moral, do projeto escola sem partido, do fundamentalismo religioso, do ataque à gênero, da ode à ditadura militar etc. Tais discursos passam a circular com cada vez mais força, atingindo seu ápice, por enquanto, na corrida presidencial de 2018, via a campanha das *fake News* no aplicativo de troca de mensagens *whats app*.⁴³

Os movimentos da nova direita, articulados por jovens reacionários treinados em *think thanks*⁴⁴ ultraliberais ou libertárias e neoconservadoras, de origem estrangeira, apoiam o golpe de 2016, por meio de movimentos de rua, canais no *youtube* e digital *influencers*. Também há um amplo apoio de grupos religiosos diversos, empresários, organizações ligadas à indústria, ao agronegócio, a grande mídia etc. Grandes quantidades de pessoas assistem à votação do impeachment pela TV aberta, orquestrada propositalmente num domingo à tarde por Eduardo Cunha (PMDB), o presidente da Câmara, político neoconservador religioso, batizado na igreja Assembleia de Deus⁴⁵ e atualmente preso por corrupção, num forte movimento pró-golpe

⁴² Mais informações em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/mais-conservador-congresso-eleito-pode-limitar-avancos-em-direitos-humanos>><<https://diplomatie.org.br/o-congresso-mais-conservador-dos-ultimos-quarenta-anos/>><<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/10/congresso-nacional-mais-conservador.html>>. Acesso em 21 de setembro de 2019. <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/12/deputados-do-psl-dizem-que-bolsonaro-decidiu-deixar-partido-e-criar-nova-legenda.ghtml>>. Acesso em 14 de janeiro de 2020.

⁴³ Para mais informações sobre o uso de envio maciço de mensagens via *whats app* ilegalmente, uso de robôs em redes e plataformas sociais digitais e patrocínio de empresas neste tipo de campanha política, ver: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/whatsapp-admite-envio-massivo-ilegal-de-mensagens-nas-eleicoes-de-2018.shtml>> <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>> <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/09/19/fake-news-pro-bolsonaro-whatsapp-eleicoes-robos-disparo-em-massa.htm>> <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/26/bolsonaro-apagou-registro-whatsapp-pt-haddad-usou-sistema-mensagens.htm>><<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/10/22/joice-hasselmann-diz-que-assessores-de-bolsonaro-e-filhos-atuam-nas-redes-sociais-com-perfis-falsos.ghtml>><<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2019/05/11/fake-followers-audit-aplicativo-mostra-a-porcentagem-de-perfis-fake.htm>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2020.

⁴⁴ Sobre a influência dessas *think thanks* nas eleições na América Latina nos últimos anos, sugiro a leitura da excelente matéria no site jornalístico The Intercept Brasil <<https://theintercept.com/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estao-reinventando-a-politica-latino-americana/>>. Acesso em 31 de julho de 2019.

⁴⁵ Mesma igreja onde foi batizado o presidente Bolsonaro. O presidente inclusive foi batizado pelo pastor Everaldo, candidato à presidência em 2014 pelo PSC, considerado cria política de Cunha, apoiador do ex-governador

(ALMEIDA, 2017), contra a esquerda, o PT, Dilma e Lula, os grandes vilões - pisados, queimados e vestidos de presidiários em bonecos gigantes- nestes grupos o herói era o então juiz Sérgio Moro, futuro “super ministro” de Bolsonaro e agora ex-ministro da justiça⁴⁶, que julgava a operação lava-jato, e que grampeou e vazou os áudios⁴⁷ de Dilma e Lula conversando para a imprensa, com a justificativa de que eram de interesse público e configuravam um crime. Tais áudios foram divulgados prontamente no horário nobre da televisão e tiveram um grande impacto nos protestos.

Em tais áudios, Dilma pretendia nomear Lula como ministro da casa civil, só que ele estava sendo investigado pela operação Lava Jato e essa ação foi considerada, por Moro e esses grupos da oposição, como uma estratégia de obstrução de justiça, dando ao ex-presidente foro privilegiado para evitar sua prisão. Este teve ampla repercussão. Já os grupos opostos, que também ocupavam as ruas, mas em menor número ou visibilidade midiática, apoiavam a permanência da presidenta democraticamente eleita. O Brasil estava dividido em dois e o clima parecia o de um jogo de futebol, com torcidas diferentes e que se odiavam, o clima de violência era semelhante aos das brigas entre torcidas organizadas⁴⁸.

(governador afastado) Witzel, ex-aliado de Bolsonaro. Pastor Everaldo foi preso em 2019 pela acusação de desvio de recursos da saúde durante a pandemia no Rio de Janeiro. Ver mais em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/28/pastor-everaldo-e-preso-em-operacao-que-afastou-witzel-do-governo-de-rj.ghtml>> <<https://congressoemfoco.uol.com.br/corruptao/quem-e-pastor-everaldo-preso-hoje-na-operacao-do-rio/>> <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/08/preso-pastor-everaldo-foi-padrinho-politico-de-witzel-e-batizou-bolsonaro.shtml>> <<https://www.oantagonista.com/brasil/cria-de-cunha-pastor-everaldo-batizou-bolsonaro-e-promoveu-witzel/>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2021.

⁴⁶ No final de abril de 2020, Sérgio Moro deixa o governo Bolsonaro fazendo acusações de interferência do presidente na polícia federal, os desdobramentos deste episódio no governo e na política nacional estão em andamento e não serão abordados aqui. Para mais informações ver: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/24/moro-anuncia-demissao-do-ministerio-da-justica-e-deixa-o-governo-bolsonaro.ghtml>> <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/04/28/pesquisa-do-datafolha-avalia-impacto-da-saida-de-moro-do-ministerio-da-justica.ghtml>> <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-04-28/saida-de-sergio-moro-inflaciona-preco-cobrado-por-centrao-para-blindar-bolsonaro-de-impeachment-ou-acao-penal.html>>. Acesso em 01 de maio de 2020.

⁴⁷ O grampeamento e o vazamento desta conversa foram considerados posteriormente ilegais, pelo ex-ministro do STF, Teori Zavascki. Ver mais em: <<http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2016/03/moro-pede-desculpas-ao-stf-por-polemica-envolvendo-grampo-de-lula.html>> <<https://jornalggn.com.br/justica/teori-zavascki-reafirma-ilegalidade-dos-grampos-de-lula-e-dilma/>> <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/moro-contrariou-padrao-da-lava-jato-ao-divulgar-grampo-de-lula-indicam-mensagens.shtml>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2020.

⁴⁸ Documentários como Democracia em Vertigem (Petra Costa, 2019) e O Processo (Maria Ramos, 2018) retratam o avanço da cisão política e a conjuntura atual. Sobre a polarização, ver por exemplo: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2016-04-10/muro-em-brasilia-separara-manifestantes-pro-e-contra-impeachment.html>> <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-03/dilma-reafirma-que-impeachment-sem-crime-de-responsabilidade-e-golpe>>

Toda essa polarização e o aumento dos discursos de ódio, obviamente, repercutiam na escola, e pareciam mais evidentes nas aulas de sociologia (e das humanas, de forma mais ampla), por abordarem mais diretamente assuntos como política e cidadania, por exemplo, assim como as temáticas de gênero e sexualidade, entre outras consideradas delicadas e polêmicas (e que estamos chamando aqui de temas sensíveis, centrais nesta análise, mais que ainda não eram assim compreendidos por mim). Não havia como escapar dos assuntos do momento (impeachment, golpe, corrupção, política, escola sem partido, “ideologia de gênero”...), pois eles circulavam nos corredores, nas salas de aula e sala dos professores, nas redes sociais. Nas entrevistas que fiz com os professores de sociologia, muitos apontam questões semelhantes, de como estes temas invadiam a sala de aula, na maioria das vezes, por demandas e interesses dos próprios estudantes. Na minha percepção, com base em minha experiência como educadora, dar aula nunca foi tão penoso e desafiador como naqueles dias, ainda mais onde eu estava, no interior do Rio Grande do Sul. Passei por diversas situações⁴⁹ (vivi ou presenciei), ao longo de 2016 e 2017, na instituição onde eu trabalhava, que eram demonstrativas dos efeitos do neoconservadorismo e da perseguição aos temas de gênero e sexualidade, entre outros temas sensíveis, na escola e nas aulas de sociologia, senti na própria pele, isso me motivou também a entrevistar outros professores de sociologia, para compreender suas experiências.

Nesse momento, me vi cada vez mais implicada nessa discussão, pois ela é necessária e urgente. Então foi assim, no meio dessa avalanche de acontecimentos, que nasceu esta pesquisa, com vistas a tentar compreender, ao menos parcialmente, o que está ocorrendo no país e como chegamos até aqui. Para a partir disso compreender que efeitos essas mudanças trazem para o campo da educação, de modo geral, o campo de estudos de gênero e sexualidade e para o ensino de sociologia, mais especificamente. Além disso, essas mudanças impactam não só a escola, mas toda a sociedade, e, como feminista, professora, cientista social e pesquisadora em educação, me sinto também parte dessa luta. Meu conhecimento, portanto, é situado (LÖWY, 2000), não é objetivo e nem neutro, salienta minha parcialidade e um ponto de vista localizado (HARAWAY, 1995).

<https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160418_votacao_impeachment_ruas_sp_reacao_fs_rb_lgb>. Acesso em 30 de janeiro de 2020.

⁴⁹ Eu havia narrado tais fatos na tese, mas pela extensão da mesma e pelo foco não ser na minha experiência, e sim nas vivências dos professores entrevistados, eu acabei excluindo. Pretendo falar sobre isso na defesa desta tese, se for o caso, ou em algum ensaio ou artigo.

Por ser um tema do presente não foi fácil de delimitá-lo e muitos menos focar em apenas um problema de pesquisa, ainda mais se tratando de algo que está em processo. Por essa razão, tive que renunciar a algumas questões e demarcar um recorte temporal. Dessa forma, é importante destacar que esse fragmento da história do tempo presente que problematizo aqui, inicia principalmente em 2014⁵⁰ quando gênero foi retirado do PNE e se tornaram mais explícitos os demais desdobramentos da aliança entre Escola sem partido (ESP) e a cruzada antigênero na educação, dialogando com a realidade enfrentada nas escolas pelos professores de sociologia, que foram entrevistados para essa pesquisa entre o segundo semestre de 2018 e início do ano letivo de 2019, imediatamente antes e depois da última eleição presidencial, que demarcou a chegada ao poder, via votos, do bloco neoconservador. Como já destacado, em 2016 se intensificam as disputas entre os diferentes projetos de poder a partir do golpe/impeachment, disputas que continuam nos anos seguintes até a eleição de 2018 e que ainda prosseguem, com dissidências e rachas internos. Os professores entrevistados, em geral, comentam que a percepção dos efeitos desta guinada aparece para eles como mais evidentes a partir de 2014, 2015 e 2016 quando aparece na escola mais fortemente o discurso do projeto escola sem partido e contra a “ideologia de gênero”. Alguns também destacam os efeitos da polarização política e do clima social instaurado em 2018 com as eleições.

Além disso, alguns fatos do presente que são relevantes para esta temática e que se desenrolaram durante o processo de escrita desta tese, em 2019 e 2020⁵¹, já no governo

⁵⁰ Mesmo que tenha antecedentes mais antigos, eleições de 2010 e decisão do STF em 2011, favorável ao casamento civil entre pessoas do mesmo sexo que serão destacados quando necessário ao longo da tese.

⁵¹ Alguns fatos importantes que podemos destacar no ano de 2019 são: em maio, junho e julho ocorreram atos estudantis e de professores contra os cortes na área da educação, contra a postura inadequada e as declarações absurdas do então ministro Weintraub, visando manchar a imagem das instituições de ensino federal, sobretudo as universidades; atos contra o governo Bolsonaro e uma greve geral (paralisação de um dia) da categoria. No mês de junho, o site jornalístico, *The Intercept* Brasil, divulgou matérias comprometedoras sobre a Lava-Jato e contra o ex-juiz, Sérgio Moro, ministro da justiça e da segurança pública. Esse escândalo ficou conhecido como Vaza jato, utilizando informações de vazamento das conversas entre Sérgio Moro, o procurador do ministério público federal, Deltan Dallagnol entre outros membros do MPF, pelo aplicativo *Telegram*, no âmbito da operação Lava Jato, responsável pela prisão do ex-presidente Lula. As conversas foram inicialmente divulgadas pelo portal *Intercept* e, a partir daí, noticiadas por outros jornais e sites. Embora os chats publicados envolvessem outras pessoas, o destaque está na figura do ex-juiz Moro, revelando, à princípio, um comportamento no mínimo antiético, já que diversas vezes teria interferido como um acusador/promotor no caso do julgamento do ex-presidente Lula, onde ele deveria apenas julgar, de forma neutra e baseado em fatos. Ademais, também há indícios que mostrariam um comportamento igualmente antiético de Deltan. A esse respeito, ver: <https://theintercept.com/2020/01/20/linha-do-tempo-vaza-jato/>. Acesso em 22 de janeiro de 2020. Além disso, ainda em junho, foi lançado o documentário *Democracia em Vertigem*, de Petra Costa, no *Netflix*, que resgata num tom pessoal o que aconteceu na política brasileira de 2003 para cá e acompanhou os bastidores do golpe de 2016. Em 2020 esse documentário foi indicado ao Oscar, o que gerou e ainda gera muitas polêmicas. Em 2021, novas conversas no âmbito da operação Lava jato

Bolsonaro, também são mencionados, pois ajudam a compreender e a situar esta problemática, evidenciando a relevância do problema de pesquisa e justificando a escrita desta tese. Assim, este estudo pretende contribuir como parte de um conjunto de narrativas que estão sendo escritas atualmente para tentar compreender o que vivemos no Brasil dos últimos anos e o impacto disso na educação. Também cabe destacar que não estou tentando achar a verdade sobre o assunto ou conhecer as suas causas, mas estou procurando multiplicar as questões sobre um problema de pesquisa, sabendo que sempre lidamos com o provisório quando estamos inseridos em uma perspectiva de pesquisa em educação pós-crítica e pós-estruturalista, como nos ensinou Dagmar Meyer (2012).

“ Como foi possível que chegássemos a esse ponto de autoritarismo no nosso cotidiano? ” para utilizar uma expressão de Márcia Tiburi (2016), com o combate e o apagamento das temáticas de gênero e sexualidade na escola, com a restrição da liberdade de ensinar do professor, com as mudanças de finalidade da educação, do currículo, enfim, de tudo que está em jogo e suas consequências. Como podemos resistir? Ainda há espaço para a reflexão e o pensamento crítico na escola? Para a formação para a cidadania? Para a construção de uma escola plural, democrática e laica? Um local próprio para o convívio entre os diferentes no espaço público? Como proposto por Seffner (2009).

A perspectiva aqui adotada alinha-se às concepções de Antônio Moreira e Tomaz Tadeu (2011), ao compreender o currículo como um mecanismo atravessado por relações de poder. Enquanto “conhecimento organizado para ser transmitido nas instituições educacionais” (Moreira e Tadeu, p. 28), o currículo situa-se na imbricação entre ideologia, cultura e poder, e não em um território neutro e estático. O currículo é também um mecanismo de reprodução das relações de poder existentes e, por isso, uma arena em disputa. As definições sobre o que será transmitido nas instituições educacionais não se dão de forma desinteressada. Essa abordagem do currículo está mais situada numa perspectiva crítica, podendo ser considerada estruturalista, que na minha concepção, faz muito sentido neste contexto que vivemos, pois dialoga com as questões políticas

vem à tona a pedido da defesa do ex-presidente Lula (quebra de sigilo) e neste contexto a operação Lava jato é oficialmente dada por encerrada. Sobre isso, ver <https://epoca.globo.com/brasil/lava-jato-apoiou-eleicao-de-bolsonaro-agiu-para-perturbar-pais-diz-gilmar-mendes-24885127> <<https://epoca.globo.com/carolina-brigido/stf-pode-anular-condenacao-de-lula-por-parcialidade-de-moro-24876069>>
<<https://noticias.uol.com.br/colunas/kennedy-alencar/2021/02/09/moro-sofre-maior-derrota-no-stf-lula-eleva-chance-de-anular-condenacoes.htm>> <<https://istoe.com.br/moro-lamenta-decisao-do-stf-sobre-mensagens-liberadas-para-defesa-de-lula/>> Acesso em 18 de fevereiro de 2021.

em jogo. Mas outras concepções de currículo também me influenciam e se fazem presentes, para enriquecer a compreensão e a conexão do currículo com outros elementos de interesse nessa pesquisa, como perspectivas mais alinhadas ao pós-estruturalismo, ligadas a linha de pesquisa onde estou inserida. Nas palavras de Marlucy Paraíso:

[...] pode-se entrar em um currículo por diversas entradas. Pode-se entrar no território de um currículo, por exemplo, pela entrada possibilitada pelos *raciocínios pedagógicos* e ver, fazer ou falar de sua organização, dos critérios de seleção dos conteúdos usados, de seu planejamento ou de seus materiais, do que ele ensina, do que e de como nele se avalia. Pode-se entrar em um currículo pela entrada construída por *raciocínios políticos*, para ver e entender seus arranjos, seus interesses, suas relações de poder, seus conflitos, suas alianças, suas inclusões/exclusões. Pode-se entrar nesse território pela entrada aberta pelo *sistema de pensamento cultural*, para falar de suas preferências, de seus silenciamentos, de suas diferenciações, de suas lutas. Pode-se, entre outros, usar *pensamentos feministas e de gênero* para dizer de suas normalizações, de sua performatividade, de suas citacionalidades e também de suas aberturas. (PARAÍSO, 2018, p. 27).

Quando pensamos em currículo e escola no atual contexto neoconservador, percebemos que ele atinge em cheio a pluralidade de pensamento e possibilidades, a diversidade e heterogeneidade da cultura escolar e como isso se reflete naquilo que é muito caro para nós, temos que levar em conta que esse currículo está em disputa neste momento. Uma escola e um currículo onde é possível ou não falar de determinados temas. Um currículo onde era, pelo menos na teoria, possível ser e existir de múltiplas formas nem chegou bem a ser e já está em risco. Por essa razão, é necessário lutar e defender um currículo e uma escola que inclua e que possibilite outras formas de ser e pensar. E com certeza, essa escola e currículo são opostos aos desejados pelos neoconservadores.

Em relação aos chamados temas sensíveis que estão no cerne de interesse da sociologia como disciplina escolar e que estão sob o guarda-chuva dos direitos humanos, e mais especificamente a temática de gênero e sexualidade e os perigos de determinados discursos, remeto-me novamente a Paraíso, que ao discutir o que ela denomina de slogan “ideologia de gênero” como uma “tormenta que ameaça desabar no território curricular”, defende, a partir das ideias de outra autora que:

Judith Butler (2013, p.3) tem analisado as “condições concretas, sociais e políticas de uma vida vivível”. Sim, conforme sustenta a filósofa, há “vida vivível” e há vida que não é uma “vida vivível”. Para que uma vida seja “vivível” na contemporaneidade, segundo Butler, as instituições são fundamentais. Afinal diz Butler (2013, p.4), “quando as instituições falham”, algumas vidas “ficam ameaçadas de ‘não ser’ ou de formas de morte social. Ao trabalhar com currículo, gênero e sexualidade é necessário ter em conta, portanto, que muitas vidas têm dificuldade de serem *vividas* em diferentes

espaços, inclusive no currículo. Todas as estratégias de poder vinculadas ao slogan “ideologia de gênero”, que buscam intimidar, coibir e impedir qualquer trabalho na escola com os temas gênero e sexualidade, estão contribuindo exatamente para aumentar o número de vidas não vivíveis; aumentar o número de mortes sociais.

É por tudo isso- e porque considero que o currículo deve ser território para hospedar as diferenças, afirmar a vida e multiplicar os encontros que nos fazem desejar e expandir – que há tempos lutamos por currículos que considerem as relações de gênero e sexualidade temas de grande importância. Lutamos para que as relações de gênero e as diferentes formas de viver a sexualidade saiam do lugar do silêncio acomodado, dos ensinamentos velados, das omissões covardes, ou propositais, dos “turismos” inconsequentes nas escolas, para o centro das desnaturalizações e problematizações do masculino e feminino, do heterossexual e homossexual nos mais diferentes currículos. (PARAÍSO, 2018, p. 24, 25).

Essas são algumas questões de fundo que me orientaram na elaboração do problema de investigação e na construção dos meus dados de pesquisa. Como janela de observação desse amplo conjunto de fenômenos destacados até aqui, escolhi focar na perspectiva dos professores de sociologia na educação básica, meus colegas de curso e profissão. Entrevistei 10 professoras/professores de sociologia, todos licenciados na área e atuando como docentes nesta disciplina, para compreender como eles percebem o avanço neoconservador e seus efeitos na escola e nas suas aulas, na escolha das temáticas e materiais didáticos, na elaboração dos planos de aula e no currículo, nas suas relações com os estudantes e com a comunidade escolar como um todo. Assim, este estudo nasce como uma tentativa de refletir sobre estas questões.



Charge - Laerte, Folha de São Paulo, 3 de outubro de 2017.

1.3. Delimitando e contextualizando o tema e o problema de pesquisa

O tema central desta pesquisa tem profunda relação com o contexto neoconservador que estamos vivenciando no Brasil e suas implicações para a educação - mais especificamente para o ensino de sociologia e para o campo dos estudos de gênero e sexualidade – em especial a partir de fenômenos como o projeto Escola sem Partido (ESP) e os ataques antigênero, dois discursos prevalentes e que se sobrepõem. Ao longo da pesquisa e na análise das entrevistas, ficou claro que esses efeitos repercutiam sobre a temática dos direitos humanos, de forma mais ampla, incidindo nos chamados “temas sensíveis”. Os ataques vindos desses grupos geralmente se concentram na escola, nos professores (acusados de doutrinadores e esquerdistas) e no material didático fornecido pelo Estado (Ministério da Educação, de governos anteriores, dos quais são críticos) por meio de uma política pública, o PNLD, mas é importante frisar que os livros são escritos por especialistas, publicados por editoras privadas e independentes do governo e selecionados por uma comissão acadêmica⁵².

Assim, a educação tem sido um alvo preferencial de grupos políticos⁵³ ligados ao bloco da “nova direita” neoconservadora e neoliberal. O ESP atua já há alguns anos no país, mas foi ao se juntar aos grupos contrários a chamada “ideologia de gênero” (fenômeno transnacional) que obteve mais visibilidade e destaque, em especial a partir da retirada do termo gênero do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014 e todas as consequências a partir desse episódio (as quais já foram mencionadas anteriormente). Algumas mudanças importantes no âmbito da educação estão sendo realizadas desde o governo Temer, como a implementação da Reforma do Ensino Médio e a reestruturação na proposta da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) do ensino médio, que foi concluída apenas em 2018, depois da BNCC da educação infantil e do ensino

⁵² Muitas *fakes news* ligadas a virtuais cartilhas distribuídas pelo MEC foram vinculadas nos últimos anos. Entretanto, é no governo atual que tem ocorrido intromissão governamental e ideológica em relação aos livros didáticos, criticados pelos ministros da educação e pelo próprio presidente, que afirmou no início de 2020 que pretende mudar o conteúdo dos livros que passarão a ser feitos “por nós”, sem muita coisa escrita e mais suavizados. Ver mais em: <<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2020/01/apos-criticas-de-bolsonaro-mec-vai-descartar-livros-didaticos/>> <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/03/livros-didaticos-atuais-sao-lixo-e-governo-vai-suavizar-linguagem-a-partir-de-2021-diz-bolsonaro.ghtml>> <<https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2020/01/o-que-o-ataque-de-bolsonaro-contra-livros-didaticos-esconde/>> <<https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-critica-livros-didaticos-muita-coisa-escrita/>> . Acesso em 15 de janeiro de 2020.

⁵³ O foco neste momento, ao me referir ao bloco neoconservador e suas alianças, será sempre o que eles têm em comum e o que articulam ao seu favor, mas tenho ciência de que existem divergências dentro deste bloco heterogêneo (grupos religiosos fundamentalistas, grupos neoliberais, populismo autoritário, apoiadores da ditadura militar etc.) que serão exploradas ao longo da pesquisa, quando for necessário.

fundamental, mas ambas excluíram o termo gênero de seus documentos, demonstrando a mudança de enfoque e perspectiva no âmbito das políticas educacionais do MEC (que se intensificou no atual governo Bolsonaro). Mas é claro que isso não ocorreu sem processos de resistência a esses retrocessos⁵⁴.

Notícias de professores sendo perseguidos e censurados por meio de efeitos do projeto Escola sem Partido (denúncias, assédio, exposição nas redes sociais etc.) e das questões colocadas pela “ideologia de gênero” eram cada vez mais comuns. Sendo assim, me pareceu que o primeiro desafio era tentar compreender o que estava acontecendo no Brasil, do ponto de vista mais amplo, no que diz respeito às políticas e as questões socioculturais que tem ampla repercussão na escola; e, a partir disso, entender as implicações dessas mudanças nas aulas e no currículo da sociologia no ensino médio- minha disciplina de formação e atuação- e uma das que mais padece, de forma explícita, com o avanço do discurso neoconservador na sociedade e na escola. Isso tem ficado cada vez mais evidente com as alterações e reformas educacionais em curso e as falas dos ministros da educação⁵⁵ e do atual presidente defendendo cortes na universidade (ensino e pesquisa), em especial, nas áreas de Sociologia, Filosofia e Humanidades. Nas palavras do presidente: "Queremos uma garotada que comece a não se interessar por política, como é atualmente dentro das escolas, mas comece a aprender coisas que possam levá-las ao espaço no futuro⁵⁶".

Meu tema se articula, portanto, a esses dois processos inter-relacionados: a emergência de um neoconservadorismo moral e político no Brasil e os impactos de seus discursos e projetos educacionais na escola; mais especificamente, nas aulas de Sociologia e na abordagem da temática de gênero e sexualidade no currículo dessa disciplina (que no decorrer da análise se mostrou um dos temas sensíveis, dentro do guarda-chuva da temática dos direitos humanos, mais delicados de se trabalhar na escola, na perspectiva dos professores de sociologia entrevistados). A partir disso, meu problema de pesquisa visa compreender as possíveis reverberações na escola do

⁵⁴ Não é o foco principal deste trabalho, mas é importante destacar que existem resistências por parte de professores, estudantes, pesquisadores e militantes, como o Movimento Escola Democrática, Professores contra o projeto escola sem partido, frente Escola sem Mordada, Mães e Pais pela Democracia e o Fórum Nacional de Educação etc. Além disso, existe muita produção acadêmica sobre o tema sendo produzida.

⁵⁵ Em especial, Abraham Weintraub, que foi ministro da educação de abril de 2019 a junho de 2020.

⁵⁶ Apesar dessa afirmação, é importante também lembrar que os três filhos mais velhos de Bolsonaro são políticos, Carlos Bolsonaro, inclusive, assumiu como vereador aos 18 anos, mesmo ano em que sua mãe, Rogéria Bolsonaro, ex-esposa de Jair Bolsonaro, deixou a câmara de vereadores do RJ depois de dois mandatos. A respeito dessa afirmação, ver <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral/bolsonaro-queremos-uma-garotada-que-comece-a-nao-se-interessar-por-politica,70002785320>> Acesso em 31 de maio de 2019.

crescente neoconservadorismo, do predomínio de uma denominada “nova direita” no poder (em especial, dos grupos vinculados à fusão entre o projeto Escola sem partido e a campanha antigênero)⁵⁷ e de seus discursos por meio das percepções dos professores de sociologia. E, nesse sentido, em que medida isso modifica o currículo da disciplina, a abordagem das questões de gênero e sexualidade, entre outras temáticas sensíveis na educação em e para os direitos humanos e a práticas dos professores em sala de aula.

Dito de outra maneira, pergunto: como o avanço do discurso neoconservador tem chegado à escola e de que forma isso modifica ou não o trabalho dos professores de sociologia que atuam na educação básica, em termos de construção do currículo da disciplina, abordagem de temas sensíveis como gênero e sexualidade e nas suas práticas docentes? Ou seja, como a ascensão dessa direita neoconservadora no Brasil tem impactado o currículo, a prática docente e o ensino de sociologia na escola, em especial nos temas relacionados à gênero e sexualidade (os mais atacados por esses grupos) e os direitos humanos de forma geral?

Para buscar responder a esse problema de pesquisa vou proceder da seguinte forma: em primeiro lugar, apresento uma contextualização da temática a fim de tornar evidente o que compreendo por esse emergente contexto neoconservador que vivemos atualmente no Brasil e que acredito ter inúmeras implicações na escola. Isso ocorre, porque para além do fato óbvio de a escola não ser uma ilha, estas questões têm permeado todo o nosso tecido social e se tornado cada vez mais relevantes, em especial, desde a última eleição presidencial de 2018. Antes disso, é claro, vale mencionar a centralidade das disputas e pautas políticas que vem ocorrendo já há alguns anos, com alguns episódios cruciais que têm dominado a opinião pública, dividido grupos de amigos, trabalho e família e, por isso, obviamente, chegando no espaço escolar.

⁵⁷ A questão do ESP ainda está nebulosa no governo Bolsonaro e na atual gestão do MEC, talvez a perda de visibilidade ou de defesa desse projeto no início do mandato esteja relacionada a sua sabida inconstitucionalidade, mas independente de sua não aprovação oficial, este projeto já produziu uma série de efeitos, como a crença de que grupos e pensamentos de esquerda dominam as universidades, de que havia aparelhamento dentro do MEC e das instituições ligadas a educação, a ideia de que os materiais didáticos expressam esse ideário, que os professores são doutrinadores nocivos as crianças e aos adolescentes e que passaram a ser vistos como inimigos dos pais, da sociedade e do Estado. Além disso, defensores do projeto se elegerem deputados estaduais, federais e até senadores nas últimas eleições. Entretanto, depois das críticas, o governo voltou a apoiar o projeto e suas ideias. Sobre a situação atual do projeto/movimento Escola sem partido ver ainda: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/ministro-da-educacao-diz-que-busca-solucao-para-escola-sem-partido-ainda-neste-mes-23869875>> <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/escola-sem-partido-anuncia-suspensao-de-atividades-criador-do-movimento-desabafa-esperavamos-apoio-de-bolsonaro-23817368>>. Acesso em 14 de agosto de 2019.

Entretanto, é importante sublinhar que as políticas educacionais estão entre os principais alvos de ação dos grupos que conformam essa “nova direita”⁵⁸ brasileira, algo que não é inédito ou novo porque a educação é alvo das racionalidades neoliberais e conservadoras já há algum tempo e por essa razão, a educação é um local de resistência também. Como se sabe, toda a mudança política, de regime, de governo, de modelo social e cultural implica em mudanças no campo educacional, seja na seleção didática dos conteúdos, nos projetos educacionais ou na elaboração do currículo. Um indício dessa questão tem sido os cortes na área de educação, as polêmicas envolvendo o MEC e seus ministros e o fato de que, entre as principais mobilizações e protestos de rua que ocorreram em 2019, no contexto urbano, contra o atual governo federal e suas políticas, estão as realizadas por estudantes, professores e pesquisadores, em especial, das universidades. Outras pautas se juntaram à defesa da educação e da pesquisa (defesa da ciência, contra a reforma da previdência, pela liberdade do ex-presidente Lula, contra o presidente Bolsonaro, contra os ministros Sérgio Moro, Abraham Weintraub, Ricardo Salles, em defesa da Amazônia etc.), mas estas são minoritárias e não conseguiram engajar e mobilizar atos mais amplos e com visibilidade, com exceção desta última (devido ao aumento do desmatamento e das queimadas na floresta, que teve repercussões internacionais).

Embora já tenha elencado uma série de elementos ocorridos recentemente no país para afirmar que estamos vivendo uma ofensiva neoconservadora, é importante explicitar o uso do termo neoconservadorismo para se definir tal fenômeno. Tendo em vista que existem muitos elementos do conservadorismo tradicional, ou seja, nem tudo é novo no cenário e ao mesmo tempo, há uma multiplicidade de termos que vem sendo utilizados para denominar o fenômeno específico contra gênero e direitos sexuais e reprodutivos (contra a agenda dos movimentos feminista e LGBTQI) transnacional.

Biroli et al. (2020) destacam alguns dos termos utilizados pelos estudos atuais para descrever e compreender o cenário na América Latina: fundamentalismo, movimento antidireitos, movimento antigênero, neointegrismo, contramovimento, política de reconhecimento hiper-reacionária. Apesar das diferenças, as dimensões em comum se referem a defesa de uma

⁵⁸ Estou usando nova direita entre aspas porque em parte entendo que seja um fenômeno novo, em termos da nossa recente democracia que uma extrema direita tenha chegado ao poder por meio do voto popular, juntando grupos diversos em torno da candidatura, sendo alguns realmente novos no cenário político nacional. Entretanto, o rótulo novo usado por eles não me parece totalmente adequado de ser usado, pois representam, pelo menos em parte, a política tradicional da direita e dos neoliberais, talvez a novidade sejam as estratégias políticas e a ideia de ser vender como algo novo em contraste à velha política.

concepção de ordem sexual e familiar considerada ameaçada. Tais autores defendem o uso do conceito de neoconservadorismo⁵⁹, entre outras razões, devido a sua temporalidade específica, pós criação e consolidação do conceito de gênero e as disputas nas convenções da ONU nos anos 90, em torno da ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos, com destaque para as agendas feministas, dos movimentos de mulheres e dos movimentos LGBTQI, ou seja, a politização da sexualidade e da reprodução, que gerou uma “politização reativa” de setores religiosos e morais contra essa agenda e as mudanças sociais e culturais que ocorreram nas décadas anteriores e que se ampliaram no período, com a criação e disseminação da expressão “ideologia de gênero” articulando grupos religiosos diversos e atores seculares. Além disso, segundo os autores:

[...]o termo neoconservador tem, como outros, várias limitações; no entanto, permite caracterizar o fenômeno em sua emergência no momento político atual, ressaltando as coalizões diversas que o sustentam em um contexto específico. Segundo Wendy Brown, ele se refere a uma racionalidade política que se expressa em forte regulação da moralidade sexual. Essa racionalidade promove uma forma de cultura política e de política de subjetivação que prioriza a mobilização do direito de proteger e garantir uma moral sexual baseada na defesa da família (heterossexual) e legitimada por seu potencial reprodutivo. Isso se dá justamente à medida que outras moralidades ganham legitimidade no sistema internacional de direitos, assim como regional e nacionalmente (BIROLI, et al. p. 25-26, 2020).

Sendo assim, no contexto da temporalidade exposta, com a utilização da expressão “ideologia de gênero” para construir alianças entre grupos religiosos diversos e como uma estratégia política eficaz, segundo Biroli et al. (2020), o conceito do neoconservadorismo consegue dar conta de cinco dimensões importantes para compreender esse fenômeno: 1) “permite jogar luz sobre as alianças e afinidades entre diferentes setores” (atores católicos e evangélicos e destes com outros setores seculares); 2) “a acentuada juridificação da moralidade”

⁵⁹ Nesta tese, a ideia já era utilizar o termo neoconservadorismo antes da publicação deste livro (setembro de 2020) pois ele nos parecia o mais abrangente para dar conta de um fenômeno tão amplo e complexo, que embora seja focado nesta pesquisa, no Brasil, no campo da educação e com enfoque na questão de gênero e sexualidade, e todos os efeitos do discurso/estratégia política adotado em relação a esses temas em sua conexão com os direitos humanos, liberdade de ensinar e a democracia, é um fenômeno transnacional e envolve outras dimensões da vida social, política e econômica. Além disso, também já havíamos enfatizada a multiplicidade de atores envolvidos nessas alianças e o papel central do gênero nessas disputas. Por essa razão, concordamos com a perspectiva do livro citado que nos ajuda a compreender e nomear este fenômeno social que está em processo.

(redefinindo os significados e limites dos direitos, “naturalizando os direitos humanos, defendendo uma moralidade sexual e reprodutiva unitária”); 3) “que ele opera em contextos democráticos” (mesmo que tenha efeitos na democracia e atue para diminuir a pluralidade e se coloque muitas vezes de forma iliberal, ele emergiu após as ditaduras militares na América latina); 4) tem “caráter transnacional”; 5) “relação entre conservadorismo e neoliberalismo, que convergem ao posicionar a família no centro de sua concepção mais ampla de sociedade” (Biroli et al. 2020, p. 28-39).

Como já dito, a educação tem sido um local de interesse e disputa desses grupos políticos de direita não só no Brasil, mas em outros países, já que a onda neoconservadora é transnacional e tem muitas especificidades locais e regionais, sendo o caso da América latina. A emergência do neoconservadorismo na educação brasileira foi alvo de análise de Lima e Hypólito (2019) que recuperam o que define o neoconservadorismo ou a modernização conservadora a partir da leitura de autores estadunidenses (ou que estudam esses movimentos surgidos nesse país), buscando traçar paralelos com o que ocorre no Brasil atualmente, demonstrando fatos que evidenciam o crescimento de grupos conectados com o neoliberalismo e o neoconservadorismo no Brasil (ataques contra posições progressistas nos mais diversos temas, ênfase nas questões de gênero e convergência nos projetos do Escola sem partido e BNCC). Além disso, destacam a importância de se estudar tal fenômeno e a complexidade de se definir o neoconservadorismo no Brasil.

Neste artigo, os dois autores partem de estudos realizados há um bom tempo sobre o fenômeno da nova direita nos EUA, surgido no contexto do pós segunda guerra mundial, nos anos 60, e que se solidificou quando da crise econômica dos anos 70, que colocou em cheque o modelo do Estado de Bem estar social e a perspectiva keynesiana, fazendo emergir novos intelectuais e políticos que resgatavam pressupostos liberais, mas que apresentavam outras influências e divergiam em alguns aspectos do antigo liberalismo. Essa nova direita e seus impactos na educação no contexto norte-americano foi alvo de diversas pesquisas de Michael Apple. Este autor a subdivide em quatro grupos: neoliberais (que dão a orientação político-econômica pró livre-mercado); neoconservadores (ênfase nos valores do passado e nas tradições culturais como as melhores); populistas autoritários (classe média, trabalhadora, preocupada com a segurança, a família, o conhecimento e os valores tradicionais) e a nova classe média profissional (mesmo não concordando inteiramente com os outros grupos, tem como preocupação a mobilidade social e a lógica da eficiência e dos processos gerenciais). Estes quatro grupos,

apesar de suas diferenças e divergências, se uniram em torno de interesses em comum, tais como: a crítica ao Estado de bem-estar social que, segundo eles, apenas beneficiava as minorias lhes garantindo igualdade e direitos sociais, ao invés de privilegiar os reais merecedores que compõem a verdadeira nação (APPLE, 1999 apud LIMA e HYPOLITO, 2019). Posteriormente, esse autor afirma que entre os populistas autoritários muitos são evangélicos conservadores (APPLE, 2013).

Na sequência, Lima e Hypólito (2019) destacam algumas diferenciações necessárias entre neoconservadores e neoliberais, para que eles não sejam vistos como sinônimos, e fazem isso a partir da perspectiva de outro autor (MOLL, 2010 e 2015, apud LIMA e HYPOLITO, 2019), que aponta que os sentidos de liberdade nos EUA são diferentes daqueles do contexto europeu e que os objetivos principais dos dois grupos/correntes são diferentes. Desta forma, os neoconservadores estariam mais preocupados com a suposta degeneração social causada pelo Estado de bem-estar social e a necessidade de resgatar os valores tradicionais norte-americanos (família, moral, indivíduo) em oposição ao multiculturalismo, humanismo, ambientalismo, entre outros. Trazidos pela contracultura e mudanças dos anos 60; já os neoliberais estariam preocupados com a perda da liberdade individual devido a intervenção econômica considerada nefasta do Estado de bem-estar social. Entretanto, essas diferentes percepções de mundo se unem em relação à crítica ao Estado.

Ainda sobre as características do neoconservadorismo e sua relação com o neoliberalismo, Lima e Hypólito (2019) destacam, lançando mão de outro autor (BARROCO, 2011 apud LIMA e HYPÓLITO, 2019), que essa vertente procurou atualizar o velho liberalismo incorporando princípios econômicos do neoliberalismo, e acreditando que o dever do Estado é apenas reprimir as formas de contestação a ordem social e criticando os programas sociais do Estado de bem estar social, como por exemplo: programas de auxílio a mães solo que na perspectiva deles, subvertem o papel da mulher de mãe e dona de casa obediente que obtém segurança por meio do marido e do casamento, além de serem contra o aborto e a leis favoráveis aos homossexuais. Isso porque, na visão dos neoconservadores, esses projetos e políticas públicas desestimulam o trabalho, buscam uma igualdade nociva e substituem o papel tradicional das famílias, igrejas e comunidades em garantir a harmonia social. Além disso, o neoconservadorismo enfatiza o militarismo, o retorno dos valores tradicionais, a defesa do neoliberalismo, a questão religiosa etc. A união do programa neoliberal com o neoconservador foi implementada nos EUA por meio

do governo do presidente republicano Reagan, nos anos 80. Em relação a essas características, Lima e Hypólito ressaltam também a semelhança desses discursos ao slogan da campanha de Trump a presidência norte americana em 2016: *America great again*.

Muitos paralelos podem ser feitos entre a realidade norte americana- de surgimento e avanço das ideias neoconservadores em aliança com o neoliberalismo - e o Brasil dos últimos anos. Muitos fatos anteriormente narrados evidenciam a ascensão de valores neoconservadores, neoliberais e religiosos no meio político brasileiro. Além da tradicional influência estadunidense na América Latina, algumas associações mais diretas são a importação e adaptação de programas implantados ou pautas vindas diretamente dos EUA, como a questão *homeschooling* – educação domiciliar (fortemente ligado a grupos religiosos) e o programa de vouchers (distribuição pelo Estado para que os pais “decidam” em qual escola privada estudem seus filhos, ligado a setores da educação privada), enfraquecendo o investimento na educação pública e favorecendo o setor privado⁶⁰.

Outro paralelo que destaco, é a semelhança da argumentação destes grupos neoconservadores. Se nos EUA, a crítica ao Estado de bem estar social (e a intervenção do Estado na economia) afirma que este só beneficia as minorias, que alcançaram vitórias em termos de igualdade e direitos sociais sob esse modelo, ao invés da verdadeira população da nação (LIMA e HYPOLITO, 2019) no Brasil recente, muito aquém de um Estado de bem estar social (como o europeu ou norte-americano), o início da implementação de direitos previstos na constituição por meio de políticas públicas para “minorias” (pobres, mulheres, negros, indígenas, quilombolas, LGBTQI...) também causou a revolta de grupos sociais que se sentiram prejudicados pelas políticas afirmativas ou pelo empoderamento de alguns segmentos historicamente excluídos. Tal fato ajudou a fomentar o neoconservadorismo com uma concepção econômica neoliberal no nosso país, onde discursos como “a minoria tem de se curvar diante da maioria” (proferida pelo então deputado e pré-candidato à presidência, Jair Bolsonaro, em

⁶⁰ Sobre isso, recentemente tivemos a tentativa de deturpação do uso do dinheiro do FUNDEB na Câmara dos Deputados, esvaziando o financiamento da educação pública e repassando para o setor privado. Ver mais em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/12/15/fundeb-senado-exclui-trechos-que-tirariam-r-16-bi-de-escolas-publicas-texto-volta-a-camara.ghtml>> <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/12/senado-rejeita-proposta-que-repassava-recursos-do-fundeb-para-escolas-ligadas-a-igrejas.shtml>> <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/12/14/novo-fundeb-repasse-para-instituicoes-privadas-e-inconstitucional-diz-mpf.htm>> . Acesso em 16 de dezembro de 2020.

2017⁶¹), a ênfase na meritocracia, contra o politicamente correto, contra as políticas afirmativas, críticos do movimento feminista, críticos do bolsa família⁶² (que fomentaria a preguiça ao invés do trabalho) e a defesa da volta da ditadura militar, período percebido de forma fantasiosa como uma época moralmente correta, sem corrupção e sem violência, não maculada pela degeneração moral e política que a democracia e a ascensão de um partido de centro-esquerda (compreendido como uma ameaça comunismo, num *revival* dos anos 60) teriam trazido ao país, se tornaram comuns e conformam as bandeiras dos diferentes grupos que compõe o neoconservadorismo brasileiro.

O argumento da degeneração moral é comum aos neoconservadores da nova direita estadunidense dos anos 70 e aos neoconservadores do Brasil dos anos 2010 e 2020. Essa característica também explica a ênfase na agenda dos costumes, a aliança com os grupos religiosos e a obsessão por temas ligados a gênero, sexualidade e corpo. Está relacionada também a importância dada a agenda da educação, pois “proteger as crianças”, dessa suposta “degeneração” é necessário. Os agenciamentos do medo e o pânico moral como estratégia política se fazem presentes nos diferentes contextos e épocas de emergência do neoconservadorismo, mas claro, alguns alvos e “inimigos”⁶³ externos ou internos são distintos nas diferentes situações: imigrantes, indígenas, LGBTQIs, feministas, movimento negros, minorias religiosas, terroristas... Os interesses políticos e econômicos estão fortemente interligados às políticas sexuais na agenda e na forma do *modus operandi* dos neoconservadores. Mas essas complexas relações vinculadas à sexualidade e ao gênero explicitadas diretamente na retórica da

⁶¹Ver mais em: <<http://www.justificando.com/2019/07/01/bolsonaro-governa-para-uma-minoria/>> <<https://istoe.com.br/frases-de-bolsonaro-o-candidato-que-despreza-as-minorias/>> <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/ou-as-minorias-se-adequam-ou-desaparecem-o-video-profetico-de-bolsonaro-anunciando-o-caos/>>. Acesso em 16 de dezembro de 2020.

⁶² Mas que mantiveram essa política de distribuição de renda quando alcançaram o poder.

⁶³ A existência de um outro, um inimigo, é crucial para alimentar o sentimento neoconservador (conforme apontado por LIMA; HIPÓLITO, 2019, na revisão já referenciada, onde é citado que nos anos 60 e 70 o inimigo externo dos EUA era claro, expresso na Guerra do Vietnã e da Coreia. A derrota em ambas as guerras ajudou a fomentar a frustração de alguns grupos dessa geração). A ideia de uma guerra externa ou interna e a necessidade de um constante conflito com um outro diferente e inimigo é um ponto comum nas estratégias utilizadas pelos neoconservadores atualmente no poder, como por exemplo Trump, presidente dos EUA até o início de 2021 com a proibição da imigração, muro para separar o país do México, os terroristas islâmicos do Irã, o conflito com a China, o retorno de uma agenda anticomunismo, crítica a OMS, etc.) e Bolsonaro no Brasil, com o fantasma do comunismo e a doutrinação de esquerda, o marxismo cultural, o PT, a “ideologia de gênero”, o bolivarianismo, o foro de São Paulo, o globalismo, a ONU, os professores doutrinadores, as feministas, os intelectuais – Paulo Freire como exemplo máximo – e artistas, e mais recentemente, qualquer ex-aliado que deixe de seguir essa agenda e apoiar estritamente o presidente).

cruzada contra a “ideologia de gênero” contemporânea serão mais detalhadas nos próximos capítulos.

Voltando a caracterização do neoconservadorismo, sua aliança com o neoliberalismo e sua atuação na área da educação em outros países e sua configuração atual no Brasil, Lima e Hypolito (2019), destacam ainda em sua revisão alguns pontos que julgo interessantes, como o fato da aliança entre neoconservadores e neoliberais (velho conservadorismo e libertarianismo) ser problemática devido a profundas diferenças e contradições entre elas (aspecto destacado por MOLL, 2010 apud LIMA e HYPOLITO, 2019). Ainda segundo os autores brasileiros, Apple (2003 apud LIMA E HYPOLITO, 2019) afirma que os neoconservadores possuem uma visão romântica do passado como possuindo uma moralidade suprema e na área da política educacional destaca-se a defesa de currículos obrigatórios, avaliações nacionais, retorno a tradição ocidental, patriotismo, educação moral, crítica ao multiculturalismo (o outro, o diferente, é uma ameaça aos valores tradicionais) e a exigência de um estado forte na regulação da profissão e ação docente – autonomia regulamentada, trabalho docente padronizado, racionalizado e policiado. Segundo Apple (2003 apud LIMA E HYPOLITO, 2019), esses grupos estabelecem alianças com os grupos neoliberais, fundamentalistas religiosos, populistas autoritários e evangélicos conservadores.

Conforme Lima e Hypolito, Apple define os populistas autoritários como aqueles que baseiam suas posições sobre educação e políticas sociais em visões bíblicas, moralidade cristã e papéis de gênero e família. Tal grupo se preocupa com o saber considerado legítimo e o que deve ser o currículo nas escolas, pressionando editoras para mudar os conteúdos e defendem o ensino domiciliar, por acreditar que o Estado não pode obrigá-los a enviar seus filhos para uma escola onde irão conviver com o diferente e o que eles julgam imoral. Colocando assim, no centro do currículo, questões relativas à moralidade, família, igreja etc.

O grupo definido como populista autoritário por Apple, é, em grande parte, o que é denominado de neoconservador por (MOLL, 2010 apud LIMA e HYPOLITO, 2019). Tal grupo é definido por este autor como tendo crescido nos EUA a partir dos anos 70, formado por igrejas evangélicas conservadoras que passaram a fazer uso dos meios de comunicação para difundir suas ideias e efetivamente participar da política e denunciar o suposto comunismo nas escolas e nos programas do governo. Lima e Hypolito destacam o paralelo deste grupo com o que aconteceu no Brasil a partir dos anos 90 e que foi intensificado nos anos 2000. Ressalto a ascensão e crescimento de igrejas neopentecostais, programas religiosos na televisão (e até a

compra de canais), jornais e lançamento de candidatos ligados a essas igrejas, partidos associados a elas, conformando o que hoje chamamos de bancada evangélica. Lembrando que também há políticos ligados à igreja católica, entre outras igrejas, que conformam uma bancada religiosa, muitas vezes, fundamentalista. Em uma entrevista recente, as pesquisadoras Flávia Biroli e Maria das Dores Machado (2020) afirmam que haveria uma aliança e uma divisão de tarefas entre os grupos e políticos religiosos no Brasil, já que estudos apontam que evangélicos neopentecostais atuaram mais na disputa moral antigênero no PNE de 2014, enquanto os grupos católicos conservadores atuaram fortemente nos planos municipais e estaduais posteriores⁶⁴.

Naqueles pontos trazidos por Lima e Hypolito (2019), a partir da análise de Apple (2003) e Moll (2010 e 2015), os paralelos com o Brasil atual também são bem evidentes, seja na aprovação da BNCC (e das disputas em torno do que se ensina), a preocupação com as avaliações de larga escala internacionais como justificativa para mudanças nas políticas educacionais, as críticas aos livros didáticos⁶⁵, denúncias, censura e defesa de mudança dos conteúdos, críticas as questões e aos temas da redação do ENEM (e a obrigatoriedade de respeito aos direitos humanos), o ESP, o ataque ao gênero etc.

Para finalizar os aspectos revisados por Lima e Hypolito a respeito da ascensão do neoconservadorismo no Brasil e seus efeitos na educação, tais autores apontam a análise de Macedo (2017 apud LIMA e HYPOLITO, 2019) para exemplificar as alianças, estratégias e políticas destes diferentes grupos caracterizados como neoconservadores, a respeito das mudanças na BNCC, a atuação do ESP e a ofensiva contra a chamada “ideologia de gênero”, conformando, segundo a autora, quatro pautas em comum: 1) separação entre público e privado – passando a educação do espaço público, da escola, para o espaço da família, a responsável pela formação moral e ética das crianças; 2) contra o suposto viés ideológico da primeira versão da BNCC; 3) contra a diversidade cultural nos currículos; 4) contra a ideologia de gênero. Entre os atores envolvidos nessa aliança do neoconservadorismo com outros grupos da chamada nova direita no

⁶⁴ Para mais informações sobre isso, ver a dissertação de mestrado de Carlos Eduardo Barzotto, intitulada *Distopia à brasileira: a (re)produção do discurso antigênero no Contexto das políticas públicas educacionais de municípios do Rio Grande do Sul (2014-2019)*, defendida em 2020 neste programa. Entre outras pesquisas que se debruçaram sobre essas cruzadas antigênero regionalmente.

⁶⁵ Sobre isso especificamente há um blog, uma página no *facebook* e um perfil no *Twitter* chamado De olho no livro didático, produzido por Orley J. Silva que se descreve como “professor em Goiânia, missionário cristão na educação, observador das políticas e dos processos educacionais, especialmente o currículo e o material didático” que se dedica a denunciar conteúdos de livros e materiais didáticos e que é utilizado pelo ESP nas suas campanhas de “denúncia” de doutrinação esquerdista no MEC dos governos petistas, nas escolas.

Brasil estão desde representantes do setor privado da educação, bancada religiosa, grupos contra a discussão de gênero e a pauta LGBTQI etc.

Em resumo, a revisão trazida pelo artigo de Lima e Hypolito (2019), demonstra que antes dos anos 90 já estava configurada a constituição de uma modernização conservadora ou dessa nova direita neoconservadora, juntando a tradição conservadora, com a influência religiosa e com o neoliberalismo. Essa restauração conservadora estaria acontecendo em vários países atualmente, por essa razão, estes autores destacam que este é um tema complexo, mas crucial para o futuro do nosso país porque estão em jogo as definições sobre a constituição do que a escola e a sociedade serão instigadas a instituir. Nas palavras deles:

O campo do currículo é um campo em disputa. As disputas em torno da BNCC deixaram clara a importância e o interesse que os grupos conservadores e neoliberais manifestaram quanto às definições curriculares e da agenda educacional do país (LIMA e HYPOLITO, 2019, p.13).

Saindo da esfera mais estrita relacionada a pensar o neoconservadorismo, sua ascensão e seus efeitos nas políticas educacionais, por parte de pesquisadores que estudam a escola temos outros autores de outras áreas que tem, procurado compreender o fenômeno da “nova direita” no Brasil e que também tem encontrado as relações entre o crescimento do neoconservadorismo e a educação, seja porque a escola é um dos locais de maior interesse no âmbito de atuação destes grupos, seja também porque foi por meio de pautas ligadas a educação (ataque aos educadores, “defesa dos filhos”) que boa parte destes grupos cresceu e ganhou visibilidade. Se por um lado, boa parte deste fenômeno é transnacional e já estava se conformando há um certo tempo, por outro lado, as alianças e os contornos que a ascensão do neoconservadorismo no país e sua vinculação com a ofensiva antigênero vai ter por aqui possuem especificidades, seja por meio da existência do ESP, seja porque a “ideologia de gênero” nascida no âmbito do vaticano, vai ser tão bem acolhida nas igrejas neopentecostais, entre outros grupos conservadores no nosso país. Em outros países da América Latina, seus usos vão ser um pouco diferentes, como é o caso da Colômbia, por exemplo.

A nova direita brasileira, conforme aponta o cientista político Luís Felipe Miguel (2016), é caracterizada fortemente por um liberalismo econômico radical (também chamado de libertarianismo ou ultraliberalismo) defensor do Estado mínimo e a favor da privatização geral e irrestrita; um forte conservadorismo moral no campo dos costumes; um marcante discurso anti-esquerda e afins (comunismo, socialismo, bolivarianismo...) e um vigoroso fundamentalismo religioso cristão (evangélico pentecostal e católico, sobretudo). Acrescento a isso, o flerte com visões anticientíficas e anti-intelectuais e a defesa de um Estado autoritário e policial, centrado no combate à violência⁶⁶ e na liberação de armas para defesa individual⁶⁷. Esses blocos que conformam a aliança dos grupos conservadores no Brasil tem uma grande heterogeneidade, mas se unem em algumas frentes e causas. Devido à complexidade dessa questão, esta pesquisa não pretende dar conta de tudo isso, mas é necessário compreender minimamente o que estou chamando de neoconservadorismo e nova direita no Brasil e seus efeitos na área da educação. Sendo assim, neste estudo, o principal enfoque serão as questões ligadas à educação, na figura do

⁶⁶ O caso do atualmente afastado governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, do PSC, é exemplar disso, ele se elegeu aproximando-se da família Bolsonaro (embora mais recentemente tenham se tornado inimigos), defendeu e até participou de ações policiais armadas e violentas em comunidades e favelas do estado, aumentando as já altas taxas de mortes de jovens (e até crianças), especialmente as negras de periferia, por confrontos entre policiais e supostos traficantes, bala perdida e execuções sumárias (tiros disparados do alto de helicópteros e afins), defesa do uso de atiradores (*snipers* – “para atirar na cabecinha”) etc. Além disso, o pacote anticrime e as tentativas do então ministro Sérgio Moro para tornar legal o excludente de ilicitude revelam a centralidade do caráter autoritário e policial dessa configuração estatal proposta pelo atual governo. A esse respeito, ver por exemplo: <<http://www.tvt.org.br/excludente-de-ilicitude-o-primeiro-ato-do-novo-ai-5/>> <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/03/politica/1554246098_836562.html> <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/atirador-do-bope-mata-sequestrador-de-onibus-na-ponte-rio-niteroi-acao-terminou-sem-refens-feridos-23888723.html>> <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/12/05/entenda-o-projeto-anticrime-aprovado-na-camara.ghtml>>. Ainda, uma análise sobre o projeto de Bolsonaro como cópia daquele proposto pela autoproclamada presidenta boliviana, pós-golpe naquele país, ver <http://www.tvt.org.br/excludente-de-ilicitude-o-primeiro-ato-do-novo-ai-5/>. Acesso em 30 de janeiro de 2020. Excludente de ilicitude é um mecanismo previsto que estabelece a possibilidade de que uma pessoa pratique uma ação que normalmente seria considerada um crime. Atualmente, o Código Penal prevê a exclusão de ilicitude em três situações: no estrito cumprimento do dever legal, em casos de legítima defesa e em estado de necessidade. Já com a ampliação da excludente de ilicitude, agentes de segurança que cometerem excesso poderão ser isentados de punição, por exemplo, quando matarem alguém em serviço (<https://www.conjur.com.br/2019-nov-21/bolsonaro-encaminha-projeto-amplia-excludente-ilicitude>). “Lei diz que quem cometer excessos ao agir em legítima defesa, por exemplo, pode ser punido. Moro propõe que juiz isente de pena se ato for cometido por 'medo' ou 'violenta emoção”. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/09/23/excludente-de-ilicitude-veja-o-que-preve-o-pacote-anticrime-de-sergio-moro.ghtml>. Acesso em 03 de maio de 2020.

⁶⁷ Ver mais em: <<https://www.dw.com/pt-br/como-bolsonaro-vem-atuando-para-facilitar-o-acesso-a-armas/a-54715225>> <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/12/09/governo-federal-zera-aliquota-de-importacao-de-revolveres-e-pistolas.ghtml>> <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/08/21/policia-federal-publica-norma-que-autoriza-quatro-armas-por-pessoa.ghtml>> <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/12/bolsonaro-diz-que-governo-editou-resolucao-que-zera-imposto-de-importacao-sobre-armas.shtml>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

Projeto Escola sem Partido e afins e nos discursos antigênero presentes na construção da ofensiva contra a chamada “ideologia de gênero” que se sobrepõem e que já apresentam efeitos nas escolas por meio de um pânico moral.

Essa contextualização permite refletirmos sobre como chegamos até aqui? Ou seja, como saímos, na minha compreensão - de um inicial processo de ampliação de direitos e a “cidadanização” como chamou Carrara (2015) tomando emprestado o conceito do Luis Fernando Dias Duarte, de minorias e grupos subalternos no nosso país, marcadamente desigual, violento, com uma democracia recente e ainda em elaboração- para uma situação de precarização e retrocesso nesses direitos. Aqui, trata-se fundamentalmente do direito à educação, que se torna obrigação do Estado brasileiro somente com a Constituição de 1988 e cuja oferta do ensino médio e infantil, como parte da educação básica, é ainda mais recente, com a Lei de diretrizes e bases da educação (LDB/1996) e de lenta implementação. Além dos direitos das mulheres, da comunidade LGBTQI, dos negros, indígenas, também expressos no âmbito da escola em termos de acesso, permanência e direito a não discriminação.

Em um segundo momento, discutirei a questão do ensino de sociologia na educação básica, disciplina que volta de forma obrigatória ao ensino médio somente em 2008, com a lei 11.684 e que já vê sua oferta ser ameaçada pelas mudanças na legislação educacional, como a Reforma do ensino médio⁶⁸ e a nova Base Nacional Comum Curricular. Este é apenas um dos motivos que me leva a crer que esta disciplina é uma das mais afetadas por essas mudanças no âmbito educacional, seja em termos de câmbios na legislação e currículo, seja em termos de discursos que atuam para deslegitimar esta área do conhecimento, tanto como uma disciplina na educação básica, quanto como uma área de pesquisa e conhecimento científico de nível superior⁶⁹, já que muitas de suas perspectivas teóricas e objetivos vão de encontro aos interesses de alguns destes grupos que conformam o bloco neoconservador atualmente no poder. Dessa forma, veremos como a construção do currículo da disciplina e elaboração de seu material pedagógico, ainda em formação, está ainda mais ameaçado ou encurralado pelo avanço do discurso neoconservador e neoliberal. Em relação ao atual contexto transnacional de articulação

⁶⁸ Que será problematizada mais adiante na tese.

⁶⁹ O atual presidente do Brasil e o ex-ministro da educação, Weintraub, já declararam que desejam diminuir os recursos e investimentos nessa área do conhecimento. Ver mais em <<https://oglobo.globo.com/sociedade/bolsonaro-defende-cortes-em-cursos-de-humanas-diz-que-dinheiro-do-contribuinte-deve-ir-para-leitura-escrita-fazer-conta-23623980>>. Acesso 03 de junho de 2019.

discursiva conservadora e ultraliberal (do qual o Escola sem partido e a “ideologia de gênero” fazem parte) que afeta o campo da educação, o trabalho docente e o ensino de sociologia e ciências humanas, Silva et al. (2020) argumentam que:

A educação brasileira enfrenta um processo histórico/político/social propício a análise científica e a participação civil em sua constituição. No que diz respeito à sociologia e as ciências humanas, é preciso responder cientificamente às demandas anticiência, antipolítica e negacionistas que tem instituído discursos antidemocráticos através de “conceitos” vazios como os de “neutralidade” e “doutrinação”. Percebemos que o processo de intermitência da sociologia no currículo escolar, assim como a contraofensiva em relação ao gênero e às teorias marxistas são posicionamentos ideológicos e sobretudo políticos de direita, que colocam a educação em uma situação de subordinação em consonância com os discursos hegemônicos do neoliberalismo. Para além dos debates de gênero e sexualidade e da própria intermitência da sociologia no curricular escolar, o trabalho docente se encontra como objeto de constante disputa em detrimento de uma “nova configuração” que se impõe através da censura, perseguição, criminalização e instrumentalização; se utilizando de vários dispositivos para limitar a liberdade de ensinar e aprender. (P. 92)

Paralelamente a isso, e diretamente relacionadas como vimos, discutiremos como as questões de gênero e sexualidade, entre outros temas sensíveis ligados aos direitos humanos, foram fortemente afetadas pela perseguição explícita dos discursos provenientes do ESP e dos grupos contra a chamada “ideologia de gênero”. Tais temáticas também se relacionam a essa área do conhecimento, pois muitas das pesquisas neste âmbito se desenvolvem no campo das ciências sociais na academia e conformam o currículo da disciplina na escola. Tal fato caracteriza ataque ou censura à epistemologia das ciências sociais e as diferentes perspectivas teóricas e metodológicas ligadas a elas, por meio dos estudos de gênero, sexualidade, teorias feministas, *estudos queer* e afins. A Sociologia é uma das áreas que compõe a Ciências Sociais, juntamente com a Antropologia e a Ciência Política, e embora o nome escolar seja Sociologia, o currículo da disciplina na educação básica é composto pelos núcleos teóricos, conceituais e temas centrais de cada uma dessas áreas.

E por fim, apresentarei uma análise a partir das perspectivas e problematizações trazidas pelos professores de sociologia que atuam na educação básica acerca de suas experiências e vivências em sala de aula durante a conformação do atual contexto. Por meio de entrevistas semiestruturadas, busquei entender como os professores compreendem as implicações do atual contexto neoconservador na escola, nas suas aulas e na sua prática profissional. E ainda, de que forma abordam (se abordam) as questões consideradas polêmicas, os temas sensíveis, como as relacionadas a gênero e sexualidade, no currículo da disciplina, bem como seus objetivos e que estratégias utilizam para debater estes e outros temas, conceitos e teorias considerados

indesejados pelos grupos já citados. Essa reflexão parte também da minha própria experiência como professora de sociologia no ensino médio e como pesquisadora da área de gênero e sexualidade, já salientada no capítulo anterior. Em algum momento estas perspectivas, as dos meus colegas e as minhas, se encontram (ou se cruzam/dialogam) nas entrevistas e na análise.

Sendo assim, a partir dessas definições, recortes e das inferências iniciais que guiam esta tese, e da apresentação do tema e do problema de pesquisa, passarei, neste momento, para um exercício inverso – que constituiu a primeira etapa da investigação-ampliando o foco a partir da multiplicação de perguntas que realizei para expandir minhas possibilidades de olhar e problematizar esses fenômenos, além de compreender e refletir sobre meus pressupostos. Esta atividade foi fundamental para a construção do objeto, do problema de pesquisa e para a definição dos objetivos. Apresentar esta trajetória serve de guia para acompanhar o processo que definiu esta pesquisa, a revisão bibliográfica e as escolhas teóricas e metodológicas.

1.4. Refinando as lentes de observação: reflexões metodológicas

Como, por quem e por que a escola e os professores estão sendo atacados nestes últimos anos no Brasil? É importante compreender os significados e objetivos que embasam essas estratégias e discursividades. Por que essa ênfase na categoria gênero (a partir da invenção do termo “ideologia de gênero”) e tudo que se relaciona a ela? Sexualidade e identidades consideradas desviantes - gays, transexuais e transgêneros - em conjunto com as mulheres? Em especial, as que não aceitam o papel subalterno e/ou que não se enquadram no padrão/norma considerada ideal/ desejada por estes grupos conservadores, isto é, as feministas, as lésbicas, as negras, as pobres, as indígenas, as periféricas em geral. Muitas dessas mulheres são associadas à esquerda (partidos como PT, PSOL, movimentos sociais e afins), ao comunismo e aos Direitos Humanos, e do ponto de vista religioso e conservador/moral, são consideradas uma ameaça à coesão social e a reprodução da hierarquia social e da família dita tradicional, dos valores patriarcais, desafiando assim a manutenção da ordem vigente.

Esta tarefa demandou uma contextualização histórica de como chegamos ao atual momento, uma tentativa de reconstituir, em parte, uma breve e limitada história do presente, por meio de uma revisão bibliográfica e do levantamento de alguns indícios e fatos recentes buscando conectar alguns pontos para aventurar-me a compreender como tudo isso se tornou possível e teve eficácia. Para isso, me embasei nos autores e pesquisadores que estão estudando e se

dedicando a compreender o Brasil atual, por meio de artigos científicos, colunas para jornais, entrevistas, debates, análises, além de monitorar as notícias sobre estas temáticas em jornais e revistas. Isso implicou em estar envolvida com a história do tempo presente (se é que isso é possível⁷⁰), com seus enormes desafios, urgências e tristezas.

Mas há um grande desafio em tentar captar algo que está em processo, um terreno móvel onde estamos todos inseridos, ainda sem definições claras e cujo desfecho é totalmente imprevisível. Como diz Sônia Correa, em entrevista ao *podcast* Larvas incendiadas, nosso *timing* de pesquisadores parece sempre atrasado, estamos sempre correndo atrás de entender esse fenômeno antigênero e conservador em marcha, além de termos demorado tempo demais para nos darmos conta de sua amplitude, relevância e inovação⁷¹. Dessa forma, o que consegui realizar é uma descrição parcial, delimitada temporalmente, mas que espero que seja significativa, tanto como uma tarefa ética e política urgente, que demanda o papel ativo do intelectual/pesquisador, como quanto um mapeamento necessário para compreender tais processos e suas implicações específicas na escola⁷². A partir dessa contextualização foi possível compreender um pouco mais da atual realidade brasileira e suas reverberações na educação e esboçar de maneira mais precisa meu problema de pesquisa, desenvolvendo possíveis maneiras de tentar respondê-lo.

Citando novamente Corrêa, nesta mesma entrevista, ao comentar a publicação do dossiê *Retratos transacionais e nacionais da cruzada antigênero* (2018) na revista *Psicologia Política*, que ela organizou junto com Marco Prado, a antropóloga e ativista salienta que os artigos são interdisciplinares e escritos a partir de diferentes contextos, sobretudo Europa e Brasil, indo de

70 Na perspectiva de Agamben “a única coisa que possuímos e podemos conhecer com alguma certeza é o passado, enquanto o presente é, por definição, difícil de se apreender e o futuro, que não existe, pode ser inventado de cabo a rabo por qualquer charlatão”. Para entender o que estava acontecendo, resolvi olhar para trás (poucos anos antes e não num passado distante), como tentei deixar expresso na introdução, embora seja evidente, como apontado por autores como Jessé Souza e Lilian Schwartzman, que a história do Brasil é uma história de autoritarismo e violência, assim, o que acontece hoje no país segue essa tradição, com alguns elementos novos. “E Benjamin observou que na recordação (que é algo diversa da memória como imóvel arquivo) nós agimos, na realidade, sobre o passado, o tornamos de algum modo novamente possível. Flaiano tinha então razão ao nos sugerir fazer projetos sobre o passado. Só uma investigação arqueológica sobre o passado pode nos permitir ter acesso ao presente, enquanto um olhar dirigido unicamente ao futuro nos expropria, com nosso passado, também do presente.” **O que resta? - Giorgio Agamben** Disponível em: <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-che-cosa-resta> (tradução: Vinícius N. Honesko). Ver <<http://flanagens.blogspot.com/2017/06/o-que-resta-giorgio-agamben.html>>. Acesso em 30 de janeiro de 2020.

71 Larvas Incendiadas #24. Sonia Corrêa & Marco Prado – Retratos da cruzada antigênero parte 2 (eu acho que isso está na parte 1) – escutar de novo [Locução de]: Thiago Coacci e Regina Fachinni. Local: Larvas Incendiadas. 10 de outubro de 2019. Podcast. Disponível em: <https://desaprender.com.br/podcast/larvas-incendiadas-24-sonia-correa-marco-prado-retratos-da-cruzada-antigenero-parte-2/>. Acesso em: 30 de janeiro de 2020.

análises macro, exegeses e genealogias (como a de Rogério Junqueira, referência fundamental na temática da “ideologia de gênero”), passando por panoramas de países europeus, como a Itália, França e Espanha, até chegar em análises micro e situadas, em especial, no caso brasileiro, com ênfase na educação, que dialogam com a questão política circundante. Segundo ela, ambas abordagens são importantes e necessárias para se compreender o atual contexto. Esta pesquisa se vale dessas abordagens mais amplas que permitem compreender o contexto que estamos inseridos e vai para uma análise mais micro, focada nas perspectivas de um grupo de professores de sociologia da região metropolitana de Porto Alegre e como esses discursos e práticas os atingem.

Dessa forma, para tentar dar conta dessa empreitada, a partir dessa análise do contexto, multipliquei as perguntas que serviram de norte exploratório para a construção teórico-metodológica desta pesquisa, me fazendo refletir e definir o que eu desejava saber e o que era necessário observar e perguntar para tentar construir possíveis respostas e produzir um conhecimento minimamente relevante para a confrontação dos desafios que temos pela frente, não somente para compreender e resistir aos tempos sombrios, mas também para ter criatividade de/em gerar alternativas e elaborar novas propostas e agendas (não somente de maneira reativa, mas também proativa, no sentido de juntar a resistência e a criação). Em outras palavras, no atual contexto precisamos resistir e criar modos de lutar e existir, isso tem relação com esta tese, com a aula de sociologia e com o ser professor/a nesses dias.

Logo, tais perguntas foram cruciais na formulação final do roteiro de entrevista construído para servir de guia nas conversas com os professores de sociologia. O roteiro⁷³ se baseou nos seguintes pontos focais: quais são os efeitos desses discursos neoconservadores na escola? (se é que existem ou os professores percebem dessa forma). Mais especificamente, interessa pensar como os professores de sociologia compreendem esse contexto neoconservador mais amplo vivenciado no país e sentem suas implicações na escola e nas suas aulas. Como reagem a ele? Sofrem censura? Se autocensuram? São perseguidos? Denunciados? Percebem diferença em relação a um contexto anterior recente (de alguns anos atrás) para o atual? Por quê? Como? Trabalham as questões de gênero, sexualidade, direitos humanos, política em suas aulas? (Considerados temas sensíveis/polêmicos).

⁷³ Que está nos anexos.

Aliás, o que eles consideram delicado ou difícil de trabalhar nas aulas? Quais são para eles os temas sensíveis? Escolhem abordar estes temas mesmo assim? Ou evitam tais assuntos? Se incluem estas temáticas no conteúdo da disciplina, o fazem de que forma? Para que anos/faixas etárias? Quais as estratégias utilizadas por eles para lidar com esses desafios? Percebem interesse por parte dos alunos em suas aulas e nestas temáticas? Quais as demandas destes estudantes? Como eles (professores) são percebidos pelos outros colegas professores e pela direção da escola? Qual a relação com a comunidade escolar e com os pais/responsáveis? Sofrem pressão para mudar o conteúdo e/ou estratégias de suas aulas? De quem? Se sentem intimidados ou receosos? Sentem que a disciplina está ameaçada? Que materiais didáticos utilizam e/ou elaboram? Como constroem seus planos de aula? Como compreendem e criam o currículo da sociologia na educação básica? Ou seja, o que é essencial ensinar? Do que não podem abrir mão? As respostas constituem um material bastante extenso e rico e nem tudo o que for trazido pelos professores poderá ser abordado ou aprofundado nesta tese.

Essas últimas perguntas permitem saber o que eles acreditam ser o papel do professor de sociologia e o da disciplina nessa etapa escolar e o que consideram que é fundamental saber/aprender para compreender a sociedade que nos rodeia, de forma crítica e reflexiva, tarefa da sociologia. Na nossa perspectiva, como explicitado anteriormente, a mudança política implica numa reorganização do currículo e da escola, é isso que está em jogo? Há uma luta/disputa na/pela escola, isso está evidente. Como os professores de sociologia reagem a isso? Isso modifica suas aulas? De que forma?

Tais questões se justificam na medida que muitos professores de sociologia condensam em si, na sua figura, muitos aspectos que são considerados indesejáveis e/ou perigosos por esses grupos neoconservadores que sempre existiram, mas que emergiram com força mais recentemente no Brasil, obtendo vitórias graduais e expressivas, construindo alianças, arrebanhando novos simpatizantes e que agora estão no poder. Para o grupo apoiador do projeto Escola Sem Partido (ESP), os professores em geral são doutrinadores e alguns de seus líderes afirmam que isso se deve à “esquerdização” das universidades públicas, em especial na área de humanidades e na formação de professores, sendo Paulo Freire⁷⁴ a figura preferencial para ser

⁷⁴ Paulo Freire, o mais reconhecido internacionalmente educador brasileiro, foi preso pela ditadura militar e depois partiu para exílio. Foi acusado de subversivo, militante comunista e que se passava por alfabetizador, seu método de alfabetização também foi descartado nessa época num Brasil onde analfabetos não podiam votar e não era interesse dos grupos no poder e das elites a ampliação da democracia, muito menos a formação de cidadãos

demonizada e responsabilizada pelos maus resultados educacionais do país. Interessante a conexão entre a proposta de Paulo Freire e o objetivo e defesa do papel da sociologia na escola: fomentar o pensamento crítico e contribuir para a formação cidadã, concebendo a educação como uma ação política. Ambas as preocupações são consideradas nefastas e devem ser banidas, segundo o presidente e o ex-ministros da educação⁷⁵.

Ademais, os professores de sociologia abordam em suas aulas - conforme consta nos parâmetros e orientações curriculares da disciplina, assim como nos livros didáticos fornecidos até então pelo MEC - temas considerados sensíveis e que são vistos como inapropriados por esses grupos (ou com uma abordagem que eles não consideram correta, por ser progressista ou vista como ideológica de esquerda), como por exemplo: política, poder e dominação (sistemas políticos e econômicos, formas de governo, modelos de Estado...), democracia, cidadania, direitos humanos, desigualdades, gênero e sexualidade, minorias e estratificação social, identidades, movimentos sociais, questões étnico-raciais, violências, drogas, religiosidades etc.

Além disso, os professores de sociologia estudam e ensinam algumas lições de autores clássicos da área, como Karl Marx e Antônio Gramsci, que são geralmente associados à esquerda e ao “comunismo” (assim como boa parte dos intelectuais e artistas) e por essa simples razão, devem ser banidos e/ou desconsiderados como legítimos e/ou seriam a prova da doutrinação indesejada. E ainda, alguns professores de sociologia de fato militam em movimentos sociais, como o feminismo, movimento negro e/ou em partidos políticos, o que também é alvo de censura e crítica em relação a eles⁷⁶. Tais grupos neoconservadores também tentam desqualificar esta área

críticos e conscientes de seus direitos. As mesmas acusações retornam em pelo século XXI por meio de Olavo de Carvalho e seus seguidores, incluído o presidente da república e os dois primeiros ministros da educação por ele escolhidos e nas perseguições a Freire fomentadas pelo Escola sem partido. Para mais informações e uma análise mais profunda de porquê Paulo Freire é considerado um dos principais inimigos destes grupos neoconservadores, ver: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/04/por-que-o-brasil-de-olavo-e-bolsonaro-ve-em-paulo-freire-um-inimigo.shtml>> <<https://oglobo.globo.com/sociedade/entenda-quem-foi-paulo-freire-as-criticas-feitas-ele-pelo-governo-bolsonaro-23604772>> <<https://www.justificando.com/2020/01/21/paulo-freire-e-o-antipoda-de-jair-bolsonaro/>> <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/22/cultura/1571754417_189523.html>. Acesso em 03 de maio de 2020.

⁷⁵ Sobre debater “ideologia de gênero” e escola sem partido no âmbito da educação e “tirar o Paulo Freire de lançamentos do MEC”, afirmando que senso e pensamento crítico não é preocupação no Japão, ver fala do então candidato à presidência, Jair Bolsonaro na mesma matéria/coluna citada na nota anterior <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/04/por-que-o-brasil-de-olavo-e-bolsonaro-ve-em-paulo-freire-um-inimigo.shtml>>. Acesso em 03 de maio de 2020.

⁷⁶ O ministro da economia Paulo Guedes, ao comentar a proposta de reforma administrativa desejada pelo governo afirmou em 2019 que “Tem filiação partidária? Não é servidor público. Não vou dar estabilidade para militante. É como nas Forças Armadas: é servidor do Estado”. Mais informações em

do conhecimento (e a ciência, de modo geral) tratando suas teorias e conceitos como meras opiniões ideológicas, equiparando, portanto, suas próprias opiniões de senso comum emitida por leigos na área, à produção acadêmica, intelectual e científica das ciências sociais.

Dessa forma, a janela de pesquisa, ou seja, o lugar para onde resolvi olhar e analisar esta temática ampla - das implicações do neoconservadorismo na escola e a abordagem dos temas sensíveis (entre eles, as questões de gênero e sexualidade) - é a aula de sociologia, através da lente de seus professores, por meio de suas vivências, percepções, construção do currículo da disciplina, seus planos de aula, elaboração e escolha de materiais didáticos etc. Em suma, isso se constituiu, em um primeiro momento, inspirado e baseado em minha própria experiência e vivência como professora e, em seguida atentando para as compreensões e interpretações dos professores de sociologia que se tornaram meus interlocutores de pesquisa.

O conjunto dos dez professores de sociologia entrevistados para esta pesquisa se formou por meio do método da bola de neve, onde procurou-se estabelecer uma rede de contatos que cumprissem alguns requisitos considerados básicos: que fossem professores de sociologia, licenciados na área, e que atuassem ministrando essa disciplina na educação básica, especialmente no ensino médio público de Porto Alegre e região metropolitana. A princípio, seria fácil encontrar professores que se enquadrassem nesta classificação e não seria necessária a abordagem da bola de neve, mas a realidade da disciplina é diferente. Por estar há poucos anos de forma obrigatória no ensino médio, com a justificativa de uma inicial falta de profissionais formados para atender a nova demanda e uma carga horária pequena (geralmente um período por semana e somente no ensino médio) a situação obriga muitos professores de sociologia a assumirem outras disciplinas para fechar sua carga horária e/ou trabalharem em mais de uma escola.

Também influencia nesse retrato os problemas enfrentados pela educação pública estadual: poucos concursos, falta de professores, grande número de contratados temporários e inúmeros professores atuando fora de sua área de formação⁷⁷, com muitos professores de história ou de outras áreas mais distantes ministrando aula de sociologia. Essa realidade mostrou que não

<<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/11/05/servidor-filiado-a-partido-e-militante-e-nao-tera-estabilidade-diz-guedes.htm>>. Acesso dia 04 de maio de 2020.

⁷⁷ Pelo menos até 2019, início do governo Eduardo Leite, pois segundo um dos professores/as entrevistados, iniciou-se uma regra de mudança em relação a isso, mas não possui mais informações.

era tão fácil encontrar os professores que eu desejava. Na escola estadual em que trabalhei de 2013 até 2015, por exemplo, só havia dois professores de sociologia⁷⁸, atuando somente nessa disciplina, e que assumiram as vagas após os concursos de 2011/2012 (últimos realizados e os primeiros após a obrigatoriedade da disciplina). No meio de 2014, meu colega saiu para fazer doutorado com bolsa, e um ano depois, eu saí para assumir a vaga de outro concurso, desde então, a disciplina foi assumida pelas professoras de história da escola, ampliando sua carga horária.

A metodologia de amostragem em bola de neve torna-se útil em casos como este, no qual é difícil acessar o grupo a ser estudado – correspondendo, claro, aos critérios mencionados. Conforme Bernard (2005 apud VINUTO, 2014), entre os três principais tipos de população com maior dificuldade de acesso, um refere-se ao “que contém poucos membros e que estão espalhados por uma grande área” (VINUTO, 2014, p. 204). Dessa forma, o recorte espacial de Porto Alegre e região metropolitana, combinado aos demais fatores descritos, resultaram na adoção dessa abordagem metodológica.

Outro aspecto importante de salientar trata da necessária conjugação entre trabalho e estudo⁷⁹. Devido a isso, não me foi possível seguir uma das sugestões da banca de qualificação: realizar grupo focal (que com certeza, seria muito frutífero). No geral, só há um professor de sociologia por turno nas escolas, ou mesmo um único professor de sociologia para toda a escola. Como já dito, muitos também trabalham em mais de uma escola do estado ou em outra rede, privada ou municipal, perfazendo muitas vezes mais de 40h por semana. Alguns ainda fazem pós-graduação no tempo que lhes “sobra”. E outros trabalham 20h como professores e no restante do tempo se dedicam a outras atividades profissionais, fazem outra graduação etc. Sendo assim, seria difícil encontrar um espaço e um horário adequado para juntar esses professores e formar os grupos focais, que comumente se encontram mais de uma vez.

Em algumas ocasiões, por exemplo, para conseguir realizar a entrevista, tive que encontrar o professor na escola, em seu horário de intervalo, entre um período e outro, na hora do

⁷⁸ Um colega à tarde – 20h/ e eu de manhã – 20h, à noite era um professor formado em outra disciplina que dava a aula de sociologia. Nesta escola havia mais uma colega formada em sociologia, mas que optou por fazer o concurso para a área de geografia, que tinha muito mais vagas. Por essa razão, ela atuava como docente de geografia, tendo uma carga horária maior e menos turmas.

⁷⁹ Conciliei trabalho e estudo durante todo o doutorado, na maior parte do tempo trabalhei em uma cidade diferente da onde estudava e realizava a pesquisa, o que não me permitiu ter dedicação exclusiva. Na reta final da tese, obtive uma licença do trabalho relativa a um semestre. É importante salientar que não recebi bolsa de pesquisa.

recreio ou mesmo dividir a entrevista em dois momentos, para que coubesse na agenda do professor e ele pudesse me atender. Em outro caso, um professor com carga horária semanal maior nas mesmas turmas (uma exceção na realidade dos docentes de sociologia, por ser uma disciplina de ciências humanas, do curso normal/magistério, sob a responsabilidade deste professor) estava atendendo mais de uma turma⁸⁰ ao mesmo tempo, e deixou atividades para elas enquanto me concedia a entrevista na biblioteca da escola. Esta, infelizmente, é a realidade de grande parte dos professores estaduais. Além disso, os professores de sociologia, particularmente, tendem a se sentir, em sua maioria, isolados e solitários⁸¹, longe de seus pares de disciplina para compartilhar experiências, colaborar na elaboração das aulas, trocar informações e receber ajuda mútua na sua prática profissional. Realidade esta que eu também vivi, até o ano de 2018.

Não havia um número prévio de entrevistas determinado. Tínhamos a ideia de entrevistar ao menos sete professores e a partir disso verificar se os resultados das entrevistas já haviam saturado. Além disso, pensávamos na necessidade de ampliar o escopo por receio de o grupo de professores ficar muito parecido entre si (com professores mais ou menos semelhantes, com experiência similares, na mesma faixa etária etc.). Nesse sentido, poderiam surgir dois problemas comuns à técnica de bola de neve: a saturação e a homogeneidade de informações entre os entrevistados, visto que as indicações levam a uma rede de pessoas próximas ou conhecidas.

Por essa razão, surgiu a ideia de ir diversificando a rede a partir dos contatos iniciais, por meio de entrevistas com professores que tivessem experiências de trabalho diferentes. Por exemplo, quando a “cadeia de referências” (BALDIN e MUNHOZ, 2011) me levou a três profissionais de uma mesma instituição, realizei a entrevista com apenas um (a) deles (as). Optamos por também procurar algum professor que ministrasse aula na rede privada (só nesta ou

⁸⁰ Atender mais de uma turma ao mesmo tempo parece ser algo relativamente comum na realidade das escolas estaduais: onde trabalhei, muitas vezes atendi mais de uma turma ao mesmo tempo (tendo somente um período por semana em cada uma). Isso ocorria nos dias que faltavam professores, o que não era infrequente, para evitar que as turmas ficassem sozinhas, pois além de não haver monitores, isso servia para evitar que os estudantes fizessem barulho, bagunça ou outras coisas consideradas indesejadas no ambiente escolar, durante os períodos de aulas e atrapalhassem as outras turmas, isso também permitia que os professores fossem embora mais cedo.

⁸¹ A questão do isolamento do professor de sociologia apareceu nas entrevistas e fez parte da minha própria experiência. Na escola estadual, fui a única professora do turno, atendendo todas as turmas do ensino médio. Depois, fui a única professora do campus Panambi do Instituto Federal, responsável por atender todo o ensino médio, EJA e ensino superior. Recorrentemente essa questão aparece nas falas dos professores de sociologia em eventos da área, no último ENESEB (julho de 2019), no GT onde apresentei os resultados preliminares desta tese, grande parte dos demais apresentadores e participantes/ouvintes falou sobre a solidão de serem os únicos professores de sociologia na escola e às vezes até na cidade (em municípios pequenos), e salientaram a importância desses encontros para perceberem que não estão sozinhos em suas dificuldades, percepções, dúvidas e para se fortalecerem na atual conjuntura.

na rede pública e privada), na rede municipal (sabíamos que havia sociologia no ensino fundamental de um município da região metropolitana), na rede federal (que poderia ser desde institutos federais de ciência e tecnologia, passando por colégios de aplicação ligados a universidades públicas e demais componentes da carreira EBTT⁸²) e eventualmente professores que tivessem experiência com educação fora de instituições escolares, como por exemplo, cursinhos pré-vestibulares populares. É importante destacar que embora alguns fizessem parte de outras redes de ensino, todos os professores entrevistados foram indicados por alguém.

Essa busca procurou abranger a diversidade de experiências possíveis e conseguir ter uma possibilidade, embora restrita, de perceber diferenças, comparar vivências diversas, tendo em vista que as possibilidades de se trabalhar e de ser professor na rede estadual diferem devido tanto à infraestrutura quanto em relação ao salário ofertado pela rede federal, pela rede particular e/ou mesmo pela rede municipal. Por essa razão, nos pareceu interessante verificar se essas diferenças se traduziam em percepções divergentes de se ensinar sociologia no contexto atual e em possibilidades de abordar as temáticas que nos interessam nessa pesquisa: gênero, sexualidade e demais temas sensíveis vinculados aos direitos humanos. Ainda que se trate, aqui, de um universo relativamente pequeno de entrevistados (as), procuramos evitar, ou mesmo diminuir, um dos inconvenientes próprios a esse tipo de abordagem metodológica: a limitação da pluralidade de narrativas.

Howard Becker (1993) atenta para o uso dos próprios contatos do pesquisador para as investigações que envolvem práticas “desviantes”, já que a estratégia soluciona os problemas de acesso a uma determinada rede. No caso mencionado pelo sociólogo, se tratava do uso de maconha entre músicos. Embora minha pesquisa não trate de “desvio” social, na conjuntura política atual a sociologia é certamente vista como uma ameaça⁸³ – principalmente pelos grupos neoconservadores e pelo Escola sem partido – partir da minha rede de contatos possibilitou a construção de um encontro mais acolhedor entre entrevistadora e entrevistado(a).

Assim, a partir destas questões e especificidades, a constituição inicial desse conjunto de professores que seriam os meus interlocutores foi se estruturando. Num primeiro momento, entrei em contato com professores da área de ensino de sociologia da FACED/UFRGS, responsáveis

⁸² Professores do ensino básico, técnico e tecnológico da rede federal de ensino, composta por um conjunto amplo de instituições de ensino, como institutos federais, Cefet's, colégios de aplicação e colégios politécnicos, colégios militares, Colégio Pedro II etc.

⁸³ No sentido de que se expor, dar uma entrevista.

pelas disciplinas de estágio em sociologia para o curso de licenciatura em ciências sociais. Expliquei a pesquisa e o perfil de professores (as) desejados (as), indagando se teriam indicações de ex-alunos (as) dos quais eles soubessem atuar como professores (as) de sociologia. A partir desta lista de sugestões, se iniciou o contato com possíveis colaboradores.

Também ingressei em grupos de professores de sociologia no *Facebook* e entrei em contato com ex-colegas que conhecessem professores com o perfil desejado. Enviei e-mails, verifiquei as informações quanto aos critérios e convidei-os a participarem da pesquisa. Os primeiros que se dispuseram a me conceder entrevista também disponibilizaram contatos de outros (as) colegas que se enquadravam no mesmo perfil.

Dessa forma, construí essa rede de professores/as de sociologia, formada por um conjunto de dez professores de Porto Alegre e região metropolitana, das redes públicas (estadual, municipal e federal), particular (confessional/religiosa) e cursinho popular pré-vestibular/ENEM⁸⁴. Os dados desta pesquisa foram elaborados por meio de entrevistas semiestruturadas, apoiados nos tópicos/perguntas apresentadas anteriormente, procurando perceber particularidades e questões transversais que perpassam as diversas experiências desses professores em suas aulas.

É importante explicar que a rede se expandiu para além do ensino médio, principal foco de interesse da pesquisa e de atuação dos professores de sociologia na educação básica, tendo em vista a lei da obrigatoriedade nesta etapa. A grande maioria dos entrevistados atua ou já atuou nesta etapa, os casos específicos dentro da rede de professores de sociologia entrevistados são os seguintes: um professor/a da rede municipal de ensino de um município da região metropolitana de Porto Alegre (anos finais do ensino fundamental, onde atua dando aula de sociologia e religião, entre outros projetos e disciplinas⁸⁵); um professor/a da rede federal que já atuou no ensino superior e no ensino médio e que atualmente dá aula em EJA fundamental, na disciplina de sociologia, entre outras disciplinas eletivas/projetos integrados; um/a professor que dá aula no

⁸⁴ Cursinhos populares são assim chamados por se configurarem como uma alternativa gratuita ou à baixo custo para jovens de baixa renda, que não tem condições de pagar um cursinho pré-vestibular.

⁸⁵ Atuar na rede municipal é realidade muito incomum para a disciplina, tratando-se de um projeto de uma prefeitura específica, que no período de reforma curricular deixou que as comunidades escolares decidisse as disciplinas que complementariam a carga horária, entre algumas alternativas possíveis (aumentar a carga horária de língua estrangeira era uma delas) sendo assim, aulas de sociologia e filosofia passaram a ser ofertadas nas escolas que optaram por isso, seus poucos professores foram admitidos via concurso. Também optei por entrevista uma professora da rede federal que atua dando aula de sociologia e outros/projetos e disciplinas afins a nível fundamental, mas neste caso na educação de jovens e adultos, EJA. Mais informações sobre os professores serão trazidas em seguida e ao longo da tese.

ensino médio da rede federal (como substituto) e tem experiência há alguns como professor de sociologia e outras disciplinas/projetos em um cursinho pré-vestibular/ENEM popular; um/a professor que atua na rede estadual e na rede privada, em ambas, atua como professor/a de sociologia no ensino médio; um/a professor/a que atua na rede estadual (ensino médio) e na rede particular (fundamental- dando aula de outras disciplinas); dois/a professores que atuam na rede estadual (ensino médio) como professores de sociologia/área de humanas e na rede municipal ou particular (ensino fundamental- dando aula de outras disciplinas)⁸⁶. Todos os demais atuam ou atuaram somente no ensino médio público estadual como professores de sociologia ou deram também outras disciplinas nesta etapa, por exemplo: religião, filosofia, história ou geografia.

Antes de proceder à apresentação da rede de professores, cabe mais uma vez salientar que os nomes utilizados são fictícios, de forma a proteger a identidade desses profissionais, dos quais um/a já foi perseguido publicamente. Assim, mesmo que alguns participantes permitiram o uso de seu nome verdadeiro, de forma a romper com o medo, optei, a partir de uma escolha ética e política, por substituí-los. Os nomes fictícios foram inspirados em nomes de autores/as consagrados do campo das Ciências Sociais, do pensamento social, da filosofia e afins. A atribuição dos nomes ocorreu de forma aleatória, sem relação com afinidade teórica ou semelhança física, por exemplo, com exceção dos nomes de três professoras, que se declararam feministas durante a entrevista. A duas delas eu fiz questão de atribuir nomes de feministas clássicas do nosso campo de estudos, já a terceira professora, por ser feminista e militante política de esquerda, recebeu um nome que faz referência mais direta à segunda característica⁸⁷. Alguns nomes estrangeiros foram adaptados para o português, são eles:

Margareth: em referência a antropóloga estadunidense Margareth Mead;

Norberto: em referência ao cientista político italiano Norberto Bobbio e ao sociólogo alemão Norbert Elias;

Antônio: em referência ao filósofo e militante político italiano Antônio Gramsci e ao sociólogo britânico Anthony Giddens;

Rosa: em referência a filósofa e militante política Polonesa/Alemã Rosa Luxemburgo.

⁸⁶ Essas informações serão retomadas em nota de rodapé na primeira vez que cada professor for nomeado ao longo da tese (com os trechos das entrevistas).

⁸⁷ Apesar de que uma das outras duas professoras declaradas feministas, também seja militante política de esquerda e filiada a outro partido, tentei homenagear da forma mais justa possível, tanto as professoras, como as autoras feministas e a uma intelectual e militante política de esquerda, ao menos.

Ruth: em referência a antropóloga estadunidense Ruth Benedict;

Ângela: em referência a filósofa negra estadunidense, professora e militante do movimento negro, dos Panteras Negras e representante do feminismo marxista;

Judith: em referência a filósofa estadunidense e feminista, de origem Judaica, Judith Butler;

Simone: em referência a filósofa francesa e feminista, Simone de Beauvoir;

Florestan: em referência a Florestan Fernandes, sociólogo e político brasileiro;

Michel: em referência ao filósofo francês Michel Foucault.

Para a análise destas entrevistas foram utilizadas, à princípio, oito categorias analíticas ou eixos temáticos, que procuram detalhar e aprofundar os impactos do atual neoconservadorismo no país, e o contexto sociocultural por ele gerado (ou que ajudou a gerá-lo), sobre o ensino de Sociologia. Estes eixos se constituíram a partir da multiplicação de perguntas acerca do tema de pesquisa, conforme discussão presente no capítulo metodológico. Dessa forma, tais eixos serviram de base para a construção do roteiro de entrevista e foram refinados após as transcrições, quando se tornou possível perceber quais questões atravessavam as diferentes realidades e vivências dos professores de sociologia e pareciam ser centrais para compreender as implicações do atual contexto sociopolítico brasileiro em suas práticas docentes. Entretanto, no momento de dividir e organizar o material, ficou evidente a sobreposição de algumas categorias nas mesmas falas dos professores, já que não há essa divisão (estabelecida arbitrariamente por nós) e sim um *continuum*, uma relação dinâmica entre as temáticas, nas experiências e compreensões dos professores. De qualquer forma, mantivemos as categorias, inicialmente, a/com fins metodológicos, lançando mão, quando se mostrasse pertinente na análise. Tais eixos e categorias são:

- 1) Compreensões e análises do contexto atual: como os professores de sociologia compreendem e interpretam a situação atual do país e suas implicações na escola?
- 2) Construção do currículo, elaboração das aulas e escolha dos materiais didáticos
- 3) Receios, medos, censura e autocensura em suas práticas docentes frente as ameaças que rondam a escola e os professores
- 4) Temas considerados mais sensíveis, polêmicos, delicados de serem abordados em sala de aula e na disciplina de sociologia.

5) A questão de gênero e sexualidade: que lugar ocupa na disciplina e na interpretação da realidade social? Teve formação específica sobre o tema? Qual perspectiva teórica embasa suas abordagens pedagógicas?

6) Estratégias: pedagógicas e relacionadas ao ensino/aprendizagem; de enfrentamento das dificuldades; de lidar com as polêmicas; com os ataques à escola ou aos docentes?

7) A postura do professor: especificidades da área; ser homem ou mulher importa? Militante? Engajado? Isento? Qual o papel do professor de sociologia na escola?

8) Relação com os colegas professores, direção, estudantes e comunidade escolar: como a sociologia e o professor dessa disciplina é vista pelos demais agentes presentes na escola?

Se a metodologia adotada tem limitações, já mencionadas, é importante destacar um aspecto positivo, o fato de eu também ser professora de sociologia na educação básica. Ainda que nem todos os interlocutores soubessem disso de antemão, no decorrer das entrevistas e de nossas conversas, revelava minha condição, o que auxiliou no processo de empatia entre entrevistadora e entrevistado (a). Embora o fato de o entrevistador/pesquisador não ser professor não seja necessariamente um elemento restritivo, partilhar de problemas e angústias semelhantes contribuiu para a condução das entrevistas.

Acredito que é importante ponderar porque escolhi entrevistar os professores de sociologia, pois eu poderia ter realizado observações em escolas, ou ter ainda optado por entrevistar os estudantes, ou os grupos pró e/ou contra o projeto escola sem partido e os discursos antigênero. Além das questões de ordem prática, já salientadas anteriormente, havia um interesse pessoal, ligado à minha trajetória como professora de sociologia e pesquisadora de gênero e sexualidade, que me possibilitou realizar essa pesquisa desde uma abordagem/situação muito específica, já que o atual momento é de ataque às duas frentes nas quais me situo – ataque à escola e aos seus professores (com ênfase na área de humanidades/sociologia) e censura/proibição da abordagem dos temas de gênero e sexualidade, especialmente no âmbito educacional. Meus dois interesses de pesquisa, educação e relações de gênero e sexualidade e o ensino de sociologia, se cruzam de uma maneira simbiótica no atual contexto brasileiro.

A defesa da escola pública, laica e plural anda junto com a defesa da democracia e da garantia de direitos das minorias num contexto de diminuição das garantias legais e da liberdade. O colapso da democracia que vivemos hoje, e suas implicações diretas no contexto escolar e na liberdade de ensinar do professor, tem imbricações profundas na ordem de gênero e sexualidade.

O pano de fundo da guerra cultural que presenciamos são os costumes, a moral e as normas sociais que estão se alargando/estreitando. É um desafio e um prato cheio para uma pesquisadora feminista e para uma professora de sociologia. Ao longo da minha trajetória como estudante, pesquisadora e professora, poucas vezes presenciei tamanho interesse e importância dada aos temas que sempre me interessaram e que eram vistos como objetos menores ou já ultrapassados de estudos, coisa que só interessavam as minorias. É visível a centralidade e a importância que tem sido dado ao tema de gênero e sexualidade no âmbito das ciências sociais e nos grupos de professores/ensino de sociologia.

No evento de lançamento de seu livro, em Porto Alegre, no final de 2019, a antropóloga Rosana Pinheiro-Machado destacou em sua fala, sobre o contexto atual e o fenômeno do Bolsonarismo, que embora a questão econômica seja muito importante e seja central na análise crítica da tradição marxista/de esquerda, o fato é que as questões morais e sobretudo os temas de gênero, sexualidade e raça, são centrais nos discursos da direita/tradição nazifascista, como Rosana tem encontrado em suas pesquisas – o que reforça a ideia de que não são apenas temáticas que servem de cortina de fumaça para esconder temas mais relevantes, como acreditam alguns, mas sim, são temas centrais no atual debate. Gênero, sexualidade e questões étnico-raciais estão no centro da crise política que vivenciamos, com o desgaste da democracia, e são elementos centrais nas agendas dessa nova/velha direita – se vinculando as tradicionais agendas em torno da noção de nação e povo, onde o controle sobre o corpo das mulheres e as relações interétnicas são centrais⁸⁸.

Um exemplo disso é que no evento científico de ensino de sociologia, da edição de 2017 para a de 2019, o tema de gênero e sexualidade deixou de ser apenas mais um marcador da diferença que constava num grupo de trabalho, para ter um GT próprio, com um grande número de inscritos e que, portanto, precisou ter suas sessões divididas. As organizadoras e debatedoras optaram por aprovar o maior número possível de trabalhos, pela urgência e relevância da temática. Ao conversar com as colegas que propuseram o GT, os demais participantes e apresentadores de trabalhos, ficou nítido o esforço que muitos estavam fazendo para aprender mais e aprofundar o debate sobre um tema que pouco fez parte da trajetória acadêmica da grande maioria das pessoas ali presentes.

⁸⁸ Informações que anotei ao assistir a sua palestra, realizada no centro cultural da UFRGS.

Nesta ocasião, os professores de sociologia, em sua maioria, diziam não ter estudado o tema durante a sua graduação, tinham pós em outras áreas e temáticas, mas percebiam a urgência e relevância do tema, seja pela cobrança e demanda dos próprios estudantes, seja pela perseguição sofrida e sentida, censuras etc. vindas do Escola sem Partido e da cruzada contra a “ideologia de gênero”. Presenciavam isso vindo da direção, dos demais colegas de trabalho, sentiam-se visados como professores de sociologia e, ao mesmo tempo, se interessavam e tinham empatia pela temática. Ainda, como cientistas sociais, sentiam necessidade de compreender e “dar conta” desse fenômeno na escola, o que entendiam como sua tarefa. Estavam ali participando do GT para aprender e compartilhar.

Minha posição e trajetória era totalmente inversa a da maioria dos demais participantes do GT. Eu era uma cientista social que desde o início da graduação se interessou pelos temas de gênero, sexualidade e feminismo. Enveredei para essa área, fiz pesquisas e trabalhei em projetos nesta perspectiva, fiz pós-graduação nesta temática e, no caminho e por necessidade, tornei-me professora de sociologia. Após todo esse percurso, ainda atuei como tutora EAD num curso de formação para professores (as) que tinha como foco central os temas de gênero e sexualidade. No entanto, nem sempre meus interesses de pesquisa dialogavam diretamente com a minha prática profissional. Há poucos anos comecei a me interessar mais pelo campo da educação no sentido mais estrito e do ensino de sociologia e formação de professores.

Minha proposta de pesquisa para o doutorado era fazer esse diálogo entre as minhas duas áreas de formação e atuação, mas o projeto na época era bem mais simples e convencional, o fato é que a realidade me obrigou a percorrer o caminho dessa pesquisa. Minha profissão e meus temas de pesquisa estavam sendo atacados e era necessário compreender o que estava acontecendo. Senti algo que muitos colegas meus relataram neste mesmo evento antes citado. Numa das mesas de abertura, a frase que ressoou foi a seguinte: “o maior desafio do professor de sociologia atualmente é lidar com o contexto sociopolítico do país” isso porque, diferente de algumas outras disciplinas, não podemos nos alienar ou fugir dessa discussão, nem como professores e nem como cidadãos. Somos interpelados por isso cotidianamente. Sabemos que cabe a nós a tarefa de lidar com aquilo que é considerado indesejado, problemático e difícil de se tratar na escola, abordar os temas sensíveis e urgentes do Brasil atual. No mencionado grupo de trabalho em 2019 que participei, uma professora disse que nunca havia se interessado por essa discussão, mas que ela sentia que “defender o debate sobre o gênero na escola e na sociedade era

a última fronteira de defesa da cidadania e da democracia no país”⁸⁹. Eu sempre acreditei que esta discussão era fundamental, mas talvez ela nunca tenha sido tão urgente e importante nos últimos anos como agora. Como disse antes, meu duplo pertencimento me encaminhou para esta pesquisa.

Conforme expresso por Correa e Prado⁹⁰ (2018), qualquer publicação sobre o tema de gênero e sexualidade no âmbito da desdemocratização que estamos assistindo no Brasil- se insere na arena das disputas narrativas sobre “a política”. O atual contexto, ainda segundo esses autores, é marcado por uma guerra cultural e ideológica alimentada por *fake news*, era da pós-verdade, celebração do fanatismo religioso, negação de afirmações científicas (e eu ressalto ainda o uso dos dados pessoais de usuários de redes sociais como armas de combate – nas disputas políticas- sem o consentimento desses usuários⁹¹) e que esses processos e comportamentos políticos precisam ser debatidos, interpretados e compreendidos urgentemente.

Minha pesquisa se insere nestas disputas e o meu compromisso é defender a educação pública e gratuita de qualidade, a liberdade de ensinar e estudar, acreditando que isso é uma das bases da democracia. Sendo assim, me coloco de forma crítica em relação a agenda política que compromete as conquistas democráticas e o ataque aos direitos humanos que tento compreender nesta pesquisa. Ademais, acredito, conforme sugerem Correa e Prado (2018), que essa agenda ultraconservadora da nova direita brasileira não pode ser desassociada das agressões verbais e físicas sofridas pelas minorias (em especial as mulheres e a população LGBTQI) no contexto do período eleitoral de 2018 e que persistem no presente momento.

Por todos esses motivos, optei por dar visibilidade e focar a pesquisa nos professores. No atual momento que vivemos, de perseguição e descrédito dos educadores e das instituições de ensino, me parece fundamental e necessário, do ponto de vista político, teórico e metodológico, ouvir e compreender o que os professores estão vivenciando nas salas de aula, mais do que isso, acredito que seja um compromisso e uma obrigação. A ênfase é na perspectiva dos professores, nas suas compreensões e vivências, na sua formação, trajetória e na elaboração do currículo da disciplina, seleção dos conteúdos, estratégias didáticas, formas de compreender qual é o papel da sociologia na escola e qual o papel deles como professores. Por todas essas razões, a opção foi a

⁸⁹ Essa frase eu retirei do meu bloco de anotações, onde tentei ser o mais fiel possível a fala de Tatiana Bukowitz, uma das proponentes do GT, professora de sociologia do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

⁹⁰ Trata-se da apresentação do dossiê sobre a ofensiva antigênero. In: Revista Psicologia Política- 2018

⁹¹ Sobre isso, ver o documentário Privacidade Hackeada (2019) disponível na plataforma Netflix.

entrevista, o que dá uma direção diferente daquela que seria possível ao observar aulas, analisar materiais didáticos ou entrevistar os estudantes. Esses outros enfoques são extremamente interessantes e necessários, e muitos pesquisadores do nosso grupo de pesquisa tem se dedicado a isso.

Também é importante destacar que os professores de sociologia, em sua maioria, e em decorrência de sua formação, tem uma grande capacidade analítica sobre a realidade em que vivem e trabalham, ou seja, não só tendem a ter um olhar diferente ou mais interessado para o entorno da escola e o público que atendem, como costumam estar atualizados nas questões sociais emergentes. Ademais, tem a capacidade de compreender tais questões e ainda têm o desafio de abordar os temas sensíveis, a partir do conhecimento das ciências sociais, em sala de aula. Dessa forma, a interpretação desses professores (nos) parece privilegiada para se compreender o que acontece no Brasil de hoje e como isso se repercute na escola e na sua prática profissional cotidiana.

Ainda sobre a temática do neoconservadorismo e a ofensiva antigênero é importante reiterar que são fenômenos transnacionais e que estão chamando a atenção de vários pesquisadores interessados em compreender essas mudanças. No caso Colombiano, por exemplo, o foco principal tem sido os impactos da ofensiva antigênero no plebiscito sobre o acordo de paz com as FARC, na França as marchas contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo etc. No Brasil, grande parte dos estudos sobre esses fenômenos, conforme Correa e Prado (2018), enfocam os efeitos destes discursos no campo da educação e na área de direitos humanos. Isso ocorreria devido as condições político nacionais, já que no nosso país, a educação, sobretudo a educação pública se constituiu como o primeiro espaço de propagação sistemática de ataques a gênero. Segundo estes estudiosos, no caso brasileiro, ainda restam algumas lacunas sobre os efeitos dessas mobilizações ultraconservadoras antigênero, que deveriam constituir uma agenda de pesquisa, entre elas, as consequências políticas desses discursos e um dimensionamento empírico sobre os impactos negativos dos ataques a professores, currículos e material didático.

Ainda mais, a partir de 2019, quando esta lógica deixou de ser uma estratégia de mobilização política dispersa para se transformar numa “política pública” explicitada pelo novo governo. Minha pesquisa se insere nessa nova e urgente agenda de pesquisa e tenta contribuir, com dados empíricos elaborados por meio de uma pesquisa qualitativa, para a compreensão das implicações concretas destes discursos na prática dos professores de sociologia, na escolha do

material didático, elaboração do currículo e na sua liberdade de ensinar. Do ponto de vista político, teórico e ético, esta pesquisa e a sua pesquisadora se encontram entre aqueles que lutam contra a restrição crescente dos direitos à diversidade, à uma educação plural e ampla e pela preservação constante da democracia (ou de uma parte dela, que ainda estava em elaboração) no Brasil.

Outro ponto, já evidenciado, é a articulação da ofensiva antigênero no Brasil ao Projeto Escola sem Partido e suas implicações no ataque a liberdade de ensinar/liberdade de cátedra dos professores, denúncias contra professores e escolas, proibição/censura de materiais didáticos sobre essas temáticas, projetos de leis que visam restringir os direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e pessoas LGBTQI, etc. o que afeta não só as pessoas diretamente citadas, mas altera as dimensões estruturantes da vida política e social de um país, conforme destacam Correa e Prado, chegando no nosso caso a contribuir para a eleição de Jair Bolsonaro, o representante do bloco neoconservador.

Para analisarmos essas questões, como já dito, acredito que é importante seguir tentando compreender como chegamos até aqui. Há pouco tempo vivenciávamos alguns avanços e conquistas importantes em termos de garantia e ampliação de direitos, tendo a escola um papel fundamental nisso, por meio da ampliação de vagas e universalização do ensino básico. A ideia de educação como um direito de todos se firma no Brasil com a constituição de 1988 e só passa a ser implementada, aos poucos, nas décadas seguintes.

Além disso, em governos recentes houve um aumento no investimento público em educação, no ensino superior e na pesquisa. Ocorreu também a inserção, via leis e projetos de secretarias internas ao MEC, de temáticas consideradas importantes pelos movimentos sociais em prol da construção de uma sociedade mais democrática, igualitária e inclusiva. Assim, surgiram as leis do ensino de história da África, dos afro-brasileiros e indígenas, propostas de curso de formação para professores nessa área e na área de gênero e sexualidade, combate à homofobia, à violência e à discriminação nas escolas, educação em direitos humanos etc. E assim voltamos a uma das perguntas iniciais, agora com mais elementos para compreender o que à primeira vista era: como foi possível tamanho retrocesso em tão pouco tempo?

2. Breve genealogia da onda neoconservadora no Brasil

Como já dito, atualmente assistimos no Brasil um retrocesso em diversas pautas que atingem as lutas dos movimentos sociais progressistas, ligadas ao combate à desigualdade social, luta pelo acesso a moradia, luta pela terra, movimento indígena e negro (quilombola), movimento ambientalista, garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários etc. No contexto desta pesquisa, o interesse principal são os projetos que atingem a educação e as pautas levantadas, em especial, pelos movimentos feminista e LGBTQI que ensejam transformações sociais e luta por direitos que passam, fundamentalmente, pela escola. Cabe ressaltar ainda, que em nossa perspectiva, seguindo autores como Sônia Correa (2018), Flávia Biroli et al. (2020), Pinheiro-Machado (2019), entre outros, o gênero e a sexualidade não são questões menores ou laterais, mas estão no coração da crise da democracia atual e são uma agenda em comum aos diversos grupos neoconservadores que assumiram o poder em diferentes lugares do mundo.

Se vamos falar de declínio de algumas políticas e direitos na área da educação precisamos dizer em relação ao que isso ocorre, sendo assim, é importante citar aqui algumas leis que comprovam que de 1988 até hoje (ou até recentemente) houve uma ampliação muito grande do papel da escola, da sua abrangência e nos direitos das crianças e adolescentes a educação. Essa era uma área antes restrita a uma parcela da população, e em anos recentes buscou-se atingir um número maior de estudantes por meio da ampliação gradual da educação obrigatória por parte do Estado. A constituição cidadã garante a igualdade de acesso e permanência, a liberdade de ensinar, aprender e pesquisar, pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, gratuidade do ensino público, valorização dos profissionais de ensino, gestão democrática, garantia de padrão de qualidade. Embora isso não seja ainda uma realidade como gostaríamos, abriu caminhos para criar possibilidades e lutar pela implementação desses direitos. Soma-se a isso o Estatuto da Criança e do adolescente de 1990 (ECA) que pressupõe a proteção integral e os direitos desses sujeitos em formação, chegando à Lei de diretrizes e bases da educação (LDB, Lei 9.394/96) que entende a educação como dever do Estado e da família e muda a compreensão sobre a educação básica.

Posteriormente, iniciam as políticas de distribuição de livros didáticos e políticas públicas como o bolsa-escola e distribuição de material escolar visando garantir o acesso e permanência de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social na escola. Já nos anos 2000 temos a criação do Plano Nacional de Educação (PNE) com metas para os anos seguintes, o fundo

nacional de manutenção e desenvolvimento da educação (FUNDEB) que é fundamental para o financiamento da educação pública, entre outras políticas públicas e sociais como bolsa-família (que obriga a matrícula das crianças e dos adolescentes das famílias beneficiadas), políticas de transporte e alimentação escolar, políticas afirmativas nas universidades, aumento do investimento e ampliação das universidades e na área de pesquisa, entre outras ações. Em anos mais recentes, assistimos a questões já citadas aqui, como as polêmicas em torno do PNE de 2014, a BNCC e o novo ensino médio, entre outros, que já evidenciam mudanças na área da educação, pressões vindas de diferentes setores, muitos dos quais apoiadores ou partícipes dos grupos neoconservadores. Uma das pautas principais que marcam esse retrocesso se relacionam as discussões em torno de gênero, sexualidade, combate a homofobia, entre outras questões consideradas delicadas, temas sensíveis, mesmo se tratando de políticas que visam somente implementar ou garantir direitos já previstos na constituição e em outros documentos e legislações nacionais e internacionais.

No bojo da ampliação das políticas educativas e afins, citadas anteriormente, os movimentos sociais feministas e LGBTQI e seus militantes, juntamente com um conjunto amplo de professores, pesquisadores e estudantes passaram a apontar a necessidade de inserir no âmbito escolar a discussão de temáticas que envolvem questões de gênero e sexualidade, passando pela educação sexual, pela compreensão das desigualdades entre homens e mulheres, a construção social dos papéis feminino e masculino, identidades de gênero, orientação sexual, LGBTfobia, etc. pois se entendia que estes temas eram centrais para a compreensão da vida social e para a construção de uma sociedade mais democrática⁹². Além disso, abordar estes temas era fundamental no combate às violências de gênero, às ligadas à diversidade sexual e aos preconceitos que se relacionam intrinsecamente com os problemas de evasão escolar, entre outros vivenciados na escola. Esses “avanços” se relacionam a pressão desses movimentos sobre o Estado e a possibilidade de diálogo aberta, em especial nos dois mandatos do presidente Lula, e por pressões internacionais via acordos na linha dos direitos sexuais, direitos reprodutivos e o direito à não discriminação.

Muitas destas questões sempre estiveram na escola, mas se tornaram mais contundentes ou explícitas a partir da maior visibilidade de sujeitos que não se conformam às normas binárias e rígidas em relação a gênero e sexualidade. Acrescente-se a isso o questionamento de um conjunto

⁹² Conforme já referido em capítulos anteriores por meio de uma citação de Marlucy Paraíso (2018).

de regras a partir da emergência de movimentos como o que tem sido chamado de “novo feminismo” ou nova onda feminista ligado às redes sociais e muito forte entre as jovens e adolescentes e a visibilidade crescente da população LGBTQI e a conquista de seus direitos⁹³. Esta maior visibilidade de questões antes marginais também foi percebida na mídia em geral e causou um profundo incômodo em grupos conservadores e religiosos.

A escola se tornou, assim, um dos focos principais de luta entre estes diferentes grupos e projetos de sociedade. De maneira simplificada e dicotômica, podemos dizer que de um lado estão os grupos progressistas, que defendem as temáticas relacionados a gênero e sexualidade (feministas, LGBTQI, direitos humanos, entre outros) e que desejam ampliar os direitos e as possibilidades de existência, portanto, transformando a sociedade, ampliando as liberdades e a democracia; do outro lado, grupos neoconservadores e fundamentalistas religiosos que desejam frear ou mesmo reverter algumas dessas mudanças e transformações no âmbito da sociedade e da escola, em especial, as relativas aos direitos da mulher, direitos da população LGBTQI, novas parentalidades e arranjos familiares, direitos sexuais e reprodutivos, laicidade do estado etc. por meio de projetos de lei⁹⁴ e mudanças na área da educação, censurando determinados temas, em nome da defesa da família dita tradicional e dos valores religiosos cristãos.

Dessa forma, a escola é onde se dá uma batalha central, pois falar em escola é falar em formação das novas gerações, e logo, de uma cultura e valores em comum. Soma-se a isso a universalização da educação básica, que faz com que a grande maioria das crianças e adolescentes vá a escola⁹⁵. Dessa forma, são poucos os que vivem a condição infantil e juvenil sem ser em relação a escola, então ela ampliou seu papel, virou em alguns casos, escola de turno integral, a educação infantil passou a ser obrigatória (embora faltem muitas vagas) e o ensino

⁹³ Me refiro a percepção de que o feminismo “está na moda”, a partir da explosão de páginas na redes sociais, blogueiras e youtubers que abordam estas questões, assim como coletivos e organizações que publicam livros, organizam marchas (como as de 8 de Março de 2017) em nível local e global e ao protagonismo feminino no movimento de ocupação das escolas pelos estudantes secundaristas, ocorridas no ano de 2016 no Brasil, protagonismo feminista de artistas, cantoras, atrizes e escritoras, entre outros indícios.

⁹⁴ Essa onda neoconservadora pode ser percebida em projetos como o estatuto da família (PL 6583/2013); a proposta de mudança na lei do aborto (proibição total/PEC 29/2015), projeto da “cura gay” (PL 4931/2016), projeto escola sem partido (PL 193/2016), retirada dos termos gênero e sexualidade dos documentos escolares (PNE, BNCC), entre outros projetos similares.

⁹⁵ Embora as taxas de crianças fora da escola e de jovens que nem estudam e nem trabalham ainda sejam muitas altas no Brasil. Ver mais em: <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/brasil-tem-1-5-milhao-de-criancas-e-jovens-fora-da-escola>><<https://observatorio3setor.org.br/noticias/brasil-28-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-estao-fora-da-escola/>><<https://g1.globo.com/educacao/noticia/auditoria-aponta-mais-de-2-milhoes-de-criancas-fora-das-salas-de-aula.ghtml>><<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25801-nem-nem>>. Acesso em 14 de fevereiro de 2021.

médio também. Além disso, a frequência à escola é condição para o recebimento de programas sociais, como o bolsa família, ou seja, se a escola sempre foi, desde sua criação, uma instituição importante, ela agora passa a ser central, para as políticas do Estado e para a organização e reprodução das famílias.

Entretanto, as coisas não são tão simples. Como ponderou Carrara (2015) esse embate pode ser lido como apenas mais um *round* no conflito em torno do processo de “cidadanização” de um conjunto de sujeitos (mulheres, LGBTQI e outros). A partir das noções de direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos. Além disso, os confrontos atuais em torno da questão da crítica contra a chamada “ideologia de gênero”, são uma reação contra a difusão nas escolas da concepção de igualdade entre homens e mulheres e do reconhecimento da diversidade de gênero e orientação sexual como algo respeitável socialmente (com direitos reconhecidos).

Assim, esses episódios podem ser vistos como uma janela de interpretação de/para uma transformação mais ampla que ocorre não só no nosso país, mas no Ocidente, de forma geral, ligada ao que Carrara defende ser, como uma hipótese, uma mudança e/ou deslocamento do dispositivo da sexualidade de Foucault. Estaríamos assistindo uma mudança em relação ao sexo, aos estilos de regulação moral e as biopolíticas, vinculados às políticas sexuais do nosso tempo. Segundo este antropólogo, estaríamos vivenciando um deslocamento da preponderância da linguagem biomédica, presente no dispositivo proposto/analizado por Foucault, para a linguagem sociojurídica mais preponderante na atualidade. Essas mudanças gerariam uma nova sensibilidade social, novas inquietações e critérios morais em relação ao que é indesejável e perigoso.

Ainda, conforme Sérgio Carrara (2015), dessa nova sensibilidade e regulação moral, podemos dizer, advém os episódios de pânico que temos assistido nessas lutas contemporâneas, em especial, as vinculadas às crianças (considerado o grupo mais vulnerável porque não pode consentir) e uma certa associação simbólica entre abusos sexuais contra crianças e aborto (as vítimas em ambos os casos são consideradas indefesas - a criança e o feto- além de serem frutos de uma sexualidade irresponsável e que por isso deve ser combatida). Algumas práticas que eram criticadas ou criminalizadas de maneira mais branda no contexto e dispositivo anterior se tornaram na contemporaneidade crimes ainda mais graves, como é o caso do estupro, que passou de crime contra os costumes à crime contra a pessoa e teve suas penas, em geral, agravadas. Entretanto, este autor salienta que moralidades provenientes dos diferentes dispositivos podem

ser acionadas simultaneamente com algum objetivo específico, como por exemplo, equacionar pedofilia e homossexualidade (que corresponde a uma antiga hierarquia social).

A partir das questões trazidas por este autor, podemos depreender que se a ênfase é nas crianças e nas leis, a escola acaba tendo um lugar central neste novo dispositivo, obviamente por meio da associação entre alguns temas e certos atores sociais – como crianças e professores – se estabelecem os pânicos morais tão em voga na atualidade brasileira. Se é na escola e com os professores que as crianças e jovens passam grande do tempo, se culpabiliza e se responsabiliza estes por alterações comportamentais, sociais e culturais.

Alguns pais, impulsionados pelos grupos de ultradireita, temem que o estado e a escola imprimam valores discordantes dos seus (e de sua moral religiosa) sobre seus filhos, ao mesmo tempo que jogam a culpa na escola por qualquer comportamento destes que eles julguem errado ou indesejado. Sobre a escola ser vista como um local de encontro com o diferente potencialmente imoral ou perigoso, já vimos as análises sobre o neoconservadorismo e seus impactos na educação por meio da análise da realidade estadunidense e seus paralelos com o Brasil, que justificam nossas impressões e análises.

Além do fato de que discursos mentirosos sobre o que se ensina na escola têm circulado já há algum tempo no país. Como já mencionado, temos os casos do “kit gay” (desde 2011), das “cartilhas de sexualidade para crianças” (mencionadas desde 2014 quando da polêmica sobre o PNE) e da “mamadeira de piroca” (muito usada na campanha política de 2018), mentiras absurdas que de tão repetidas, ajudaram a criar uma ideia de que a escola, os professores e o Estado (no caso, o governo anterior, da esquerda perversa) estariam ensinando (ou potencialmente poderiam estar⁹⁶) ou incentivando as crianças a mudar de sexo, a se tornarem homossexuais ou iniciarem a vida sexual precocemente, indo contra a natureza ou a vontade de Deus. Como se isso fosse possível se pensarmos numa concepção essencialista da sexualidade humana. Ao fim e ao cabo, não querem educação sexual, discussão sobre gênero, identidades e

⁹⁶ Sobre se as pessoas acreditam ou não nessas *fake news* e como estes são compreendidas, Isabela Kalil, que estuda os grupos por onde circulam essas informações, sobretudo no whats, afirma que não importa muita para as pessoas que recebem essas mensagens, da mamadeira erótica, por exemplo, se aquilo de fato aconteceu, se o “PT distribui de verdade”, mas existe um campo de possibilidades, podia e pode vir a distribuir, vai que... nesse sentido, acreditar vai mais no sentido de evitar que isso aconteça, por meio de agenciamentos de afeto, sobretudo o medo. O medo de que os meninos virassem meninas e vice-versa, que as crianças virassem gays, mobilizou muitos pais a votar em Bolsonaro. Entrevista ao podcast Vira casacas em outubro de 2019. <https://viracasacas.com/2019/10/17/134-as-faces-do-bolsonarismo-com-isabela-kalil/> Acesso em 04 de maio de 2020.

orientações sexuais e igualdade de direitos, mas também não querem gravidez na adolescência, a proposta da ministra Damares Alves é a abstinência sexual. À escola, cabe apenas o silêncio, fingir que nada disso existe, ser surda as perguntas, dúvidas e demandas de seus estudantes. As crianças e jovens só poderiam recorrer as suas famílias, para saber mais ou ter a garantia de seus direitos, em relação a temas tabus e complexos, desconhecidos do público leigo e da maioria das famílias.

Carrara sugere a utilização do conceito de política sexual, de Jeffrey Weeks, por dar conta de toda a complexidade e heterogeneidade que envolve: as ações sociais ligadas a ou promovidas no âmbito do Estado na sua relação com os movimentos sociais, políticas públicas, decisões judiciais, etc.; os processos sociais nacionais e internacionais que envolvem essas políticas (ex: regulação da ONU); os estilos de regulação moral que se conformam no confronto entre diferentes representações sociais (ciências, crenças, valores morais, princípios jurídicos e posições políticas); abordar o dispositivo da sexualidade em suas fissuras e historicidade.

Voltaremos a discussão sobre os pânico morais e as discursividades subjacentes aos discursos vinculados aos grupos neoconservadores mais adiante, mas é importante destacar aqui a ideia de que, assim como o dispositivo da aliança não foi totalmente substituído pelo dispositivo da sexualidade, tendo ocorrido algumas rupturas, continuidades e a coexistência de ambos ao mesmo tempo (apesar da predominância de um), atualmente estaríamos vivenciando, se apostarmos na hipótese de Sérgio Carrara, a passagem⁹⁷ de um dispositivo ou regime para outro, com transformações e permanências, lutas e resistências. O autor sugere como hipótese que já estaríamos no regime deste novo dispositivo, mas me parece mais prudente pensar que estamos, possivelmente, na transição de um para outro. É exatamente por isso que o debate está tão acirrado e a luta política polarizada, o que está em jogo são os valores, regras, leis e discursos que irão prevalecer neste novo dispositivo a partir das políticas sexuais e batalhas que estamos travando neste momento, não só no Brasil, é claro, mas no mundo, com forte participação de políticos, grupos econômicos, religiões, movimentos sociais, além do campo jurídico e da esfera educacional.

⁹⁷ O autor sugere como hipótese que já estaríamos no regime deste novo dispositivo, mas me parece mais prudente pensar que estamos, possivelmente, na transição de um para outro. É exatamente por isso que o debate está tão acirrado e a luta política polarizada, o que está em jogo são os valores, regras, leis e discursos que irão prevalecer neste novo dispositivo a partir das políticas sexuais e batalhas que estamos travando neste momento, não só no Brasil, é claro, mas no mundo, com forte participação de políticos, grupos econômicos, religiões, movimentos sociais, além do campo jurídico e da esfera educacional.

Tais questões evidenciam que não podemos ser ingênuos e acreditar que se trata de algo totalmente novo⁹⁸ - o fenômeno do conservadorismo moral ligado às questões de gênero e sexualidade e o retorno, com novas roupagens, de pautas da direita - essas questões sempre estiveram latentes. Pode-se argumentar que por um curto período (o tempo da democracia e de governos inclusivos de centro-esquerda ou mais progressistas) essas pautas perderam espaço e/ou tiveram derrotas no plano brasileiro e internacional, mas agora retornam como protagonistas, em tempos de censura, governos autoritários e perceptível diminuição/crise da democracia. Como aponta Biroli et al. (2020), a temporalidade dos anos 90 e 2000 é marcada por um aumento da militância feminista e LGBTQI e expansão de seus direitos e pela reorganização de grupos religiosos em aliança com setores seculares defendendo a família e se colocando como contrários as agendas daqueles movimentos sociais.

Isso porque, como já salientado, o aumento do neoconservadorismo e o avanço da nova direita está ocorrendo em vários países do mundo, ao mesmo tempo, e o discurso da “ideologia de gênero” é transnacional e tem atingido a América Latina de forma veemente nos últimos anos, tendo aqui chegado no final dos anos 90 por meio de bispos católicos e ativistas católicos leigos, se espreado e ganhado força nos anos 2000, atingindo seu ápice a partir de 2014, no nosso país. Não por acaso, isso ocorreu após essa região ser predominantemente governada por políticos associados à esquerda ou a uma agenda progressista (Venezuela, Bolívia, Argentina, Equador, Brasil, Paraguai) e após ter algumas presidentas e primeira-ministra mulheres, como por exemplo, Cristina Kirchner, Dilma Rousseff, Michele Bachelet, conforme ressaltado por Miskolci e Campana (2017). Esses autores buscaram traçar a genealogia do termo “ideologia de gênero” na América Latina, tentando ultrapassar uma análise mais restrita a cada país e contexto de forma isolada.

Segundo o artigo destes dois sociólogos, a aliança que se formou entre católicos conservadores, neopentecostais e outros conservadores morais é circunstancial e envolve um campo de ação moral onde estes empreendedores morais se orientam e visam barrar quaisquer mudanças ou expectativas de mudanças na ordem tradicional e na ideia de Estado associado ao masculino e ao heterossexual. Sendo assim, as pautas vinculadas às questões de igualdade entre

⁹⁸ E não podemos minimizar achando que se trata da mesma coisa do passado (conforme alerta Sonia Corrêa em entrevista no podcast Larvas Incendiadas, já mencionado).

homens e mulheres e respeito e reconhecimento da diversidade de gênero e orientação sexual, como direitos humanos, transgridem suas concepções.

Assim, ainda segundo Miskolci e Campana (2017), no caso Brasileiro, por exemplo, fica evidente que o termo ideologia de gênero passa a circular com força a partir de 2009 com o lançamento do III Plano Nacional de Direitos Humanos. Na eleição de 2010, o tema aborto ganha ampla repercussão a partir de ataques do candidato José Serra contra a então candidata Dilma Roussef sobre suas posições a respeito, ela então se retrata e se compromete a não alterar a legislação sobre o tema. No ano seguinte, 2011, há uma reação logo após o reconhecimento da união civil entre pessoas do mesmo sexo pelo STF. Poucos dias depois, ocorre a polêmica em torno do kit anti-homofobia, já como uma resposta dos grupos neoconservadores à votação do STF. Em 2013, o pastor evangélico e deputado federal Marco Feliciano se torna presidente da comissão de direitos humanos na Câmara Federal e tais grupos crescem a pressão contra ações governamentais pró-direitos das mulheres, da população LGBTQI e dos direitos sexuais e reprodutivos.

No mesmo ano, eclodem as manifestações contra o aumento da passagem de ônibus, posteriormente chamadas de Jornadas de Junho. Desde o início de 2013, em Porto Alegre e em outras capitais realizavam-se protestos que se tornaram massivos na proximidade do mês de junho – aumentando tanto em número de cidades a realizarem atos, como na quantidade de participantes nos mais diversos municípios. Além da questão do transporte, as manifestações evidenciavam uma insatisfação generalizada com o sistema político-partidário, reclamando para si valores de apartidarismo, horizontalidade e ausência de lideranças. No entanto, a pluralidade da rua acabou dando lugar à captura das pautas tradicionalmente de esquerda. Em 20 de junho, manifestantes verde-amarelo ocupam em peso os atos, substituem o apartidarismo pelo antipartidarismo – conforme lembra Rosana Pinheiro-Machado (2019) – e expressam reivindicações diferentes, como a corrupção.

A partir desta data, a direita passa a articular atos de rua e procede à contínua captura das formas de luta da esquerda – reproduzindo o lema “vem pra Rua” e criando uma organização como o MBL (Movimento Brasil Livre), que emula a sigla do coletivo que organizou os atos em São Paulo e outras cidades, o MPL (Movimento Passe Livre). Nesse contexto, coletivos e movimentos de esquerda recuam e rearticulam suas estratégias para evitar o engrandecimento das

pautas da direita⁹⁹ mas essa mesma onda neoconservadora que, conforme já mencionado, vinha se organizando mundialmente há anos, tinha enfim tomado a rua – e dela não sairia tão cedo.

Em 2014, finalmente, o termo “ideologia de gênero” ganha mais popularidade com a questão do PNE (plano nacional de educação). Aqui se juntam a essa pauta religiosa e moral outros empreendedores morais, como os vinculados ao Escola sem partido (usando o fantasma/espantalho de um anti-comunismo inexistente, anti-esquerdista, críticos aos governos dessa linha na América Latina e opositores do “Bolivarianismo e Chavismo”) entre outros representantes do fundamentalismo religioso e da ultra direita neoliberal. Esses diversos grupos parecem compartilhar a crença de que a educação tem o poder de transformar a realidade e por isso é um campo estratégico (MISKOLCI e CAMPANA, 2017).

Este neoconservadorismo autoritário que percebemos avançando na sociedade brasileira cresce junto com uma nova fase do neoliberalismo no mundo, onde se estabelecem alianças entre estes grupos na disputa pelo poder e pela hegemonia no discurso cultural¹⁰⁰. A democracia está em crise no mundo ocidental, como aponta Wendy Brown com seu conceito de desdemocratização (2018) e é presumível que nesta disputa política a educação ocupe um lugar central, pelo menos é o que se nota no país, pois é nela que se implantará o projeto de nação em curso. Que “cidadãos” ou apenas trabalhadores queremos e preparamos para o país e para o mercado de trabalho? O que vai ser ensinado? Que currículo será o oficial? Quais são os conhecimentos legítimos? Qual será o papel da Escola Pública?

Essas não são propriamente questões novas, já foram feitas por diversos estudiosos nos mais diferentes contextos, em especial na teoria crítica por intelectuais como Michael Apple e Thomaz Tadeu¹⁰¹, entre outros, com estudos críticos de destaque nos anos 90 e 2000. Período no qual se vivia, até então, um auge do neoliberalismo na América Latina (depois da experiência do Chile na ditadura de Pinochet nos anos 70 e pós a agenda se implantar nos EUA de Regan e no

⁹⁹ Em São Paulo, o Movimento Passe Livre (MPL) anuncia a conquista de sua demanda e a saída (temporária) das ruas. Já em Porto Alegre, o Bloco de Lutas pelo Transporte Público organiza uma ocupação na Câmara de Vereadores. Sobre o 20 de junho, ver “A Revolta dos Coxinhas”, em: <https://passapalavra.info/2013/06/79726/>. Acesso em 16 de dezembro de 2019.

¹⁰⁰ Estou usando poder aqui em um sentido estrito vinculado às eleições e disputas político-partidárias. Já a noção de hegemonia é inspirada nas teorias críticas em educação e também na perspectiva de Laclau e Mouffe (releituras de Gramsci) e à ideia de que há uma disputa em jogo no atual momento político, até em relação aos termos como o “marxismo cultural”, utilizado pela extrema-direita. No entanto, não me aprofundarei nesta discussão.

¹⁰¹ Como os textos da coletânea Currículo, cultura e sociedade, organizada por Antônio Flávio Moreira e Tomaz Tadeu, publicada pela primeira vez em 1994, com textos de Michael Apple, Henry Giroux, Peter McLaren, entre outros, além de textos dos próprios organizadores.

Reino Unido de Thatcher) e o Banco Mundial ditava as regras de como deveriam ser estruturadas as escolas nos países subdesenvolvidos. O interessante é pensarmos como algumas dessas questões retornam neste momento atual e precisam ser respondidas de outras formas, já que as questões políticas, econômicas e culturais não são mais as mesmas, embora guardem muitas semelhanças.

Junto à nova onda neoconservadora crescem movimentos de revisionismo e negacionismo histórico, críticas às universidades e outras instituições científicas, aos intelectuais, ao discurso científico e a liberdade de imprensa. Não é à toa que vivemos a era de gurus e “intelectuais” do *youtube*, influenciadores digitais e grande circulação de informações sem mediação jornalística via *whatsapp* (grande propagadora de *fake news*) e movimentos anticientíficos como o terraplanismo, o criacionismo, grupos antivacinas e a negação do aquecimento global, por exemplo. A tecnologia e a internet que pareciam abrir um mundo de possibilidades de acesso à informação e comunicação acabaram gerando outros perigos e desafios. Essas são questões novas, que os teóricos estão tentando dar conta no momento. Somado a isso, emergem especificidades locais, como o projeto Escola sem Partido, no caso do Brasil.

Se o discurso contrário à ideologia de gênero é transnacional, surgido nos anos 90 na Europa e nos EUA, onde foi gestado e atinge fortemente a América Latina nos últimos anos, como apontado por (MISKOLCI e CAMPANA, 2017; MIGUEL, 2016 e JUNQUEIRA, 2017, entre outros autores), o ESP parece figurar como um fenômeno local, embora também guarde semelhanças com projetos e movimentos estadunidenses mais antigos. Não é mera coincidência que um dos principais projetos da ministra Damares Alves (titular da pasta ministerial intitulada mulheres, família e direitos humanos¹⁰²), ligada a grupos religiosos fundamentalistas, é o ensino domiciliar semelhante a proposta do *homeschooling* nos EUA, defendida por grupos religiosos e contra a educação pública, já citados anteriormente.

Em um artigo que analisa as chamadas leis da mordaza no parlamento Brasileiro, Luís Felipe Miguel (2016) chama a atenção para o deslocamento estratégico do discurso político da anti-doutrinação marxista do projeto Escola sem partido para a pauta moral da “ideologia de

¹⁰² Só o nome deste ministério e o que ele engloba já daria uma análise à parte, pois conjuga num mesmo âmbito, teoricamente, as políticas para as mulheres de forma associada a família, numa concepção religiosa e abarca ainda os temidos Direitos humanos (que se mantém na nomenclatura possivelmente por uma obrigação de acordos internacionais - convenções assinadas- e fora do âmbito do ministério da justiça, sob o comando de Sérgio Moro até abril de 2019).

gênero”. Para mostrar as conexões entres esses discursos e os grupos ligados a ele, o cientista político delinea a especificidade do conservadorismo à brasileira: uma união *sui generis* entre o libertarianismo (corrente de pensamento econômico), o fundamentalismo religioso (principalmente neopentecostais e católicos conservadores) e o anti-comunismo (doutrinação de esquerda, bolivarianismo e afins) que se articulam em torno de uma pauta em comum: o conservadorismo nos costumes e o liberalismo na economia. Ou seja, menos Estado intervindo na economia e fornecendo serviços básicos, mas forte regulação sobre a vida privada e os direitos individuais, sobretudo os relacionados aos direitos LGBTQI, de mulheres e os direitos sexuais e reprodutivos. Nesse projeto político, um dos alvos principais é a escola e as políticas educacionais. Na análise de Miguel, o avanço dessa agenda impacta na cidadania, nos direitos humanos, na formação educacional integral dos estudantes, levando a uma criminalização da docência¹⁰³ e do pensamento crítico, ameaçando, portanto, a própria democracia.

Sendo assim, é importante salientar como a criminalização da docência e do pensamento crítico (junto com a censura/proibição de alguns temas) atinge fortemente o professor de sociologia, já que a disciplina propõe-se desenvolver o pensamento crítico nos estudantes e contribuir para a formação cidadã, abordando exatamente os temas considerados sensíveis, os mais polêmicos, que ensejam debates e discordâncias e que se relacionam a valores e direitos humanos. Tais temas são considerados indesejados por estes grupos da extrema-direita que flertam frequentemente com a doutrina fascista, que não aceita a pluralidade de ideias, a livre expressão e liberdade de pensamento, a diversidade e a democracia.

Já foi dito que a cada mudança de governo, tradicionalmente no Brasil, se modificam também as políticas de Estado em relação a educação. No momento atual, isso ainda se torna mais evidente, tendo em vista que o presidente se elegeu prometendo combater tudo o que havia sido feito nos governos anteriores, em especial, no campo educacional. É importante ressaltar a questão da “ideologia de gênero” e o apoio ao projeto Escola sem Partido, os quais estiveram

¹⁰³ Essa onda de perseguição aos professores e a algumas temáticas não é exclusividade do Brasil. Recentemente, o primeiro-ministro ultraconservador/direitista da Hungria, Victor Orbán, atacou os estudos de gênero nas universidades e, nos EUA, o filho do presidente Trump atacou os professores afirmando: “Continuem a luta e a levem para as escolas. Vocês não têm de ser doutrinados por esses professores perdedores que estão tentando vender a ideia de socialismo para vocês desde o berço. Vocês pensam por vocês mesmos. Eles, não”. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/novaescola/2019/02/a-bagunca-dos-meninos-virou-guerra-aos-professores.shtml>> Acesso dia 08 de Maio de 2019. Ver também: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/18/actualidad/1555585620_542476.html>. Acesso dia 03 de outubro de 2019.

fortemente presentes na campanha e nos discursos de Jair Bolsonaro, inclusive incentivando que estudantes filmassem e denunciasses seus professores supostamente esquerdistas e doutrinadores e mostrando as cartilhas falsas (supostamente distribuídas pelo MEC) de educação sexual para crianças em entrevistas e programas televisivos.

A pesquisa compreende que isso também inclui impactos no currículo escolar, entre aquilo que será escolhido para ser ensinado e o que será excluído, de forma que, num segundo momento, serão analisadas como tais mudanças o atingem, no caso específico da sociologia escolar. Essa análise leva em consideração que o currículo é mediado pela cultura e permeado pelas questões políticas e pelas relações de poder, como já discutido anteriormente. Dessa forma, a pesquisa está particularmente interessada em como esse recrudescimento no âmbito social, cultural e político é percebido numa área específica, uma disciplina, a sociologia, pela ótica de seus professores. Além, é claro, de seus efeitos na possibilidade de abordar as temáticas de gênero e sexualidade, um conteúdo presente em boa parte dos materiais didáticos por ser uma área de estudo clássica das ciências sociais e um dos temas sensíveis mais complexos de ser abordado atualmente, devido a censura e/ao pânico moral promovidos pela cruzada antigênero. Por essa razão, os impactos na escola dos discursos acerca da “ideologia de gênero” e do Escola sem partido e demais avanços da agenda neoconservadora serão analisados de forma mais específica, nos próximos capítulos e nas percepções dos professores de sociologia.

O foco na sociologia não se deve apenas ao fato de ser minha área de formação e atuação profissional, mas porque esta disciplina, e a área de humanidades de modo geral, tem sido alvo prioritário dessas ameaças e mudanças, como já referido. É importante recordar também que a disciplina de sociologia está há pouco tempo de forma obrigatória no currículo do ensino médio e, historicamente, foi alvo de inúmeros “ataques” enquanto disciplina escolar ao longo dos diferentes governos, projetos político-pedagógicos e momentos históricos do Brasil ao longo do século XX e XXI.

Os cursos de ciências sociais (sociologia) e filosofia nas universidades foram citados, pelo então ministro da educação, o economista Abraham Weintraub, como aqueles que deveriam, prioritariamente, ter recursos cortados e reencaminhados para áreas com maior retorno econômico para o país. Depois de anunciar um corte orçamentário, em 2019, em apenas três universidades alegando “ineficácia e balbúrdia” (devido a atos políticos críticos ao governo), frente a repercussão negativa e inconstitucionalidade da ação, anunciou um corte geral na

educação (mas alegaram ser apenas no ensino superior). O temor paira em toda a educação e principalmente nas universidades e institutos federais, mas as ciências humanas e a ideia de uma predominância esquerdista nestes ambientes são o alvo principal, o inimigo anunciado, o bode expiatório. Recentemente, a área de humanidades, artes e ciências sociais foi retirada do PIBIC (programa de bolsas de iniciação científica) restando somente aquelas vinculadas as “tecnologias prioritárias/estratégicas”, além do corte em bolsas pesquisa de mestrado e doutorado¹⁰⁴.

Sendo assim, a recente implementação e legitimação da sociologia como disciplina escolar está ameaçada. Na primeira versão da reforma do ensino médio, esta disciplina (assim como a maioria das disciplinas escolares) deixava de ser obrigatória. Posteriormente, ela passou a fazer parte do itinerário formativo da área de humanas, porém, cada sistema de ensino organizará conforme suas possibilidades. Não há na BNCC do ensino médio um conteúdo mínimo garantido para essas áreas. Além disso, não há clareza do projeto federal para a área e nem se a reforma e a BNCC serão mantidas e como serão implementadas. A prioridade para o governo, no momento, é retomar as discussões das diretrizes do projeto escola sem partido, enviando documentos nesta direção para as instituições educacionais e a implementação do modelo de escola cívico-militar, em parceria com os estados que aderiram ao projeto.

Se antes a sociologia se embasava e tinha sua legitimidade costurada junto às finalidades da educação, que, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 1996) e a Constituição Federal, era “a formação para o exercício da cidadania plena, combatendo as intolerâncias, injustiças, desigualdades e preconceitos de toda a ordem”, tendo, portanto, essa disciplina (ou deveria ter) um papel de destaque (junto à filosofia), pelo seu compromisso com a desnaturalização e problematização da realidade social. Em um país com a complexidade, diversidade e desigualdade do Brasil isso seria uma tarefa difícil, mas extremamente necessária que a escola deveria tomar para si e exigiria uma alteração profunda e integral, muito além do um período semanal obrigatório no ensino médio. Devido ao nosso histórico de recente democracia e muita exclusão social, num contexto de construção ainda precária da ideia de cidadania e da construção e garantia de direitos para todos, a formação de cidadãos deveria ser prioridade na educação básica.

¹⁰⁴ Conferir informações em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2020/03/em-meio-a-pandemia-governo-bolsonaro-investe-contra-pesquisa-em-ciencias-humanas-ck894bfyh025801o95138jr6s.html> . Acesso em 04 de maio de 2020.

Entretanto, ao que parece, tomando por base o texto da nova lei do ensino médio, o foco prioritário da educação e da escola nesta etapa escolar passa a ser a habilidade de ler, contar, saber inglês e se preparar profissionalmente e tecnicamente para atuar no mercado de trabalho, devendo para isso o estudante estagiar em empresas durante a sua formação. A ênfase é apostar em conjunto de competências para ingressar no mercado de trabalho partindo da justificativa de que o ensino médio estaria em crise, não atrairia os jovens e não prepararia para o mercado¹⁰⁵. Não deixa de ser uma ideia contraditória (ou equivocada) já que muitos estudiosos da área têm demonstrado que no futuro próximo simplesmente não haverá vagas de emprego para todos, devido a automatização crescente, muitas atividades/profissões já foram ou serão extintas em breve e isso está e continuará gerando crise (s) e uma mudança de paradigma/modelo. Isso poderia, inclusive, ser tema de discussão em uma aula de sociologia, já que em algumas sociedades/países/setores desenvolvidas isso já tem sido alvo de reflexão, com a ideia de que se um número de pessoas sobrar, como manter o sistema capitalista, a demanda e o consumo se muitas pessoas não terão emprego e renda? É nesse sentido que se discute projetos como o de renda mínima universal¹⁰⁶.

A realidade sobre a educação e seus problemas, como a evasão escolar e a reprovação no ensino médio, ligada a fatores como desigualdade social, de classe, gênero e raça não é discutida, nem se propõem auxílios permanência para o jovem que precisa trabalhar não abandonar a escola, por exemplo. Também não há proposta de aumento do investimento em educação (pelo contrário), apenas a ideia de que a escola passará gradativamente a ser de turno integral e que os estudantes poderão ter o direito/liberdade de escolher o itinerário formativo que lhe parecer melhor, já visando seu futuro profissional (exatas, humanas, educação profissional/técnica...) renunciando a uma educação ampla e de ter acesso a conteúdos considerados básicos.

Dessa forma, o que parece uma inovação nada mais é do que a retomada do antigo modelo de educação, onde os filhos das classes mais favorecidas tinham acesso a uma educação propedêutica visando a continuidade de seus estudos em nível superior e a preparação para o vestibular (ou ENEM, se pensarmos no momento atual) e os filhos das classe populares, quando

¹⁰⁵ A ideia de crise na educação é antiga (e como diria Darcy Ribeiro, é um projeto), mas tem sido utilizada de forma ampla por esse atual governo, que utiliza as notas do PISA para dizer que o projeto de educação dos governos anteriores não deu certo, que a culpa é do Paulo Freire etc. Não saber o básico de português e de matemática serve de justificativa para diminuir as disciplinas obrigatórias.

¹⁰⁶ Retornado com o advento da pandemia do COVID 19.

podiam estudar, eram encaminhados prioritariamente para a educação técnica – com acesso a apenas alguns conhecimentos e disciplinas, vistos meramente como ferramentas a serem utilizadas no mercado de trabalho.

Soma-se a essa realidade, no Brasil contemporâneo, a negação da desigualdade social como um problema a ser resolvido ou minimizado, sendo tratada como algo natural, defendendo-se a ideia da meritocracia e a percepção de que a formação cidadã seria uma doutrinação de esquerda. Ou seja, a educação e a escola básica não teriam por função a formação de cidadãos, mas sim, a formação de trabalhadores, no caso da educação pública voltada aos filhos dos trabalhadores. Sendo assim, a sociologia, que estava ainda se consolidando como disciplina escolar, passa a ser percebida, por alguns, como desnecessária, já que não serve mais aos interesses do projeto de escola em questão¹⁰⁷, ou mesmo, sendo considerada uma ameaça para seus fins.

Estas alterações em relação à finalidade da educação estão previstas na reforma do ensino médio (Medida provisória N. 746/2016 aprovada como Projeto de lei de conversão PLV 34/2016) e a consequente alteração do texto da Lei de Diretrizes e bases da educação (LDB), conforme analisado por Maria Toledo (2017). Tal projeto retira a discussão das finalidades da educação e da escola e apenas a substitui por questões técnicas, resgatando e implantando, de forma autoritária, um projeto de lei que já havia sido criticado durante os debates de sua tramitação (PL n. 6.840/2013) e, então, refutado. A reforma do ensino médio é analisada por Toledo dentro do conjunto histórico de propostas de mudança da educação secundária que já ocorreram no país. A historiadora demonstra como essa proposta, rejeitada e depois apresentada via medida provisória, se parece com as propostas para a educação da época da ditadura civil-militar, especialmente aquelas pós AI-5¹⁰⁸ (Ato institucional número 5). Se abandonam também as propostas que haviam sido construídas recentemente para a educação profissional concomitante ao ensino médio, adotada nos institutos federais e demais escolas técnicas. Dessa forma, ao que parece, não

¹⁰⁷ A justificativa inicial para a retirada destas disciplinas e depois para a própria realização da reforma em questão seria o excesso de disciplinas obrigatórias (13) que deixaria o currículo e a escola pouco atrativa para os jovens. Entretanto, a reforma do ensino médio visa aumentar a carga horária dessa etapa de ensino e aumentar a oferta de educação integral. Ver mais informações em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/4742/13-respostas-sobre-o-novo-ensino-medio>> <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/mp-da-reforma-do-ensino-medio-e-publicada-em-edicao-extra.ghtml>>. Acesso em 02 de outubro de 2017.

¹⁰⁸ Dispositivo decretado em 1968 (e que durou 10 anos) pelo General Presidente Costa e Silva, que suspendia os direitos políticos, demarcando a fase mais dura dentro do golpe civil-militar.

é só a sociologia que está ameaçada, mas a escola com uma proposta democrática e de formação cidadã em si.

Quais são os objetivos da educação e da escola? Qual é o papel do professor? É a democracia um valor a ser ensinado e posto em prático ou é algo indesejável? A preocupação com a democracia e sua relação com a escola é importante neste trabalho porque compreendo que mudanças legislativas que modificam as finalidades da educação (tal como a reforma do ensino médio), assim como projetos que visam censurar determinados temas na escola (tais como o ESP e contra a “ideologia de gênero”) ameaçam a democracia no sentido de limitar os debates e as liberdades de expressão, de ensinar do docente e do direito de aprender dos estudantes. O enfraquecimento da democracia já está ocorrendo em vários lugares do mundo, o autoritarismo tem ganhado força em tempos de uma nova guinada neoliberal e alguns teóricos têm se esforçado em compreender como as democracias estão deixando de ser de fato democracias, não necessariamente a partir de golpes de Estado explícitos, mas sob novas formas, seguindo parâmetros aparentemente legais e dentro de uma pretensa normalidade.

O outro desdobramento e foco desta pesquisa se relaciona especificamente às questões de gênero, sexualidade e suas correlatas (identidade de gênero, orientação sexual, diversidades, homofobia, novas parentalidades e modelos de família) no âmbito da educação. Junto com esses termos e temáticas, as discussões sobre cidadania, direitos humanos, justiça, desigualdades, política, pluralismo religiosos e laicidade passam a ser vistas como indesejadas também, uma vez que tudo que possa ser compreendido como algo que afeta ou vai de encontro as convicções morais, religiosas, políticas da família/dos pais ou responsáveis pelas crianças e jovens deve ser evitado pela escola, sendo considerado algo de foro íntimo/privado e exclusivo da educação familiar, não devendo ser abordada pela escola por não ser considerado um dever ou direito do Estado de intervir nessas concepções.

São nessas duas frentes que atuam os discursos dos grupos/frentes que são alvo de análise nesta revisão bibliográfica e contextualização histórica: o projeto Escola sem partido e a cruzada contra a chamada “ideologia de gênero”. Estes dois grupos conservadores atuam de forma conjunta e colaborativa e são relevantes nesta pesquisa porque, no nosso entendimento, eles compõem o principal núcleo dos grupos neoconservadores que atuam na escola (com a já citada retirada dos termos gênero e afins dos documentos e a perseguição e deslegitimação dos professores) e no campo das moralidades, e que tem tido um impacto muito grande na política

nacional. Estes discursos são acionados frequentemente nas ações políticas, na criação dos episódios de pânico morais e na constituição da cruzada moral e antigênero que vivenciamos.

Além disso, grande parte dos professores que estão sendo denunciados, perseguidos e censurados pelos militantes e seguidores do ESP e contra a “ideologia de gênero” é da área de ciências humanas, com destaque para os professores de sociologia e de história¹⁰⁹. A área também é visada pelo seu material didático, já que algumas das temáticas consideradas controversas (política e cidadania, gênero e sexualidade, histórias das mulheres, história africana, afro-brasileira e indígena, diversidade cultural, movimentos sociais como o feminismo e o LGBTQI, movimento sem-terra, movimento negro etc.) fazem parte do currículo dessas disciplinas. Um caso que ilustra estas preocupações foi a polêmica em torno da BNCC da área de história que gerou desacordos dentro e fora da área e acabou sendo modificada.

Por essas razões apontadas acima, é que acredito que o ataque neoconservador à escola atinge a educação em suas finalidades, atinge o papel do professor/a, o seu trabalho e a liberdade de ensinar, a liberdade e o direito de aprender dos estudantes e a concepção de escola pública, democrática, plural e laica¹¹⁰. Afeta, especialmente, a abordagem das temáticas de gênero e sexualidade e esse campo de estudos, assim como atinge fortemente áreas do conhecimento ligadas à formação para a cidadania, o pensamento autônomo e crítico e que em sua trajetória analisaram estes temas, como é o caso da sociologia.

Muitos professores, autores e militantes tem se dedicado a analisar e denunciar estes dois fenômenos no Brasil. Alguns tem se dedicado a estudar o Escola sem partido, outros a compreender o que é ou de onde vem a “ideologia de gênero” e, ainda, outros que tem abordado

¹⁰⁹ Ver mais em: <https://oglobo.globo.com/brasil/projeto-acirra-debate-sobre-neutralidade-politica-na-escola-19681318>. Acesso em 02 de outubro de 2017. A área de ciências e biologia também sente esses efeitos, devido às questões ligadas ao corpo humano a reprodução, a anatomia, e sua ligação com a temática da educação sexual e DSTs. Muitas vezes, os professores de biologia e ciências são vistos como aqueles que devem (ou não) abordar temas relacionados à sexualidade e gênero, dentro de uma perspectiva biológica/médica. Além disso, o paradigma evolucionista é considerado, por alguns grupos que defendem o criacionismo, como algo indesejável, por afrontar a perspectiva religiosa e bíblica. Ver mais em: <<https://g1.globo.com/ro/ji-parana-regiao-central/noticia/pais-acionam-mp-ro-para-proibir-livro-de-ciencias-com-ilustracao-de-penis-em-escola.ghtml>> <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/17/opinion/1492435392_872941.html> <<https://www.terra.com.br/noticias/educacao/se-ensinam-teoria-de-darwin-que-ensinem-a-de-moises-diz-feliciano,4412f34424bcb85b6260806c66698d09ucigRCRD.html>> <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/17/ciencia/1450308758_163091.html>. Acesso em 02 de outubro de 2017.

¹¹⁰ Para ver mais um recente retrocesso nessa área, é interessante analisar a polêmica sobre ensino religioso recentemente votada no TSE. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-09/supremo-autoriza-ensino-religioso-confessional-nas-escolas-publicas>. Acesso em 05 de outubro de 2017.

as conexões entre ambos, em especial: Fernando Penna (2017), Miskolci e Campana (2017); Jimena Furlani (2016), Fernando Seffner (2016 e 2017), Rogério Junqueira (2017), Gaudêncio Frigotto (2017) e Sônia Correa (2018), organizações como a Ação Educativa, por meio do lançamento de livros (2016), entre outros. Tais autores e entidades buscam assim mostrar os perigos desses discursos e suas consequências para a escola, para os professores e estudantes, para as minorias marginalizadas e para sociedade brasileira em geral.

As temáticas de gênero e sexualidade foram banidas do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, como já dito, e saíram de muitos outros planos estaduais e municipais também. Em 2017, saem do texto final da BNCC para o ensino fundamental. A justificativa dada pelo MEC foi que a questão da diversidade já estaria presente, de forma ampla e genérica no documento, e seria redundância falar de questões de gênero e sexualidade. Segundo eles, portanto, foi uma mera revisão formal. A pressão dos grupos conservadores e religiosos foi forte e obteve o resultado desejado, mas também ocorreram manifestações de indignação das entidades da área contra a retirada dos termos. Essa restrição atinge as mais diversas modalidades de ensino. A BNCC do ensino médio, aprovada no final de 2018, prevê que agora é por área do conhecimento - só matemática e português são obrigatórias nos três anos do ensino médio - as demais disciplinas deixam de ser componentes curriculares específicos e passam a integrar as áreas, podendo ser oferecidas de forma diversa: concentrada em um dos anos, em dois ou mesmo nos 3 anos, conforme escolha das instituições e redes.

Defendemos que abordar as questões de gênero e sexualidade na escola também é fundamental no combate à homo/lesbi/bi/transfobia, à desigualdade entre homens e mulheres, ao preconceito, ao bullying, à violência doméstica, à evasão escolar etc. Estas questões, como já salientado, foram recentemente inseridas na escola por meio da luta dos movimentos sociais e ajudam a dar visibilidade a esse problema social ao mostrar o drama dessas pessoas (em especial, mulheres e população LGBTQI), que sofrem todo tipo de violência em nossa sociedade, que está entre as que mais matam esses grupos no mundo.

Recentemente tivemos o decreto nº 8.627/2016 que permite o uso do nome social nas instituições de ensino, bem como alguns avanços nas políticas afirmativas para outros grupos, como a reserva de vagas para estudantes travestis e transexuais, (nas últimas seleção da pós-graduação em educação da UFRGS, por exemplo), além de cursinhos populares voltados para

preparar esses grupos para ENEM e vestibular, como o TransEnem¹¹¹. Tivemos também a Lei do feminicídio (lei n. 13.104/2015), que agora começa a publicar dados que visibilizam esse tipo de violência de forma mais explícita. A própria ideia de políticas afirmativas e cotas é muito recente na história do Brasil e ainda é cercada de polêmicas, sendo um tema constante de interesse dos estudantes e de estudo da sociologia. Entretanto, por ser um tema sensível, é mais um dos temas sob censura ou que são acusados de ideológicos.

Mas essas recentes mudanças ainda estão ameaçadas em um país campeão em violência. Além das já citadas, temos números alarmantes de estupro, estupro coletivo, abusos sexuais contra crianças¹¹² e casamento infantil – para citar apenas alguns exemplos. A importância de olhar essas questões incorporando o enfoque de gênero e sexualidade não é algo propriamente recente e já consta de documentos assinados pelo Brasil a partir das convenções da Organização das Nações Unidas (ONU), como a Conferência internacional sobre população e desenvolvimento (Cairo, 1994) e a Conferência Mundial sobre a mulher (Beijing, 1995) que reconheceu os direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos, entre outros acordos e planos no âmbito dos direitos humanos e combate às violências.

Da mesma forma, parece necessário entender aqui como ocorreu o processo de gênese da cruzada contra a “ideologia de gênero”, “movimento” que como já dito não atinge só o Brasil, mas está presente também em outros países da América Latina, EUA, na Europa etc. Embora, na perspectiva desta pesquisa, o que interessa são as conexões entre as pautas e discursos do Escola sem partido e a cruzada contra a chamada “ideologia de gênero” e, na maioria das vezes, vamos frisar seus entrelaçamentos. Entretanto, como se trata de uma revisão bibliográfica que também se propõe a contextualizar a temática e compreender o atual cenário, procurarei separar os dois grupos/discursos neste capítulo.

¹¹¹ Iniciativa construída em cidades como Belo Horizonte e Porto Alegre. Para mais informações, ver: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-37501750> e <https://www.facebook.com/transenem/>. Acesso em 21 de setembro de 2017.

¹¹² Ver mais em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos> <<http://www.brasil.gov.br/saude/2012/05/abuso-sexual-e-o-segundo-maior-tipo-de-violencia-contras-criancas-mostra-pesquisa>> <<http://www.pucrs.br/blog/brasil-tem-maiores-taxas-de-maus-tratos-contras-criancas-no-mundo/>> <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/08/1911346-pais-registra-10-estupros-coletivos-por-dia-notificacoes-dobram-em-5-anos.shtml>> <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-11/brasil-registrou-em-2015-cinco-estupros-por-hora-mostra-anuario>> <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-03/brasil-e-quarto-pais-no-ranking-global-de-casamento-infantil>> <<http://blogs.oglobo.globo.com/na-base-dos-dados/post/mapa-de-direitos-lgbt-e-dados-sobre-violencia-mostram-divisoes-e-contradicoes.html>>. Acesso em 21 de setembro de 2017.

2.1 Apontamentos sobre o ESP e a “ideologia de gênero”

Juntamente com os grupos antigênero, avançou o projeto e a organização Escola sem partido¹¹³ (ESP), mais antigo ou estabelecido no Brasil, lançado em 2004 pelo advogado e procurador de São Paulo, Miguel Nagib, por meio de um site, mas que apenas mais recentemente passou a ganhar visibilidade midiática e massiva nas redes sociais. Não por acaso, seu projeto de lei (que também é uma ONG e uma empresa) cresceu ao se juntar ao combate à “ideologia de gênero”, mais intensificamente a partir de 2014, data das retiradas dos termos gênero e sexualidade do PNE. Nesse contexto, formou-se gradativamente um bloco conservador e neoliberal que se diz preocupado com os valores morais, religiosos (cristãos) da sociedade: como a família, seus filhos e os bons costumes. Estas instituições e valores estariam, segundo estes grupos, ameaçados por um conjunto de pessoas, em especial, os professores doutrinadores nas escolas, os movimentos LGBTQI, as feministas, e a esquerda em geral, que devem ser duramente combatidos e derrotados.

Assim, ESP e as movimentações contra a “ideologia de gênero” se articularam estrategicamente para fazer avançar uma pauta conservadora na educação e nas demais esferas da vida social. O embate tem se estruturado na premissa de quem deve ensinar o quê, construindo uma divisão e disputa entre família e igreja x escola/Estado. Analistas atuais, como vimos anteriormente, tentam compreender a ascensão e eleição do presidente Jair Bolsonaro acreditam que a pauta antigênero e as *fake news* ligadas a temáticas de gênero e sexualidade tiveram amplo impacto nas urnas na última eleição. O primeiro grupo, apoiador do Escola sem partido, agiu nos bastidores de muitas articulações ligadas à pauta antigênero (como na perseguição a Judith Butler no Brasil, em 2017) junto com os articuladores da cruzada antigênero.

O ESP é tanto uma organização quanto uma proposta legislativa, já que eles tem uma proposta de lei (modelo de anteprojeto¹¹⁴) para alterar a legislação vigente, em especial a área da educação, proposta essa que foi abraçada por vários parlamentares e candidatos a eleição, replicada de forma igual ou com algumas modificações em diferentes lugares (propostas estaduais, municipais e federais) e às vezes com outros nomes como escola livre, por exemplo, e que serviu também de bandeira para o candidato vitorioso à presidência da república. Segundo

¹¹³ Site da organização: <<https://www.programaescolasepartido.org/>>. Acesso em 02 de outubro de 2017.

¹¹⁴ O anteprojeto para a esfera estadual pode ser consultado em: <<http://www.programaescolasepartido.org/anteprojeto-estadual>> . Acesso em 02 de julho de 2017.

Nagib, integrante de um instituto liberal (o *Millenium*, uma importante *think thank* brasileira), a motivação para a criação do movimento veio do fato de sua filha ter sido vítima de tentativa de doutrinação, pois, segundo ele, o professor de história da menina (estudante de escola particular) teria comparado São Francisco de Assis à figura de Che Guevara¹¹⁵. Assim, ele passou a se interessar pela temática, se inspirou em movimentos estadunidenses e passou a “coletar” outros casos semelhantes. Dessa maneira, sem apresentação de dados científicos, afirma que tem ocorrido doutrinação ideológica, em especial de esquerda, marxista, ateia (via governo do PT) nas escolas e nas universidades.

Entretanto, quando o ESP surgiu com a bandeira política da doutrinação de esquerda, não teve muita visibilidade e apelo popular. Segundo Luís Felipe Miguel (2016), foi só na esteira dos pânicos morais associados à “ideologia de gênero” que o ESP se ramificou e ganhou notoriedade e apoio. Grande parte da direita brasileira passou a advogar por esse projeto, incluindo nele a pauta antigênero e antidireitos das minorias. Assim, como citado anteriormente, segundo o cientista político, ocorreu um deslocamento da pauta política para a pauta moral, fortemente ligado aos fundamentalismos religiosos. Eu acrescentaria que, além da pauta antigênero e “familista”, houve também o crescimento de um terreno propício para o discurso anti-esquerda (e PT) que sempre esteve na base do ESP e que ficou evidente nas disputadas eleições de 2014, com a crise de 2015, o golpe de 2016 e, sobretudo, nas últimas eleições. Ou seja, primeira a pauta moral teve força e conseguir juntar diversos grupos e, posteriormente, a pauta política subjacente foi recolocada, mas ambas andam juntas, como vimos, na constituição do bloco neoconservador e neoliberal (moralista, religioso, anti-esquerda, anti-minorias etc.).

Além do crescimento do ESP e da “ideologia de gênero”, vemos o crescimento do discurso anticomunista/socialista no Brasil. Segundo Miguel, essa é uma das correntes da direita no Brasil atual, mas até 2016 (data de publicação do artigo) ela era marginal e tinha pouca expressão parlamentar (especialmente a família Bolsonaro), embora fosse central no discurso do Escola sem partido (e a noção de “marxismo cultural”). Porém, agora, com a chegada dessa família no centro do poder, a visibilidade cada vez maior do guru da família Bolsonaro, Olavo de Carvalho, e a eleição em massa de candidatos do PSL (partido do presidente à época da eleição), podemos afirmar que temos um grande grupo ligado a essa corrente no Congresso, no Senado e

¹¹⁵A esse respeito, ver: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550_367696.html?rel=mas> Acesso em 02 de outubro de 2017.

no Palácio do Planalto (além de uma forte presença na opinião pública, via alguns canais e programas de TV e rádio, além de youtubers e influenciadores digitais). Na última conferência da ONU, essa posição anti-comunista/socialista foi externalizada nos discursos do presidente Bolsonaro e do presidente Trump, por exemplo, causando espanto em alguns analistas, que afirmaram a semelhança com discursos da época da Guerra Fria.

Discurso semelhante e relacionado a esse tem estado muito em voga no Brasil, especialmente desde 2018, devido à crescente visibilidade midiática da expressão “marxismo cultural”, utilizada como uma acusação de militantes, “intelectuais” e políticos vinculados à direita neoconservadora e neoliberal contra grupos de esquerda, em especial, intelectuais e políticos que estariam propagando tal ideologia no Brasil, particularmente nas universidades e escolas públicas através do aparelhamento do Estado nos governos petistas (ou pós-redemocratização no Brasil, na visão de alguns). Essa expressão foi evidenciada nas últimas eleições e na agenda presidencial de 2019 e 2020, com forte alinhamento das forças vencedoras do pleito eleitoral à ideia de combate ao “marxismo cultural” e caça às bruxas no ministério da educação, na secretaria de cultura, às universidades, aos livros didáticos, aos professores etc.

O ex-ministro da educação, Ricardo Vélez, o primeiro escolhido para o cargo pelo presidente Bolsonaro, disse que sua indicação tinha relação com a coragem de enfrentar o “marxismo cultural”: o grande “inimigo”, o principal problema da educação brasileira na opinião destes grupos. Vélez, professor universitário ligado em parte aos militares, ex-aluno de Olavo de Carvalho no curso livre de filosofia, e indicado por ele ao cargo, se viu rapidamente num vespeiro. A pasta de educação é uma das mais visadas, repleta de interesses diversos dos diferentes grupos que compuseram a aliança em prol do candidato Bolsonaro e que ali demonstraram, como em poucos outros temas, suas discordâncias, evidenciando a heterogeneidade interna dessa aliança estratégica. As disputas internas dentro do MEC (e do governo Bolsonaro) se tornaram muito visíveis e foram bastante exploradas pela imprensa. De modo geral, ficou demonstrado que o ministério foi fatiado entre os seguintes grupos: a ala dos militares vistos como mais técnicos, os Olavistas ou Olavetes (ex-alunos, alunos e seguidores de Olavo de Carvalho, considerado o grupo mais ideológico) e um grupo de políticos neoliberais (muito ligado ao centro Paula Souza de educação técnica do estado de São Paulo). Além desses três grupos, há uma forte influência das igrejas e das bancadas evangélicas (muitos dos militares, políticos ou demais indicados são evangélicos) e demais grupos religiosos (mais expressivamente

as alas mais conservadoras do catolicismo) e lobistas na aprovação ou não dos ministros e secretários indicados, e grupos ligados ao setor privado de educação. Há fortes articulações internas e nas redes sociais entre estes diferentes grupos¹¹⁶.

Depois de quatro meses de uma gestão conturbada, repleta de polêmicas, trapalhadas, recuos, pressão da imprensa, muitas críticas, e a inoperância cada vez mais visível do MEC, o ministro foi demitido oficialmente no dia 8 de abril de 2019. O escolhido para substituí-lo foi Abraham Weintraub, o que foi considerado uma surpresa pela mídia e entre os grupos que disputam lugar no MEC. Ao que tudo indica, ele foi indicado pelo então ministro-chefe da casa civil, Onyx Lorenzoni, pois trabalhava como assessor do ministro nas questões ligadas à reforma da previdência. É um economista, professor de ciências contábeis e com experiência de gestão no setor privado. Essa última experiência foi usada pelo presidente como a maior qualificação para o cargo, já que o ex-ministro Vêlez foi criticado como incompetente em gestão por seus ex-subordinados, como o ex-presidente do INEP.

No mesmo dia de sua nomeação, ao buscar informações sobre o escolhido se soube que ele também é olavista (ex-aluno e contra o socialismo e o “marxismo cultural”), considerado “Bolsonarista raiz” que considera que o MEC foi aparelhado e precisa ser mudado, ligado aos interesses do mercado financeiro e bancário, apoiador do Escola sem partido e sem nenhuma relação mais direta com a área de educação pública, além de ter atuado como professor na UNIFESP e ter título de mestrado. Essas informações mostram as conexões entre estes diversos grupos e narrativas: ESP, seguidores de Olavo de Carvalho, grupos religiosos, grupos ligados ao setor privado, políticos neoliberais etc. e são importantes porque demonstram as correlações entre estes discursos, por onde eles se propagam e de onde surgem, mas também mostram as diferenças e rupturas internas a essas alianças estratégicas e conjunturais, o que também as fragiliza. Ao longo de sua gestão na pasta, Weintraub acumulou polêmicas, que passam por acusações falsas contra universidades públicas (por tráfico de drogas e o que ele chama de balbúrdias), erros grotescos de português e matemática, postagens provocativas e desrespeitosas via *twitter* e vídeos no *youtube*. Em 2020, Weintraub, sob pressão, é mandado para o Banco Mundial e em seu lugar é

116 Ver mais em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/politicos-militares-e-olavistas-disputam-indicacao-para-o-mec.shtml?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=newsfolha>. Acesso dia 30 de dezembro de 2020.

nomeado um pastor presbiteriano ligado a uma instituição superior de ensino privada e confessional.

Em síntese, o ESP ascendeu junto e colaborou com a ascensão de outros grupos neoconservadores ao poder, elegeu deputados federais e estaduais defensores do projeto e dessa pauta, depois se sentiu abandonado ou traído ao não ver suas pautas atendidas pelo governo ao longo de 2019 e 2020, sofreu críticas de antigos apoiadores, como o MBL, mas voltou à tona nos discursos governamentais. Independentemente de ser um projeto inconstitucional, seus efeitos já são reais e concretos nas escolas e na educação brasileira.

O grupo antigênero, ao que parece, era inicialmente mais fragmentado no Brasil, espalhado em diferentes matizes religiosas e grupos conservadores morais, mas obteve um estrondoso êxito ao conseguir juntar muitas pessoas pelo “medo” da “ideologia de gênero” que estaria sendo ensinada/transmitida nas escolas (não só nelas, pela mídia em geral, por organismos internacionais etc.) por meio da doutrinação dos professores. Os boatos se espalharam pela internet, igrejas e templos, grupos de *whatsapp*, panfletos, redes sociais, vídeos de influencers digitais (em canais do *youtube* e perfis do *instagram*) diversos. Estava criado um clima ameaçador e um ambiente propício para alavancar as duas preocupações que passam a se coadunar, a pauta moral e a política. A proposta do ESP passa a abraçar o combate à ideologia de gênero e ambos os movimentos se fortalecem, obtendo êxitos, já apresentados anteriormente.

Uma discussão mais ampla sobre a “ideologia de gênero” será feita ao longo da tese durante a análise, mas de forma introdutória, podemos destacar, em suma, que a terminologia “ideologia de gênero” não é comum dentro do campo de estudos da área e nem em documentos e políticas governamentais, o que existe é a perspectiva de gênero, os diferentes conceitos de gênero e o campo de estudos de gênero e sexualidade, com suas diferentes correntes teóricas, que tentam explicar a desigualdade entre homens e mulheres, entre as distintas expressões da sexualidade e do gênero. No geral, o que há de comum ou consenso nas diferentes perspectivas presentes na área embasadas em diferentes matrizes teóricas, é o rompimento com um viés biológico essencialista para explicar e/ou justificar as desigualdades sociais e hierárquicas entre homens e mulheres (e mais recentemente, abordando outras temáticas e conceitos afins, entre as diferentes orientações sexuais e identidades de gênero). Devido a sua relevância na ordem social pois é forma como nos tornamos homens e mulheres em meio a relações de poder e nomeação/classificação, e centralidade enquanto categoria analítica e política, o conceito de

gênero é entendido como muito importante para a compreensão da sociedade, na resolução de problemas sociais e na garantia de direitos, em diversos âmbitos, tanto no Brasil como numa perspectiva internacional (como já mencionado, abordada inclusive em convenções da ONU).

Entretanto, como uma resposta a essas perspectivas e mudanças sociais percebidas - nas relações entre homens e mulheres e na compreensão das diferentes expressões da sexualidade e do gênero, alterações em relação ao significado de família, ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos (e seu reconhecimento como direitos humanos pela ONU nessas convenções) e o direito à não discriminação, a defesa da laicidade do estado, entre outras mudanças significativas na sociedade ocidental - emerge na Igreja Católica, e associada a ela, um grupo que constituiu e cunhou o termo “ideologia de gênero” nos anos 90 e o espalhou pelo mundo nos anos 2000 (JUNQUEIRA, 2017; DIP, 2016; MIGUEL, 2016; MISKOLCI e CAMPANA, 2017; CORREIA, 2018).

O termo “ideologia de gênero” passa a ganhar visibilidade e a gerar temor (e ser usado como estratégia para gerar medo) nestes grupos neoconservadores porque se construiu em torno dessa categoria um conjunto de informações negativas com forte carga estigmatizante, segundo o qual tal ideologia e seus defensores negam a natureza e a biologia, e, portanto, a ideia de que se nasce homem ou mulher e a heterossexualidade como norma natural e inquestionável, ameaçando assim a formação e o desenvolvimento das crianças e jovens, estimulando precocemente a sexualidade, chegando até a ideia de ligar essa perspectiva com a defesa da pedofilia e a crença de que se estaria estimulando a mudança de gênero/sexo das crianças. Ameaçam, portanto, os valores religiosos e familiares, e logo, a própria civilização (e a reprodução), segundo estes grupos neoconservadores e seus aliados. Esse tipo de argumentação não surge “do nada”, e remete a preconceitos antigos (contra os grupos LGBTQIs e as feministas, por exemplo).

Este tipo de argumentação ajuda a construir um pânico moral na sociedade em relação aos temas de gênero e sexualidade e a tudo que se relaciona a eles. Nesse sentido, esta categoria de pânico moral nos ajuda a compreender o atual contexto e como esses grupos neoconservadores emergiram utilizando estas temáticas, mas é importante destacar que não é utilizado aqui como um conceito central que será operacionalizado na análise, tendo em vista que se tornou lugar comum denominar assim ou descrever dessa maneira esse avanço da pauta antigênero neoconservadora por meio do medo e do pânico, fortemente moral e religioso, e vinculado à escola, materiais didáticos, políticas educacionais, currículo, professores, Estado de um lado, e do

outro lado, crianças e jovens indefesos, facilmente manipuláveis e que devem/precisam ser salvos pelas suas famílias, religiões, entre outros agentes morais.

Este rótulo da “ideologia de gênero” e o temor associado a ele consegue abarcar até grupos não religiosos (JUNQUEIRA, 2017; MIGUEL, 2016), através do argumento de que a espécie humana está em risco, seja pelo questionamento da família tradicional, pela alteração do papel da mulher ou pela defesa dos direitos dos homossexuais. Dessa forma, vão se constituindo discursos de que para garantir a reprodução da sociedade e a reprodução humana é necessário atacar as ideias de gênero e defender a instituição social família, a chamada tradicional, que seria a mais ameaçada na visão desses grupos, a partir daí se estabelecem os cruzamentos do discurso moral/religiosos com os discursos anti-esquerda, anti “marxismo cultural”, entre outros utilizados pelos grupos de extrema-direita.

Outros indícios demonstrativos destas alianças, entre os diversos empreendedores morais, podem ser encontrados na apresentação do livro “A ideologia do movimento sem partido: 20 autores desmontam o discurso”, escrita por Vera Ribeiro (2016). Segundo a autora, em 2014, mesmo ano da retirada dos termos de gênero e sexualidade do PNE, começam a circular as primeiras notificações extra-judiciais contra professores e as denúncias nas redes sociais. Ao longo de 2015 esses movimentos (ESP) passam a se aliar a outros grupos de direita, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Revoltados Online, defendendo nas ruas e nas redes sociais o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. E depois do golpe de 2016, passam a apoiar abertamente o novo presidente, Michel Temer, e uma das primeiras ações do novo ministro da educação, Mendonça Filho, é receber membros destes grupos, como o ex-ator e atual deputado federal eleito pelo PSL de São Paulo, na esteira do bolsonarismo, Alexandre Frota, atualmente no DEM, um dos defensores mais conhecidos do projeto ESP até então e que hoje é crítico do governo.

O quadro aqui esboçado buscou evidenciar a onda neoconservadora mencionada desde o capítulo inicial, indicando seus reflexos para a sociedade brasileira e para a educação, em especial para a sociologia e a abordagem das temáticas de gênero e sexualidade na escola. Tal quadro buscou mostrar a urgência e a importância de estudarmos tal tema, justificando, portanto, esta proposta de pesquisa. Estes indícios apontam as conexões entre estes diferentes grupos neoconservadores e as suas alianças com as ações e propostas governamentais, bem como com os projetos de lei elaborados pelas bancadas políticas conservadoras, religiosas e vinculadas a

grandes corporações (redes privadas de educação, mercado financeiro etc.). Estes indicativos nos permitem afirmar que está em curso um projeto neoconservador e ultraliberal amplo, que atinge fortemente a escola e afeta a sociedade de modo geral.

Neste contexto de embate político que tem se constituído ao longo dos últimos anos no Brasil, foram dadas as condições de emergência para a construção desse pânico moral, em torno especialmente das questões de gênero, com a finalidade de aprovar projetos, eleger candidatos a cargos eletivos e fazer valer outras concepções e visões de mundo que visam modificar a sociedade e a educação. O contexto neoconservador que se utiliza da estratégia de pânico moral é motivo de preocupação nesta pesquisa porque as concepções que estão sendo defendidas vão de encontro à democracia e ao pluralismo de ideias, propondo silenciamentos e apagamentos das visões de mundo que não integram a perspectiva neoconservadora moral, religiosa cristã e neoliberal. Nestes capítulos iniciais busquei apresentar as marcas macropolíticas, os movimentos, grupos e discursos que afetam o cenário educacional, passamos agora mais especificamente para dentro da sala de aula e para o ensino de sociologia.

3. As implicações do avanço neoconservador para o ensino de sociologia: os temas sensíveis no atual contexto

Embora já tenha sido salientado desde o problema de pesquisa as especificidades da sociologia, a partir de agora destacarei de forma mais reflexiva os efeitos do neoconservadorismo nesta área de ensino e a relevância de pensar os temas sensíveis e os direitos humanos, compreendendo gênero e sexualidade dentro dessa perspectiva, pois como vimos, são temas conectados, na agenda dos movimentos feministas e LGBTQIs e na reação dos grupos neoconservadores.

A disciplina sociologia no ensino médio está implicada, acompanhada dos outros componentes curriculares da área de humanas (história, geografia e filosofia), na formação integral dos alunos visando a cidadania.

A Lei 9.394/96 estabelece como uma das finalidades centrais do Ensino Médio a construção da cidadania do educando, evidenciando, assim, a importância do ensino da Sociologia no Ensino Médio. Tendo em vista que o conhecimento sociológico tem como atribuições básicas investigar, identificar, descrever, classificar e interpretar/explicar todos os fatos relacionados à vida social, logo permite instrumentalizar o aluno para que possa decodificar a complexidade da realidade social. (BRASIL, p.37, s/d).

Ratier destaca que segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN):

[...]cidadania deve ser compreendida como “participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais”. Sua adoção no dia a dia se exprime em “atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito” (RATIER, 2016, p. 33).

A sociologia, em conjunto com as demais áreas que formam as ciências sociais, a antropologia e a ciência política, as quais devem também ser contempladas durante o processo formativo, contribuíram muito, ao longo de sua história, para o estudo dos temas de gênero, sexualidade, raça/etnia, identidades, preconceitos, classe social e discriminação das mais diversas ordens atuando para a compreensão destes fenômenos. Sendo assim, sua contribuição é fundamental em discussões que são cada vez mais centrais nas escolas contemporâneas, pois remetem a violência e evasão escolar, já que racismo, sexismo, machismo, homofobia e exclusão social são fortes componentes das agressões físicas, verbais e via meios digitais e internet as quais os jovens estão submetidos e que se potencializam na escola, além de dificultar ou restringir sua permanência, num contexto de crescente desigualdade social e o retorno da miséria e da fome no país.

Conforme Andrade et al. (2018) o contexto atual desafiaria a escola e o componente curricular (nesse caso a história) a se posicionar diante das desigualdades e injustiças sociais vivenciadas pelas crianças, jovens e suas famílias, assim a disciplina acabaria se tornando um local de resistência ao enfrentar o desafio de educar para a defesa dos DH, ensinar a conviver com a diversidade e a se posicionar no mundo. Segundo Alberti (2014) o contexto de polarização política e as reações a atuação dos movimentos sociais reverberam na escola, nesse sentido é que surgem na sala de aula críticas, provocações e pontos de vista sobre os temas considerados sensíveis em formas de perguntas, como por exemplo, “Por que não tem dia da consciência branca? E dia do homem? Por que temos que estudar a África e não o Japão?”, dessa forma, a autora sugere projetos pedagógicos, atividades que deem conta de responder a isso porque são questões que precisam ser enfrentadas para construção de uma sociedade melhor.

Negar a problematização de temas tão presentes na vida cotidiana dos estudantes é não querer que se pense e mude as realidades excludentes e injustas. Delegar ou defender que apenas a família deve abordar esses assuntos (os temas sensíveis), considerados de caráter moral, na maioria das vezes, ancorados em preceitos religiosos, vai de encontro ao Estado Laico. Ademais, muitos dos temas considerados sensíveis e que tem sido alvo de censura ou ataques, se

relacionam a dimensões políticas e éticas da vida social, mas isso não significa que eles sejam tratados de forma proselitista ou partidária (como já dissemos, se trata de construir cidadania e justiça social, conforme preveem as leis do nosso país e a declaração universal dos DH). Entretanto, proibir estas temáticas é justificado por discurso altamente ideológico, muito distante de ser neutro ou apartidário, como defendem os adeptos do ESP. Ademais, segundo Fernando Penna (2017), que tem se dedicado a analisar (e se contrapor) aos discursos do ESP desde 2015, a concepção de uma educação e uma escola que forma para a cidadania é sinônimo, para este grupo, de doutrinação ideológica (de esquerda), já que assim eles interpretaram uma pesquisa feita com professores de educação básica que responderam sobre as finalidades da escola dizendo que umas das principais seria o exercício da cidadania/construção da cidadania.

Como consequência direta do pânico moral construído pelo ESP, com o apoio fundamental da discussão contra a “ideologia de gênero”, já tem ocorrido casos de censura a professores e temáticas nas salas de aula, em especial, de professores de sociologia e da área de humanas, como tem sido noticiado na mídia e comentado no meio acadêmico, inclusive com notas de repúdio de associações profissionais, além de destacado em pesquisas recentes, como a de Gonçalves (2019), que será apresentada e discutida oportunamente.

Nesta perspectiva, embora os projetos do ESP estejam sendo retirados depois de críticas e pareceres legais negativos¹¹⁷, parte de seus objetivos foram alcançados, pois mesmo que não esteja implementado como lei, o projeto se popularizou, contou com o apoio de diversos políticos que conformam essa onda neoconservador neoliberal fundamentalista e virou uma arma para os apoiadores desses grupos e para os pais que concordam com essas ideias. Isso gera consequências como processos, matérias na mídia, denúncias em redes sociais, exposição pública, pressão por demissão etc. funcionando como uma espécie de censura prévia ao que pode ser ensinado na escola, pois podemos imaginar que muitos professores estejam evitando abordar os assuntos considerados mais sensíveis e polêmicos, como aparece na pesquisa de Gonçalves (2019).

De qualquer forma, a discussão e a “proibição” de certos temas pode suscitar o inverso, um aumento do interesse de alunos/as e professores de trabalhar com estas temáticas, a

¹¹⁷ Uma das últimas notícias é que Miguel Nagib oficialmente se afastou do ESP em 22 de agosto de 2020, depois que o STF declarou o projeto alagoano “Escola livre”, inspirado no projeto ESP, inconstitucional. O advogado também criticou a falta de apoio do governo Bolsonaro e o próprio STF. Ver mais em <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/08/22/apos-derrota-no-stf-fundador-do-escola-sem-partido-diz-que-deixa-movimento.htm>. Acesso em 01 de outubro de 2020.

resistência por meio de frentes contra estes projetos¹¹⁸ e uma ampliação das possibilidades encontradas pelos professores, pesquisadores, estudantes e militantes para continuar pautando a discussão sobre gênero, sexualidade e diversidade na escola no sentido de consolidação dos direitos humanos.

O programa ESP associa o suposto inimigo que eles combatem - a escola ideológica e os professores doutrinadores de esquerda - à figura do partido dos trabalhadores (PT) e ao seu governo, expondo o forte viés ideológico e partidário do movimento e de seus apoiadores. Também partem do pressuposto de que o aluno é uma tábula rasa, sem reflexão, que apenas absorve e aceita tudo que é “transmitido” pelo professor, sem análise ou capacidade crítica. A formação docente, a universidade no geral e importantes intelectuais da área da educação são desqualificados, tendo como alvo principal, Paulo Freire, mas também sobram generalizações sem fundamentação em pesquisas sobre o caráter da formação docente, sendo citados e criticados também autores como K. Marx, F. Engels, A. Gramsci, entre outros. Um dos pressupostos básicos deste projeto, o ESP, como já salientado, é defender que o professor não é um educador¹¹⁹, mas um sujeito que está ali para servir aos alunos e que deve apenas “passar” os conteúdos, considerados importantes e “neutros”, como se o processo educativo fosse algo meramente técnico e burocrático.

Há um claro esvaziamento da ideia do que é educação escolar e qual a sua finalidade, se criticando a noção de escola que ensina valores importantes e fundamentais para a vida em sociedade, atribuindo a esta instituição apenas o caráter de instruir os alunos com conhecimentos “úteis” e restritos. Nosso pressuposto, nesse contexto de avanço do projeto neoconservador, é que o/a professor/a, o currículo e a escola, estão sendo atacados. A escola, na perspectiva desses grupos, não deve ser um local de convívio entre as diferenças, um ambiente público, laico e com respeito a diversidade, pois para ele a escola deve ser uma continuação da família e da igreja. Mas tal projeto, nesse contexto antes mencionado, não ataca somente a escola, mas afronta os valores republicanos e democráticos de uma forma ampla, começando pela educação.

A partir desse contexto resumido acima, que abordamos anteriormente nesta tese, são analisadas nesta pesquisa as consequências desses projetos e da disputa ideológica e política

¹¹⁸ Como já tem ocorrido, com as frentes de professores “Escola sem Mordada” ou contra o movimento Escola sem partido, e o movimento escola democrática.

¹¹⁹ Baseados no livro “Professor não é educador” de Armindo Moreira.

surgida a partir daí em torno do currículo escolar, do papel do professor/a e de que escola queremos construir. Mais especificamente nos interessa refletir sobre as repercussões desses projetos e seu contexto no ensino de sociologia no ensino médio, disciplina da área de ciências humanas particularmente imbuída de contribuir para a formação de cidadãos críticos e reflexivos, comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, livre de preconceitos e discriminações, onde todos sejam respeitados e tenham os mesmos direitos, como prevê nossa constituição e a perspectiva de educação para/em os direitos humanos. Talvez isso seja muito idealista ou romântico, ainda mais no atual contexto e na disputa ainda mais específica do ensino médio, onde a sociologia é ensinada, de como ele deve ser e para o que serve, mas de alguma forma, esses são os ideais que guiam boa parte dos professores de sociologia ou pelo menos são aqueles que constam nos documentos referentes a área e orientam a nossa prática. Em artigo recente, Silva et al. (2020) afirmam que:

Neste cenário de conflitos discursivos, a sociologia é posta mais uma vez enquanto ré do grande tribunal político, como ferramenta que pode representar desde um instrumento de emancipação a uma ameaça dentro das lutas por hegemonia. Isso se dá porque a sociologia enquanto ciência constitui conhecimentos que contribuem na construção de discursos críticos e antagonísticos às demandas hegemônicas. Logo, dentro do modelo econômico onde a educação se volta aos interesses do mercado, à defesa do Estado mínimo e à intensificação de livre mercado, não só a sociologia, mas também as ciências humanas e os campos artísticos e culturais, por exemplo, são deslegitimados a respeito de suas funções e sentidos no mundo social. (p.82).

A história da sociologia na escola é marcada por intermitências ligadas a momentos políticos específicos, projetos e programas de governo e atualmente estamos sob a ameaça de retirada da nossa disciplina do currículo escolar. Sobre isso, segundo ainda os autores citados acima:

Compreendemos que um dos motivos que levam a sociologia a um contingente processo de intermitência nos currículos educacionais, assim como a atual difusão de discursos anti-ciência e de ataques às universidades públicas na contemporaneidade, faz parte do jogo discursivo que vê a produção de conhecimento como peça fundamental no processo de disputa de suas hegemonias. (Silva, et al. 2020, p.83)

Dessa forma, como já argumentamos, o atual contexto neoconservador representa uma ameaça a escola como a concebemos, ao professor (liberdade docente) e as áreas de humanas (sociologia) e gênero, em particular. Em suma, nas palavras de Silva, et al. (2020):

Voltando para a defesa e preocupação com a prática docente em sociologia, segundo Oliveira Filho (2019), existe um ponto que une a IG e o MESP, sendo ele a

impossibilidade das instituições escolares irem de encontro em forma de conteúdo às convicções e crenças familiares. Tal ponto além de tirar a autonomia do pensamento crítico e científico, levanta diversas questões acerca do próprio caráter do conhecimento sociológico na educação e no âmbito social mais geral. Como a sociologia pode reagir a tais medidas sendo ela uma disciplina que trabalha com críticas às diversas realidades sociais e conseqüentemente provoca uma desnaturalização dos olhares a estas? Afirmamos que dentro dessa “censura” apontada por nós, não é apenas a categoria gênero que é comprometida, mas a própria liberdade de ensinar dos/das docentes. O que estamos dizendo é que: dentro da lógica da “neutralidade” e do que se entende por “respeito às convicções morais” dos/as estudantes, qualquer pensamento, inclusive legitimador de preconceitos, dentro e fora da sala de aula deve ser acatado, já que o/a professor/a está sendo intimado/a não trabalhar tais questões, e a “respeitar” os limites morais e familiares de cada estudante. (p. 86).

3.1. As especificidades do ensino de sociologia

É importante salientar, que para além das questões atuais específicas do contexto que estamos vivenciando, a sociologia, como disciplina escolar tem algumas especificidades que lhe colocam numa posição mais delicada ou controversa do que outras disciplinas, mesma as da área de humanas, como é o caso da história, com quem dialogo aqui ao utilizar o conceito de temas sensíveis, já que esta última é uma disciplina escolar tradicional, um saber considerado importante (mesmo em contextos reacionários) e que tem uma maior carga horária, em geral, do que sociologia.

Essas especificidades ficam evidentes quando vemos o conteúdo/currículo da sociologia, que tanto por ser um campo acadêmico recente (séc. XIX e XX) quanto uma disciplina “nova” na escola (no passado recente do país). A história da sociologia no Brasil, como campo de saber e disciplina escolar, já foi muito estudado e entrar nessa discussão foge do escopo desse trabalho, apenas resumo aqui um pouco da intermitência da disciplina na escola e sua relação com o contexto político e com a institucionalização dos cursos de ciências sociais no Brasil: 1870 – parecer de Ruy Barbosa para incluir sociologia (não foi para a votação); 1890- Reforma da educação secundária da República (proposta engavetada após a morte de Benjamin Constant) nessa época sociologia encontra algum espaço, geralmente ministrada por advogados, médicos e militares (influência do positivismo no país); nas primeiras décadas do séc. XX a disciplina integra o currículo das escolas normais (formação científica do professor); 1925-1942 – Reformas Rocha Vaz e Francisco Campos, a sociologia passa a integrar o currículo da escola secundária (normal e preparatória) em paralelo a instituição dos cursos de ciências sociais no Brasil, a partir de 1942 a presença da disciplina passa a ser intermitente; em 1961 na 1º LDB ela

permanece como optativa ou facultativa; em 1971, 2º LDB, permanece como optativa e raramente aparece em alguns cursos técnicos, até 1982, com a flexibilização da lei educacional e a crise do ensino profissionalizante; a partir daí, alguns estados recomendam o retorno da disciplina (junto a filosofia e/ou psicologia); em 1996, com a nova LDB, ela aparece em conjunto com a filosofia, como um saber necessário. Em 1998, um parecer e uma resolução não confirmam a obrigatoriedade da disciplina, afirma apenas que seus conteúdos devem ser abordados de forma interdisciplinar pelas ciências humanas. No mesmo ano, é proposta uma emenda a LDB para a inclusão da disciplina, aprovada no Congresso, mas vetada pelo presidente FHC. Retomada da luta pela obrigatoriedade da disciplina de sociologia na escola pelo sindicato dos sociólogos, até a lei 11.684 de 2008, que regulamenta a implantação da sociologia e da filosofia, com início em 2009.

Talvez, por essa razão, ela é uma das poucas que inicia, se nos ampararmos no que propõem os livros didáticos e nas falas dos professores, apresentando a sua história e formação para os estudantes do ensino médio, tentando explicar o que ela é e/ou para o que serve, apresentando mais perguntas do que respostas, algo que ainda causa estranhamento na escola convencional. Essa necessidade de se explicar e se justificar, que nem passa perto da realidade de outras disciplinas, talvez seja demonstrativa da insegurança e do receio de qual será a recepção que um conhecimento desse tipo - nascido no contexto das grandes revoluções (francesa, industrial, científica) e do projeto de modernidade eurocêntrico, que fundamenta sua origem na concepção de que a “realidade social/sociedade” é uma construção social, cultural, histórica, fruto de lutas políticas, entre diferentes grupos e classes sociais, permeada por relações de poder, estabelecida em diferentes contextos, e que por essa razão pode ser reconstruída, modificada ou mantida - possa ter na escola e nos currículos mais tradicionais, acostumados com uma certa concepção de que as disciplinas/áreas enfeixam verdades absolutas, aparentemente neutras ou descoladas de suas origens históricas enquanto ciência e campo do conhecimento.

Em relação a essa especificidade da sociologia e seus desafios, sejam os inerentes a disciplina, sejam os que surgiram no contexto dos últimos anos, ao perguntar a professora Rosa¹²⁰ sobre se ela teria receio de abordar certas temáticas, ela responde que não teria medo ou receio, mas sim um certo desconforto e faz a comparação com as outras disciplinas.

¹²⁰ Professora entrevistada em agosto de 2018, tinha 29 anos na época, atuava na rede pública estadual e em cursinho pré-vestibular popular.

Entrevistadora: E tu lida tranquilo com algumas coisas que talvez os alunos te dizem e pode ser um pouco absurdo, desde as questões das cotas até as das mulheres?

Entrevistada: Sim, tranquilamente.

Entrevistadora: E tu nunca teve nenhum medo/receio de abordar nenhum tema?

Entrevistada: Medo não. Mas eu já me senti desconfortável.

Entrevistadora: Quais os temas que tu te sente mais desconfortável?

Entrevistada: Acho que esses que eu citei, porque...

Entrevistadora: Direitos Humanos, política e eventualmente algumas coisas de questões raciais e de gênero?

Entrevistada: É. Acho que o desconforto é de sentir que poxa, tu estudou tudo aquilo, que tu sabe tudo aquilo e o senso comum vem de uma forma tão rasa, tão rasteira que...

Entrevistadora: às vezes é até difícil de começar o debate né?

Entrevistada: Então cansa assim, cansa a beleza. Em filosofia, ano passado também, eu escrevendo no quadro, nem tava falando assim, mas os alunos discutindo sobre o Bolsonaro atrás de mim. Deixei eles falarem, mas assim, de repente veio umas coisas sobre corrupção e, nem me lembro direito, mas era uma comparação de “tem que dar arma para todo mundo mesmo”. Daí eu tive que interferir “não, calma aí, não é bem assim”. E também é difícil, porque trabalhar às vezes trabalhar com ironia não é bem entendido, eu tento ser o menos irônica possível. (...)

Entrevistadora: E quando tu falou isso foi tranquilo para os alunos, eles não te questionaram se tu estava querendo impor alguma coisa para eles?

Entrevistada: Não, não questionaram, mas assim também não deram muito bola. Porque também tem isso, acho que estabelecer uma relação de quando tu é professor e... Como eu vou dizer isso. Às vezes eles te veem só como uma pessoa que está ali na frente dando um conteúdo. Depois de um tempo que tu começa a estabelecer mesmo uma relação mais de proximidade que tu consegue debater alguns outros temas que antes...

Entrevistadora: Que eles levem em consideração a tua perspectiva como uma pessoa que tem algum conhecimento.

Entrevistada: Exatamente, porque se não é só bom, entrou um professor novo. Ou mesmo o primeiro ano né, que nunca teve sociologia, sei lá, é só mais uma disciplina como matemática, português, como todas as outras que não precisam, necessariamente, podem, mas não precisam, emitir opiniões sobre a realidade. O 2 e o 4 continuam sendo o 2 e o 4 independente da posição política do professor de matemática, mas... (professora Rosa, grifos meus).

Assim, a partir da discussão anterior e da fala da professora Rosa, a sociologia parece precisar evidenciar sua cientificidade e seriedade, já que muitas vezes é percebida como algo pouco importante (por ter, em geral, só um período por semana) ou que seria uma disciplina/campo do conhecimento mais político/partidário ou ideologizado do que propriamente científico, por sua vinculação com as questões políticas e percebidas como polêmicas, que estão em processo e sobre as quais não se estabelecem “verdades incontestáveis” e das quais não se tem um distanciamento (objetivo, espacial, temporal) visto muitas vezes como necessário para a construção do conhecimento científico e analítico. O debate interdisciplinar entre autores e a especialização e divisão das três áreas do conhecimento: antropologia, sociologia e ciência política, deixam evidente a pluralidade de concepções e perspectivas teóricas, conceituais e metodológicas da disciplina. Dessa forma, podemos pensar que a sociologia está sempre ancorada no presente e vinculada a realidade que a cerca, assim como os professores de sociologia, pelo menos em parte, constroem seus planos de aula, escolhem os materiais didáticos e estabelecem seu currículo de olho na realidade mais específica onde está inserida escola, por exemplo, como também o contexto mais amplo ao seu redor, ao que está acontecendo no Brasil e no mundo.

Além disso, como fica evidente na fala da professora Rosa, poder discutir determinados assuntos ou não, conseguir dialogar e promover algumas reflexões junto aos alunos, depende da construção de uma relação de confiança e respeito mútuo (algo que é sempre enfatizado na bibliografia sobre temas sensíveis), mais proximidade, interação e ainda se modifica conforme a postura assumida pelo professor e suas estratégias de abordagem das temáticas sensíveis.

Esse fato conecta as questões próprias dos temas sensíveis, que discutiremos em seguida, que sempre se dão numa relação e em um contexto específico que imbrica-se com a conjuntura social, cultural, política, econômica que circunda e perpassa a escola e a sala de aula (ou seja, não estão dados a priori) - com as especificidades da sociologia. E se relaciona com a perspectiva da educação em direitos humanos e a sua preocupação com a implementação e manutenção de direitos, algo essencial numa sociedade como a nossa e ainda mais importante num contexto de degradação social e democrática. Sendo assim, temas considerados sensíveis ou polêmicos e os direitos humanos me parecem ser centrais nos interesses e objetivos da sociologia, tanto ao que ela é como disciplina acadêmica, quanto o que ela pretende ser como disciplina escolar, ou seja, para o que (quem) ela serve, por que ela é ensinada na escola (com que objetivos e a partir de que

perspectivas- o que se pretende aprender/ensinar/ser/conhecer/transformar/resistir com ela?). Os professores entrevistados nos permitem refletir sobre essas conexões a partir de suas práticas e percepções, de seus posicionamentos e objetivos, da escolha dos temas/conceitos/teorias que serão ensinados e farão parte do currículo.

Em resumo, o pressuposto aqui é que dar aula de sociologia na educação básica sempre se relaciona ao contexto social e quase sempre envolve abordar temas relacionados aos direitos humanos (e a diversidade, de modo geral) e considerados sensíveis e polêmicos na escola, pois estão ligados a relações de poder, a política, a valores, a crenças, costumes culturais, a estruturas sociais que objetivam não serem evidentes ao senso comum, e que são analisados a partir de diferentes perspectivas teóricas. Por essa razão, acreditamos que o momento atual que atravessamos no país afeta especialmente essa área de conhecimento, esse saber e, por consequência, afeta ensiná-lo. É isso que veremos a partir de agora nas entrevistas que fiz e em outras pesquisas sobre o tema. De acordo com Silva et al. (2020):

A sociologia é tratada como uma ciência perigosa, justamente por ser potencialmente crítica a qualquer realidade social de sentidos fixos, seja ela de direita ou de esquerda. Isso não se trata de afirmar que a sociologia tenha resposta para tudo sobre o mundo social, e sim, que ela é capaz de instituir estranhamento ao que se apresenta como suturado. É o olhar sociológico em relação aos fenômenos sociais que vêm sendo atacados em detrimento de uma fortificação das submissões de corpos e mentes. (p. 83).

3.2 Experiências docentes de sociologia no contexto atual

Uma pesquisa recente apresentada no GT Ensino de sociologia no 19º Congresso Brasileiro de Sociologia, em 2019, pela professora Danyelle Nilin Gonçalves da UFC, intitulada *Ser professor em tempos de escola sem partido*, aborda a imagem que o professor tem da sua profissão, os temores e receios, a expectativa de seguir sendo docente, especialmente os da área de sociologia e humanas (filosofia, história e geografia) e como isso tem se alterado/modificado no contexto da ascensão do projeto escola sem partido e nas mudanças sociais após o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, e as eleições de 2018. Segundo a autora, em que pese a profissão docente ser desvalorizada de modo geral, há bastante tempo- pelas péssimas remuneração e condições de trabalho, do plano de carreira, da formação, capacitação etc. tanto que o censo de 2012 e levantamentos da época apontaram que apenas 2% dos jovens deseja seguir essa profissão- nesses últimos anos isso se agravou, já que a profissão passou a ser

deslegitimada, criticada e o saber/a formação/o conhecimento dos professores, sobretudo os da área de humanas, passou a ser questionado, negado e desvalorizado.

Após uma breve introdução, o texto apresentado traz o relato de uma professora de sociologia que afirma ser complicado ter que trabalhar “pisando em ovos” ao saber que sua formação e disciplina estão sendo questionados. Logo após, temos o relato de um jovem professor de sociologia, que atua há oito anos na rede pública do Ceará como docente efetivo, e que recentemente havia recebido um bilhete ameaçador em sua casa e tinha certeza de que ele era advindo de alguém da escola. Por conta deste episódio, ficou muito apreensivo e assustado pela segurança de sua família e devido ao trauma ficou afastado dois meses do trabalho, pensando nesse intervalo se deveria continuar na profissão. Cinco meses após retornar à escola aconteceu um novo incidente:

[...] em uma palestra sobre as reformas trabalhista e da previdência, realizada em sua disciplina, um aluno pede para ir ao banheiro e ele permite. Minutos depois, volta ao auditório e pouco depois um funcionário da escola entra também na sala e passa a fotografar os slides e a professora. O fato chamou a atenção do professor que entendeu que o aluno havia ido “buscar reforços” para registrar o que considerava uma doutrinação política. Ao relatar o caso à direção, discute-se a ação do aluno e do funcionário. O aluno ganhou um dia de suspensão pelo ato e o funcionário foi remanejado de suas funções. O professor considera que cada vez mais precisa vigiar os temas que discute em sala de aula, o que o põe bastante aflitos com os rumos da profissão que um dia ele escolheu abraçar (Gonçalves, 2019, p.3).

A narrativa do professor acima é bastante semelhante a uma que analisarei com detalhes nos próximos capítulos, no qual uma professora de Porto Alegre, entrevistada por mim, relata um problema surgido numa palestra com especialistas da área de economia sobre a PEC 241 (do teto dos gastos), organizada na escola por um grupo de professores e todas as suas repercussões. Estes relatos nos fazem pensar que episódios semelhantes têm ocorrido em escolas de todo o Brasil, pois segundo Gonçalves, esse episódio ocorreu no Ceará, mas faz parte de um cenário mais amplo de perseguição a docentes em todo o país. Estas circunstâncias demonstram claramente como os discursos do ESP estão fortes na escola e legitimam/autorizam esse tipo de prática por parte de alunos e servidores, como ocorreu nesses casos, e por parte dos pais, entre outros grupos. Além disso, podemos refletir sobre as polêmicas surgidas em torno deste tipo de temática - reforma trabalhista, reforma da previdência, PEC 241, projetos governamentais/legislativos que propõem alterações importantes na nossa legislação e que afetam diretamente a vida da população – sendo, portanto, de interesse da comunidade escolar e um tema legítimo e justificável, que parece ter se tornado (mais) sensível ou polêmica nos últimos anos.

A pesquisa de Gonçalves se baseou em questionários respondidos online via convite na rede social *facebook*, chegando a 53 professores, a maioria do Ceará (estado onde a autora é professora universitária). Além disso, Gonçalves também embasa suas análises nas conversas informais que tem com seus alunos, estagiários da licenciatura em sociologia em escolas da educação básica. A autora destaca que os termos mais utilizados pelos professores para descrever as modificações correntes sentidas por eles são: desvalorização, desconfiança, desgaste, desrespeito, desconsideração do saber docente, deslegitimação e desprestígio. Além disso, a maioria sente um cerceamento em sua atividade profissional e o termo ataque aos professores é recorrente, tendo como seu principal agente o Estado e o atual governo federal, numa espécie de guerra contra a educação, contra a área de humanas (sociologia) e contra os docentes.

Em relação a falta de legitimidade da disciplina ser mais sentida num contexto neoconservador, também há outros pontos de vista, como esse, da professora Rosa:

Entrevistadora: (...) e a legitimidade da sociologia? Como é para ti, ao longo de todo esse processo, sempre foi igual? Apesar de tu ter dito que teve momento que se interessaram mais. Mas a legitimidade da sociologia perante aos alunos, perante aos colegas? Como é isso para ti? Tranquilo? Acha que ela está legitimada? Sente dificuldade, falta de respeito pela disciplina em algum momento?

Entrevistada: Sim, acho que ainda existe uma falta de legitimação. Mas eu acho também que a gente acaba construindo uma legitimidade quando a gente trata desses temas, temas sociais que outros professores não estão acostumados a tratar. Então eu vejo assim, ainda tem um pouco esse preconceito “ah, é só um período”.

Entrevistadora: só dar a opinião

Entrevistada: É, e eu digo e digo isso para os alunos, meio que em forma de brincadeira, mas eles entendem que não é um textão de *facebook*, que textão de *facebook* qualquer um faz, mas eu estudei para fazer o textão de *facebook*, eu e outros professores de sociologia estudamos para fazer isso, porque, enfim, não é só uma opinião, a gente tem estudo por trás disso, mas ainda tem. É difícil bater de frente com a matemática, por exemplo, porque a matemática é importante. Importantíssima, nem se questiona. Enfim, mas isso acaba sendo mais complicado assim. Mas eu vejo que cada vez mais está se consolidando. Ainda não está completamente consolidada. Está se legitimando a disciplina nas escolas como algo importante, algo relevante para a formação cidadã, que é o que toda escola, todo plano pedagógico diz, que a escola serve para formação cidadã. Eu me utilizo disso para dizer que se tem alguém que faz formação cidadã é a sociologia, não é a matemática (professora Rosa).

Nas entrevistas que realizei também aparece a percepção de um aumento nos últimos anos da descrença no saber docente, científico, acadêmico e de que o professor de sociologia se vê obrigada a cada vez mais justificar/legitimar os conteúdos abordados e sua metodologia, o que teria piorado com a chegada dos grupos neoconservadores ao poder, nesse sentido, uma das professoras que entrevistei desabafa:

Entrevistada: E cada vez mais difícil assim. Porque eu acho que a gente vive num momento que assim o conhecimento acadêmico, o conhecimento formal é cada vez é menos valorizado. Quando tu tem um governo que tem falas que discordam da teoria acadêmica mundialmente aceita, alunos também começam a desconfiar desse conhecimento. E não é a desconfiança da pergunta, da dúvida e sim na desconfiança da descrença do papel da ciência. Então fica parecendo muito a palavra do professor como uma posição ideológica em temas que são assim...Eu tenho que justificar porque debater previdência e mulheres são temas importantes, são coisas, em 2019, um negócio absurdo. Então assim, eu como técnica, tenho obrigado os alunos, só tenho aceitado trabalhos, tenho evitado provas, pedir trabalhos e trabalhos que tenham fontes reconhecidas, com dados: IBGE, IPEA, então eu forneço as fontes né, IBGE, IPEA, INEP, Instituto Avon inclusive, mas que tenham pesquisas confiáveis, blogs e sites confiáveis, aceito só em cima desses dados. Para obrigá-los a trabalhar com...mas assim, aí eu obrigo eles a ir para o IBGE e vem o presidente vem e diz que o IBGE não sabe fazer metodologia de desemprego, daí é para matar né (professora Simone¹²¹).

Os entrevistados na pesquisa de Gonçalves, (2019) também destacam a campanha de difamação contra eles, a crença de que eles desviam os alunos da formação familiar, de que são doutrinadores (se não são conservadores) e a questão de que seu saber é equiparado ou mesmo considerado inferior ao que diz um *youtuber* sem a mesma formação. Segundo a autora, isso já vinha sendo constatado por ela¹²² desde 2016, a partir do governo Temer, onde as ideias e ações do ESP já influenciavam a eliminação de conteúdos considerados ideológicos, especialmente, discussões sobre gênero, história da cultura afro-brasileira e indígena, temas políticos, movimentos sociais, entre outros ligados as humanidades e artes. Na sua perspectiva, a eleição de

¹²¹ Professora entrevistada em abril de 2019, tinha 38 anos na época, atuava na rede pública estadual.

¹²² Em artigo escrito por ela e pela professora Ilzeize Fiorelli Silva publicado no livro Sociologia na educação básica. São Paulo: AnnaBlume Editora, 2017. (Esgotado e que não tive acesso).

Bolsonaro ampliou a atuação desses grupos que se sentiram mais legitimados ainda com o resultado das urnas (Gonçalves, 2019, p. 13).

A professora Simone, já no início da entrevista, quando pergunto sobre os locais onde trabalha, escolas por onde passou, sinaliza como percebe as reverberações do neoconservadorismo e do avanço de projetos como a escola sem partido na escola, chegando inclusive aos discursos anticientíficos, negacionistas e revisionistas, que ela destacou antes (descrédito em instituições científicas e de pesquisa) e que volta a mencionar:

Entrevistadora: Tu sempre esteve nessa escola ou tu já trocou de escola?

Entrevistada: Não, eu já troquei de escola, estou na minha quarta escola. (...) Aí eu fiz uma greve, fui perseguida na greve e tive que trocar de escola, enfim, e agora essa que estou agora. Mas que também já passei por **escola sem partido**, eu já fui gravada, eu já assinei ata, já passei por tudo.

Entrevistadora: Nessa que tu estás agora?

Entrevistada: Nessa escola que estou agora. Tem um núcleo de direita bem forte entre os alunos e alguns professores. Tem o professor da terra plana, tem o colega da história que acha que o nazismo é de esquerda. Estamos nesse nível assim.

Essas percepções dos professores entrevistados na pesquisa de Gonçalves (2019), sobre os efeitos na docência de projetos como o Escola sem partido, dialogam, portanto com a minha pesquisa e com a compreensão sobre o atual contexto e suas reverberações na escola, na prática docente e no ensino de sociologia, apontadas por Silva et al. (2020). Esses autores, concebem o MESP (eles denominam de movimento escola sem partido) e a “ideologia de gênero” (que eles nomeiam como IG) como elementos discursivos associados a demandas do ultraliberalismo, num contexto transnacional, que visam modificar o campo político e social, incidindo fortemente na educação, nas lutas pela hegemonia. Assim, o MESP e o IG seriam elementos de um discurso que constituiria uma agenda política sexual do neoliberalismo neoconservador (visando combater o que eles denominam de marxismo cultural, a doutrinação ideológica etc.) que em nome de uma suposta neutralidade e de uma imposição de valores familiares morais e religioso, repercutiria na liberdade de ensinar dos docentes e na própria ciência. Isso está conectado a defesa de projetos como a da educação domiciliar e o ensino fundamental a distância, que ganharam destaque, não à toa, nas eleições de 2018. Conforme os autores:

Ainda sobre a censura e o verdadeiro patrulhamento anti-intelectual nas instituições de educação, as ideias e difusões sobre ideologização, doutrinação e manipulação em sala de aula não pareceram ser suficientes para extrapolar os limites anti-democráticos. O MESP também foi responsável por criar mecanismos de perseguição, controle e punição aos/as professores/as que se mostrassem contrários/as às imposições morais e ideológicas do movimento. O exemplo disso foi à criação, em 2017, do monitor da doutrinação¹⁴, uma plataforma digital que buscou perseguir e expor com fotos e vídeos, professores/as de instituições escolares e universidades¹⁵, e em 2018, o canal anônimo de denúncias¹⁶, criado para fiscalizar professores/as em sala de aula. (Silva et.al, 2020, p. 87).

Provavelmente, a professora Simone, denunciada em 2018 ao Escola sem partido (trecho que será abordado logo em seguida), foi vítima dessa ferramenta de denúncia anônima, já que não sabia que aluno (s) e /ou turmas e/ou funcionários da escola a tinham denunciado. Além disso, Silva et al. (2020) destacam que a defesa e os argumentos desses movimentos neoconservadores praticamente inviabilizariam o ensino de sociologia:

Quando pensamos nesses dois exemplos (ferramentas de perseguição/denúncia, aplicados ao ensino de sociologia, assim como no próprio conceito vazio de “doutrinação”, levantamos o questionamento: como seria possível uma sociologia da neutralidade que não exclua a criticidade e a capacidade de desenvolver a “imaginação sociológica”? A resposta é óbvia: sociologia dentro dessas lógicas de censura não é sociologia. (p. 87).

Outro aspecto interessante trazido pela pesquisa de Gonçalves foi a questão da autocensura que opera entre boa parte dos docentes entrevistados, com a aparição do termo “conteúdos sensíveis”, a revisão prévia do currículo e planejamento pedagógico realizada pelos professores e os cuidados tomados, eliminando temas que podem “trazer problemas”, algo que também notei nas entrevistas que realizei para esta tese. Assim, a partir da leitura desse texto, percebi que a categoria temas sensíveis aparece na fala dos entrevistados que responderam ao questionário e na análise da pesquisadora (mas sem a discussão e conceituação que estou propondo aqui), bem como a percepção de que não há consenso entre os professores ao elencar os temas considerados mais “espinhosos” ou importantes de serem trabalhados em sala de aula. Os temas que reverberam em questões morais, numa sociedade conservadora como a nossa, são os considerados mais delicados e a pesquisa aponta um possível efeito do atual contexto na construção do currículo – a diminuição de conteúdos ligados a gênero, política e feminismo.

O temor de ser denunciada ou perseguida por abordar determinados temas, fez a professora Simone redobrar o cuidado ao selecionar os conteúdos a serem trabalhados no currículo de sociologia ao longo do ensino médio, se por um lado ela não deixa de abordar algum

conteúdo, ela já pensa na justificativa e em como vai se defender, organizando suas sequências didáticas de forma mais estreita ou restrita:

Entrevistadora: Bom tu falou um pouco ali sobre a divisão, que no segundo ano é política e que tu trabalha com os marcadores de gênero, classe e raça. Queria que tu me falasse um pouco como é a divisão, tu chegou na escola e tinha uma currículo de Sociologia, tu que estabeleceu? como tu faz essa divisão?

Entrevistada: Não. Eu que estabeleci. Ano passado eu usava outros critérios assim, nos primeiros anos eu trabalhava introdução a Sociologia, um pouco dos clássicos para eles entenderem de onde surgiu e como fazia pesquisa em sociologia, segundo ano a questão do trabalho, bem marcado, nos segundos anos e nos terceiros especialmente movimentos sociais né. Esse ano eu segui isso, mas eu segui segundo livro didático. Justamente por ter aí essa patrulha da direita, eu dividi o livro didático em três, para poder usar como justificativa diante de qualquer retaliação, estou usando o conteúdo que foi disponibilizado pelo MEC, se tiver qualquer crítica as aulas né (professora Simone).

Em outro momento, a mesma professora diz como passou a ser comportar e a se sentir depois do episódio de denúncia ao ESP e assinatura de ata na escola:

Entrevistadora: Depois que isso aconteceu, tu ficou com receio? Ou tu continuou igual como tu sempre foi...

Entrevistada: Não, eu continuei igual. Mas, claro, eu criei outras/novas estratégias né, por exemplo, essa do livro didático. Eu continuo trabalhando os mesmos temas, mas agora eu vou jogando dentro do livro para justificar com o MEC ou eu ando com a LDB embaixo do braço, sabe. Então assim, eu planejo conteúdo e cato ali uma justificativa na lei.

Entrevistadora: Tu tem mais cuidado então com o planejamento e com uma possível justificativa do que tu está dando?

Entrevistada: Isso. De eu ter que justificar porque aquele conteúdo é necessário. Porque antes assim, a gente trabalhava porque a gente sabia que esses eram temas óbvios, porque a gente estuda a LDB na universidade, estuda os PCN's, só que a gente não precisava estar com os PCNs de baixo da língua, né. Agora não, agora eu ando com ele/texto marcado lá, por exemplo, o artigo 26 que é liberdade de cátedra e múltiplos pensamentos. É isso, tem que estar com os artigos embaixo da língua para poder responder qualquer coisa que seja necessária.

Entrevistadora: Sim, te entendo. É infelizmente. Bom, por um lado é bom que a gente esteja com isso em mãos sempre, se apodere dessas coisas, mas ao mesmo tempo é triste que a gente tenha que estar com essa postura defensiva.

Entrevistada: É...a pessoa vai dar aula com medo de ser retalhada.

Assim, se por um lado ela procura manter o currículo que ela considera importante e adequado, já não há uma liberdade plena de ensinar e nem um respeito estabelecido ao pluralismo de ideias. Sobre a questão da autocensura, seguem suas palavras

Entrevistadora: Tem gente que pratica uma ideia de autocensura, não quer se incomodar, aquela coisa.

Entrevistada: Eu escuto de diversos colegas “ah, não trabalha esses temas, não se incomoda que não vale a pena”, é uma das frases que mais escuto. Mas também é isso, se tu resolve não te incomodar, tu cai em depressão, porque daí a aula perde o sentido, o trabalho docente perde o sentido.

Sobre a perda de sentido na profissão ao não poder trabalhar com determinados temas considerados essenciais, a entrevista de Simone reverbera os dados da pesquisa de Gonçalves. Logo em seguida, retomo questões sobre como ficou o clima na escola, entre professores e alunos, no contexto das eleições de 2018 (a entrevista foi concedida no primeiro semestre de 2019) para tentar compreender as reverberações do neoconservadorismo na escola, já que ela mencionou a perseguição que sofreu ainda no primeiro semestre de 2018:

Entrevistadora: E durante a eleição, como era a questão na escola? Os professores iam com adesivos, expunham sua posição, os alunos iam, como era?

Entrevistada: Assim, os professores nos seus *Facebooks* colocavam suas opiniões, todo mundo sabia a opinião de todo mundo. Mas na reta final da campanha, ficou tão pesado que eu saí de licença saúde. Porque começou ficar uma coisa tão doentia e para nós que defendemos os Direitos Humanos, começou a ficar tão pesado ouvir aquilo na escola, dentro do ambiente escolar, eu realmente surtei, precisei me afastar, eu chorava, eu não conseguia acreditar que a escola estava virando aquilo.

Entrevistadora: E eram alunos e colegas?

Entrevistada: alunos e colegas, na defesa do militarismo, na defesa das armas, enfim tudo contrário daquilo que imaginamos como escola, como educação.

Entrevistadora: Mais colegas então tu diria?

Entrevistada: Colegas e alunos. Agora está passando, porque estão vendo o tamanho da merda que fizeram, está ficando difícil defender. Mas ano passado ainda estavam nessa coisa de que tudo ia ser lindo e maravilhoso e a gente ia viver no Brasil da ditadura (professora Simone).

E ainda em relação a esses discursos e se eles têm modificado de forma acentuada o ambiente escolar e afetado a situação de alguns professores, a sua atuação como docente de sociologia, a visão que tem da profissão etc.

Entrevistadora: Em todos esses anos de prática como professora (desde 2012), tu diria que esses dois últimos anos (de 2017 a 2019), ou se tu identifica isso há mais tempo, tem sido mais complicados? Ou não?

Entrevistada: Ano passado (2018) eu tirei minha primeira licença saúde em todos esses anos de estado. Eu estou na terceira já. Não tem um professor que eu conheça que não tome um antidepressivo ou remédio para dormir. A medicalização para nós é algo que... a questão salarial tem piorado muito, então tem sido inevitável, a pressão ninguém está aguentando. Tu não pode dar aula como tu quer, teu salário não paga tuas contas. É como trabalhar no inferno. Eu definiria hoje que entrar em sala de aula é como entrar no inferno.

Entrevistadora: E tu acha que outras pessoas sentem isso também? Que tem a ver com esse clima que se instaurou na escola de polarização política e também de uma certa perseguição ao professor, ao conhecimento?

Entrevistada: óbvio.... O estado conseguiu transformar o professor num grande inimigo. Então o aluno também não te vê mais como um parceiro, como alguém que leva o conhecimento. Ele está sempre desconfiando que tu é o inimigo, que quer mentir para ele. Então fica muito difícil. Pelo menos para os mais progressistas, está impossível o espaço escolar.

Entrevistadora: O aluno fica questionando e duvidando, achando que tu está querendo enganar eles? deliberadamente

Entrevistada: É. Então, assim, não é um questionamento do conhecimento, é um questionamento da não valorização da ciência, não aquela dúvida saudável da sala de aula, de querer saber mais, mas aquela dúvida de “ah é isso, os caras não acreditam mais no IBGE”. Então é isso, se meu aluno não acredita no IBGE, o presidente da república não acredita no IBGE, o chanceler diz que o nazismo é um movimento de esquerda, como tu vai entrar em sala de aula e explicar um processo histórico para um aluno, é impossível né, fazer isso de uma forma sadia.

Entrevistadora: Tu diria que...Tu vê esses movimentos de direita se colocando para os alunos no sentido de ter alunos que acreditam nessas ideias e propagam essas ideias na escola declaradamente.

Entrevistada: Eu tive aluno do MBL. Eu tive um aluno no noturno ano passado que era do MBL, do Movimento Brasil Livre.

Entrevistadora: E propagam essas ideias dentro da escola?

Entrevistada: Exatamente.

Entrevistadora: Em termos de seguir youtube ou autores, coisas assim, tu vê também, deles citarem pensadores ou influenciadores?

Entrevistada: Não. De youtuber não, mas muito dessa coisa de “meu pai disse” que na ditadura era melhor (professora Simone).

Sobre a acusação de doutrinação dos professores e seus efeitos no ensino de sociologia, a partir dos discursos do Escola sem partido e “ideologia de gênero” em artigo publicado recentemente, Silva et al. (2020) defendem que:

Voltando para a defesa e preocupação com a prática docente em sociologia, segundo Oliveira Filho (2019), existe um ponto que une a IG e o MESP, sendo ele a impossibilidade das instituições escolares irem de encontro em forma de conteúdo às convicções e crenças familiares. Tal ponto além de tirar a autonomia do pensamento crítico e científico, levanta diversas questões acerca do próprio caráter do conhecimento sociológico na educação e no âmbito social mais geral. Como a sociologia pode reagir a tais medidas sendo ela uma disciplina que trabalha com críticas às diversas realidades sociais e conseqüentemente provoca uma desnaturalização dos olhares a estas? Afirmamos que dentro dessa “censura” apontada por nós, não é apenas a categoria gênero que é comprometida, mas a própria liberdade de ensinar dos/das docentes. O que estamos dizendo é que: dentro da lógica da “neutralidade” e do que se entende por “respeito às convicções morais” dos/as estudantes, qualquer pensamento, inclusive legitimador de preconceitos, dentro e fora da sala de aula deve ser acatado, já que o/a professor/a está sendo intimado/a não trabalhar tais questões, e a “respeitar” os limites morais e familiares de cada estudante. (p. 86).

Nas entrevistas que realizei, o possível consenso sobre quais seriam os temas polêmicos e sensíveis geralmente se relacionava a questões de gênero e sexualidade, principalmente o aborto, mas mesmo as temáticas ligadas ao feminismo eram vistas como mais problemáticas ou mais importantes de serem trabalhadas, por alguns professores e menos por outros. Algumas professoras relataram interesse por parte dos alunos na temática, sobretudo as meninas, com bastante participação nas aulas, entretanto, elas também relataram alguma resistência dos meninos/homens/jovens, evidenciando uma certa discordância ou perspectivas opostas de pensar a realidade social e de se posicionar politicamente em relação ao marcador gênero. Divisões como essa aparecem em outras pesquisas como a de Pinheiro-Machado e Scalco (2019) sobre a visão políticas nas eleições de 2018 dos jovens da periferia de Porto Alegre (Morro da Cruz), onde havia uma clara posição anti-bolsonaro nos grupos das meninas e muito apoio ao candidato por parte dos meninos. Outras pesquisas demonstram que ocorreu mais apoio por parte de homens, brancos, de classe média e alta etc. ao candidato Bolsonaro em todo o Brasil. Não é por acaso que o feminismo é um dos principais alvos dos grupos neoconservadores, neoliberais e fundamentalistas religiosos, pois atacar o direito das mulheres, sua autonomia em relação ao

próprio corpo, direitos reprodutivos e reificar seu lugar como cuidadora da família (não remunerada e substituindo o Estado e as políticas sociais) faz parte uma agenda compartilhada entre esses grupos.

Um exemplo que acho interessante para pensarmos a falta de concordância/consenso sobre achar um tema mais sensível ou não e de como isso é demonstrativo de que o tema sensível não está descolado do contexto, da postura do professor, de sua perspectiva em relação a como abordar tal temática, das características da escola e dos estudantes etc. aparece com bastante clareza em duas entrevistas que realizei. A temática ampla da questão indígena no Brasil foi vista como um tema relativamente tranquilo de ser trabalhado pelo professor Florestan¹²³, que aborda mais o genocídio indígena numa perspectiva histórica, pois dá aula para o magistério, de uma disciplina de ciências humanas (que integra história, sociologia e filosofia) no momento da colonização brasileira. Segundo ele, a maioria dos estudantes se sensibiliza com o tema e entende sua importância, reconhece o quanto isso impactou a história do Brasil e a história dos povos indígenas.

Outra professora, Ruth¹²⁴, que trabalhou a temática indígena, na disciplina de sociologia no ensino médio, a partir de uma perspectiva antropológica e atual, relacionada a cultura, focada em indígenas próximos a nós, os guaranis que vivem no contexto urbano da grande Porto Alegre, e sua relação com o trabalho e com as crianças que são levadas para o centro pelos seus pais e muitas vezes pedem dinheiro (prática do pororo), afirmou que essa era a temática mais difícil de ser trabalhada, apesar (ou por isso mesmo) do grande conhecimento que a professora detinha sobre o assunto e da importância e relevância que ela atribuía ao reconhecimento e ao respeito em relação a essas diferenças culturais. Esse episódio é bastante significativo e se conecta com a discussão sobre temas sensíveis, direitos humanos e o avanço do neoconservadorismo na escola e nas aulas de sociologia (e como os grupos da extrema direita tem influenciado os jovens), pois demonstra como alguns discursos de intolerância, ódio, contrários aos direitos das minorias e direitos humanos circulavam entre os estudantes, sobretudo os meninos, naquele contexto escolar, na avaliação da professora, sob forte influência de autores, influenciadores

¹²³ Professor entrevistado em abril de 2019, tinha em torno de 43 anos na época (não respondeu à pergunta idade e eu não retomei), atuava na rede pública estadual e na rede pública municipal de ensino fundamental, m municípios diferentes.

¹²⁴ Professora entrevistada em março de 2019, tinha 30 anos na época, atuava na rede pública estadual, dando aula no ensino médio.

digitais/*youtubers* e grupos neoconservadores reacionários. Esse episódio é muito extenso e complexo e não terei como abordar nesta tese, pretendo desenvolver uma análise posterior em um artigo.

Pereira e Seffner (2018), reforçam como alguns temas sensíveis devem ser trabalhados em sala de aula na perspectiva do ensino de história, conectado a educação em direitos humanos, pensando na categoria passados vivos, que seriam aqueles que não passam, defendida por eles, por exemplo, ao se trabalhar com o genocídio indígena no Brasil. Segundo eles, este tema sensível não pode ser visto de uma maneira objetiva, como apenas um passado distante, frio e exterior, pois isso significaria apartar o objeto do sujeito que o conhece (WHITE, 2014 apud PEREIRA e SEFFNER, 2018), entendendo que conhecer é acumular conceitos e informações. Assim, os autores apostam na linha crítica elaborada por Nietzsche e Marx, no século XIX, e pensam que a aprendizagem implica uma transformação de si (IDEM, p.23). Ou seja, para os historiadores, o professor não pode simplesmente expor dados sobre o genocídio indígena no Brasil como uma matéria dada, é preciso, segundo eles, um acontecimento na sala de aula, que alguém chore¹²⁵, se espante, reclame “isso é muito forte, o senhor não deveria mostrar isso”, pois deveria ser uma aula de história que provoca sensações e não apenas uma aula que ensine causas, efeitos e consequências.

Essa discussão sobre como uma mesma temática pode ser considerada sensível ou não, dependendo da abordagem construída para o seu aprendizado e com quais objetivos, se está inserida na perspectiva dos direitos humanos ou não, entre outras questões, aparece no campo do ensino de História, de onde me inspirei e me embasei, para a discussão sobre temas sensíveis e que busco adaptar para as questões próprias do ensino de sociologia. Andrade et al. (2018), destacam que um mesmo tema, por exemplo, a ditadura civil-militar no Brasil, pode ser trabalhado utilizando testemunhos de violações de direitos humanos, questionando suas condições de possibilidade naquele contexto histórico, para condenar qualquer novo intento deste tipo ou pode ter por objetivo que os alunos decorem os presidentes e seus respectivos atos institucionais (IDEM, p.7 e 8). A primeira abordagem, inserida numa perspectiva de direitos humanos, entende que se trata de um tema sensível, que tem implicações no presente, num país

¹²⁵ É importante lembrar que para Verena Alberti (2014), em relação a se trabalhar com temas sensíveis que se relacionam a traumas, violências, violação de direitos humanos, é necessário respeitar as vítimas dessas histórias e os próprios estudantes, para que não fiquem traumatizados.

onde constantes violações dos direitos humanos ocorrem, muitas vezes por parte do próprio Estado contra uma parte da população, e que precisam ser enfrentadas como algo que não está apenas no passado. Obviamente, esta abordagem implica em mais riscos para o professor que podem ser evitados se ele optar pela segunda possibilidade de abordagem da temática.

Além disso, como destaca Verena Alberti (2014), um projeto pedagógico que vise trabalhar temas sensíveis, numa perspectiva de educação em direitos humanos, demanda uma escola que apoie esse professor e garanta um espaço seguro de debate entre este e seus alunos. Algo cada vez mais difícil em nosso atual cenário. Um dos professores que entrevistei, Antônio¹²⁶, que trabalha diretamente com a temática de direitos humanos na aula de sociologia, nessa perspectiva de educação, destaca a importância de estar inserido numa escola que partilha desse objetivo e apoia este tipo de abordagem (nos próximos capítulos essa discussão será aprofundada).

Ressalto ainda, que outras discussões trazidas por Gonçalves em sua pesquisa se assemelham ao que tem aparecido nos meus dados: o clima de desconfiança gerado na escola e na sala de aula, em especial com o uso do celular e a possibilidade (e a ameaça) de filmagem da aula, palestra ou qualquer outra atividade pedagógica, o receio de que os pais apareçam reclamando ou denunciando os professores e a percepção de que a atuação do ESP (e de outros grupos, como o MBL) modifica a dinâmica da escola, sendo que a maioria dos entrevistados na pesquisa de Gonçalves, afirmam já terem presenciado ou vivido tentativas de/ou propriamente intimidação.

Como já mencionado, a professora Simone teve problemas ao ter uma de suas aulas gravadas e denunciadas ao Escola sem partido. Ela me explicou isso quando eu perguntei sobre a relação com os alunos “fora” da sala de aula, no contexto de redes sociais. Ela me disse que aceitava alunos que a adicionavam e assim a conversa seguiu:

Entrevistadora: Tu nunca teve problema em relação a Facebook com nenhum aluno?

Entrevistada: Tive. Tive porque quando gravaram minha aula, que era uma fala sobre as armas, como as armas poderiam impactar, foi ano passado, a liberação das armas impactaria no aumento de feminicídio, eles divulgaram pelo Escola Sem Partido que foi pelo Facebook, e o que

¹²⁶ Professor entrevistado em agosto de 2018, tinha 28 anos na época, atuava na rede pública estadual e na rede privada (ensino fundamental).

aconteceu foi que invadiram minha página pessoal, printaram coisas, tem um processo correndo ainda na justiça, porque daí eu processei o Escola Sem Partido, enfim, a Comissão de Direitos Humanos se envolveu, deu toda uma treta nisso. E daí eu tive que excluir alguns alunos, porque como eu não sabia que aluno tinha gravado, daí na época eu exclui todos, depois eu descobri a turma e daí eu exclui daquela turma, mas ainda assim sempre fica um ou outro. Mas é isso, o que eu escrevo publicamente eu seguro né.

Entrevistadora: Então como foi, eles gravaram tua aula e daí jogaram o vídeo no Facebook e eles foram atrás da tua página, o Escola Sem Partido, é isso?

Entrevistada: Não. Eles mandaram para o Escola Sem Partido e o Escola Sem Partido colocou o link da minha página.

Entrevistadora: no facebook deles. E quando foi essa gravação que foi feita na aula escondida?

Entrevistada: Foi ano passado ali, em abril (de 2018) (logo que começou a trabalhar lá)

Entrevistadora: Mais pro início do ano, não foi na época da campanha, foi antes?

Entrevistada: Não, foi antes. Foi quando estava começando a coisa toda.

Entrevistadora: Fora esse incidente assim bem específico, tu tem algum outro tipo de problema, tu já tinha tido algum outro de problema, não assim de gravar a aula e publicarem, mas de algum pai indo atrás reclamar de alguma coisa?

Entrevistada: Não, nunca tinha tido.

Entrevistadora: E tu acha que isso tem a ver com o momento político que estava se vivendo?

Entrevistada: Com certeza. E certamente isso teve apoio de colegas né. Os alunos não articularam isso, um primeiro ano não ia ter maturidade intelectual de articular tudo isso sozinho.

Entrevistadora: Tu tinha acabado de entrar na escola né?

Entrevistada: Sim, tinha acabado de entrar na escola.

Entrevistadora: Bah que situação né?! E tu descobriu no final quem te gravou ou não?

Entrevistada: Eu sei quem foi a turma, imagino quem tenha feito, mas eu não tenho provas né, está com a polícia, na investigação.

Entrevistadora: E teve algum outro caso na escola de gravação de professor ou foi só contigo?

Entrevistada: Não, porque depois disso não teve mais, porque eu realmente fui atrás, isso gerou toda uma discussão dentro da escola, enfim, não deixei passar.

Entrevistadora: Sim. Até porque, é estranho embora a gente saiba que os alunos usam, tem uma lei estadual, até um contrassenso, que

diz que o aluno não pode usar celular na sala de aula e de repente o aluno grava.

Entrevistada: É que tem uma coisa nessa lei, agora se eles quiserem contestar, a proibição é para celular, mas eles não usam celular, eles usam smartphone. E por fim, tu não tem como regular isso, eu, por exemplo, não proíbo celular. Porque como tu vai proibir né?

Entrevistadora: Eu também não proíbo. Eu tinha colegas que proibiam, em alguns lugares.

Entrevistada: Porque assim, às vezes, a gente precisa, eu mesma uso para fazer uma pesquisa, às vezes fazem pergunta e eu não sei, eu busco num lugar confiável ou faço com que eles acessem, várias vezes eu disse para eles buscarem dados, eles fazem uma pergunta que se contrapõe a algo que eu digo, daí eu digo “então busquem vocês uma fonte confiável que contraponha isso”, para eles aprenderem também a fazer pesquisa. Então não dá para deixar o celular fora da sala de aula porque né, está no mundo né. O que precisa ter é uma educação ética para que eles saibam fazer isso respeitando os outros, não proibir, até porque proibir nunca resolveu nada né (professora Simone).

Por meio deste relato, percebemos como o atual contexto repercute na sala de aula de sociologia e como determinados temas considerados sensíveis (armamento/feminicídio) e extremamente atuais e vinculados a realidade e, portanto, assuntos de interesse e objeto de análise da sociologia podem ser vistos como doutrinação. Sobre isso, Silva et al. (2020) destacam que:

O ensino da sociologia perpassa por temas e conteúdos que refletem a realidade social a partir de teorias que podem vir de forma contingente a tecer críticas ou possibilitar reflexões antagonistas aos discursos que visam homogeneização, moralização e censura dos conteúdos em sala de aula. A exemplo disso podemos citar: teoria marxista, indústria cultural, cidadania, movimentos sociais e o próprio conceito de gênero. Se trata de uma ciência que discute as realidades sociais e, portanto, são inevitáveis as críticas e as possíveis discordâncias com o próprio capitalismo neoliberal. Por isso, apontamos o quanto a definição (ou não definição) do que seria doutrinação é um problema (p. 87).

Além disso, a questão do uso do celular e os temores em relação ao seu uso indevido na sala de aula, são extremamente complexos, pois o aparelho e seu uso é parte fundamental da sociedade atual e da cultura escolar e juvenil, fazendo parte do cotidiano na escola. Ademais, Simone conta que sua escola não a apoiou e não houve um trabalho ético com os alunos sobre o uso do celular, gravar a aula, ela é que conversou com os alunos em sala de aula e foi atrás de mecanismos externos de denúncia e defesa/proteção.

Segundo a pesquisa da professora do Ceará (Gonçalves, 2019), censuras mais diretas ou recomendações de se evitar no planejamento didático se relacionavam a temas diversos, sendo que foram citados explicitamente: gênero, ditadura, desarmamento, críticas ao governo atual, paralisação de trabalhadores ou ainda reprodução humana (um professor foi proibido de distribuir preservativos). Em alguns poucos casos, a intimidação vinha dos gestores (padronização das aulas, instalação de câmeras de segurança nas salas) e algumas vezes de colegas professores, principalmente via grupos de *whatsapp*, versando sobre os conteúdos que estes consideram pertinentes ou não de serem trabalhados em sala de aula (gênero, eleições e ditadura, por exemplo, não seriam adequados) ou em relação a posicionamentos políticos na época das eleições.

Por parte dos pais, as principais reclamações são sobre os temas que envolvem diversidade (gênero, sexualidade, feminismo), pois causam indignação na medida em que eles acreditam que tais discussões estimulariam os filhos a ser “viado ou sapatão”. Também aparecem julgamentos de valor moral sobre a postura das professoras (“são muito feministas, tem tatuagem, usam tal roupa”), indicações que os filhos não levem a sério algumas disciplinas, como sociologia e história, e mesmo reclamações sobre temas como movimentos sociais, desigualdade e até sobre o mapa da fome no Brasil. Sobre como o contexto atual de polarização política (e social, cultural, de visão de mundo) reverbera na rotina da escola, na convivência entre os professores e demais funcionários, ela professora Simone salienta:

Entrevistadora: tu falou um pouco já, adiantamos sobre a relação com os colegas e direção. Tu diria que é difícil então?

Entrevistada: A gente tem um grupo de esquerda, assim, progressista né, bem bom e uma parte da direção toda meio progressista. É o que nos salva. Mas essas últimas eleições (de 2018) embaralhou muito as relações né. Embaralhou não, separou muito as pessoas, porque os grupos se definiram, os professores reacionários e os professores progressistas, isso é bem nítido. Inclusive em espaços de convivência, são impossíveis, a gente fica na sala de professores, um grupo fica num canto e outro em outro, porque não dá para dialogar com quem acha que nazismo é de esquerda né, não dá para tomar café com essa gente, não tem como (professora Simone).

Segundo a pesquisa de Gonçalves (2019), outros agentes externos a escola também surge para realizar intimidações ou ameaças, presencialmente ou por meio das redes sociais, nesse caso, foram citados líderes religiosos e políticos. Essa situação também aparece nas entrevistas da

minha pesquisa, onde foram citados também o MBL e o então deputado estadual, Marcel Van Hatten, por exemplo. Entretanto, em maior número, os principais agentes de tentativas de intimidação, segundo Gonçalves, são os próprios alunos, tanto pela proximidade e quantidade como também por serem os principais alvos (de convencimento/persuasão) de projetos e grupos como o ESP. As estratégias utilizadas pelos discentes relatadas nos questionários são: ameaças em tom de brincadeira ou piada, aumentar o tom de voz, falar de forma agressiva, acusar o professor de doutrinador ou o conteúdo de ser tendencioso, exigir que o professor aborde algum tema específico da preferência do aluno (por estar pagando, por exemplo), fazer “pegadinhas” para o professor entrar em contradição etc.

Na minha experiência pessoal, nas vivências em escolas e conversas com outros professores, uma das estratégias mais citadas é a preparação de “armadilhas”, ou seja, fazer perguntas e direcionar o diálogo para que o professor aborde um determinado tema (que muitas vezes não estava sendo discutido naquela aula ou foge um pouco do que se concebe como próprio daquela disciplina, como por exemplo, falar do resultado eleitoral numa aula da área de exatas) para que neste momento ocorra a filmagem, ou que num contexto de discussão ou debate o tom de voz e ânimos se elevem e o professor seja “prego” nessa situação. Outra estratégia ou atitude tomada pelos alunos é não falarem nada na hora da aula ou diretamente para o professor, mas depois irem até a direção denunciar, reclamar junto a seus pais, ou até mesmo enviarem o caso para o ESP (para ser exposto em suas redes sociais), em geral, retirando o episódio/tema do contexto.

A professora Simone contou que foi denunciada e depois exposta e criticada pelo ESP nas redes sociais, a partir de uma aluna que reagiu conforme o último exemplo. A aula era sobre relações de trabalho e a professora havia levado um jornal (considerado como de mídia alternativa de esquerda), que ela conseguiu de cortesia para usar na escola, no qual trazia um texto sobre o acidente/crime do rompimento da Barragem em Mariana (MG), a ideia, segundo a professora, era ler esse texto e fazer uma reflexão sobre o tema ligando-o as questões ambientais e aos direitos trabalhistas. Numa das páginas do jornal havia uma charge crítica ao então candidato à presidência, o deputado federal Jair Bolsonaro, mas que não foi utilizada naquela aula e, portanto, não era tema de discussão. No entanto, depois da aula e sem dizer nada para a professora, uma aluna reclamou junto à direção que aquilo era propaganda política. Ao relatar o fato, Simone ainda conta que argumentou, “mas que jornal hoje em dia não vai ter alguma crítica

ou charge a algum candidato, em ano de eleição” (era 2018), mas como ela não possuía apoio e respaldo da direção da escola, esta acabou dando razão a aluna e lhe deu uma advertência (foi obrigada a assinar uma ata), nas suas palavras:

Entrevistada: (...) Eu acho que tem um episódio interessante para tua tese que é: eu levei agora, com a questão de Brumadinho, os meus segundos anos, eu estou trabalhando com eles a questão do trabalho, que é conteúdo de segundo ano, trabalho e globalização, enfim. E aí eu peguei um Brasil de Fato, umas doações do Brasil de Fato, levei, porque é uma edição, que eu também posso conseguir para ti se quiser anexar nos materiais, eu levei justamente porque tinha uma matéria que tratava a questão de Brumadinho como acidente de trabalho, o maior acidente de trabalho do Brasil. E embaixo tinha uma outra matéria que relacionava a reforma trabalhista do ano passado com as dificuldades de indenização dos trabalhadores da Vale. Até aí me pareceu tudo muito óbvio, nada que fosse dar problema, enfim. Mas como qualquer jornal tinha uma charge contra o Bolsonaro. Depois eu fiquei sabendo que foi feita uma ata contra mim, porque eu usei esse material na escola. Daí eu chamei o CPERS, o CPERS foi lá, enfim, tá um maior bolo na escola por conta dessa ata. Eu acabei até saindo de licença saúde, porque tu perde o encanto de dar aula né, já tem tuas horas reduzidas, tá só com 20, tua única alegria é fazer a coisa funcionar, e aí tu leva um Brasil de Fato para alunos que nunca leram um jornal na vida, daí dá um problema contigo porque tu levou um Brasil de Fato para trabalhar. Aí claro, depois eu fiquei mais brava ainda, levei do oito de março, como o impacto da previdência interfere na vida das mulheres, eu disse “agora que eu fui, eu vou com tudo”, mas assim comprando briga sabe? Sem nunca saber como vai ser o teu dia de amanhã no colégio.

Entrevistadora: Sério? E também essa coisa da direção da escola, aceitar uma ata? Não sei como funciona, mas a direção tem que meio, né...Do tipo...

Entrevistada: Nem me chamaram para conversar. Eu só fiquei sabendo no outro dia. Então assim, a aluna chegou e disse que eu obriguei todo mundo a ler o jornal inteiro. O que não seria nenhum absurdo, porque o jornal tem nove páginas, então pedir que lesse o jornal inteiro não seria nenhum absurdo. Elas alegam que eu obriguei a turma a ler uma matéria contra o governo. Mas né...Como se fosse possível encontrar qualquer matéria em qualquer jornal sério a favor desse governo também né guria. E a orientadora pedagógica, que é favorável ao Bolsonaro, acatou a ata. Tá nesse pé (professora Simone).

Danyelle Gonçalves (2019) não aborda esse aspecto em seu texto, mas me parece plausível supor que pelo menos alguns pais e colegas de trabalho/gestores e alunos citados em

sua pesquisa devem compartilhar de algumas premissas abordadas antes no texto e que também aparecem na minha pesquisa, como no caso de Simone, relatado acima, ou seja, que consideram que os professores (em especial os de humanas/sociologia) são doutrinadores em potencial, esquerdistas, militantes, moralmente repreensíveis, e que alguns temas (sobretudo os que mexem em valores morais e políticos) não devem ser discutidos ou devem ser silenciados/apagados/negados, como a fome, a desigualdade social, a violência, a violação dos direitos trabalhistas e ambientais, o racismo, o machismo, a homofobia e mesmo que exista uma diversidade de gênero e sexualidade na sociedade. O negacionismo parece mudar a realidade num passe de mágica, tal qual pressupõem os grupos que conformam a nova onda conservadora, neoliberal, fundamentalista religiosa, anticientífica etc. já apresentada.

Mas a divisão não é tão simples assim, e existem diversos elementos/camadas que contribuem/repercutem nas divisões e posicionamentos de professores e alunos na escola. A professora Simone, ao comentar a divisão clara na sala dos professores, que se tornou mais explícita no contexto da eleição de 2018 e as alianças/influências destes junto aos alunos, explica:

Entrevistadora: Então teve essa divisão? Essa polarização?

Entrevistada: É. Ficou bem claro.

Entrevistadora: E isso não é bem por área de disciplina, porque tu falou que tem professor de história que é desse grupo, é misturado?

Entrevistada: É bem misturado. Não é uma coisa dos professores de humanas que se posicionam assim, tem professor que fala, ai guria que dor falar isso, mas tem professor de humanas que está no lance da terra plana e do nazismo de esquerda.

Entrevistadora: E o pertencimento religioso tem alguma importância nessa escola assim?

Entrevistada: Total. Esse é, inclusive, um dos problemas, porque alguns professores são religiosos, principalmente os professores da sala conservadora, eles regimentam os alunos através da questão religiosa. Inclusive ano passado aconteceu algo bem interessante: eu assumi uma turma de Ensino Religioso, como não é minha área, eu não sou teóloga, eu sou contra o ensino de Ensino Religioso na escola porque acredito que a Filosofia e Sociologia já dão conta, mas se tiver que ter que seja feito por um teólogo ou teóloga. O que eu fiz, chamei um professor/a doutor/a em teologia, que dá aula na universidade/pós-graduação (suprimi o nome para evitar identificações) para dar uma aula para meus alunos sobre diversidade religiosa. Eu fiquei super animada, pensei “uau, o ciclano/beltrana vem aqui”. E uma professora que é pastora e professora de História entrou na aula pedindo para gravar, constrangendo o professor, incitando os alunos contra as coisas que o/a professor/a

convidado dizia. Então assim, eu queria cavar um buraco no chão e ser engolida pela terra. A gente está nesse nível. Por que obviamente a pastora tem mais capacidade de interpretar a bíblia, as palavras sagradas de qualquer religião do que um teólogo/a.

Segundo Gonçalves (2019), 10 dos 53 entrevistados utilizaram a palavra medo em relação a essas tentativas de intimidação e ameaças e muitos estão repensando sua profissão, decidindo mudar de área ou mesmo prosseguir na educação, mas para trabalhar com crianças, onde segundo eles, estes problemas não apareceriam¹²⁷. Relatos como esses citados na pesquisa aparecem nos grupos de *whatsapp* de professores de sociologia que participo e em algumas entrevistas que compõem esta tese. Uma parte dos entrevistados fazem ou fizeram pós-graduação, alguns com expectativa de que isso lhes forneça melhores condições de trabalho e salários mais dignos¹²⁸ e uma das entrevistadas, Margareth¹²⁹, fazia outra graduação na época da entrevista e a isso ela se referia como um “plano B, caso Bolsonaro ganhe ou o ESP vire uma realidade”, mas também porque não considera que a carreira como professora estadual no RS seja sustentável no longo prazo, devido a incompatibilidade entre a sua titulação e a remuneração recebida, que ainda se encontra parcelada há alguns anos.

Sobre o clima de ameaça, denúncias e tentativas de intimidação, a professora Simone destaca sua relação com alguns professores e alunos na escola:

Entrevistadora: Como a disciplina de Sociologia é vista pelos colegas e pelos alunos, em modo geral, na tua opinião?

Entrevistada: Ah, guria...As turmas gostam em geral sabe, a gente consegue, com algumas turmas... Teve uma turma esse ano que eu larguei, que foi a turma que ano passado me deu problema no primeiro ano, que foi a turma onde eu fui gravada e enviaram para o Escola Sem Partido, esse ano quando eu fui trabalhar foi a turma que fez essa ata do jornal sabe? Aí eu larguei essa turma. Mas assim, em geral, as turmas se

¹²⁷ Eu tenho sérias dúvidas em relação a isso, inclusive pela minha já citada experiência como tutora num curso de aperfeiçoamento de professores em gênero e diversidade, onde a grande maioria dos professores dava aula para o ensino fundamental e séries iniciais e onde problemas relacionados aos temas sensíveis também eram relatados.

¹²⁸ Isso ocorreria caso o professor ingressasse na carreira de docente de ensino básico ou universitário federal via concurso ou conseguisse um emprego na rede privada. A rede municipal que em boa parte das cidades oferece um salário e um plano de carreira melhor do que o estadual aos seus professores não pode ser almejada pelos docentes de sociologia que somente dão aula no ensino médio, na grande maioria dos casos. Entre os entrevistados para esta tese, um trabalha na rede federal e outro era contratado como professor substituto nesta mesma rede. Cabe lembrar que outro dava aula somente na rede municipal (um caso raro onde sociologia é oferecida no ensino fundamental) e outros trabalham em duas redes (geralmente estadual e municipal – dando aula de outras disciplinas ou estadual e privada).

¹²⁹ Professora entrevistada em agosto de 2018, tinha 28 anos na época, atuava na rede pública estadual.

envolvem, gostam dos temas, funciona bem. Eu tenho muito apoio dos colegas progressistas, essa galera mais da esquerda me apoia muito. Em compensação, para os alunos mais alinhados com os professores mais da direita e para esses professores eu sou o anti-cristo na terra.

Entrevistadora: E tu acha que isso é por tu ser professora de Sociologia, por tu trazer essas temáticas, por uma certa postura, o que tu considera que é o principal, que eles te colocam nessa posição?

Entrevistada: Acho que tem uma questão de lesbofobia também bem clara, sabe? Por eu ser lésbica e me assumir dentro da escola, isso com toda certeza. E porque isso, claro, gera um impacto na escola né, os alunos gays e lésbicas desde que eu entrei se sentem muito mais à vontade para falar sobre si mesmo, reclamar de professor homofóbico, enfim. E claro que isso para quem é religioso, nesse nível de fanatismo, ter essa interpretação religiosa e limitada e faz da escola palco de doutrinação religiosa, eu sou a pior coisa que poderia ter acontecido. Então não é só porque sou de esquerda, mas porque sou de esquerda, sou feminista e sou lésbica. Então eu sou o pacote de tudo que eles detestam, sou o combo dos horrores deles. E obviamente faço questão de tornar a vida deles um inferno né (professora Simone).

Neste caso, percebemos como o neoconservadorismo político e as questões religiosas e morais reverberam na escola e na aula de sociologia e não se vinculam somente aos temas abordados, mas a postura da professora, sua orientação sexual, seu feminismo manifesto e sua perspectiva política de esquerda (ser engajada, se posicionar, ser militante política), neste caso, aquilo que a professora representa ou personifica naquele contexto escolar, ela encarnaria, na visão desses grupos, o professor doutrinador de esquerda, a professora de sociologia feminista (e “ainda homossexual”) que representa uma ameaça, sendo considerada indesejada na escola (e na sociedade) por parte de grupos que se alinham ao discurso neoconservador em sua vertente mais moralista, religiosa e radical de direita. Sobre o julgamento moral, de valor sobre Simone, por parte de seus colegas, devido a sua orientação sexual, posicionamento político de esquerda, por ser feminista, é semelhante a aquele destacado na pesquisa de Gonçalves (2019), sobre como algumas professoras de sociologia e da área de humanas são vistas pelos pais, de forma negativa, como base em um julgamento moral.

Os relatos dos professores, na pesquisa de Gonçalves (2019), de como se sentem frente a esse contexto e como isso era desanimador (o desinteresse ou a desvalorização de sua profissão e do seu saber), assim como nas entrevistas que realizei, o exemplo da professora Ruth,

trabalhando com a cultura guarani, o caso da professora Ângela¹³⁰ trabalhando com a temática da divisão do trabalho doméstico e o papel da mulher (que serão analisadas posteriormente), enfrentando a ira de alguns alunos seus, revoltados com a possibilidade de terem seus privilégios ameaçados, que veremos em seguida, no capítulos sobre direitos humanos e gênero e sexualidade, me lembram uma experiência vivenciada pelo meu orientador, em suas aventuras antropológicas nas salas de aula de seus alunos em estágio docente em história, onde ele registra cenas como essa: a professora estagiária apresenta no quadro o seu programa, ou seja, os conteúdos que ela vai trabalhar durante o tempo que permanecerá naquela turma, dois alunos, meninos sentados no fundo da sala, levantam a mão e avisam “nessas duas aulas aí- que abordavam questões sobre gênero, feminismo, história das mulheres e afins- a gente não vai vir”. Os alunos fazem questão de destacar o seu desinteresse e/ou descontentamento em estudar tais assuntos, possivelmente vistos por eles como inúteis, desnecessários ou mesmo inadequados a escola.

Com essa atitude eles se recusam a falar sobre e a aprender sobre aquele determinado assunto, e de fato o aluno pode escolher, de alguma forma, o que aprender, na medida em que se abre ou se fecha para a experiência de vivenciar o debate sobre temas que lhe causem estranheza ou desconforto, a experimentar a reflexão sobre um assunto difícil para ele (e/ou para a sociedade em geral) porque toca em questões morais, crenças religiosas, em experiências traumáticas, em privilégios ou feridas, em preconceitos e “verdades” naturalizadas, ou mesmo em questões psicológicas fundantes de sua subjetividade (muitas delas relacionadas a gênero, sexualidade, raça, classe, entre outros marcadores sociais da diferença). Mas essa recusa é a postura mais oposta possível a nossa perspectiva de educação, de escola, de aprendizagem significativa, de educação para e em direitos humanos, e a proposta de abordar os temas sensíveis vistos como necessários. Também se distancia/impossibilita a proposta de se aprender sociologia, que tem como pressupostos, que estão inclusive nas Orientações Curriculares Nacionais (OCNs), a problematização, a desnaturalização e o estranhamento em relação aos fenômenos sociais, com o objetivo de desenvolver a imaginação sociológica e o pensamento crítico, que visa ultrapassar o senso comum. Para que isso seja possível, é necessário engajamento, mas nem sempre ele ocorre, como vimos. Cabe perguntar então de que formas os professores de sociologia conseguem (ou

¹³⁰ Professora entrevistado em março de 2019, tinha 40 anos na época, atuava na rede pública federal.

tentam conseguir) isso? Que estratégias utilizam? Essas questões aparecem nas entrevistas que realizei.

Na pesquisa de Gonçalves (2019), apesar dos muitos receios, grande parte dos professores entrevistados afirma que deseja se manter na profissão e ainda tem esperanças de mudança e/ou acreditam em possibilidades de resistência, já que os grupos que atacam a educação/escola/professores e a sociologia não são a maioria, segundo eles. Alguns estudantes de licenciatura em sociologia, que estão no final do curso e participam de programas como o PIBID e a residência pedagógica, também responderam ao questionário da pesquisa e afirmam que apesar dos temores ainda desejam ser professores de sociologia, porque consideram ter uma vocação, uma missão e/ou reconhecem a importância e a relevância da sua profissão e da sua disciplina. Um dos relatos manifesta a incompreensão ou a contradição de se censurar temas e assuntos que fazem parte da realidade, que acontecem ou aconteceram, num ambiente de aprendizado, formação e debate de ideias, como deveria ser a escola e a aula de sociologia. Segundo Danyelle Gonçalves (2019), um dos principais desafios que enfrentamos como professores de sociologia é manter a chama acesa, mesmo nesses tempos neoconservadores, acreditando que dias melhores virão.

3.3 Temas sensíveis no ensino de sociologia – uma proposta a partir do diálogo com o ensino de história

Para além da questão da educação na perspectiva dos direitos humanos, os temas sensíveis guardam estreita relação com as especificidades da escola na contemporaneidade, ou seja, com a universalização da educação, as diferentes culturas juvenis e escolares presentes nesse espaço e uma espécie de politização do currículo e da própria escola, com o ingresso de novos sujeitos na sala de aula, que trazem novas demandas e as mudanças que ocorrem em paralelo na sociedade, com a visibilidade cada vez maior dos novos movimentos sociais e o uso das novas mídias (redes sociais/internet), e das questões chamadas identitárias, com a “saída do armário” de uma miríade de sujeitos que não só querem estar na escola, ocupar esse espaço, mas querem ser vistos, respeitados e terem suas histórias também contadas ali, naquele currículo e naquele território, onde tradicionalmente e historicamente, eles estiveram excluídos.

Além disso, essas mudanças trouxeram para o centro do debate aquelas questões mal resolvidas, como costuma acontecer com os temas sensíveis em qualquer lugar do mundo, mas

que no caso do nosso país, com seu passado colonial, escravocrata, de grande desigualdade social, de ditadura civil-militar recente, são bem intensas. Temas e histórias que geralmente eram esquecidos, negligenciados ou varridos para baixo do tapete, as “histórias menores” e múltiplas daqueles que não eram considerados os “vencedores” na história oficial, aqueles evidenciados no samba-enredo e desfile da Mangueira, no carnaval de 2019, contando a história do avesso, a “história para ninar gente grande”. Aqui falamos sobretudo dos negros, das mulheres, dos LGBTQI, dos indígenas, dos pobres do campo e da cidade, dos periféricos e de suas histórias de resistência às múltiplas violências e violações sofridas, escancarando o outro lado da “democracia racial”, da escravidão e da construção do Estado Brasileiro, nos obrigando a olharmos no espelho e revistar nossa própria história, reconhecendo as arbitrariedades ao longo do tempo e que permanecem. Aqui podíamos incluir também a história dos que foram assassinados/desaparecidos defendendo a democracia no período da ditadura e a tentativa de reconhecimento desses crimes, como a proposta da comissão da verdade (recente, incipiente e já encerrada). Junto a isso vieram leis e propostas de inclusão na escola e no currículo de uma diversidade de temáticas como os próprios DH, já citados, mas também a história da África e afro-brasileira, dos indígenas, das mulheres (combate as violências), além de políticas de inclusão como as políticas afirmativas, os sistemas de cotas, a educação inclusiva. Na perspectiva de Pereira e Seffner (2018), os temas sensíveis, nesse caso especificamente a escravidão e a ditadura, no ensino de história, podem ser vistos como passados vivos, que não passam, tem residualidades e remanescências no presente, com implicações éticas para o professor e para esse componente curricular.

Todas essas mudanças que impactam a escola e refletem as transformações recentes pelas quais o Brasil passou, sobretudo no século XXI, repercutem também na formação docente. Se a escola já não é mais a mesma, para poucos e formatada para atender interesses e perspectivas de grupos mais homogêneos e hegemônicos, tampouco a formação de professores pode ser, até porque, as mesmas políticas de inclusão trouxeram à universidade pública¹³¹ grupos sociais e indivíduos que tensionam o ambiente elitista e a formação tradicional da maioria dessas instituições, problematizando seus currículos, modos de funcionamento e de produção do conhecimento. Formar professores talvez nunca tenha sido fácil, mas preparar professores para lidar com essa realidade desigual e com todas as discriminações, preconceitos e violências

¹³¹Também podemos inferir que isso, pelo menos em parte, pode ter acontecido em relação aos alunos bolsistas do PROUNI, em universidades particulares.

existentes na sociedade e que atravessam o portão da escola, é cada vez mais desafiador. Segundo Seffner et al. (2018):

Formar docentes é uma tarefa sempre complexa, com atravessamentos entre questões de natureza política e pedagógica. No cenário contemporâneo brasileiro, temos grandes polêmicas envolvendo a liberdade de ensinar e o direito de aprender; as relações entre famílias, escolas e religiões e tentativas de definir quem pode dar a última palavra acerca do que deve ou não ser abordado em sala de aula; um grande pânico moral envolvendo a abordagem dos temas de gênero e sexualidade na escola; a proliferação de leis, decretos e políticas públicas que visam organizar o sistema de ensino sob prismas empresariais, de razões de mercado, a partir da noção de educação como bem público, dentre outros enfrentamentos. Outro cenário desafiador à formação de professores hoje diz respeito ao ensino de temas sensíveis e controversos. Abordar situações de trauma, injustiça, preconceito e sofrimento tornam-se um imperativo na escola. (p. 81).

A questão da formação docente em conexão com os temas sensíveis nos interessa nesta tese porque compreendo que ao solicitar que os professores narrem suas experiências, compreendam e (re)elaborem suas práticas, falem da construção do currículo, das estratégias adotadas para ensinar sociologia, (principalmente se tratando de abordar os temas controversos) e que construam narrativas sobre seus objetivos e expectativas como docentes de sociologia, eu estou também, de alguma forma, mesmo que não fosse o foco, abordando como eles se vêem e se narram como docentes e as conexões que isso guarda com a sua formação profissional e acadêmica, enquanto aluno e enquanto cientista social e professor.

Seffner et al. (2018) defendem, ao proporem a atividade de narrativa das experiências no estágio e de memórias escolares, aos seus alunos estagiários docentes nas escolas, que estas narrativas suscitem reflexões que dizem respeito a um cuidado de si, na perspectiva de Foucault em a Hermenêutica do sujeito, ou seja, a preocupações éticas e estéticas, a leituras e preocupações com o Brasil e o mundo atual. Ademais, se relacionam ao que dialoga com os estudantes, em relação as suas identidades, suas preocupações e posições políticas, suas sensibilidades e utopias que encontram as dos diferentes alunos, nas diferentes salas de aula e escolas. Todos estão ali encarnados e posicionados (corpos situados) nos seus diversos atravessamentos de classe, raça e gênero. E isso importa, na nossa leitura, na escolha do que se ensinar ou não e de que forma, nos objetivos que o professor vai ter e nas relações que estabelecem com os estudantes, já que importam na sua visão de mundo.

Embora a questão específica da formação docente de professores de sociologia não seja o foco desta pesquisa, sabemos o quanto ela é importante e nos ajuda a compreender os modos de

ser professor e as possibilidades, disponibilidades e a coragem para enfrentar os riscos de se trabalhar com os temas sensíveis. O que quero dizer é que entendo que durante a entrevista que realizei, assim como durante a sua formação e prática profissional, os professores de sociologia (ou a maioria deles) estão refletindo sobre si, sobre sua prática, sobre sua formação, sobre o que desejam, acreditam, esperam atingir com suas atividades pedagógicas (e como avaliam estas) e nas relações estabelecidas na escola, na sala de aula. Estes aspectos também dizem da sua história pessoal e do que lhes levou a serem professores de sociologia e escolherem trabalhar ou não com os temas considerados sensíveis, e de que forma. Tudo isso constitui modos específicos de ser professor, que segundo Seffner et al. (2018) acabam por conformar um tipo de tato pedagógico (um sentido ou uma sabedoria), uma forma de lidar com os desafios, com formas inusitadas e diversas de responder ao caos, com o imprevisível, de seguir a intuição frente a perguntas desconcertantes que surgem no encontro com os estudantes e para as quais eles não estavam preparados, para as quais não existem respostas prontas, enfim, uma forma de atuar e ser produtivo na sala de aula. (Idem, p.84).

Ainda segundo esses autores, a experiência de ser professor seria um eterno aprendizado, que exigiria uma constituição de si e um cuidado de si (tal como proposto por Foucault). Tal fato guarda relação com o processo que muitos professores farão menção ao longo das entrevistas (em especial no capítulo sobre DH como temas sensíveis) de pensar que ensinar sociologia, ainda mais temas sensíveis, exige elaborar com os alunos e/ou desenvolver atividades que impliquem num processo de desconstrução de saberes e noções, de uma contextualização (do assunto abordado, no tempo e no espaço), para a partir disso tentar promover uma sensibilização, uma reflexão e uma posterior reconstrução do conhecimento. Isso se constitui/se dá na relação com os alunos e faz parte de uma operação na qual eles também participam e são afetados, os professores não estão separados do objeto de estudo e para quem ele se direciona. Tal compreensão constitui também uma concepção de aprendizado. De acordo com Seffner et al. (2018):

Desse modo, aprender a ser professor não se resume a uma compreensão das causas da Segunda Guerra e de como apresentá-las aos estudantes, mas de ser capaz de pensar em sua própria constituição subjetiva e nas consequências éticas, políticas e estéticas do ensino de História (...) Tal como um docente é capaz de se transfigurar, de se transformar e de se autoconstituir em devir, seus alunos se encontram num processo de aprendizagem que visa à vida, às coisas da vida e à transformação subjetiva de quem aprende. (p.85).

Em relação ainda sobre a noção de tato pedagógico que o professor desenvolve e a impossibilidade de simplesmente incluí-lo numa lista de habilidades ou descrevê-lo teoricamente de forma precisa, estes autores sugerem que:

Do nosso ponto de vista, isso é possível se entendemos os professores como pessoas que, profissionalmente, assumem-se como intelectuais transformadores (GIROUX, 1997): com história, intelectualidade, posições políticas, dilemas e afetos. Tais aspectos manifestam-se no corpo, no jeito de falar, nos olhares, na escrita, na forma de corrigir, incentivar, explicar, perguntar –competências nem mais nem menos importantes que o domínio teórico-metodológico da aula, que se expressa na relação com os estudantes (Van Manen, 1999). Não é possível desvincular, na formação docente, o saber, o saber ensinar e o saber se relacionar. A formação não acaba com o certificado de conclusão do curso, pois ser professor, como dito, é fluir na aprendizagem constante. (Seffner et al., 2018, p. 87).

Dessa forma, queremos frisar que o processo pedagógico desenvolvido pelos professores de sociologia entrevistados, que escolheram trabalhar com os temas sensíveis e com os direitos humanos, ou seja, com uma seleção que não é neutra do que é sensível, do que é relevante/imprescindível de ser ensinado, debatido e como deve ser abordado (com que objetivos), do que é ético e apropriado para aqueles alunos, naquele contexto, não está separado de um processo de aprendizado e transformação. Dessa forma, esses professores parecem se transformar e (re)aprender nesse exercício, quando desejam sensibilizar e ensinar os estudantes, promovendo reflexões com vista a transformações, no intuito de construir uma sociedade mais justa, democrática, que respeita e promove os direitos humanos, valoriza e convive com as diferenças e com a diversidade. Segundo Seffner et al. (2018) “um professor com tato pedagógico ouve e leva a sério a opinião e os interesses dos seus alunos, assim, na sala de aula, se ensina e se aprende” (p.88).

Ainda segundo Seffner et al. (2018):

[...]talvez seja frutífero pensar o tato pedagógico para além de um conhecimento que se desenvolve e se expressa no professor “por inteiro” e conectá-lo com as resistências, criando novos caminhos pedagógicos pelo campo das sensibilidades, possibilitando a emergência de temas que mobilizam os estudantes em seus afetos, medos e posicionamentos – os ditos temas sensíveis ou problemas socialmente relevantes (p.89).

Ao longo dos próximos capítulos, irei discutir a questão dos temas sensíveis e da educação em direitos humanos na sua articulação com as entrevistas e na medida que aparecem nas narrativas os tais temas polêmicos, controversos, que muitas vezes são percebidos como aqueles que “é melhor não falar, tocar no assunto”, mas a ideia aqui nesse subtítulo é fazer uma

apresentação mais específica do conceito, como ele é compreendido nessa pesquisa, as articulações com a questão da formação docente, que acabamos de abordar, com os DH e os pressupostos que nos embasam para as análises que virão. Sobretudo, quero destacar aqui, que tomo o conceito temas sensíveis do campo de pesquisa do ensino de história e adapto, utilizo e contextualizo para a análise no campo do ensino de sociologia, mais especificamente em relação aos professores de sociologia que entrevistei e ao meu objeto e problema de pesquisa. Faço isso porque a categoria temas sensíveis se faz presente de forma muito forte nas narrativas dos professores e no atual contexto sociopolítico que vivemos, assim, percebo a potência e a importância de discutir e aprofundar o conceito de temas sensíveis na área do ensino de sociologia.

Como ponderado anteriormente, os ditos temas sensíveis se fazem cada vez mais presentes na escola atual, surgem no contexto da sala de aula e são demandas crescentes sentidas pelos professores, tal como elas apareceram na minha pesquisa, na pesquisa de Gonçalves (2019) antes citada, elas aparecem nas salas de aula da disciplina de história e geram muitas reflexões. A escalada de polarização política no Brasil tornou muitos temas cada vez mais sensíveis e acabam também sendo um ponto central nas atuais disputas pela escola, pelo projeto educacional, currículo etc. com a ascensão dos movimentos neoconservadores em nossa sociedade. Inicialmente, cabe ainda perguntar, como o fazem Seffner et al. (2018), entre outros autores, “Mas o que é um tema sensível? Para quem são sensíveis? Toda questão sensível para a sociedade ou assim considerada pela historiografia o é, necessariamente, para os estudantes ?” Estes autores se baseiam em Mével e Tutiaux-Guillon (2013 apud SEFFNER et al. 2018) que definem como sensível aquele tema carregado de emoção, politicamente sensível, intelectualmente complexo, importante para o presente e o futuro comum. Costuma implicar em confronto de valores e interesses, pode gerar constrangimentos em um grupo social para tomada de decisões, pode estar vinculado a passados de autoritarismo, discriminação, racismo, violência traumática etc. O tema sensível não costuma ser apenas constrangedor para alguns e de difícil abordagem, mas geralmente não há um consenso sobre o que dizer (sobre esse passado, no caso da história), pois ainda estão ocorrendo disputas em torno dele, diferentes versões, memórias, traumas etc. (SEFFNER et al. 2018, p.91).

No caso do ensino de sociologia, os temas sensíveis podem se relacionar a problemas ou problemáticas sociais do presente, onde também não há consenso, e sim uma pluralidade de

perspectivas, de leituras possíveis e muitos interesses em jogo. E ainda, pode envolver luta por direitos, diferentes concepções e normas sobre a vida e o viver, de diferentes grupos sociais, alguns que estão buscando ampliar sua representação política, ter seus direitos reconhecidos, fazendo emergir demandas indenitárias, assim como já foi discutido, e outros grupos que visam restringir esses novos direitos ainda em construção, “conservando ou restaurando” alguns valores, regras e normas considerados tradicionais e moralmente corretos. Esta última postura deseja regredir em tantos outros aspectos da vida social, excluindo assim os sujeitos que não se encaixam nesses modelos (no caso, esses sujeitos que potencialmente poderiam ser excluídos, estão muitas vezes na sala de aula e convivem com os outros sujeitos, representantes do outro grupo, que desejam excluí-los). Daí podemos concluir que o tema sensível é uma relação que aparece na sala, e que torna o tema sensível para aquela turma, naquele contexto, talvez em outra turma ele não seja, então o tema sensível passa a poder ser analisado como uma relação sensível, por exemplo, da professora lésbica citada acima com uma classe de alunos, em outra turma talvez não seja isso.

Seffner et al. (2018) se questionam sobre como ensinar história diante do sofrimento, da desigualdade social e como isso impacta na formação dos professores. Sobre isso, a professora Simone ressalta na entrevista:

(...) acho que dentre meninos e meninas é equilibrado o número de alunos, em sua maioria negros e negras e bastante periféricos. Apesar de ser uma região mais central do (bairro periférico, pobre e estigmatizado de Porto Alegre), é uma escola perto do (...) da avenida central, é uma escola de filhos de trabalhadores assim, bem humildes. E uma coisa interessante: essa semana a escola ficou quase toda sem aula por conta de guerra do tráfico. A gente ainda tem que lidar com essa realidade né e receber salário que só entra dia 10 (professora Simone).

Como foi/estava sendo ensinar sociologia na escola básica no contexto de emergência e consolidação dos movimentos neoconservadores é uma pergunta central nessa pesquisa e, portanto, nas entrevistas que realizei. Os desafios se avolumam com os debates sobre quais são as narrativas e os temas válidos e desejáveis de se ensinar na escola. A sociologia, enquanto disciplina escolar, se vê diante de uma encruzilhada, porque como já dissemos, a maioria dos temas contemplados em seu currículo podem ser considerados sensíveis, ainda mais no contexto atual, e se vinculam muitas vezes aos direitos humanos (como costuma acontecer com os temas

sensíveis) e podem se relacionar a busca por legitimidades/direitos/construção de identidades, mas também a questões religiosas, posições políticas, posições ideológicas, *fake news*, narrativas conflitantes (passados e versões do presente em disputa), que se conectam, por sua vez, ao contexto de polarização crescente da nossa sociedade.

Um outro aspecto que acho pertinente de ser discutido/apresentado é o que se entende propriamente como formação docente, já que este tema é controverso, assim como o que seria o papel da escola e do professor no atual contexto de disputa que vivenciamos. Assim como nos contrapomos a ideia de uma escola e uma aprendizagem/formação que transmitiria saberes técnicos limitados, por um professor neutro e objetivo, pensamos, nesta perspectiva teórica, metodológica e política, em formação docente de forma complexa e extensa, como um conceito amplo, conforme nos diz Rosa Fischer:

[...] uma operação que se dá para além do institucional (escola, igreja, família, por exemplo), embora tais espaços não sejam jamais ignorados; para além de um sistema de autoridade, normativo ou disciplinar; formação assumida como uma escolha da própria existência, como busca de um estilo de vida, de um cuidado consigo, que de maneira nenhuma poderia ser identificado com o culto narcísico dos nossos tempos. [...] teria a ver com a dinamização de uma capacidade de provocar, de duvidar, de dedicar-se a si mesmo com vigilância e esforço, com vigor, com entrega ao genuíno desejo de desaprender o que já não nos serve e municiarmos de discursos que nos incitam a agir eticamente e a nos transformar (FISCHER, 2009, p. 95).

Percebo correlações entre essa concepção de formação e sobre o tornar-se professor com a própria formação específica da sociologia, o saber que este professor/cientista social irá dominar junto com todas as outras demandas da profissão. Em nossa formação acadêmica aprendemos, pelo menos em teoria, a desenvolver uma “imaginação sociológica”, a manter-nos vigilantes epistemologicamente, com olhar crítico e aguçado, sempre tentando ir além do senso comum (apesar das discussões e críticas a isso). Essas práticas, saberes e visões de mundo, pelo menos em tese, tentaremos desenvolver posteriormente em nossos alunos, que não necessariamente escolheram esse estilo de vida ou comungam dessa vontade de saber e ser, num exíguo espaço de tempo (um período por semana é o obrigatório por lei, por sorte, a professora Simone, por exemplo, tem dois períodos de sociologia nessa escola citada).

Isso exige do professor de sociologia, ou espera-se dele, que esteja sempre atento a realidade que o cerca (e cerca os estudantes e a escola), a estar disposto a se questionar e a questionar os demais, rever suas posições, ler, reler e criticar determinados autores, se adaptar/atualizar frente as novas discussões e em relação a temáticas que sua formação não lhe

preparou ou lhe preparou de forma insuficiente (essas questões apareceram nas entrevistas dessa pesquisa em relação a alguns temas, como a temática de gênero e sexualidade, por exemplo), a estar disposto a ouvir, dialogar a aprender com os estudantes, se transformando e transformando nesse processo. E, ao mesmo tempo, ter coragem de manter alguns posicionamentos que podem ser considerados arriscados, em determinados contextos, em nome de seus princípios, compromissos, individualidade/identidade e posicionamento político e/ou ético. É assim que percebo o que é ser professor de sociologia, e muitas vezes ao longo das entrevistas essas questões se farão presentes.

Segundo ainda Seffner et al. (2018), a profissão docente traz uma marca de autonomia intelectual e pedagógica que se relaciona a liberdade de ensinar e demanda uma escola compreendida como um lugar de pluralismo de ideias (conforme consta na nossa constituição e LDB). Também destacam a ideia de que ser professor pressupõe uma disposição para dialogar e reconhecer as culturas juvenis, desaprendendo o que aprendeu, sem abandonar o conhecimento tradicional/acadêmico. No que tange a gestão das crianças e dos jovens, o professor acaba por ocupar o centro das complexas relações entre famílias, instituições religiosas, políticas públicas de educação (fora as influências externas, como as redes sociais) e no atual contexto brasileiro, se sabe que há um certo pânico moral com o pluralismo e um viés anti-intelectualismo, todas essas questões impactam o trabalho do professor.

A partir do avanço da inclusão escolar e a compreensão da escola como um local de diálogo há um incômodo crescente de certas famílias e religiões, pois estes compreendem que isso pode repercutir em novos modos de compreender a vida em sociedade. Essa é mais uma das razões de porque os professores têm sido alvos de ataques nesse momento marcado pelo encurtamento das liberdades democráticas e, ao mesmo tempo, abertura de novas compreensões (SEFFNER et al. 2018). Essas mesmas demandas e razões estão presentes também em relação ao professor de sociologia, porque, como já dito, essa disciplina na escola propõe aos alunos que vejam a sociedade, da qual todos fazemos parte, de uma nova forma. A isso se dá o nome de desenvolvimento do pensamento crítico, que se constitui observando e refletindo sobre os fenômenos sociais a nossa volta, examinando o que parecia banal, estranhando o familiar ou praticando o relativismo cultural e evitando o etnocentrismo, desnaturalizando certos temas/ações, refletindo sobre sua própria cultura, hábitos, crenças, encontrando/estabelecendo a alteridade.

Tal processo é complexo, difícil de ser constituído e exige engajamento e tempo, e obviamente nem sempre é possível de ser realizado, mesmo quando se trata da formação do professor de sociologia. Muitas vezes pode não haver esse interesse, além disso, existem atravessamentos de classe, raça, gênero, orientação sexual, origem/local de produção do conhecimento, de posição política etc. que constituem a identidade/subjetividade desse cientista social e do que lhe é possível ver, do que é compreendido como interessante e/ou importante de ser pesquisado e do que lhe é mais imperceptível ou não percebido como um tema central. Isso repercute na vinculação destes sujeitos as diferentes perspectivas teóricas e metodológicas; na escolha pela área de preferência – entre as três que formam as ciências sociais (antropologia, sociologia, ciência política), pelas subdivisões de interesse temático dentro da área (etnologia, antropologia urbana, sociologia rural, teoria política...), na definição dos objetos de estudo, no local onde vão trabalhar etc.

Mas retornando aos objetivos que a sociologia e o professor possa ter na escola, apenas a possibilidade de se ver o mundo a partir de outras lentes (que procuram ser diferentes ou mais aguçadas do que aquelas que nos deram em casa, na própria escola, na igreja, na mídia, nas redes sociais, e/ou que são próprias ou comuns a determinadas classes sociais, pertencimentos raciais, étnicos e religiosos, identidades de gênero, local de moradia etc.) pode ser visto como algo indesejável e potencialmente perigoso, pelos grupos anteriormente citados (que conformam o bloco neoconservador), que consideram o multiculturalismo, a diversidade, o encontro com o outro/diferente etc. inconveniente e/ou inadequado para seus filhos e, portanto, para estar na escola.

Pereira e Seffner (2018), ao defenderem as potencialidades de pensar os passados vivos (compreendidos como temas sensíveis) e suas implicações éticas e políticas no currículo e na sala de aula, propõem, a partir de Foucault e Heyden White, “um encontro com um passado vivo que consiste num movimento de aprendizagem ética que implica uma relação consigo mesmo” (p. 17) e assim o definem:

O aspecto ético se refere, justamente, aos efeitos esperados do ensino, na medida em que o ato de ensinar faz um recorte no passado, e este se dá em função das demandas do presente (Jenkins, 2001). Os objetivos de docência estão implicados num processo de representação que tem efeitos no modo como as novas gerações olharão para si mesmas, para o seu mundo e para os outros. O caráter ético do ensino de história está justamente no processo de construção de si mesmo como sujeito de um olhar, como subjetividade marcada por se permitir realizar uma determinada interpretação do passado e, ao mesmo tempo, do seu lugar no presente. Estudar os passados sensíveis não significa apresentar

ao aluno um conteúdo disciplinado e frio (White, 1995), mas colocá-lo diante de algo que desperta indignação frente à injustiça e a violação dos direitos humanos. A escrita da história sobre esses passados e seu ensino não são atitudes desinteressadas, mas voltadas ao futuro – um futuro de tolerância, de reconciliação com a justiça e com os direitos (PEREIRA E SEFFNER, 2018, p. 17)

Segundo Pereira e Seffner (2018), há uma produtividade do ensino de história quando esta busca dar conta da educação em temas sensíveis pelos princípios da educação em e para os direitos humanos, já que a história e a educação não podem estar alheias a cultura de um país, as questões emergentes e contemporâneas e aos ideais vigentes nas leis para a construção de uma sociedade melhor. Tal perspectiva se relaciona a ideia antes defendida de que o professor de sociologia também precisa sempre estar atento as mudanças sociais, culturais, políticas, legais, econômicas, de políticas públicas etc. até porque as transformações sociais são um dos objetos de estudo da sociologia. O docente deve “estar por dentro”, estar disposto ou interessado em saber quais as novidades, não só nas notícias da imprensa, ou nos meios acadêmicos, mas as questões que despertam interesse e curiosidade nos alunos, aquilo que está aparecendo na mídia, nas redes sociais, na novela, nas séries, isso porque, invariavelmente, tais assuntos surgirão na aula, em forma de perguntas, comentários, críticas, piadas.

A professora Rosa, por exemplo, ao falar sobre os temas sensíveis e que geram mais debates ou são mais controversos, depois de citar os direitos humanos e as cotas raciais, fala de política como um tema difícil e lembra de um episódio específico, daqueles onde o professor tinha uma aula planejada, mas que pela demanda dos estudantes e por algo que estava acontecendo naquele momento, teve que redirecionar a aula:

Entrevistadora: Esses são os que tu hoje sente mais dificuldade (Direitos Humanos). E anteriormente, quais outros temas que tu acha que geram...?

Entrevistada: No geral política, sempre é difícil porque é chato. Chato no sentido de que os adolescentes não querem saber de política, entender questões um pouco mais teóricas, conceituais. Mesmo os mais velhos (do noturno), porque política é o que é no Brasil...

Entrevistadora: Corrupção...

Entrevistada: é.

Entrevistadora: E tu sempre sentiu isso?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E em nenhum momento tu sentiu alguma diferença, em questão de ano eleitoral, no encerramento de 2014. Nunca sentiu nenhuma mudança, em 2016 durante o golpe? Ou pra ti sempre foi assim?

Entrevistada: Não, tem, tem. Eu me lembro no dia do impeachment, que foi um dia de semana, lembro que cheguei para dar aula...e não lembro qual era o tema da aula

Entrevistadora: Foi domingo...

Não, domingo foi a sessão do Congresso, mas se consolidou ali no Senado... não sei, foi uns dias depois, a confirmação. Daí eu cheguei com um tema pronto para dar aula, mas aí eles disseram “não, mas o que é impeachment?” começou por aí. Aí a gente resolveu. Isso foi no cursinho (pré-vestibular popular onde ela atua) resolveu eu e o professor de história, que era o coordenador do cursinho. Eu disse “tá, então vamos abrir o espaço, essa aula vai ser para entender o que está acontecendo”.

Entrevistadora: E mesmo sem preparação assim, teve que resolver naquele dia, falar a partir do que vocês sabem?

Entrevistada: É, exatamente. E claro, sempre vem questões muito complexas, às vezes vem questões muito complexas e que tu tem que... E acho que essa também é a beleza de dar aula. Quando tem questões que te tiram completamente... Quando tu sabe o que responder e pensa “poxa, isso dava um ano inteiro de estudos”. Eu tive, recentemente, no cursinho, uma questão que foi muito interessante, porque eu tava tratando das teorias raciais, Gilberto Freire e Florestan Fernandes, enfim. Era esse debate e tem uma aluna, que é imigrante Haitiana, ela lá pelas tantas disse “como assim o Brasil é independente?”. E eu também não entendi a pergunta dela. Daí ela perguntou de novo “mas porque vocês falam que o Brasil é independente desde 1822, se continuou tendo escravos?”. Quando eu fui entender aquilo.

Entrevistadora: porque lá foi diferente, eles, os escravizados, fizeram a revolução...

Entrevistada: Porque independência lá é outra coisa. E aí, todo mundo disse “a independência foi em 1822 e a República em 1889”. E ela “mas quer dizer que vocês eram um país independente e mantiveram a escravidão?”. E as pessoas continuam... porque ela não fala bem português. E olha só essa questão num sábado de manhã. Poxa vida. Depois eu fui falar com ela.

Entrevistadora: que interessante, porque é uma coisa naturalizada para nós mesmos...

Entrevistada: Pra mim foi um choque, tipo “sim, independente, a gente aprende na escola”. Mas não, o Brasil não é independente, faz todo sentido que ele não fosse independente.

Entrevistadora: ou era, mas escolheu continuar fazendo isso, ou seja, não coloquem a culpa só em Portugal, a independência não foi para todo mundo.

Entrevistada: Exatamente. Então assim, essas questões que às vezes de tiram...Que aparecem. Tu tem que te virar nos 30, dar uma resposta. Eu

também não tenho vergonha de dizer assim , às vezes o aluno pergunta e eu falo “olha eu não faço ideia, nunca ouvi falar dessa pessoa, mas vou pesquisar e trago na próxima aula”. A gente não é obrigado a saber tudo. Mas tem questões que aparecem que tu tem que se virar para responder porque é muito importante.

“Se virar pra responder” e a “beleza de dar aula” aspectos da fala da professora Rosa que se relacionam ao tato pedagógico necessário ao professor e as especificidades do ensino de sociologia, que falamos antes, assim como o que seria um tema sensível, que se constituiu em um determinado contexto. Nesse caso, um assunto que a princípio poderia ser percebido como tranquilo e tradicional na escola, a independência do Brasil, se tornou sensível ou polêmico na medida em que foi desnaturalizado pela presença de alunos estrangeiros, que promoveram/provocaram o próprio estranhamento e deslocamento da professora em relação ao tema. Assim se estabelecem as conexões entre o ensinar, o aprender, a constituição da sensibilização e o aprendizado pela experiência e pelo encontro com o outro.

Na minha experiência docente, por exemplo, tenho algumas recordações importantes em relação à isso (dar conta/responder as demandas e questionamentos do momento, sem muito tempo para pensar) e que se vinculam ao que se compreende como processo educacional, papel do professor, tato pedagógico, papel da sociologia na escola, a cultura escolar/juvenil e os temas sensíveis: em época das eleições ser questionada, insistentemente, em quem eu iria votar, o que achei do debate político na TV, qual a minha opinião sobre o candidato tal; em uma aula sobre Estado ter que responder a defesa, por parte de alguns alunos, de que o nazismo/fascismo é de esquerda; ou ter que reagir a fala de um aluno sobre a necessidade de um dia do orgulho hétero ou sobre a existência do preconceito contra hétero e a ditadura do “gayzismo”.

Para dar um exemplo mais específico, ao começar a falar das questões de gênero e sexualidade, numa turma majoritariamente masculina (de um curso técnico integrado ao ensino médio), fui interpelada de repente para falar sobre a questão da transexualidade, dirimir as dúvidas (ou ouvir as opiniões) dos alunos que se referiam a uma personagem da novela das 8 que era trans, algo que lhes despertava muito interesse, eu não assistia a novela, mas estava atenta ao debate e sabia da personagem e suas repercussões. Tal conhecimento mínimo sobre o assunto era percebido por mim como uma obrigação de uma cientista social e professora de sociologia, ou seja, estar atenta e prestar atenção no que desperta interesse e/ou é visto como importante pelas pessoas e grupos sociais, em determinadas sociedades e contextos históricos.

Sobre essa preocupação, interesse, objetivo ou necessidade de “correr atrás” do que os alunos assistem, leem, escutam, para tentar entender as motivações de suas ações, como nos ensinou Max Weber¹³², e restituir os sentidos dos seus atos, como diria Bourdieu¹³³, buscando compreendê-los melhor e entendendo que suas realidades, mundos, contextos são muito diferentes daqueles do professor, sendo inclusive muitas vezes, distantes, novos, estranhos, aparece também em algumas entrevistas. A professora Ruth, quando perguntei que tipo de material didático utilizava como apoio em suas aulas conta que:

Entrevistadora: Tá. Depois então tu pode me dar um exemplo, mas daí eu te peço. Que tipo de livro, que tipo de imagem? Essa coisa de rede social, meme?

Entrevistada: Gosto, gosto muito de trabalhar com meme, gosto bastante. Gosto de trabalhar com as discussões da semana de Facebook, polêmicas de Facebook da semana, do mês... o que que está sendo falado assim, eu gosto muito de levar, coisas que... Eu sou amigas deles né, no Facebook, da maioria assim

Entrevistadora: Ah, isso que eu ia te perguntar

Entrevistada: E algumas coisas que eles compartilham as vezes que eu reparo que não teve muita reflexão sobre né, e que poderia ter. Às vezes eles mesmo me marcam nos memes pra levar a discussão pra aula. Então eu gosto bastante de trabalhar com esse recurso assim, o Facebook me ajuda bastante a levar e ampliar determinadas discussões que eles às vezes tem nessas redes e que são complicadas. Eu uso filmes, eu gosto muito de usar capa de revistas. (...)

Entrevistadora: Que tipo de filme, por exemplo?

Entrevistada: (...) ai como é que era? Que mostra várias realidades das escolas... “Pro dia nascer feliz”, eu gosto bastante de usar aquele assim, a parte inicial dele que mostra... e a gente faz discussão sobre socialização (...) Eu gosto de usar “Os relatos selvagens” também, eu pego os vídeos separadinhos, aqueles que eu acho que tem imagens, que alguns são mais fortes ou imagens mais inadequadas. Seleciono né, alguns pra usar, eles

¹³² Aqui estou me referindo ao conceito de ação social, base de estudo da sociologia, segundo este autor clássico.

¹³³ Aqui estou me referindo a seguinte frase deste autor: *A Sociologia talvez não merecesse uma hora de esforço se ela tivesse por fim apenas descobrir os cordões que movem os indivíduos que ela observa, se esquecesse que lida com homens e mulheres mesmo quando aqueles homens e mulheres, à maneira de marionetes, jogam um jogo cujas regras ignoram, em suma, se ela não tiver como tarefa restituir a esses homens e mulheres o sentido de suas ações.* O camponês e seu corpo. Dossiê Pierre Bourdieu no campo. Apresentação: Pierre Bourdieu e a profissão de sociólogo, na prática. Adriano Codato; Pedro Bodê de Moraes (editores). Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782006000100002 (acesso 2 de março de 2021).

gostam bastante, ficam bem impactados com os vídeos, dá uma discussão legal. E imagens eu uso também de buscas do Google. Determinadas palavras quando tu coloca no Google o recurso das imagens o que que aparece assim. E aí eles gostam muito de ver se é verdade né, eles pegam o celularzinho ali na hora pra ver se era mesmo aquilo que tá no telão (risos) (professora Ruth).

As preocupações e percepções da professora Ruth, sobre a circulação de certas ideias e influência delas sobre os jovens estudantes¹³⁴, também parecem ser compartilhadas por outros colegas professores de sociologia. Em um grupo de professores de sociologia no *whats app*, do qual faço parte, onde são trocadas informações, experiências, notícias, eventos, materiais e afins, muitos professores passaram a relatar curiosidade, preocupação e interesse em ler e analisar questões como o conservadorismo e o neoliberalismo e alguns de seus autores da moda (Von Mises – que até é nome instituto, uma *think thank*; e os chamados “anacp”- anarcocapitalistas, por mais que isso pareça contraditório e sem sentido) porque estas ideias e autores passaram a aparecer na boca de seus alunos em sala de aula, em diferentes locais do país. Alguns docentes se empenharam a ir atrás do conhecimento sobre esses assuntos, autores, teorias, ideias para entender o fenômeno de forma mais ampla (dentro do contexto de avanço do neoconservadorismo no Brasil e no mundo), e mais especificamente, para poder discutir e debater com esses alunos em sala de aula, ou fora dela, nas redes sociais, por exemplo, de uma forma mais qualificada, sem invalidar esses pontos de vista ou leituras já de antemão (essas leituras, muitas vezes, eram equivocadas mesmo e não apenas diferentes ou diversas teoricamente, como o já famoso caso de que o nazismo seria de esquerda, propalado recentemente até em documentos ou manifestações públicas de ministros, presidente e/ou representantes do governo federal atual¹³⁵ mesmo que a embaixada Alemã tenha desmentido este

¹³⁴ Esse episódio foi destacado anteriormente, mas por ser muito extenso, vai ser abordado em um futuro artigo.

¹³⁵ Ver notícias sobre as falas do presidente Bolsonaro e do ministro das relações exteriores sobre o nazismo ser de esquerda, algo presente em diversos canais de youtubers de extrema direita há um tempo, em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-diz-nao-ter-duvida-que-nazismo-e-de-esquerda,70002776683>> <<https://www.dw.com/pt-br/nazismo-de-esquerda-o-absurdo-virou-discurso-oficial-em-bras%C3%ADlia/a-48060399>> <<https://exame.com/brasil/chanceler-ernesto-araujo-afirma-que-nazismo-e-de-esquerda/>> <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/29/historiadores-criticam-ernesto-araujo-por-dizer-que-fascismo-e-nazismo-eram-de-esquerda.ghtml>> <<https://www.dw.com/pt-br/discuss%C3%A3o-sobre-nazismo-de-esquerda-n%C3%A3o-tem-base-honesta-diz-embaixador-alem%C3%A3o/a-45567045>> <<https://oglobo.globo.com/sociedade/embaixada-da-alemanha-explica-nazismo-e-contestada-por-brasileiros-2-23074988>> <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/grupos-de-direita-no-brasil-contestam-embaixada-alema-sobre-nazismo.shtml>>. Acesso em: 27 de outubro de 2020.

fato). Tais questões demonstram o tamanho do desafio enfrentado pelos professores em tempos de Escola sem Partido, “ideologia de gênero”, revisionismo histórico, negacionismo científico e a chamada polarização política, incentivada pelas mídias e redes sociais.

Pereira e Seffner (2018), destacam que o desafio atual seria equacionar o direito ao exercício mais amplo da liberdade de expressão e de viver sem sentir medo, por parte de alunos e professores. Segundo Alberti (2014) somente numa escola que garanta um espaço seguro e acolhedor seria possível trabalhar com os temas sensíveis, e como sabemos, o atual contexto não parece favorável nesse sentido. Ainda nesse esforço de ir construindo diálogos possíveis/semelhanças entre o ensino de história e o ensino de sociologia e a produtividade de se trabalhar com o conceito de temas sensíveis nessa última área, um outro aspecto interessante é em relação a categoria passados vivos, que seria particular do campo da história, mas que acaba por se assemelhar aos objetivos e princípios da sociologia, ao se questionar porque se estuda o passado e como isso se relaciona a questão da diferença, um tema sensível para a história e a sociologia. Segundo os autores:

As questões sensíveis nos deslocam e nos colocam no lugar de alguém que aborda o presente ao mesmo tempo que pensa o passado. São questões que nos levam a discutir o pertencimento e a necessidade que os jovens têm de se reconhecer numa história determinada, de olhar para si mesmos e se autoafirmarem. Ao mesmo tempo, entendemos pensar a diferença na forma da experiência. Quando estudamos um passado que não se relaciona com o nosso presente, de nenhum modo estamos estudando alguma coisa absolutamente apartada da vida de cada um de nós. Ao contrário, significa olhar para um passado distante do nosso presente, do ponto de vista da relação de pertencimento que temos com ele, e sentirmos um estranhamento, de tal forma que este nos permita abrimo-nos a uma experiência alheia, nova, inusitada, que nos desloca do presente e nos leva ao futuro. Esse outro elemento que não é do pertencimento, mas sim do estranhamento, também é frutífero para o ensino de história e para a vida, porque nos leva a pensar o passado tendo um uso que permite problematizar o presente e imaginar experiências ainda imprevisíveis. O passado considerado diferença nos faz dar um salto do presente para pensar novos mundos possíveis. (PEREIRA e SEFFNER, 2018, p. 20,21, grifos meus)

Tal passagem evidencia as potencialidades de se estudar a história conectada diretamente ao presente e a vida real e concreta dos alunos (pertencimento), trabalhando os passados vivos anteriormente excluídos da escola, e como isso ajuda a se (re)pensar o presente e o passado e, ao mesmo tempo, como estudar aspectos do passado que nos são alheios pode provocar estranhamentos e a possibilidade de outra experiência e de outros mundos possíveis. Como já dito, na sociologia na escola e como área do conhecimento, partimos de pressupostos básicos

para tentar compreender a realidade que nos cerca, porque não há, na grande maioria das vezes, distanciamento entre o que se estuda, o objeto do conhecimento e o sujeito do conhecimento. De forma bem resumida e simplificada, para começar a examinar os fenômenos sociais, partimos do exercício do pensamento crítico por meio de estranhar o familiar e se familiarizar com o estranho. Neste caso, não temos a suposta vantagem do afastamento temporal que nos ajudaria a compreender melhor determinado contexto/fato, isso é evidente quando alguns dizem que somente os historiadores do futuro poderão explicar, por exemplo, o Brasil atual e dos últimos anos. Mas essa suposta vantagem do componente curricular história pode acabar por afastar ou diminuir o interesse do aluno, na era do presentismo, e assim vão se construindo estratégias pedagógicas para evitar esse tipo de coisa.

No caso das ciências sociais, ou mais especificamente no caso da antropologia, o que garantiu, à princípio, alguma objetividade a esse campo do conhecimento nos seus primórdios (contexto do neocolonialismo e logo após, com os estudos dos povos tradicionais e originários, chamados naquela época de primitivos e posteriormente de sociedades simples) foi o distanciamento espacial e cultural na exploração de outros países e povos, que nos permitiria a experiência radical da alteridade. Ao conhecermos outras culturas, conhecemos outras experiências humanas possíveis, totalmente diferentes das nossas, que nos fazem desnaturalizar nossos atos e modos de funcionamento ao questionar o essencialismo biológico, e que nos ajudam, portanto, a repensar a nossa própria experiência, cultura e modelo de sociedade, nos ajudam a problematizá-la e nos mostram outros caminhos. Enfim, parece que a história e sociologia como disciplinas escolares, tentam alcançar objetivos muito semelhantes a partir de lugares e temporalidades um pouco distintos, que seriam pensar a educação e o processo de aprendizagem como uma experiência em si, de lidar com o diferente, de se deslocar, e ao mesmo tempo, se aproximar do que parece distante mostrando suas conexões com o que somos, com o nosso presente, nossa história, cultura e realidade. Isso implica em questões éticas e subjetivas e as possibilidades de rever e quem sabe ajudar a construir uma sociedade melhor.

Pereira e Seffner (2018), destacam o que para eles seriam duas urgências no ensino de história para os direitos humanos que nos ajudam a perceber ainda mais essas correlações entre as áreas e o compartilhamento da experiência, do desafio e da importância de se trabalhar com os temas sensíveis:

[...]compreendemos que precisamos organizar um currículo ou mesmo uma aula de história que dê conta dos temas desestruturantes da vida dos jovens e da sociedade

brasileira nos tempos atuais – que lhes permita compreender o que é o presente e como se orientar nele, construir uma identidade, criar referenciais –, por outro lado, é necessário para a aprendizagem histórica outro salto, que é pensar a diferença na forma da alteridade. Ou seja, “aprendo sobre mim mesmo na relação com o outro, mas, sobretudo, aprendo com o outro a experiência que nunca tive”, e é isso o que permite a movimentação no tempo em direção ao futuro para novas experiências (Pereira e Seffner, 2018, p. 21).

Estes mesmos autores citam, assim como ocorre na literatura sobre temas sensíveis, exemplos destes temas polêmicos, passados que nunca passam, que estão vivos, como: o nazismo, a escravidão, a colonização etc. que desembocam nos temas que já destacamos na tese e acabam por ser em boa parte os mesmos temas sensíveis nas aulas de sociologia, que se relacionam a questões étnico-raciais, desigualdades de todos os tipos, diversidade, preconceitos, gênero e sexualidade, entre outros. Os autores ainda demarcam a diferença entre duas abordagens históricas: uma perspectiva mais tradicional, de uma história disciplinar e profissional, que pressupõe uma distância entre o sujeito e o objeto do conhecimento, uma relação de exterioridade entre o passado e o presente, onde o passado é visto como algo pronto e isso, na perspectiva de Pereira e Seffner (2018) não permitiria expandir a vida, e, por outro lado, a proposta de trabalhar com passados vivos, com questões abertas e sensíveis, com acontecimentos e novas aprendizagens, pensado o passado e o presente de uma só vez, uma aprendizagem da experiência, que deixa de apartar sensibilidade e inteligência, corpo e alma, conhecimento e ética.

No caso da sociologia, essa divisão também aparece relacionada as escolhas e posturas dos professores, entre aqueles que adotam uma perspectiva mais da alfabetização científica - sem ter ou assumir um posicionamento político e ideológico específico e questionam o que seria um proselitismo - a possível imposição de ideias por parte de alguns professores (considerados militantes por serem do movimento negro, movimento feminista, partido político etc.) – e aqueles que se posicionam de forma política e teórica de modo mais explícito. Há também posicionamentos ou mesmo uma preferência por abordar, com a justificativa de uma neutralidade axiológica (na perspectiva weberiana), apenas teorias, autores e conceitos de forma abstrata, sem uma conexão com a realidade empírica dos estudantes, o que também retiraria as potencialidades da sociologia em sua conexão com as experiências de vida e sensibilidades dos alunos, de problematizar os fenômenos sociais que eles trazem como demanda, mas que certamente parece ser um caminho mais seguro, que pode evitar polêmicas, desde que os autores, conceitos e teorias estudados não sejam aqueles “censurados ou indesejados”.

Um outro pressuposto ao se trabalhar com os temas sensíveis, como já afirmado, é de que eles não estão dados a priori, isso será problematizado nas entrevistas que analiso, em um capítulo específico, busquei fazer uma contextualização detalhada dos episódios narrados pelos professores em relação ao tempo e ao espaço (que escola, que alunos, que realidade escolar e em que contexto sociopolítico, econômico, cultural...). Entretanto, neste capítulo/subtítulo, onde procuro costurar questões presentes no ensino de história com o ensino de sociologia no contexto da minha pesquisa, quero destacar ainda que segundo Pereira e Seffner (2018), numa aula de história deve-se assumir alguns elementos centrais: 1) que o passado nunca passou exatamente, que ele está vivo e atuante no presente de alunos e professores, de formas diversas e que por meio das residualidades este “passado que nunca passa” nos ajuda a produzir quem somos; 2) que os temas sensíveis não são dados a priori (que possam ser estabelecidas numa lista de conteúdos e atividades), mas que eles são produzidos por meio de uma relação entre passado e presente, entre o currículo de história e as marcas das culturas juvenis contemporâneas. Isso exige sensibilidade do professor, que mergulha no passado com os pés no presente e no contexto dos alunos.

Além de considerar esses elementos centrais, adaptando-os para o contexto do ensino de sociologia, levo esses apontamentos a sério na minha análise, onde procuro, ao refletir sobre as entrevistas e as experiências dos professores, em especial, em relação aos temas sensíveis, como estes se produzem nos diferentes contextos e realidades de cada professor, e de como isso se relaciona a cultura juvenil e escolar onde ele se insere, aos seus objetivos como professor, aos conteúdos selecionados para o currículo da disciplina, a sua formação, a sua visão de mundo, posição política, gênero, pertencimento étnico/racial... mas, evidentemente, como aparece na literatura sobre temas sensíveis na área de ensino de história, há alguns mais evidentes/expressivos e que se repetem em diferentes contextos (nazismo, escravidão, experiências traumáticas para a realidade daquele país/local – guerras, divisões territoriais, ditaduras etc.).

Isso também ocorre em relação a sociologia e são marcadas pelo contexto que vivemos, no momento atual do Brasil (compartilhado por alguns outros países), os temas sensíveis são especialmente marcados pelas questões de gênero e sexualidade, questões políticas, étnico-raciais, morais, crenças religiosas etc. (como já discutimos anteriormente e como aparece na pesquisa citada de Gonçalves (2019), mas mesmo isso, ou temas que guardam alguma vinculação a esses assuntos, podem ou se tornam sensíveis ou mais sensíveis, por outros motivos, e são essas

múltiplas camadas que serão abordadas em algumas entrevistas. De qualquer forma, assistimos nos últimos anos a emergência/ascensão de um grande tema sensível (que sempre foi delicado) mas que se tornou um campo de disputa – gênero- com a propagação da chamada “ideologia de gênero”, e da ação do Escola sem Partido,

Além dos dois elementos apontados anteriormente, Pereira e Seffner (2018) destacam mais três elementos centrais, quando se pensa a construção de uma educação em temas sensíveis no ensino de história (em conexão com a noção de passados vivos): 3) assumir que estes temas são atravessados por fortes divergências de opinião e que isso é constitutivo da aula de história que buscaria mais o debate do que a produção de consensos ou verdades acabadas (a realidade sobre o que ocorreu), desde que num contexto de liberdade de expressão e respeito aos DH, apostando que depois dessas discussões todos saiam transformados em suas identidades (MOUFFE, 2013 apud PEREIRA e SEFFNER, 2018); 4) que essa aula fosse animada por um *modus vivendi* que seria a capacidade de construir acordos entre indivíduos e grupos cujas opiniões diferem, compreendendo que o espaço público, nesse caso a escola/sala de aula, é um local de negociação entre projetos diferentes e legítimos, para além da inclusão e da diversidade, seria um movimento pedagógico de se colocar na posição do outro, aceitar modificações na minha posição em decorrência da existência do outro, pois as narrativas de história deslocam narrativas pessoais; 5) que nos tempos atuais, a aula de história que pode fazer a diferença é essa, conectada ao campo da educação em DH.

Nos parece que no atual contexto, de pandemia e polarização política, que essa é a aula de sociologia que faz diferença. Os temas sensíveis refletem sobre histórias sensíveis e as práticas pedagógicas comprometidas com a promoção dos DH, tencionam identidades e geram empatia. Isso tem relação com uma ação educativa e uma prática pedagógica, mas além de respeitar a pluralidade e a diversidade de opiniões e perspectivas, é importante defender os fatos e combater posições iliberais e antipluralistas, quando do outro lado das disputas temos obscurantismo, negacionismo, uma versão muito restrita de família e que usa a ideia de liberdade de expressão para propagar informações incorretas e negar pesquisas científicas e dados verídicos, negando, portanto, a própria realidade.

Encerro esse capítulo pensando na entrevista do professor Antônio. Ao falar da organização do conteúdo ao longo do ensino médio, currículo e de toda uma estratégia, ordenação para atrair o interesse do aluno e ir se aprofundando aos poucos na compreensão da

sociedade. Assim, ele organizou o currículo e a sequência didática ao longo do ensino médio começando com o grande tema da cultura (ligado a antropologia), no 1º ano, algo, segundo ele, mais próximo dos alunos, mais “leve”, fazendo o aluno se interessar pela sociologia (abordando temas de desigualdades de gênero, sexualidade, racismo etc.); depois, no 2º ano, relações de trabalho, levando em conta as desigualdades já estudadas e que permanecem, uma abordagem mais sociológica e por fim, no 3º ano, democracia, política, cidadania e afins (numa perspectiva mais da ciência política). Segundo ele mesmo e os alunos, os temas e aulas vão ficando meio “*bad*”, seguem as palavras dele:

(...) aí depois disso a gente entra no capitalismo, né, no capitalismo a gente vai entender mais o processo ah, dele assim, de por exemplo, obsolescência programada e perceptiva que é o motor do consumo hoje em dia, as relações de trabalho assalariado, como é que se dá, como é que mudou, daí tem o, as reestruturações produtivas, taylorismo e fordismo... E agora eu imagino que a gente vá passar por outra porque o capitalismo tá em crise e as coisas tão mudando, né, o *Uber* é uma coisa que enfim, não se enquadra, já é, o cara é dono do próprio meio a única coisa que a empresa tem é a informação e consegue...

Entrevistadora: E fica com uma porcentagem...

Entrevistado: e fica com uma porcentagem disso e tal. E aí todos os riscos, tudo, tá sendo corrido pelo próprio empregado, assim, né, que escolhe seu patrão, que daí, bom, enfim, chamo a atenção deles pra isso assim. Já tamo no segundo trimestre vendo Taylorismo, Fordismo, aí eu trago Fernando Braga que é a invisibilidade social, que ele ficou dez anos trabalhando com os garis assim, e vendo como que eles são reificados, né, e deixam, perdem um pouco a sua humanidade que é a relação alienante, alienada, enfim, vou, vou, e aí é meio *bad* porque é, é, é complicado assim, eles vão começando a perceber, a gente olha dados estatísticos, eles percebem que talvez não, não vão todos conseguir realizar o sonho que tem e...

Entrevistadora: E eles se interessam, há alguma resistência a esse tipo de temática assim? Comparado com o do primeiro ano ela é mais árida, assim, mais...

Entrevistado: Isso, primeiro ano é tranquilo, mais fluido, é o segundo ano é mais, é mais pesado. Assim, eu discuto meritocracia com eles, falo sobre coerção econômica, e aí o pessoal, só que assim ele, como é que eu posso dizer... não sei quanto que há de resistência assim, quanto que porque, porque enfim, existe um processo assim de ir explicando devagarinho (...)

vai devagarinho, e vou trabalhando, e agora esse trabalho de invisibilidade social por exemplo, eles vão a campo fazer uma entrevista, aí eu trago um roteiro de como que é uma entrevista, de perguntas abertas, que a pessoa vai chegar, vai falar, vai ver a trajetória de vida, que eles não podem fazer julgamento, de ficar, aquela ideia, então eu vou trabalhando com eles aí a questão de método de pesquisa (...) aí eles vão pra rua fazer um trabalho com trabalhadores que eles julgam que podem estar sendo invisibilizados assim, por conta do, do seu tipo de trabalho, né. A gente vai discutindo assim, “ah, que tipo que seria?”. “Bom, o cozinheiro professor”. Então, depende se é o cozinheiro chefe, que o seu rosto tá ali, que as pessoas conhecem, tem todo, ou aquele cozinheiro que tá lá no fundo da cozinha e que as pessoas não tem nem ideia e tal. A gente vai discutindo isso até que eles fazem a pesquisa, a grande maioria faz com familiares, é um momento muito emocionante pra alguns alunos assim, porque daí vem a mãe, o pai, contando história de vida e as dificuldades e uma série de coisa, assim, é bem bacana, ano passado teve uma mãe, por exemplo que, que daí mostra claro pra eles assim, durante a história de vida assim, a coerção econômica que a gente vinha vindo desenvolvendo em aula assim. Que a pessoa não tá lá porque ela não é esforçada, não é que ela é preguiçosa, mas é que condições assim, né, tava lá, teve escola, tava tudo certo, aí casou, aí abriu mão de trabalhar pra ficar cuidando dos filhos, vinte anos depois se separa do marido. E aí? Aí vai entrar pro mercado de trabalho, não tem experiência, como é que funciona e acaba se submetendo. Aí precisa largar do trabalho pra cuidar da mãe que adoeceu e aí a mãe falece, bom, agora não tem mais a aposentadoria volta pro mercado. Sabe, eles vão vendo que não é uma coisa assim tão, tão dada, tão fácil, parece que, ah, é só você ir lá, fazer, se esforçar. Que é o objetivo assim, né, mostrar pra eles que esse discurso meritocrático de que é só você ir, fazer, não, não é real, tem outras condicionantes, pras mulheres outras condicionantes, pros negros outros condicionantes, então é, é bem, só que é *bad* assim. Alguns alunos, os que prestam mais atenção, que tão mais dedicados assim, reclamam: “ah, sor, cada vez que eu entro aqui eu saio mais triste”, eu: “não, calma!” (risos). Mas é que né, pelo menos tu não vai sair jogando cegamente o jogo assim, e, e então eu vou trabalhando, um trabalho, vai indo (professor Antônio).

As escolhas do professor Antônio e o que responde ao seu aluno tem relação com o objetivo de que os estudantes saibam como a sociedade funciona, como é o sistema, quais são as regras do jogo e aprendam a se movimentar melhor neste contexto, como indivíduo – não ser uma peça que não se dá conta da engrenagem, tem que entender o jogo. Para muitos autores, a tarefa da sociologia é encarar e compreender a realidade tal como ela é, se ela é cruel, e muitas vezes

vai ser, se tratando de um país desigual e autoritário como o Brasil e um sistema excludente como o capitalismo, temos que encará-la, conhecê-la, compreendê-la e só assim será possível transformá-la, se esse for o nosso objetivo e nossa perspectiva teórica e metodológica.

3.4 “Direitos Humanos é muito complicado”

[...] Bah, eu tava fazendo um trabalho sobre direitos humanos e tal, é difícil, difícil [...] mas eu olhei o perfil dele no *facebook* e a mãe dele enviando vídeos pra ele contra os direitos humanos, né? Aí eu falei, bom, eu tenho cinquenta minutos por semana né, com a chamada e tudo mais às vezes sobram trinta minutos, do outro lado tem a mãe né? Youtubers... (Entrevistadora: é injusta essa...) [...] não existe apoio de nenhuma das partes da escola pra dar ouvido a uma crítica nesse tom (contra os direitos humanos). [Sobre trabalhar com DHs] sempre teve alguma resistência [geralmente trazida do lar]” (**Antônio**, professor de sociologia no ensino médio público).

Direitos Humanos é muito complicado. [...] Poxa, sempre vem: falar “o dia que tua mãe, que tua irmã for estuprada...” tu vai querer... O exemplo é sempre o mesmo, Direitos Humanos serve para defender bandido. [...] Eu faço todo um histórico para entender da onde veio, da onde surgiu, Revolução Francesa até o Holocausto, até as Bombas de Hiroshima e Nagasaki, se tu não entende isso, não faz sentido mesmo ter Direitos Humanos. Então eu chego nesse tema com todo histórico para que faça sentido existir os Direitos Humanos. Mas trabalhar com eles especificamente, poxa, ainda gera muita...um desconforto. (**Rosa**, professora de sociologia no ensino médio público).

No campo dos direitos também é muito semelhante, porque se traz a violência também como um não respeito aos direitos, então é tudo meio que conectado. Quando é de movimentos sociais sim, alguns movimentos se vê que se tem um que assim “Báh aqueles cara” ou se não, dos direitos humanos “Não, vocês são dos ladrão mesmo. Os direitos humanos só aparece pra tirar o cara da cadeia blábláblá”. Então tem o discurso inicial e aí depois uma desconstrução desses discursos mostrando que todos nós somos sujeitos de direitos, então é todo um desconstruir para reconstruir tá?! Mas eu vejo bem legal assim, eles se envolvem. (**Ângela**, professora de sociologia, EJA, ensino público).

Esses trechos das entrevistas selecionados se referem a parte em que tratávamos mais especificamente sobre os temas e assuntos que os professores de sociologia percebiam como mais difíceis ou desafiadores de serem trabalhados com os alunos em sala de aula, tanto no geral, ou

seja, aqueles que na opinião deles “sempre foram” e continuam sendo polêmicos, quanto aqueles que teriam se tornado ou estavam ainda mais difíceis de serem apresentados nas aulas nos últimos anos, devido ao crescimento e visibilidade do pensamento neoconservador em nossa sociedade. Metade dos professores nominaram diretamente a temática de direitos humanos como um assunto difícil de ser trabalhado, desde sempre, mas que talvez estivesse ainda mais complicado ou gerando mais resistências devido ao momento atual do Brasil.

Alguns professores citaram outros temas como os mais sensíveis, no entanto, alguns destes assuntos, como as questões étnico-raciais, de gênero e sexualidade, políticas afirmativas, diversidade religiosa e as diferentes violências existentes em nossa sociedade podem ser compreendidos dentro do grande guarda-chuva de direitos humanos, pois estão ligados aos direitos considerados fundamentais à dignidade humana, seu reconhecimento como sujeito de direitos, o direito a não discriminação, o respeito à diversidade, o direito de existir e de ter direitos, ou seja, o direito de ser reconhecido e tratado como um ser humano. Nesses casos, mais especificamente, os temas estão relacionados aos direitos dos povos indígenas e originários, ao direito das mulheres e da população LGBTQI, aos direitos dos negros, assim como o combate ao racismo, à xenofobia, ao machismo, à LGBTfobia, à intolerância religiosa etc. Por essa razão, pontuo, desde o título, a conexão entre a temática dos direitos humanos, a perspectiva da educação em e para os direitos humanos e os temas considerados sensíveis no âmbito do ensino de sociologia na educação básica.

Vale ressaltar que não são assuntos sensíveis apenas na aula de sociologia, na aula de história ou na escola, mas sim temas que geram debates e controvérsias no seio da sociedade. Os direitos humanos de forma mais ampla, e os direitos das minorias acima citadas, são recentes no mundo, como um todo, pois a declaração universal dos direitos humanos da ONU foi promulgada em 1948, pós-segunda guerra mundial e o terror do holocausto e das bombas atômicas, mas outros absurdos ainda seguiram e seguem acontecendo no mundo hoje. E, no Brasil, esses direitos são ainda mais tardios, sendo reconhecidos plenamente a partir da constituição de 1988, do Estatuto da criança e do adolescente (ECA) e implementados de forma incompleta (e aos poucos) mais recentemente ainda (políticas para prevenir ou combater a violência contra a mulher e garantir seus direitos reprodutivos e sexuais, casamento civil igualitário, direito a terra-indígena/quilombola, sem-terra; políticas afirmativas, reconhecimento do racismo e da

homofobia como crime etc.) e já em forte retração no contexto neoconservador e neoliberal traçado até aqui¹³⁶.

A maior visibilidade desses temas nos últimos anos e uma certa concepção de empoderamento de grupos historicamente marginalizados e em situação de vulnerabilidade (mulheres, negros, indígenas, população LGBTQI etc.) fez emergir uma espécie de ressentimento por parte das maiorias, os dominantes, os grupos até então situados na parte de cima da hierarquia social, sobretudo, e em geral, os homens brancos, heterossexuais, cristãos, de classe média e alta (embora tenha apoio nas classes populares também), que se sentem prejudicados, atacados e até mesmo oprimidos apenas porque boa parte das minorias não aceitam necessariamente mais tal hierarquia e submissão e demarcam ou denunciam os privilégios de tais grupos. Isso se manifesta em reação ao crescimento de determinados movimentos sociais e discursos, como o feminista, o LGBTQI, o negro, os indígenas etc. (como já destacado antes na tese) que faz com que o grupo dominante veja seu papel e lugar ameaçados, relacionada a uma certa “crise” da masculinidade.

Essa percepção, por parte dos sujeitos anteriormente não marcados e universais (vistos e lidos dessa maneira), é destacada numa retórica da perda e nas saudades de um passado imaginário, idealizado, onde a ordem social era outra, na sua percepção ou discurso, mais “harmônica” (menos “violenta”) e ainda mais favorável a eles. Voltaremos a discutir esses aspectos quando falarmos especificamente sobre as questões de gênero e sexualidade. No entanto, é importante deixar demarcado que os temas considerados sensíveis na aula de sociologia e na escola, são, muitas vezes, temas que estão na ordem do dia e tem relação com o cotidiano e com essas modificações na realidade social onde os estudantes (a maioria jovens e adolescentes) e seus professores estão inseridos, ou seja, estão relacionados a elementos presentes na cultura escolar, na televisão e na mídia, nas redes sociais, nas letras de música e que, por essa razão, não podem e nem devem ser ignorados pela escola e muitos menos nas aulas de sociologia, que visam compreender, explicar e dar conta da realidade social em que vivemos.

A temática de direitos humanos e a perspectiva de uma educação em e para os direitos humanos na escola tem sido alvo de debates e discussões no âmbito da educação e da sociologia como campo acadêmico e como disciplina na educação básica. A própria vocação dessa área do

¹³⁶ A retração é perceptível por meio de projetos como o da cura gay, proibição do aborto em geral, mesmo nos casos já previstos em lei: como gravidez decorrente de estupro, que represente risco de morte para a gestante, anencefalia; a proposta da maioridade penal, estatuto da família, contra a demarcação de terras indígenas, contra as políticas afirmativas e cotas etc.

conhecimento e seu interesse na análise da sociedade - problematizando configurações sociais e históricas, estranhando o que nos é familiar, desnaturalizando certas concepções e realidades, a fim de desvelar estruturas subjacentes que não são óbvias num primeiro olhar, para a partir disso, romper ou ultrapassar o senso comum - faz da área um espaço privilegiado para a discussão sobre preconceitos, discriminação, racismo, desigualdades (em termos de classe, sexo/gênero, etnia/raça, nacionalidade, pertencimento religioso...), justiça social, a construção e a luta por direitos, movimentos sociais, etc.

Dessa forma, pensamos que há um cruzamento entre os objetos de estudo da sociologia (e das ciências sociais) e os seus objetivos com a perspectiva de defesa e manutenção dos direitos humanos, onde se inclui a educação em e para os direitos humanos e a própria defesa da democracia, entendida aqui de forma ampla como aquele sistema político representativo, que apesar de suas limitações, defende os direitos individuais e coletivos de indivíduos e grupos, incluindo as minorias, que devem ter voz, seus representantes na vida política e que devem ter seus direitos respeitados e garantidos. A democracia, diferente do que alguns tentam defender hoje em dia (como boa parte dos grupos que fazem parte da onda neoconservadora da nova extrema direita brasileira), não é a “ditadura da maioria”¹³⁷, mas sim, um sistema que visa abarcar os direitos de todos os grupos que compõe a sociedade, ou seja, em constante mudança com o alargamento e a expansão de direitos, reconhecimentos e visibilidades, e não o contrário, se isso acontece é porque estamos vivenciando uma retração da democracia. No caso do Brasil, destacar os valores de respeito aos direitos humanos na escola e na aula de sociologia é também, simplesmente, defender os valores expressos em nossa carta magna. Além disso, a própria concepção de uma escola pública democrática, laica, plural, que forme cidadãos integrais e o papel do ensino de sociologia nesse objetivo, leva ao caminho de se ensinar tanto o que são os direitos humanos quanto a se propor uma educação que promova e respeite esses direitos.

¹³⁷ Sintetizada na frase proferida por Bolsonaro em 2017 “a minoria tem que se curvar diante da maioria”, “ou as minorias se adequam ou desaparecem”. Discurso e vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=BCKEwP8TeZY> acesso dia 27 de setembro de 2020. Ver ainda <http://www.justificando.com/2019/07/01/bolsonaro-governa-para-uma-minoria/> acesso dia 27 de setembro de 2020. E, ainda, como disse o então ministro da educação, Weintraub, na famosa reunião ministerial de 22 de abril de 2020 "Odeio o termo 'povos indígenas', odeio esse termo. Odeio. O 'povo cigano'. Só tem um povo nesse país. Quer, quer. Não quer, sai de ré. É povo brasileiro, só tem um povo. Pode ser preto, pode ser branco, pode ser japonês, pode ser descendente de índio, mas tem que ser brasileiro, pô! Acabar com esse negócio de povos e privilégios." Ver mais: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/veja-os-principais-pontos-da-reuniao-ministerial-que-teve-gravacao-divulgada-pelo-stf.ghtml> . Acesso dia 20 de agosto de 2020.

Por meio de sua presença e abordagem nos livros didáticos, aprovados no PNLD de 2015, é possível percebermos como a temática dos direitos humanos e da educação em e para os Direitos Humanos tem sido discutida, de maneira mais ou menos implícita, na grande maioria dos livros e no currículo da sociologia na educação básica (LEITE; BAPTISTELLA, 2017). A educação em direitos humanos também tem sido alvo de reflexão dos professores de sociologia na perspectiva de que a disciplina possa contribuir para a efetivação dos DH, para a promoção de uma ação emancipatória e para uma educação para a “desbarbarização”, como propôs Theodor Adorno (OLIVEIRA; CARNEIRO, 2017). Nesta pesquisa, o que nos leva a discussão sobre direitos humanos, como já afirmado, tem relação estreita com a temática de gênero e sexualidade, central nesta tese, e que pode ser pensada dentro do arcabouço de direitos humanos. Também está presente a relação entre os direitos fundamentais e a liberdade de ensinar do professor, o direito de aprender dos estudantes, a defesa do pluralismo de ideias, a laicidade do Estado e da escola pública. E, como também já dito, a relação entre direitos humanos e os temas considerados mais sensíveis de serem abordados em sala de aula pelos professores de sociologia entrevistados, especialmente no contexto de crise política, econômica, social que tem levado à corrosão de direitos e condições de vida, diminuição da liberdade de expressão e da própria democracia em si, no nosso país – algo que por si só já é uma afronta aos direitos humanos - e que é agravado pelos discursos autoritários e contra estes direitos que estão circulando entre os grupos neoconservadores e sendo promovidos pelo próprio governo atual.

Dessa forma, é perceptível como a educação em direitos humanos e a abordagem deste tema, algo previsto em diversos dispositivos legais, nacionais e internacionais, como o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos de 2005, do qual o Brasil é signatário e, portanto, tem peso de lei para nós, e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, de 2007, que até pouco tempo atrás estavam sendo promovidos com o intuito de implementar a declaração universal dos direitos humanos e a nossa constituição federal, são vistos como algo importante pelos professores de sociologia, ao mesmo tempo que encontram resistências cada vez maiores por parte de alguns estudantes, comunidade escolar e agentes externos. Essas resistências não são de hoje, mas por meio do crescimento do movimento neoconservador e, logo, da maior visibilidade de discursos contrários aos direitos humanos e aos direitos das minorias, tem se tornado possível defender essas ideias, de forma cada vez mais despudorada, sem vergonha ou

remorso, sendo compreendida como uma posição legítima por muitos, junto a tal ideia de que é preciso ouvir o “outro lado”, mesmo que esse lado acredite que é seu direito excluir os demais.

Sobre esse contexto que permite falas contra os direitos humanos e/ou os direitos das minorias e a sua memória, podemos destacar alguns episódios marcantes da nossa história recente, como por exemplo, quando o então deputado federal Jair Bolsonaro homenageou o Coronel Brilhante Ustra, o primeiro militar reconhecido como torturador pela justiça, no seu discurso de voto pelo sim no processo de impeachment de 2016, destacando que este sujeito seria o pavor de Dilma Rousseff¹³⁸. Tal fala e evento tem sido percebidos atualmente como um momento de virada (junto com os demais discursos neoconservadores dados aquele dia) das coalizões políticas e quebra de alguns pactos políticos nacionais, da guinada neoconservadora construída pelas alianças entre neoliberais, grupos religiosos fundamentalistas, setores econômicos, agentes do sistema judiciário etc. Apesar das críticas à época, o deputado não foi cassado e a partir de então ia ascendendo cada vez mais e se colocando como um importante ator político no novo contexto brasileiro. Estas falas, entre outras enunciadas naquela votação, são demonstrativas da ampliação das possibilidades do que pode ser dito no espaço público- sem ter consequências- legitimando, de alguma maneira, esses discursos que atacam ou são contrárias aos direitos humanos e os valores estabelecidos por meio do consenso em torno da constituição de 88 (MIGUEL, 2016).

Entretanto, este tipo de fala e pronunciamento já vinha ocorrendo há algum tempo, inclusive relacionada ao mesmo representante político. Em 2014, o então deputado federal pelo Rio de Janeiro, Jair Bolsonaro, disse que a sua colega na câmara dos deputados, Maria do Rosário, do PT, deputada federal pelo RS, não merecia ser estuprada por ser feia. Esta deputada era constantemente criticada e entreva em discussões e embates políticos com esses grupos neoconservadores por ser considerada uma defensora dos direitos humanos, logo, na perspectiva deles, defensora de bandidos. Pela fala, ele foi condenado pela justiça, em 2015, a pagar indenização e a se retratar publicamente, entrou com recurso e, em 2019, o STF manteve a

¹³⁸Ver mais em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb> <<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-menciona-chefe-do-doi-codi-ao-votar-pelo-impeachment-2-19112343>> <<https://revistacult.uol.com.br/home/bolsonaro-ustra-e-a-naturalizacao-da-barbarie/>> . Acesso dia 19 de agosto de 2020.

decisão, quando este já era presidente¹³⁹. Tal fala, na época, não parece ter prejudicado sua imagem pública, muito pelo contrário, lhe serviu de palco e lhe deu ainda mais visibilidade, pois a discussão foi gravada e transmitida em programas na televisão aberta. Neste mesmo contexto, emergiam ou faziam muito sucesso programas de televisão e humoristas que davam destaque aos políticos considerados polêmicos, fazendo piada ou faziam chacotas com outros indivíduos e grupos sociais, se diziam politicamente incorretos, contra o “mimimi”, inclusive sofrendo processos de danos morais em decorrência de suas falas¹⁴⁰. Estes fatos demonstram um pouco o caldo cultural que se constituía aos poucos e contribuiu, de alguma forma, para a mudança nas moralidades e ascensão da onda neoconservadora.

É obvio que o aparente avanço de discursos reacionários e preconceituosos, não ocorre à toa. O Brasil é um país de “democracia” recente e ainda em construção, num contexto de desdemocratização global/ocidental, crise do neoliberalismo, na perspectiva de Wendy Brown (2019), com uma tradição histórica autoritária, onde pobres e negros sempre foram tratados como “caso de política”, que tem visto crescer, nos últimos anos, o que alguns chamam de “epidemia” da violência urbana, mas que é sobretudo relacionada a política ineficaz e nefasta da guerra às drogas, que não combate adequadamente o tráfico, a violência, as facções criminosas e o crime organizado (inclusive relacionado a polícia, com casos de corrupção e formação de milícias - associada muitas vezes ao tráfico e a exploração e domínio sobre algum território/população), mas superlota os presídios (de jovens e de mulheres negros e pobres) promovendo o encarceramento em massa, e que ao mesmo tempo, serve de justificativa para um discurso punitivista contra alguns setores/grupos da sociedade (os “bandidos”, em geral, negros, pobres, favelados...) que seriam menos humanos ou mesmo não humanos e teriam portanto menos direitos ou não teriam/deveriam ter direitos (como já evidenciado por Safatle, citado anteriormente) alegando, muitas vezes, que a nossa justiça seria muito branda com estes sujeitos e, algumas vezes, associando essa suposta brandura com o crime às políticas e a visão de mundo de partidos da esquerda, sobretudo o que estava no governo, neste caso, o PT. O que não deixa de

¹³⁹ Ver mais em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/06/13/bolsonaro-pede-desculpas-a-maria-do-rosario.htm>. Acesso em 19 de agosto de 2020.

¹⁴⁰ Ver exemplos em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/gente/noticia/2018/08/danilo-gentili-perde-mais-uma-acao-na-justica-cjkjulqwq01b601mupqdw6xai.html>> <<https://gente.ig.com.br/fofocas-famosos/2017-04-18/danilo-gentili-polemicas.html>> <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/04/11/vezes-em-que-danilo-gentili-foi-acusado-de-preconceito.htm>> <<https://www.vix.com/pt/bbr/654/5-piadas-de-danilo-gentili-nao-tiveram-a-menor-graca>> .Acesso dia 19 de agosto de 2020.

ser bastante contraditório, pois sob a administração desse partido, e principalmente desde a promulgação da lei de drogas de 2006, o Brasil viu aumentar em muito a sua população carcerária¹⁴¹.

Nesse diapasão, parece fazer sentido a ideia de que para se ter direitos fosse necessário ser merecedor, e nem todos o são ou podem ser, as vidas precárias, na perspectiva de Butler (2011) algo evidenciado no slogan “direitos humanos para humanos direitos” utilizados por diversos agentes dos grupos que conformam o bloco neoconservador e que é divulgado por meio de programas de televisão (muitos dos quais são dedicados a mostrar casos policiais e cenas de violência), jornais e revistas, falas de políticos, e que agora contam com as redes sociais e os grupos de *whats app* para a sua proliferação, distorção e invenção de dados, informações e soluções mágicas, como o armamento da população civil ou projetos anticrime que propõem a ampliação do excludente de ilicitude para uma das polícias que mais mata e mais morre no mundo¹⁴².

No atual contexto, tais políticos, juízes, policiais, jornalistas etc. críticos aos direitos humanos e com um forte discurso punitivista chegaram à presidência e ao governo do país, mas já estavam há bastante tempo compondo as bancadas legislativas, municipais, estaduais e federais. Entretanto, é importante destacar que nesta lógica, a violência policial pode e deve ser usada contra alguns indivíduos, aqueles considerados menos humanos, mas é criticada se for contra um “cidadão de bem”, um aliado, um amigo ou um político representante da elite nacional¹⁴³. A influência desses discursos na sociedade e na escola é perceptível nas entrevistas

¹⁴¹ Ver mais em: <https://www.geledes.org.br/brasil-terceira-maior-populacao-carceraria-aprisona-cada-vez-mais-2/?gclid=CjwKCAjwm_P5BRAhEiwAwRzSO4bkMnA4UKkTVcts-1XV0QxK0Xcr9dpTdi3XuO5oKvgU-GXZTG10yBoCP3YQAvD_BwE> <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-06/populacao-carceraria-quase-dobrou-em-dez-anos>> <<http://www.justificando.com/2016/04/26/populacao-carceraria-brasileira-cresceu-270-nos-ultimos-catorze-anos/>>. Acesso dia 19 de agosto de 2020.

¹⁴² Ver mais: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/perifaconnection/pacote-anticrime-de-moro-atinge-diretamente-a-populacao-periferica-3>> <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2019/12/pacote-anticrime-especialistas-analisam-oito-pontos-sancionados-e-dois-itens-vetados-por-bolsonaro-ck4m1u7z300ay01nv4ukgw99b.html>>. Acesso dia 19 de agosto de 2020.

¹⁴³ Ver mais em <<https://noticias.uol.com.br/colunas/josias-de-souza/2020/02/17/morte-de-miliciano-fez-de-bolsonaro-um-novo-homem.htm>> <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/02/18/Como-Bolsonaro-reage-%C3%A0-morte-do-miliciano-ligado-%C3%A0-sua-fam%C3%ADlia>> <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/em-reuniao-bolsonaro-cobra-mais-apoio-de-moro-nas-questoes-relacionadas-a-quarentena.ghml>> <<https://br.noticias.yahoo.com/moro-agiu-forma-covarde-e-132323390.html>> <<https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/bolsonaro-critica-multa-para-quem-nao-utilizar-mascaras-em-espacos-publicos-1-24439733>> <<https://oglobo.globo.com/brasil/em-reuniao-damares-defende-prisao-de-governadores-que-adotaram-isolamento-social-na-pandemia-1-24441816>>. Acesso dia 19 de agosto de 2020.

dos professores de sociologia, que expressam as dificuldades de abordar um tema complexo, num período curto de aula, frente aos discursos pré-prontos, preconceituosos ou generalistas que acusam os direitos humanos de defender bandido e que estão alastrados na nossa sociedade, no senso comum, como nos trechos trazidos no início do capítulo e que seguem abaixo:

“Não, vocês são dos ladrão mesmo. Os direitos humanos só aparece pra tirar o cara da cadeia” (blábláblá); “o dia que tua mãe, que tua irmã for estuprada...” tu vai querer... O exemplo é sempre o mesmo, Direitos Humanos serve para defender bandido”; “mas eu olhei o perfil dele no *facebook* e a mãe dele enviando vídeos pra ele contra os direitos humanos, né?” (Compilação de algumas frases retiradas dos trechos que estão no início desse subtítulo).

3.5. Ensino de sociologia, direitos humanos e os temas sensíveis

Estes casos relatados pelos professores revelam algo muito próprio do ensino de sociologia, como já discutido: o fato de lidar com a realidade presente da qual todos fazemos parte - professor, alunos, seus pais, a escola e com temáticas cotidianas trazidas pela mídia ou pelos relatos dos próprios alunos- na qual não há exterioridade frente ao objeto de estudo, não é possível ser neutro (ainda mais se tratando de situações de descaso ou afronta aos DH, violências e desigualdades), nem como pesquisador, nem como um professor que vai apenas passar um conteúdo frio e objetivo, tal como deseja (ou diz defender) o projeto Escola sem partido. Ademais, é um conhecimento científico composto por diversas correntes teóricas, com uma pluralidade de perspectivas, e não algo universal, objetivo e a-histórico, como muitas vezes algumas disciplinas são vistas na escola e no senso comum, sem um devido debate epistemológico.

Ao contrário da perspectiva conteudista, objetiva, neutra, técnica, desejada, “em tese”¹⁴⁴ por alguns destes grupos neoconservadores, o que os professores entrevistados que optam por

¹⁴⁴ Cabe destacar, novamente, que é só sem partido e ideologia se estes forem identificados como de esquerda, mas é, inclusive, excessivamente ideológica, vide participação de Olavo de carvalho em programas transmitidos pela TV Escola, a defesa de que o próprio MEC e o atual governo deveriam produzir o material didático, por exemplo, além da defesa de interferência nas questões do ENEM, por meio de uma comissão. <<https://epoca.globo.com/guilherme-amado/rompida-com-mec-tv-escola-nao-renova-programa-com-olavo-24254723>> <<https://jovempan.com.br/programas/os-pingos-nos-is/olavo-de-carvalho-mec-nao-deveria-existir.html>> <<https://istoe.com.br/mec-afirma-que-vai-nao-vai-renovar-contrato-com-entidade-que-gera-tv-escola/>> <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/10/politica/1547145578_294383.html> <<https://www.terra.com.br/noticias/educacao/mec-entrevista-olavo-de-carvalho-por-resgate->

ensinar direitos humanos por considerarem algo fundamental, numa perspectiva de educação em e para os direitos humanos, parecem acreditar, apesar das dificuldades, é que ensinar e aprender envolve primeiro um processo de desconstrução para depois poder construir algo, como diz a professora Ângela:

Então tem o discurso inicial e aí depois uma desconstrução desses discursos mostrando que todos nós somos sujeitos de direitos, então é todo um desconstruir para reconstruir tá?! Mas eu vejo bem legal assim, eles se envolvem (professora Ângela).

Assim, na sua concepção, falar sobre direitos humanos, ensinar sobre a luta pelos direitos e pela construção da cidadania, refletir sobre as violências que muitos dos seus alunos- jovens e adultos do EJA fundamental, moradores da periferia da cidade, boa parte negros- sofrem, é algo difícil, tem resistência, às vezes é pesado porque mexe em feridas, emociona, mas que no entanto, pode levá-los a outros caminhos possíveis, outras formas de viver e de resistir, e que por isso valeria a pena o esforço e a dedicação.

Essa experiência, que poderia ser vista como um tipo de sensibilização para poder construir uma reflexão posterior, ocorre de maneira concomitante entre professora e alunos na sala de aula, debatendo temas e compartilhando experiências que talvez nunca tenham sido refletidas e problematizadas para além de algo individual e subjetivo, mas que ali ganham um novo sentido, quando os estudantes percebem que muitas vezes suas vivências são comuns/parecidas com a dos seus colegas e que podem estar relacionadas à questões estruturais que eram pensadas como algo distante e pouco conectado com sua vida cotidiana e prática, ou seja, sem a imaginação sociológica que devemos construir/desenvolver em nossos alunos, nesse sentido, esta passagem é significativa

[historico,ef6174571ebc885df65b7f03a6fa722aouprxtav.html](http://historico.ef6174571ebc885df65b7f03a6fa722aouprxtav.html) <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/01/11/mec-estuda-descartar-29-milhoes-de-livros-didaticos-nunca-utilizados.htm>>
<<https://oglobo.globo.com/sociedade/bolsonaro-defende-mudanca-em-livros-didaticos-muita-coisa-escrita-tem-que-suavizar-24170001>> <<https://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2020-01-24/ministerio-da-educacao-podera-criar-material-didatico-a-partir-de-30-de-janeiro.html>> <<https://www.uol.com.br/ecoa/listas/bolsonaro-pode-mudar-livros-didaticos-para-evitar-doutrinação-entenda.html>>
<<https://www.terra.com.br/noticias/educacao/comissao-criada-pelo-governo-barrou-66-questoes-no-enem.6c8c64601f2e8bb3d512b2d64b012c265rhr308.html#:~:text=A%20comiss%C3%A3o%20criada%20pela%20gest%C3%A3o,banco%20de%20itens%20da%20prova.>> <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2019/03/governo-bolsonaro-cria-comissao-para-analisar-questoes-do-enem-cjth6sgxw00do01qkekxdb2j.html>> . Acesso dia 20 de agosto de 2020.

(Depois de falar sobre a questão dos direitos e movimentos sociais). É a mesma coisa quando eu falo de violências, porque as provocações são as mesmas que eu faço “Se alguém já foi vítima?” E aí vem muita fala. Por isso, voltando um pouco para a violência de gênero, é muito forte as narrativas de vivências deles e delas e de terceiros, são coisas terríveis que eles trazem, sabe?! Por isso assim, uma coisa é tu ler e outra coisa é a pessoa trazer... e daí tu pensa, gente... E aí às vezes não se dão conta, fora aquele ou aquela... (Professora Ângela).

A professora também passa a conhecer melhor seus alunos, suas realidades, suas histórias e com essas informações em mãos ela pode construir outro currículo, outros planos de aula, novos projetos e propostas pedagógicas com conteúdos que façam sentido para os alunos e que conformem um aprendizado/conhecimento significativo, que façam a diferença na vida dos estudantes, mudando suas vidas, quando por exemplo, passam a se sentir sujeitos de direitos e cidadãos que precisam lutar por e para mantê-los, que merecem respeito etc. além de servir de estímulo para a própria professora ao enfrentar as dificuldades e resistências de trabalhar com esses temas sensíveis. Nesse sentido, relembro aqui o seguinte trecho:

[Sobre Direitos Humanos] eu tento trabalhar essa ideia de construção sócio-histórica, de poder, mostrar todos esses movimentos e levar. Pontuando então questões de conquistas, questões que... mostrando o quanto, por ser construção histórica e social, a qualquer momento pode ser retirado, portanto a necessidade de luta, aí pra começar a falar sobre movimentos sociais. Mostrando como é que... é uma máquina que tá levando para que outros aí se coloquem porque o Estado não dá nada de graça. É toda uma grande discussão, não só com a figura estatal, mas com outros... outras instâncias sociais pra se colocar.

Entrevistadora: Tá e esse tipo de temática não dá mais debates e discussões acaloradas?

Entrevstada: Eu vou te dizer que eles gostam muito, até porque a grande questão que eu trago é de que como a gente não se dá conta que tem direitos e que nós somos sujeitos de direitos. Toda a impressão se resume a uma meia dúzia de coisas e às vezes é isso “Ah tá, tem lá...” mas não que vocês são sujeitos atuantes para a manutenção dos mesmos (professora Ângela).

É importante contextualizar que a professora Ângela estava falando de suas experiências recentes enquanto docente de sociologia e do bloco interdisciplinar de humanas no EJA, educação de jovens e adultos de ensino médio e anos finais do ensino fundamental. Por essa razão, ela fez questão de destacar a importância de se trabalhar a questão de direitos, e a luta por eles junto aos alunos com o intuito de ajudá-los no processo de construção de uma identidade de

estudante e de cidadão. Além do fato dela acreditar que trabalhar com direitos humanos, com as questões de desigualdades e violências e suas conexões com a questão de gênero e etnia/raça é algo essencial numa aula de sociologia, ela tinha a preocupação de não apenas falar sobre esses assuntos e problemas com os alunos para sensibilizá-los (a ideia de sensibilização aparece muitas vezes na sua entrevista), mas também de apontar e construir alternativas de mudança, transformações e possibilidades de resistência, tanto que uma das propostas/abordagens dela se chama intervenções, que é uma espécie de disciplina em formato de oficina que prevê algum tipo de intervenção no espaço escolar e/ou inclusive fora dele. Vamos falar um pouco mais sobre isso no capítulo específico onde se tratará das questões de gênero.

Outro aspecto importante que precisa ser destacado no caso das aulas e dos projetos desenvolvidos pela professora Ângela, é que na escola onde ela trabalha a sociologia é valorizada (todas as disciplinas tem no mínimo dois períodos), faz parte do bloco de humanas numa proposta interdisciplinar do EJA, está contemplada no EJA do ensino fundamental anos finais junto as outras disciplinas da área de humanas, o que acaba lhe dando maior carga horária e, portanto, mais tempo e espaço para desenvolver as discussões próprias da área e de trabalhar com as temáticas sensíveis. Além disso, a proposta pedagógica da escola permite ainda que sejam desenvolvidas disciplinas optativas, projetos de pesquisa e oficinas para complementar a carga horária, sendo assim, a professora pode propor o aprofundamento de certos temas em disciplinas e/ou oficinas com alunos interessados na discussão, o que já colabora para o engajamento dos estudantes e para dirimir possíveis resistências. De qualquer forma, por trabalhar com jovens e adultos que conformam um grupo muito heterogêneo, também há os desafios próprios de lidar com essa modalidade de ensino e público, visto por muitas pessoas como mais resistente, que não muda, pois teriam “a cabeça muito fechada e/ou já formada, com as ideias já consolidadas”.

Nesse sentido, a professora destaca que alguns temas realmente mexem com o emocional de seus alunos de uma forma muito expressiva, desencadeando reações fortes como fúria (por exemplo, alguns alunos homens dizendo, de forma veemente, enfática, indignada, que independente do que se falasse sobre desigualdade entre homens e mulheres em relação ao trabalho doméstico, na casa deles isso iria continuar do mesmo jeito – a esposa ia seguir fazendo...) ao mesmo tempo que conseguia promover reflexões e mudança de perspectivas em outros homens, que relatavam que realmente se achavam bons parceiros, mas perceberam que valorizavam e respeitavam o trabalho doméstico de suas companheiras. Além disso, a escola

onde a professora Ângela trabalha, assume uma posição de defesa da liberdade docente e do pluralismo de ideias, sem nenhum tipo de cerceamento, o que é muito importante, como já destacado anteriormente, para que seja possível e produtivo trabalhar com as temáticas sensíveis.

Voltando ao trecho destacado da entrevista de Ângela, a questão da construção de uma sensibilização inicial para depois fazer uma passagem necessária/desejável à reflexão é bastante recorrente na literatura sobre educação em temas sensíveis no ensino de história e na perspectiva dos DH. Alberti (2014), destaca que não basta gerar a emoção ou chocar com histórias e relatos que muitos prefeririam que ficassem esquecidos, se não houver um trabalho posterior de processamento e reflexão. A autora também ressalta que o objetivo de trabalhar com os temas sensíveis não é traumatizar ou desrespeitar os alunos. Andrade et al. (2018), por sua vez, destacam, corroborando Alberti (2014), que é necessário um certo tempo para entender questões tão complexas, como geralmente são os temas sensíveis e para se apropriar das informações novas que eles ensejam, pois, a superficialidade do debate pode gerar o oposto do desejado, reforçando dualismos e estereótipos. Também é preciso uma disposição e engajamento para que se desperte a curiosidade e a vontade de se envolver em questões que exigirão lidar com emoções, tomada de posição, raciocínios complexos e resolução de conflitos. E ainda, segundo essas autoras, os estudantes precisam vivenciar situações de aprendizagem que impliquem refletir sobre suas próprias representações, imaginários e emoções, devem ser incentivados a tomar posição, identificar, interagir com identidades e posições diferentes das suas, assim, a (disciplina de) história poderia ser vista como uma forma de conhecer o mundo para o qual estão crescendo (Andrade et al. 2018, p. 8).

A partir disso, podemos pensar numa conexão entre a aprendizagem e a experiência que talvez seja necessária no ensino de sociologia, na educação na perspectiva dos direitos humanos e na proposta de se trabalhar com temas sensíveis em sala de aula. Isso se conecta estreitamente a discussão que fizemos anteriormente, de como a literatura sobre temas sensíveis no ensino de história defende a ideia de se multiplicar as histórias sensíveis, os relatos dos sujeitos, de procurar fontes que despertem a curiosidade, o engajamento, o interesse do estudante, para além das histórias já conhecidas, que desafiem os imaginários dados sobre temas como escravidão, holocausto, história das mulheres, vistos muitas vezes como coisas do passado e desconectados do presente e do futuro dos estudantes, pois somente isso poderia promover uma sensibilização e uma posterior reflexão e compreensão.

No caso da sociologia e dos relatos dos professores, isso aparece a partir da preocupação em trabalhar com temas que sejam importantes para a sociologia, em conexão com os direitos humanos e que sejam relevantes também para os alunos, para que eles vejam além do estabelecido, que criem empatia, se identifiquem com o outro, se sensibilizem frente a algumas temáticas e que reflitam sobre elas, repensem suas ideias, crenças e opiniões pré-estabelecidas. Em ambos os casos, parece necessário ter disposição para correr riscos, para trabalhar com questões difíceis, sobre as quais não há consenso, que desafiam histórias comunitárias e os relatos dos grupos sociais aos quais o aluno/a e sua família pertence. Muitas vezes esse debate surgirá por meio do compartilhamento de experiências diversas, por meio do diálogo com os diferentes, pela relação que se estabelece com a alteridade, outras vezes, vem do confronto com dados alarmantes e pesquisas que trazem à tona fatos e realidades difíceis de se lidar, que desafiam professores e alunos, que deslocam, que desacomodam.

Relembrando que aqui compreendemos que os direitos humanos, de modo amplo, são temas sensíveis, ainda mais nos tempos que vivemos, de ascensão de neoconservadorismos neoliberais, autoritários e antidemocráticos. Pereira e Seffner (2019) afirmam que abordar um tema sensível exige uma abertura para se abandonar as determinações cartesianas, de uma certa visão de mundo, de um certo modelo de escola/educação, ciência ou história tradicional e defendem que há uma conexão entre a aprendizagem e a experiência “Uma aprendizagem ética que implica uma relação consigo mesmo”. Evoco a palavra desses autores

“Estamos propondo que a aprendizagem de um tema sensível só pode ter sentido se for uma aprendizagem da experiência (BONDÍA, 2002 apud PEREIRA e SEFFNER, 2019) (...) Ou seja “quando aprendemos alguma coisa (...) nos transformamos com aquilo que aprendemos” (FOUCAULT, 2004 apud PEREIRA e SEFFNER, 2019). A aprendizagem não é vista como um mero acúmulo de qualquer coisa, nem de conceitos, nem de informações. A aprendizagem implica uma transformação subjetiva (PEREIRA e SEFFNER, e 2019).

Essa questão do ensinar por meio da experiência, do diálogo, da abertura, por meio de um processo de transformação, que acontece aos poucos, e que demanda um certo tempo, aparece expressa em alguns trechos das entrevistas que fiz, como esse:

Contexto da entrevista: [o entrevistado fala sobre o projeto pedagógico da escola e como ela abraçou já há alguns anos a proposta de ser uma escola que respeita os direitos humanos, que combate o preconceito, que é contra a homofobia, o racismo etc. e que tem projetos e coletivos nesse

sentido. E a entrevistadora pergunta se ele não percebe uma resistência por parte de alguns professores e alunos em relação a isso].

Resposta: Eu acho que, que é um processo assim, desde o primeiro ano que eu entrei até agora muita coisa foi construída assim, dá pra perceber assim no coletivo de professores no e de, de muita gente se reposicionando assim... a gente percebeu esse efeito no que, eu digo na parte docente, né, e aí esse ano, na parte discente por exemplo, a gente tem conselhos participativos, quando termina o trimestre os alunos primeiro conversam com o SOE, preparam uma carta assim, depois se reúnem com todos os professores e abrem, expõem sentimentos deles sobre o trimestre, questões pedagógicas... E mais de uma turma colocou e pontuou a questão do impacto do primeiro ano, do impacto que eles sofreram quando chegaram aqui de ter que se reposicionar, repensar, de observar e perceber que o discurso não tá lá só no professor de História, de Sociologia, mas a professora de Matemática fazendo falas, se colocando assim, então... Os alunos percebem essa diferença (...) não só um discurso lá restrito a área das humanas, mas de outros professores colocando assim (professor Antônio).

Então, segundo ele, a proposta pedagógica engajada da escola, e a sua organização pedagógica democrática, de conselhos de classe participativos, por exemplo, tem o potencial de transformar tanto os professores quanto os alunos, nesse processo de construção de projetos relacionados aos DH que a escola realiza, tais como: o escola sem homofobia; saída de campo aos territórios negros de Porto Alegre; a construção do coletivo negro da escola, que é composto por estudantes, professores e servidores etc. O professor Antônio também destaca o seu projeto individual de trabalhar com direitos humanos na aula de sociologia. Ao desenvolver essa ideia de mudança na posição dos estudantes e dos professores, da relevância desse horizonte formativo e processo reflexivo, e da satisfação pessoal por perceber essas transformações, parece que ele acredita (ou deseja) que essa é a sua missão como professor, o que lhe dá prazer e que seria seu objetivo ao ensinar sociologia, ou mesmo o que seria ou deveria ser o papel da escola como um todo.

Antônio passa a narrar, logo depois, aspectos neste sentido que acontecerem mais especificamente na sua sala de aula, neste caso em relação ao debate sobre cotas étnico-raciais, um tema que aparece de forma reiterada na discussão sobre o ensino de temas sensíveis e é citado por diversos professores entrevistados como polêmico e difícil/desafiador de ser abordado:

[...]dá pra perceber que em algumas posições existe um mal-estar dos alunos assim, né? A gente não teve nenhum caso de, de ter militantes de um MBL, por exemplo, de, de eles se organizarem pró algum dessas correntes políticas que tão colocando um desrespeito a diversidade, né? a escola sem partido e tal, não, não de forma a-, articulada, nunca, nunca se colocou... mas já pontualmente, assim, em aula, em algumas piadas e aí a gente, e eu tento trabalhar de, não, vamos discutir, vamos colocar e tal, só que é complicado assim, tem algumas figuras, e aí no fim eles acabam se silenciando...(...) né, apesar de enfim, porque eu tenho uma postura de tentar argumentar essas coisas sem o pé no peito, justamente pra não causar um efeito de refra-, refratário, né, e aí pronto, ele não me escutar nunca mais. Então eu vou desenvolvendo devagarinho, por exemplo: teve um aluno, a gente tinha uma feir-, a gente quando tinha o seminário a gente desenvolveu um projeto de iniciação científica. Aí teve um aluno negro que falou, eu quero fazer um, eu quero fazer a minha pesquisa pra provar que cotas é contra negros, é racismo, num sei o quê. E a gente falou, tá bom, vamo fazer a pesquisa. E aí ao longo da pesquisa ele foi se dando conta da dimensão das cotas, foi lendo, foi estudando, e o cara hoje, ele entrou em Direito na UFRGS e é aluno super militante do movimento negro.(...) Pró-cotas né, e entrou pelas cotas e é pró-cotas raciais. Então foi o, foi deixando desenvolver... não foi dizer, “ah, tá errado”, né? É, e negar, então: não, faz sobre outro tema, tu já tá muito, tá olhando muito, desviar, não, porque quando mais ele se apropriou, porque enfim, a gente tem a crença de que a, a racionalidade tá ao nosso lado, entendeu? A gente não precisa negar né, a racionalidade tá, a questão do respeito, como é que o cara vai dizer “não, eu não quero respeitar a diferença, eu não quero”, pensando, bom, talvez daqui a pouco a gente enfrente isso, mas por enquanto ainda não. (professor Antônio, grifos meus).

Essa trecho se relaciona ao exposto recentemente em relação a fala da professora Ângela, sobre a desconstrução de um conjunto de crenças, opiniões, saberes, para ser possível fazer uma reconstrução, algo semelhante com o ocorrido em relação ao aluno de Antônio, que decidiu pesquisar sobre as cotas raciais para deslegitimá-las, ou seja, tinha interesse pelo assunto e ao mesmo tempo já tinha uma visão formada e a qual ele queria reafirmar/comprovar, mas se dispôs a ler mais sobre o assunto, se abriu para as indicações de seus professores (bibliografia, dados, pesquisas, notícias), que adotaram uma postura acolhedora aos interesses do aluno, e este acabou entrando em contato com visões diferentes das suas, refletiu e acabou mudando radicalmente de ideia. Um processo que envolve um certo tempo e uma certa disposição, tanto dos professores quanto dos alunos. Este aspecto, a necessidade de um tempo disponível, é destacado por Verena

Alberti (2014) sobre as condições necessárias para se trabalhar com os temas sensíveis. Aqui, cabe destacar brevemente a citação ao MBL (movimento brasil livre) um grupo neoconservador que será citado em outras entrevistas também, como um agente que influencia no avanço do discurso neoconservador na escola, pois era, até então, um dos maiores apoiadores do ESP. No caso de Antônio, mais um aspecto considerado fundamental para se trabalhar com essas temáticas, segundo essa autora, estava garantido, ter o apoio e incentivo da escola, da direção, dos colegas, construindo um ambiente seguro para o debate com os estudantes.

Muito provavelmente isso fez toda a diferença no processo de pesquisa do estudante para a feira de ciências/seminário, sem ter respeito recíproco entre professor e aluno, disposição para o diálogo, de ambas as partes, e amparo da instituição, dificilmente aquela sensibilização, reflexão e mudança de posição/tomada de decisão teria sido possível. Se um desconfiasse do outro, se o estudante duvidasse da legitimidade do professor e da disciplina, fincassem o pé numa determinada posição já dada e estabelecida, se ambos, professor e aluno, percebessem suas visões como dois polos opostos e inconciliáveis, num cenário polarizado como o que vivenciamos, seria muito difícil trabalhar de forma proveitosa um tema tão sensível, polêmico e difícil, como as cotas étnico-raciais.

Outra professora que destaca a temática de cotas étnico-raciais como difícil, é Rosa, o que demonstra uma certa predominância de um discurso anti-cotas, a nível de senso comum, e reiterado pelos grupos neoconservadores, mesmo em comunidades escolares com uma população negra expressiva e a necessidade de se desconstruir certas noções, também em relação a esse tema, para iniciar o debate e sensibilizar os alunos.

Entrevistadora: - Tu já trabalhou cotas? É um tema que antes era muito debatido, agora já não sei como está.

Entrevistada: Não é que perdeu importância, mas o que eu percebi é que não se tem mais o questionamento que se tinha alguns anos atrás.

Entrevistadora: Ou surgiram outras questões também.

Entrevistada: Mas sempre teve muita rejeição e de uma maneira bem complicada. Alunos negros, de escola pública, questionado a questão das cotas. Sempre me chocou, mas enfim, fiz parte da ocupação, da reitoria, do DCE da UFRGS quando a gente falou daquela revisão das cotas. Eu trago, inclusive, esses exemplos para dizer “não dá para não falar” (professora Rosa).

Também é importante contextualizar o episódio destacado pelo professor Antônio. O seminário integrado para o qual o aluno fez a pesquisa, era uma atividade prevista na

reformulação do ensino médio, na proposta da educação politécnica (uma disciplina, em teoria, interdisciplinar que ajudaria ao aluno a realizar uma pesquisa que seria apresentada como um resultado final) proposto pelo governador Tarso Genro (2011-2014), que se manteve por pouco tempo e já no início da gestão Sartori (2015-2018) deixou de ser obrigatória e a maioria dos professores/escolas decidiu voltar pra organização tradicional. A entrevista foi dada em agosto de 2018, e se referia a uma experiência passada (não precisou exatamente a época, mas ele começou a trabalhar em 2013, então se presume que foi de 2013 até mais ou menos 2015 ou 2016, até porque o aluno já é um estudante universitário no momento da entrevista), assim, naquele contexto, isso foi possível- a discussão sobre cotas e a pesquisa realizada pelo aluno - mas como frisou Antônio, “por enquanto”. É interessante de se questionar em que medida esse cenário se modificou neste curto espaço de tempo.

Outro aspecto considerado indispensável, segundo Alberti (2014), para se ensinar temas sensíveis na disciplina de história é a necessidade de contextualizar aquele período ou fato histórico, muitas vezes terrível, pois ele não pode cair de paraquedas na sala de aula, para que não se corra o risco que ele seja visto como algo atemporal, fixado apenas no relato do horror de um passado ligado a um terrorismo de Estado, por exemplo, mas que não se compreenda o contexto histórico e político que tornou aquela violação dos direitos humanos possível, evitando de conectar essa história com as violações que ocorrem no presente. A autora usou como exemplo as reflexões de Lorenz (2006) sobre o episódio conhecido como a noite dos lápis, durante a ditadura militar na Argentina, onde estudantes secundaristas foram sequestrados e mortos pelo Estado. Este autor aponta que muitas vezes episódios como esses são trabalhados na escola com o objetivo de denunciar os crimes da ditadura, algo muito importante, mas que não seria o bastante para evitar que coisas como essas se repitam, algo importante na perspectiva da educação em e para os direitos humanos.

Preocupações similares também acontecem na aula de sociologia ao se lidar com temas sensíveis, pois muitas vezes, ao estudarmos um determinado fenômeno social ou um aspecto estrutural da nossa sociedade, precisamos fazer a devida contextualização histórica para se compreender como aquilo surgiu, se transformou e/ou permaneceu até os nossos dias, para evidenciá-lo como uma construção sociocultural e histórica, que nem sempre foi assim e, portanto, não necessariamente deve ou precisa continuar dessa forma. Além disso, como já referido pelos professores entrevistados, dependendo do tema, é fundamental desconstruir, rever,

enfrentar uma série de saberes apreendidos e incorporados ao longo do tempo, e por isso mesmo, como já visto em relação aos temas sensíveis, essa tarefa demanda tempo devido a sua complexidade e as operações pedagógicas necessárias para o devido trato da questão.

Além de Ângela e Antônio, a professora Rosa também destaca que é necessário desconstruir certas ideias em relação aos temas sensíveis, nesse caso os próprios DH, que foi o tema que ela destacou como o mais sensível e/ou controverso entre todos (a entrevista foi dada no segundo semestre de 2018).

Entrevistadora: (...) Quais são os temas que tu considera mais sensíveis, digamos?

Entrevistada: - Hoje, eu diria que quando se fala de Direitos Humanos é muito complicado.

Entrevistadora: Tu acha que hoje? No início, quando tu começou não era tanto?

Entrevistada: Não, porque não era tanto, porque as pessoas nem sabiam, socialmente o que era, não estava tão no centro do debate, tão falado. E pra mim é muito caro a questão dos Direitos Humanos, eu trabalhei com isso né, eu trabalho com isso até hoje.

Sendo assim, para que se torne possível e efetivo ensinar sobre direitos humanos é necessário todo um trabalho pedagógico e a professora Rosa relata sua perspectiva ou estratégia utilizada para tentar desfazer a ideia dos alunos (um certo preconceito ou resistência para estudar/discutir o tema) baseada nos discursos de que DH defendem bandidos, e que quem os defende está sendo, no mínimo, “hipócrita”. Dessa forma, Rosa explica sua estratégia pedagógica:

[...] Poxa, sempre vem: falar “o dia que tua mãe, que tua irmã for estuprada...” tu vai querer... O exemplo é sempre o mesmo, Direitos Humanos serve para defender bandido. Então assim, é complicado, eu acho que essa também é uma questão que perpassa gênero, raça, classe. Eu faço todo um histórico para entender da onde veio, da onde surgiu, Revolução Francesa até o Holocausto, até as Bombas de Hiroshima e Nagasaki, se tu não entende isso, não faz sentido mesmo ter Direitos Humanos. Então eu chego nesse tema com todo histórico para que faça sentido existir os Direitos Humanos (professora Rosa).

Sendo assim, a professora, ao já saber como esses discursos contra os DH estão alastrados entre seus alunos, naquela escola e na sociedade em geral, parte do pressuposto de que para que faça sentido estudar tal tema, para que os alunos compreendam sua importância e relevância e

talvez se sensibilizem para aquela discussão ou se abram para o debate necessário, sem tanta resistência, é preciso contextualizá-lo no tempo e no espaço, explicar de onde e porque ele surgiu, para que faça algum sentido e possa ser um aprendizado significativo para o aluno ou “útil”/interessante de ser discutido na escola e na aula de sociologia.

Em outro momento da entrevista, ao falarmos sobre seu posicionamento na escola e nas redes sociais, também como militante política, a professora Rosa fala que aceita os alunos como amigos no *Facebook*, prática que alguns outros colegas evitam para “não misturar as coisas” e dá um exemplo de discussões que já aconteceram em sua rede social, a partir de postagens suas e comentários dos alunos, sempre, segundo ela, “no limite do respeito”. Novamente o assunto que causa controvérsia tem relação com os Direitos Humanos, um tema muito caro a professora Rosa, que já trabalhou com essa temática em uma comissão política parlamentar, paralelamente ao seu trabalho como docente:

Entrevistadora: e a discussão foi sobre questões políticas? Sociais?

Entrevistada: Sobre questões sociais. Uma que eu me lembro muito bem assim, foi um episódio que dois caras tinham sido presos enfim, foram algemados numa lata de lixo, na frente da delegacia. Houve uma repercussão, porque a delegacia estava lotada e eles foram algemados num poste para esperar o atendimento. Eu compartilhei aquela notícia, dizendo que era um absurdo, uma afronta aos direitos humanos etc. Daí os alunos vieram dizendo “queria ver se fosse tu, não sei o quê, esses vagabundos”. E a gente teve um bom debate, no limite do respeito. Os próprios alunos, inclusive: “sempre respeitei sua aula, não tenho critica a aula, mas é um absurdo defender... bandido”.

Entrevistadora: E isso não foi trazido para escola, não teve repercussões?

Entrevistada: Não, na escola não. Mas já assim, já teve esse tipo de debate é muito comum, acho que é quase cotidiano na sala de aula de sociologia. Surge....

Entrevistadora: Surge esses assuntos, tá falando de qualquer coisa e vem. E tu opta por abordar?

Entrevistada: Sim. Todas.

Segundo ela, a discussão se ateve apenas as redes sociais e não foi levada ou teve continuação na escola, entretanto, ela destaca que se surgem essas discussões e questionamentos, na sala de aula ou na rede social, ela sempre opta por abordar e “encarar” a discussão. O discurso de que defender direitos humanos é defender bandidos parece muito forte e presente na escola, e fora dela, e é enfrentada pela professora de sociologia nas mais diversas frentes e instâncias de

sua vida profissional, pessoal e política. Direitos humanos é um tema sensível para além da aula de sociologia e de sua militância política, mas aparece como um tema importante, atual e que gera muito interesse, comoção, emoções, posicionamentos fortes, mobilizam os estudantes e a sociedade de modo geral e repercute na escola e ainda mais na aula de sociologia, devido as suas especificidades. Como vimos anteriormente na fala de Antônio, o seu aluno que critica os direitos humanos na sala de aula na hora de fazer um trabalho, é o aluno que recebe postagens contra os direitos humanos via redes sociais (naquele caso específico, de sua mãe). Antônio, assim, como Rosa, é amigo de alguns de seus alunos nas redes sociais, neste caso, ele não discutiu com o aluno sobre isso na rede, mas ver o perfil e suas postagens lá o ajudou a entender o que o aluno pensa, de onde vem suas influências e os desafios que ele precisa enfrentar enquanto professor.

Como a professora Rosa deixa claro, as questões candentes na sociedade são as questões que vão aparecer nas aulas de sociologia, justamente os temas sensíveis e controversos, sob os quais não há consenso em nossa sociedade, como os direitos humanos atualmente no nosso país, mas que são os temas trazidos pelos alunos e reconhecidos pela própria professora de sociologia como os mais importantes de serem abordados, apesar das dificuldades. Ao falar sobre a construção do currículo, de como ela monta as aulas, quais conteúdos e conceitos das ciências sociais são trabalhados ao longo do ensino médio, ela novamente retorna para situar a temática de direitos humanos dentro de um bloco específico, uma sequência didática:

No segundo ano trabalho com o eixo da política, da ciência política né, o eixo é a questão do poder. E todas as questões relacionadas a isso: Estado, formas de governo, movimentos sociais, cidadania, direitos humanos. Direitos Humanos, digamos assim, são algumas aulas de Direitos Humanos para que eles realmente entendam que não é só para defender bandidos. E eu acabo trazendo alguns temas sociais que estão em pauta normalmente, sobre as drogas, enfim. Também deixo um pouco aberto para que eles demandem. Esse ano (2018), se eu tivesse em sala de aula, eu estaria trabalhando o tema as eleições, porque não tem como não falar (professora Rosa).

Novamente aqui percebemos algo que eu discuto no capítulo anterior sobre o ensino de sociologia e os temas sensíveis, como que as aulas de sociologia e o seu conteúdo/especificidades se conectam ao contexto e ao que está acontecendo naquele momento na sociedade, quais os assuntos trazidos pelos alunos, quais são os temas importantes na perspectiva da sociologia e da professora e quais os temas que se apresentam e são incontornáveis, por exemplo, as eleições,

que ocorrem de dois em dois anos, afinal, ciência política faz parte da disciplina, assim como estudar a democracia, os partidos políticos, as relações de poder, a cidadania, os movimentos sociais... temas sensíveis e polêmicos, que estão atualmente sob a ameaça de censura e cerceamento, tal como o gênero, nos tempos atuais, como já apresentado.

Voltando a narrativa do professor Antônio, o último aspecto de sua fala, o da racionalidade própria do conhecimento científico e, por consequência, do conhecimento sociológico estar do nosso lado, a expressão “por enquanto”, demonstra como Antônio percebe que o campo escolar, a ciência, a racionalidade e a sociologia estão sob ataque dos grupos reacionários e neoconservadores que estavam em ascensão e logo alcançariam o poder. Isso porque, cabe ressaltar novamente, Antônio foi entrevistado no início do segundo semestre de 2018, em plena campanha eleitoral, quando o resultado ainda era desconhecido e pairavam muitas dúvidas. A eleição daquele ano era vista como diferente das dos últimos anos e altamente imprevisível, havia também uma crença (por parte de alguns analistas e referendado por pesquisas de opinião) de que Bolsonaro não se elegeria devido à alta rejeição que se acreditava que ele tinha e teria num eventual segundo turno¹⁴⁵.

Percebemos ainda como dois grupos/discursos/agentes que apareceram antes e foram objeto de análise nos capítulos anteriores reaparecem aqui: o MBL e o Escola Sem Partido, entendidos por ele como aqueles grupos, projetos, discursos que se colocam contra o respeito à diversidade, e, portanto, contra os direitos das minorias e os Direitos Humanos. Outro destaque é pensar que entre esses grupos neoconservadores, como já dito, constam grupos anti-ciência, negacionistas, revisionistas, fundamentalistas religiosos e que, portanto, poderiam ser entendidos como aqueles que se oporiam não só à diversidade, mas ao próprio conhecimento científico e a racionalidade científica, aos dados, as pesquisas e a análise sociológica, vista por boa parte desses grupos como doutrinação de esquerda. Os efeitos desses discursos de grupos diversos que se cruzam, se conectam e convergem no neoconservadorismo neoliberal, em muitos momentos, já eram sentidos na escola e pelo professor Antônio, mas naquele momento, e podemos pensar que

¹⁴⁵ Mais informações ver: <<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-haddad-tem-maior-taxa-de-rejeicao-desde-2002-aponta-ibope-23099989>> <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/bolsonaro-estaciona-em-28-e-haddad-vai-a-22-diz-ibope.shtml>> <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/09/28/datafolha-bolsonaro-perde-todos-os-cenarios-de-2-turmo-ciro-vence-haddad.htm>> <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/17/politica/1537218851_469150.html>. Acesso em 15 de maio de 2020.

depois da eleição, muito provavelmente, como apontado na pesquisa de Gonçalves (2019), cresceram ou se legitimaram muitos mais com a chegada ao poder desses grupos.

Nesse sentido, a professora Simone, entrevistada no início de 2019, destaca o que ela considera ser um dos grandes desafios de se ensinar sociologia no contexto atual:

(...) Eu tento trabalhar sempre tudo em três dimensões: gênero, raça e classe. Todas as minhas aulas têm esses três recortes: gênero, raça e classe. E cada vez mais difícil assim. Porque eu acho que a gente vive num momento que assim o conhecimento acadêmico, o conhecimento formal é cada vez é menos valorizado. Quando tu tem um governo que tem falas que discordam da teoria acadêmica mundialmente aceita, alunos também começam a desconfiar desse conhecimento. E não é a desconfiança da pergunta, da dúvida e sim na desconfiança da descrença do papel da ciência. Então fica parecendo muito a palavra do professor como uma posição ideológica em temas que são assim...Eu tenho que justificar porque debater previdência e mulheres são temas importantes, são coisas, em 2019, um negócio absurdo. Então assim, eu como técnica, tenho obrigado os alunos, só tenho aceitado trabalhos, tenho evitado provas, pedir trabalhos e trabalhos que tenham fontes reconhecidas, com dados: IBGE, IPEA, então eu forneço as fontes né, IBGE, IPEA, INEP, Instituto Avon inclusive, mas que tenham pesquisas confiáveis, blogs e sites confiáveis, aceito só em cima desses dados. Para obrigá-los a trabalhar com... Mas assim, aí eu obrigo eles a ir para o IBGE e vem o presidente vem e diz que o IBGE não sabe fazer metodologia de desemprego, daí é para matar né. (professora Simone, grifos meus).

A fala da professora Simone se relaciona com as questões apontadas no capítulo sobre as especificidades do ensino de sociologia e os temas sensíveis, onde apresento outras pesquisas sobre a temática que demonstram um pouco essa percepção entre os professores de sociologia de que a sua área estaria sofrendo um desgaste relacionada a legitimidade, da área de humanas, e, no limite, da ciência, da escola, dos professores e dos intelectuais, de modo geral. Essa desqualificação viria, inclusive dos órgãos governamentais (no atual contexto) e se tornaria, portanto, mais forte e/ou legitimada.

A passagem da entrevista de Antônio, anteriormente citada, é interessante também porque além de falar sobre os temas sensíveis, demonstra as estratégias pedagógicas que ele utiliza e a postura que assume como professor para lidar com as dificuldades de abordar os temas sensíveis e polêmicos, já que a posição dos alunos, muitas vezes de enfrentamento, questionamento, dúvida, descrença e/ou desinteresse, é identificada como provinda, na maioria das vezes, de

opiniões e crenças estabelecidas anteriormente à aula de sociologia e de fora da escola, influenciada pelo senso comum, discursos familiares, mídia, amigos etc. Em relação a isso, a fala de Antônio destacada no início desse capítulo merece ser retomada:

“bah, eu tava fazendo um trabalho sobre direitos humanos e tal, é difícil, difícil mas eu olhei o perfil dele no facebook e a mãe dele enviando vídeos pra ele contra os direitos humanos, né? Aí eu falei, bom, eu tenho cinquenta minutos por semana né, com a chamada e tudo mais às vezes sobram trinta minutos, do outro lado tem a mãe né? Youtubers... (Entrevistadora: é injusta essa...) [...] não existe apoio de nenhuma das partes da escola pra dar ouvido a uma crítica nesse tom (contra os direitos humanos). [Sobre trabalhar com DHs] sempre teve alguma resistência [geralmente trazida do lar]” (professor Antônio).

Sendo assim, segundo ele, a tarefa da sociologia e a sua como professor desse componente curricular é árdua e as condições de enfrentamento aos discursos pré-estabelecidos são injustas, já que a rede social (aqui não me refiro somente a virtual, o *facebook* no caso, mas a rede de grupos nos quais o aluno está inserido e com os quais interage e constrói sua identidade e suas ideias de certo e errado, o aprendizado das normas, por meio da socialização primária e secundária) da qual o aluno faz parte é enorme e tem muito espaço e tempo em sua vida, ao contrário da aula de sociologia, que dura, na prática escolar, meia hora por semana, como Antônio ressalta. Essas posições e discursos contra os DH compartilhados via *facebook* ou na sala de aula - se constroem sem uma devida reflexão, uma análise crítica, leituras a respeito da temática, conceitos, teorias, contextualização histórica e análise de dados e pesquisas científicas, ou seja, sem aquilo que é preconizado pela ciência, de modo geral, e de modo mais específico pelas ciências humanas e pela sociologia.

Essa questão do pouco tempo (baixa carga horária) que temos para trabalhar determinadas temáticas sensíveis na escola e produzir a devida reflexão desejada, é destacada como um desafio ou um impeditivo por Alberti (2014), ao comentar os resultados que ela obteve implementando o projeto da descomemoração dos 50 anos do golpe militar, na escola onde trabalhava, como professora de história no ensino médio. Ela relata que nem todos os seus objetivos foram alcançados, o que lhe causou uma certa decepção, já que na avaliação final, simulação de uma votação no senado, que tencionava a lei de anistia de 1979 com o projeto de lei que propunha uma alteração dessa lei (que tramitava nessa casa legislativa à época, ou seja “atualmente”) onde se esperava que os alunos soubessem argumentar racionalmente, e com embasamento em fatos e

dados para assumir e defender uma posição sobre o assunto, ela percebeu que alguns estudantes que não se envolveram adequadamente ao longo do projeto mantinham posições e ideias “lugares comuns”, justamente o que ela desejava combater. Cabe fazer um parêntese aqui para destacar que essa posição é compartilhada pelos professores de sociologia entrevistados, e é a proposta dessa disciplina na escola, pois ela visa romper com o senso comum e posições/argumentos irrefletidos, óbvios, chavões, apenas uma repetição de uma opinião generalizada, produzida por diversos agentes, sem de fato o desenvolvimento de um pensamento autônomo e crítico, como já argumentado anteriormente.

Voltando a análise de Alberti (2014) sobre o projeto escolar desenvolvido, a autora, se preocupa com a constatação dos argumentos lugar comum e propõe uma revisão e um aprofundamento do conteúdo após o recesso escolar, pois acreditava que não podia deixar “pontas soltas” sobre um tema tão relevante e delicado. Entretanto, para a sua surpresa, muitos alunos (considerados “bons”) e seus pais vieram reclamar do demorado tempo que aquela temática estava tomando da carga horária da disciplina, tirando tempo dos “conteúdos realmente importantes” (que caem no ENEM e vestibular- da história tradicional eurocêntrica e cronológica). Além de isso não ser verdade, segundo a professora, já que na contextualização sobre todo o período militar e o que venho antes e depois, ela revisou boa parte da história do século XX no Brasil e no mundo, ela se decepcionou ao perceber que a história, numa determinada proposta de ensino mais tradicional, que talvez não fosse interessante e relevante, na sua perspectiva, por não ser compreendida como algo conectado ao presente e a realidade do aluno, que promova uma sensibilização, uma reflexão e uma tomada de posição no mundo, foi considerada por aqueles alunos e pais como a que era realmente relevante.

Outra repercussão relatada pela autora em relação ao mesmo projeto foi que ao solicitar autorização dos responsáveis para apresentar o projeto em um evento (para o qual estava dando essa palestra que originou o texto citado), um dos pais questionou a posição ideológica dela, se aquele tema cabia apenas a escola, pois era um tema de muitas agendas, que tinha relação com valores. Isso é demonstrativo de que ao se trabalhar com os temas sensíveis, surgem reflexões sobre o que e quem definiria o papel da escola e o que se ensinar, quais temas não se relacionariam a valores, se a posição ideológica de outros professores importava etc. Estas questões perpassam boa parte do que esta tese se propõe a discutir.

Mas apesar desses dissabores, ao se questionar se valia a pena propor este tipo de projeto e correr esses riscos, Verena Alberti (2014) afirma que sim, ao menos em parte, pois ao avaliar as posições e as reflexões construídas por boa parte dos alunos durante a atividade, ela percebeu que eles conseguiram adotar posicionamentos e argumentações bem fundamentados em fatos e dados, mas destaca que se esse processo de reflexão não tiver continuidade (uma vigilância epistemológica, como diríamos em sociologia), esses estudantes correm o risco de voltar à estaca zero, já que as influências são muitas e a professora vê o aluno poucas vezes na semana, tendo uma ínfima parcela de contribuição nisso (ALBERTI, 2014, p. 8).

Essa questão do pouco tempo é ainda mais dramática no caso do professor de sociologia, que na maioria das vezes vê o aluno uma vez por semana, num único período, como destacado na fala de Antônio, no trecho já citado. Além da questão do tempo, algo que nos persegue e que talvez nos diferencie um pouco da situação da disciplina de história (que lida com fatos distantes no tempo, baseado em fontes concretas, documentos, além de ser uma disciplina tradicional na escola) é o fato de abordarmos assuntos do presente que muitas vezes fazem parte do cotidiano das pessoas e sobre os quais elas já têm uma opinião formada, baseada na sua experiência individual ou da sua família, grupo social ou proveniente de seu entorno, do que ouviu falar, na tv, do *Youtube* etc. Dessa forma, à princípio, a “nossa” posição, dos especialistas/professores também é vista dessa maneira, como apenas mais uma opinião sobre o assunto, tão legítima como as demais, questão que foi destacada na pesquisa de Gonçalves (2019) anteriormente citada, sobre a deslegitimação sentida no atual contexto pelos professores de sociologia.

Cabe ressaltar que eu acreditava que este problema da deslegitimação era específico da área de humanas, das ciências sociais aplicadas e de todas aquelas que não são “ciências exatas” ou duras, que lidam hipoteticamente com “a verdade” absoluta e única (na visão de alguns). Entretanto, atualmente, o avanço do pensamento neoconservador par e passo ao lado do fundamentalismo religioso e de movimentos negacionistas (terra-planismo, criacionismo, anti-vacina, negacionistas climáticos etc.) demonstra que o ataque à ciência e à racionalidade é geral. Parece que estamos vivendo uma crise dos peritos (científicos) e dos mediadores da informação- a imprensa tradicional- na era das *fake ou trash news*, da realidade alternativa e do populismo

digital, como apontado pela antropóloga Letícia Cesarino (2020¹⁴⁶), no mundo, e muito presente na ascensão da “nova direita” brasileira. Desafios trazidos pelas novas tecnologias, redes sociais, algoritmos, controle de dados pessoais, publicidade e marketing personalizados, entre outras coisas, que nos influenciam cada vez mais e pesam sobre as eleições, plebiscitos e afins, polarizam a sociedade, servindo muitas vezes, para minar a própria democracia¹⁴⁷. A velha questão de até que ponto somos livres para decidir algo, e no caso específico da democracia liberal representativa, para escolher um candidato numa eleição ou decidir sobre alguma temática, é recolocada. O poder econômico é cada vez mais preponderante sobre a democracia (no mundo e na que tentávamos construir no Brasil) que o modelo parece que já não dá conta dos anseios da população (se é que um dia isso ocorreu).

Retomando a entrevista do professor Antônio, no trecho que aborda o episódio da pesquisa sobre as cotas raciais, do ponto de vista do que consideramos ser as estratégias para se lidar com as questões e dificuldades que surgem ao se abordar certos temas sensíveis (conforme as categorias analíticas estabelecidas previamente) - mas que são trazidas por ele espontaneamente em seu relato, até porque na prática não há uma divisão clara entre o que fazemos, ensinamos e construímos em torno do currículo, da maneira como isso é implementado e experimentado pelo professor na interação com os estudantes- é importante sublinhar que, segundo ele, ao se abordar um tema sensível, de interesse dos estudantes, trazido por eles, que afeta diretamente suas vidas, neste caso a questão da cotas raciais para o ingresso nas universidades, o melhor a fazer é não tentar impor uma “verdade”, “a verdade” do professor ou determinada perspectiva teórica que vá de encontro a visão e posicionamento inicial do aluno, mesmo que essa seja contrária ou oposta ao que o professor acredita e que também vá contra a maioria dos estudos da área de ciências sociais e de suas perspectivas teóricas¹⁴⁸. Não há

¹⁴⁶ Em entrevista para o podcast Vira Casacas em abril de 2020. Disponível em:<<https://viracasacas.com/2020/04/27/165-conversas-da-quarentena-a-caixa-preta-do-zap-com-leticia-cesarino/>> . Acesso em 12 de janeiro de 2021.

¹⁴⁷ Sobre isso, ver o documentário O dilema das redes, lançado pela Netflix no final de 2020.

¹⁴⁸ É interessante destacar que o debate sobre as políticas afirmativas e a implementação das cotas étnico-raciais no Brasil passou longe de ser um consenso na academia. Muitos autores, das diferentes áreas das ciências sociais se opuseram fortemente a essa proposta (inspirada num modelo estadunidense) no momento de seu início/proposta de implementação, alegando que a nossa realidade em relação ao racismo e relações interétnicas era muito diferente daquela dos EUA, argumentavam que isso iria até mesmo criar um tipo de racismo ou atrito que não haveria anteriormente no país. Além do debate sobre a própria noção de raça científica e social. Do outro lado, muitos cientistas sociais se engajaram na luta em prol da implementação das cotas raciais, apoiando o movimento negro, iniciando um amplo debate. Após a implementação das cotas étnico-raciais na UERJ e na UNB e posteriormente na maioria das universidades e seus resultados incontestáveis em termos de inclusão de negros nas universidades,

necessidade e nem seria adequado, inteligente ou a melhor estratégia de aprendizado e de posicionamento do professor, na visão de Antônio, agir assim “com o pé no peito”, pois isso só afastaria o aluno, faria ele assumir uma posição refratária, não aberta ao diálogo a ao processo de aprendizado, de experiência, de reflexão, empatia, mudança e possibilidade de transformação.

Para aprender, muitas vezes temos que desaprender e, no caso das ciências sociais, isso parece ser mais radical ou necessário, já que para aprender a pensar sociologicamente ou com a sociologia, ou para ter imaginação sociológica é necessário ir além da nossa experiência e/ou opinião pessoal, conectá-la as estruturas sociais mais amplas (como destacamos na entrevista da professora Ângela), ir além do senso comum, mesmo que isso promova um incômodo (como destacado pela professora Rosa) e um câmbio de percepção, atitude, como aconteceu em relação ao aluno de Antônio e a sua posição inicial em relação as cotas étnico-raciais, que no caso dele, um rapaz negro, além de uma questão política, de justiça social, de promoção da equidade, envolvia, sobretudo, uma questão e uma experiência pessoal, subjetiva, identitária, ética, moral, provavelmente também compartilhada por sua família e seus grupos sociais mais próximos, pelo menos em parte.

No caso do ensino de história, a literatura sobre temas sensíveis diria que se trata de abordar muitas vezes uma história que afronta a história comunitária ou parte da história chamada oficial (ALBERTI, 2014; ANDRADE et al., 2018). Já na situação da sociologia, isso também ocorreria e se relaciona a mexer em crenças, sistemas de pensamento, versões da história e visões de mundo que se constituíram como uma forma de lidar com um passado e muitas vezes um presente difícil, isso pode mexer em feridas, lembrar e repensar trajetórias de vida, fazendo emergir emoções, como disse a professora Ângela, em relação a trabalhar com a violência na perspectiva da construção de direitos e os relatos que surgem das violências sofridas pelos estudantes e suas famílias.

Acolher e saber lidar com esse tipo de situação que pode surgir ao se abordar temas sensíveis, nem sempre é visto como tarefa da escola, do professor ou da disciplina sociologia ou

muitos autores antes contrários passaram a mudar de posição, tornando a visão pró cotas raciais aparentemente majoritária no campo científico atualmente, após a lei nacional das políticas afirmativas e do reconhecimento de sua constitucionalidade pelo STF. Entretanto, questões ainda cadentes como fraudes ou irregularidades nos critérios estabelecidos para a admissão de quem se autodeclara negro ou comissões de verificação ainda promovem incômodos. Ver mais em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0104-718320050001&lng=en&nrm=iso Espaço aberto na Revista Horizontes Antropológicos sobre o debate acerca das cotas raciais e o caso da UNB (2005).

história, mas se isso não ocorrer na escola, numa aula de sociologia, se ela não for um local de acolhida e escuta do que acontece na vida concreta dos estudantes (que muitas vezes é difícil, triste, reflete violações de direitos humanos) e, portanto, faz parte da sociedade (extremamente desigual, no nosso país) e a partir disso construir reflexões de porque aquilo ocorre e como pode ser de outra forma, apontando novos caminhos para um futuro, para que serviria uma aula de sociologia? Para decorar conceitos e nome de autores que podem cair numa prova de vestibular ou Enem? Que interessa a um projeto de vida que não está no horizonte de possibilidade da maioria dos estudantes de escola pública do Brasil? Como diria Bourdieu “a sociologia não seria digna de que se lhe dedicasse uma hora de esforço se devesse ser um saber de especialista reservado aos especialistas” (BOURDIEU, 2003, p. 9).

No relato do professor Antônio, o que se destaca em termos de posição e estratégia adotada é a percepção de que o processo de aprendizagem é uma construção que se dá aos poucos, via diálogo, debate de ideias, encontro com e construção de dados científicos, leituras de conceitos e teorias diversas, para, a partir daí se gerar o conhecimento e a modificação do indivíduo e da sua forma de pensar, ou não, pois há liberdade de pensamento e escolha. No entanto, Antônio acredita que a racionalidade agiria a favor da construção e defesa dos direitos humanos, do respeito a diversidade, da construção da igualdade, da correção das injustiças, mas observa que isso ocorre “por enquanto”, já que no horizonte próximo paira a ameaça da irracionalidade, do anti-intelectualismo, da anticientificidade, bandeiras presentes na agenda dos grupos neoconservadores que se alçavam, na época, e que agora estão no poder.

Tais grupos defendem e estão construindo um contradiscurso revisionista, negacionista histórico, crítico aos intelectuais, aos artistas, as universidades, aos professores, sobretudo da área de humanas, percebidos, em sua maioria, como doutrinadores ideológicos de esquerda¹⁴⁹, talvez por promoverem, ou potencialmente terem a capacidade de desenvolver reflexões críticas e com isso as tais transformações por eles consideradas indesejadas. Citando novamente Bourdieu:

Não me deveria ser necessário lembrar que nenhuma ciência põe em jogo paradas sociais tão evidentemente como o faz a sociologia. É isso que faz a dificuldade particular tanto

¹⁴⁹ O que não é uma verdade absoluta já que nas ciências sociais existem diversos autores de destaque que são considerados conservadores, de direita, ou liberais e neoliberais, como por exemplo: Comte, Durkheim, Raymond Aron, Fernando Henrique Cardoso, Hélio Jaguaribe etc. A diversidade de posições em relação as cotas étnico - raciais já foi destacada anteriormente.

de produção do discurso científico como da sua transmissão. A sociologia toca interesses, por vezes vitais (2003, p. 9-10).

Para estes grupos neoconservadores, pelo menos no discurso oficial, a escola é local de instrução técnica/científica “neutra” e de aprendizagem – numa perspectiva neoliberal, já que a educação, segundo eles defendem, é algo que se ensina em casa, pelos pais, conforme seus valores pessoais e crenças morais e religiosas. Já a ideia de que o aprender e o ensinar se constroem no diálogo e na relação, e implicam reflexões e possíveis transformações, é a perspectiva de quem pensa a educação com o objetivo primordial, entre outras coisas, de formar cidadãos críticos e sujeitos autônomos, e se colocam do lado oposto. Na perspectiva da educação para e em Direitos Humanos e segundo a nossa constituição e LDB, a escola serve entre outras coisas, para formar cidadãos integrais. Cássio (2019) argumenta, seguindo a perspectiva de Adorno, que a educação deve ser um projeto contra a barbárie (que é contra o livre pensamento e a favor da burocratização) que está sempre no horizonte, pela desbarbarização do ser humano, em suma, para que Auschwitz nunca mais se repita. Argumento pelo qual, como já mencionado, se criou a declaração universal dos DH da ONU, em que pese todas as suas limitações, de uma visão Ocidental e eurocêntrica e todas as críticas que podemos fazer aos usos dos Direitos Humanos, em especial, pelos países ricos e desenvolvidos.

Em relação a essa perspectiva de desbarbarizar a educação, em tempos de neoconservadorismo que ameaça o caráter laico, livre e científico da escola, no caso do ensino de história e a discussão dos temas sensíveis, Andrade et al. (2018) reafirmam o papel da história (e cabe salientar que aqui defendemos as proximidades com a proposta do ensino de sociologia) no processo de formação humana dos sujeitos e recorrem a Durval Albuquerque Junior que postula:

[...]a história serve para produzir subjetividades humanas, para humanizar, para construir e edificar pessoas, para lapidar e esmerilhar espíritos, para fazer de um animal um erudito, um sábio, um ser não apenas formado, mas informado, de um ser sensível fazer um ser sensibilizado (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p.31, *apud* ANDRADE et al., p.5).

Assim, segundo as autoras, os professores de história (e aqui defendemos que também os de sociologia) buscam caminhos para não silenciar diante dos conflitos sobre o que pode ou não ser dito na sala de aula, sabendo que estamos no campo das memórias em disputa na escola, e acrescento aqui, disputa pelo currículo, pela própria ideia de educação e pelo papel dos professores. A realidade social e a vontade de saber dos jovens tencionam o currículo e a sala de aula e cabe aos professores e a escola dar conta desses temas sensíveis que provocam

deslocamentos epistemológicos e pedagógicos, trazendo para o centro o que não é consenso. Para Andrade et al. (2018) “...o sensível está em disputa. Definir o que é sensível é uma operação de poder” (p. 6), lembrando sempre que o que se define como sensível muda com o tempo, a idade, o lugar ou o ponto de vista. Nesse sentido é que nos interessa refletir sobre o que é sensível no atual contexto de avanço do neoconservadorismo.

3.6. “Isso é um monte de louco que estão aí” - a escola ameaçada sob a propagação do neoconservadorismo

Nos capítulos anteriores, procurei situar-nos em relação à conjuntura política e aos fundamentos teóricos que nos auxiliam a pensar sobre *como chegamos até aqui*. O processo de proliferação dos projetos neoconservadores e neoliberais que ocorreu no mundo e, mais particularmente, no Brasil em nível municipal, estadual e federal, na esfera micro e na macropolítica, em parte, como reação às conquistas – ainda embrionárias – no âmbito da inclusão social, universalização da educação básica, na efetivação da constituição cidadã e na implementação dos Direitos Humanos. Mas hoje fica cada vez mais claro que não há somente uma causa que explique a onda neoconservadora do Brasil atual, até porque ela é diferente da que ocorre em outros países e tais fenômenos são sempre complexos.

Segunda Rosana Pinheiro-Machado (2019), a lógica atual do país, que ela denomina de fascista, é difusa pois tem um ódio pulverizado para uma massa diversa, é sustentada por uma mídia que defende seus próprios interesses, conta com uma polícia violenta, grupos religiosos fanáticos, uma elite que se diz liberal, mas defende seus privilégios e “nacionalistas” que idolatram outros países. Suas sementes estão espalhadas por todo o país, alguns acreditam que ela piorou pós 2013, outros dizem que sempre esteve aí e mostrou suas garras devido a polarização política e tem ainda os que acreditam que se trata de um *backlash*, uma retaliação as pequenas mudanças ocorridas no âmbito da diminuição da nossa desigualdade social. De qualquer forma, se constitui como uma ameaça (Pinheiro-Machado, 2019, p.71- 72).

Como exposto nos capítulos anteriores, a opção nesta pesquisa foi denominar esse processo - sociopolítico, cultural, econômico e discursivo que vivenciamos nos últimos anos – de uma guinada neoconservadora, que é em si mesma, múltipla, pois formada por diferentes grupos que agem em distintas frentes, que possuem algumas bandeiras em comum, mas que também guardam muitas contradições internas. Resumidamente, são neoliberais ou ultraliberais na

economia (em teoria e com suas especificidades locais, como aponta Pinheiro-Machado) defendendo o Estado mínimo e a privatização irrestrita; são conservadores ou ultraconservadores nos costumes; são ligados a grupos religiosos, principalmente evangélicos pentecostais e católicos ou mesmo se tratando de setores seculares defendem a bandeira da família “tradicional”, de forma restrita, são contra os direitos das “minorias” (em especial das mulheres e da população LGBTQI, em acordo com as agendas religiosas antidireitos sexuais e reprodutivos e contra a laicidade do Estado) e também porque o neoliberalismo necessita da “ideia de família” como base da sociedade arcando com “suas responsabilidades” na ausência de políticas públicas; são antipetistas ou anti-esquerda, em geral; e a partir dessa base em comum, ocorrem algumas variações, aproximações ou afastamentos: uns se vinculam mais a fundamentalismos religiosos ou ideológicos de extrema-direita; alguns se dizem a favor da liberdade de expressão, mas apoiam a censura ao que não gostam/concordam e utilizam *fake news* em larga escala; outros apoiam o aparelhamento do Estado e são negacionistas históricos (e da realidade), são anticiência, terraplanistas, antivacina etc. e ainda os que se dizem patriotas ou nacionalistas e defendem abertamente o regime autoritário e a ditadura; tem também os que defendem um estado policial forte e/ou o armamento da população civil; e ainda os que não expressam preocupação alguma com o meio ambiente, entre outros, mas nenhum grupo parece se importar muito com as ideias radicais dos demais, mesmo que não concordem plenamente com tudo.

O uso da expressão fascismo ou neofascismo tem sido amplamente debatida e seu uso está longe de ser consenso, do ponto de vista teórico, para descrever o que vivemos na atualidade. Entretanto, a expressão tem sido cada vez mais usada na medida em que as ações e discursos do governo neoconservador e seus apoiadores têm se radicalizado cada vez mais e as consequências para a população tem sido nefasta, ainda mais no momento da epidemia do Covid-19. Dessa forma, embora não tenhamos condições de entrar na discussão sobre essa nomenclatura mais aprofundadamente, é bastante razoável concordar com Pinheiro-Machado, entre outros autores, pois as sementes do fascismo parecem estar espalhadas pelo país (e pelo mundo) e formam parte de nossa história, desde o flerte de Getúlio com o Eixo nazifascista, no contexto da segunda Guerra Mundial, e do Integralismo, na mesma época, passando pela grande quantidade de células neonazistas atuando no país atualmente etc. que culminam no ódio expresso nos discursos e ações de membros do governo e seus apoiadores mais fanáticos contra os indígenas e seus territórios, os quilombola, os negros (e em especial, a juventude negra periférica), as feministas, os LGBTQI.

Sem contar o ódio de classe, contra os nordestinos, contra o comunismo e a necessidade de eleger inimigos internos ou externos que devem ser combatidos e aniquilados, pois são considerados responsáveis por todos os problemas existentes. Características cada vez mais parecidas com as do fascismo histórico, que resulta, nesse momento, no combate e tentativa de criminalização das ideias e ações dos movimentos antifascistas, por exemplo (no Brasil e nos EUA da era Trump, em 2020).

Outra maneira de nomear e compreender o fenômeno do Bolsonarismo no Brasil e a ascensão de líderes “carismáticos” de extrema-direita no mundo é utilizando a nomenclatura do populismo, o mecanismo/razão populista na proposta de Laclau. Segundo Letícia Cesarino (2019), a semelhança/correlação entre a proposta teórica de Laclau e os dados empíricos sobre a eleição de Bolsonaro são tão evidentes que parece que a campanha política do atual presidente seguiu a cartilha do cientista político argentino do que define e como se constitui o populismo. Inclusive, Laclau é citado num texto de 2018 do blog do atual chanceler Ernesto Araújo, se referindo e criticando o que ele chama de neomarxismo (numa relação que ele estabelece que vai de Haddad, passa por Lula, Maduro, Chávez, Laclau e chega até Mao-Tse-Tung). Para a antropóloga, a crise e a sensação de caos que são a base necessária para a ascensão do populismo e de líderes estranhos ou de fora, supostamente, do *establishment*, tal como Trump e Bolsonaro, foi construída no Brasil com o lavajatismo, o antipetismo, o dito combate contra a corrupção e a visão de que todo o sistema político estava corrompido e precisava ser reorganizado/salvo. Acrescido das mudanças trazidas pelos meios digitais nas eleições e na organização social, a campanha de Bolsonaro soube usar como ninguém os mecanismos de alastramento de informações e contágio via *whatsapp* entre outros recursos, segmentando o público-alvo e a própria imagem do então candidato para dialogar com diferentes segmentos da população (CESARINO, 2019).

Esse múltiplo candidato Bolsonaro, aparentemente contraditório e incoerente, também foi apontado por Kalil (2018) na imagem do caleidoscópio, quando da identificação do perfil de 16 grupos de eleitores do Bolsonaro (relatório de pesquisa), passando pelas mães e donas de casa preocupadas com a segurança dos filhos e as questões morais (ideologia de gênero e ameaça a família); homens trabalhadores preocupados com a segurança urbana; por jovens assolados pela precarização do trabalho, incapazes de fazer cumprir seu ideais de consumo que lhe foram ensinados e prometidos em governos recentes e ainda capturados pela lógica do empreendedor de

si; grupos religiosos; negros, mulheres e gays que não se identificam com os movimentos sociais negro, feminista, LGBTQI, entre outros. Para cada grupo e foco, um perfil do então presidenciável Bolsonaro e uma mensagem diferente que ali caía como uma luva: o pai de família; o religioso; o homem honesto; aquele que tem coragem de ir contra o politicamente correto e o vitimismo; uma pessoa comum “feito nós” – que usa caneta *bic*, que não sabe se expressar muito bem, um sujeito “fora do sistema” (mesmo que faça parte dele há 30 anos, nunca se encaixou bem no congresso, sendo considerado do baixo clero, ele é visto como o elemento bizarro que pode limpar ou reorganizar um sistema visto como corrompido- a entidade tabu que fascina); aquele que combate os bandidos e que defende as mulheres.

Para um conjunto de grupos sociais e sujeitos que não se enquadravam em nenhum rótulo, o Bolsonarismo possibilitou a construção de uma identidade de direita ou extrema-direita - baseada em significantes vazios como uma pessoa de bem, trabalhadora, patriota (e a ênfase no que uma pessoa de direita não é – uma pessoa de esquerda, considerada impura e contaminada – como o exemplo da diferença entre a mulher de direita e da mulher de esquerda/feminista – na fala dos filhos de Bolsonaro, esta última é feia, peluda, suja, subversiva¹⁵⁰) que se contrapunha ao petismo/esquerdismo/socialismo/comunismo que representava o pior da sociedade, o inimigo a ser combatido e eliminado na guerra cultural (CESARINO, 2019).

A autora destaca ainda o caráter bivalente do slogan “liberal na economia e conservador nos costumes” que dialoga com as políticas de reconhecimento e de redistribuição, as questões chamadas identitárias e as questões estruturais e de classe; além da crise da ciência, dos peritos, da mídia tradicional e de suas mediações e da democracia institucional – marcas e bases da modernidade- na era da pós-verdade, onde o que se busca é a segurança. Esses aspectos, entre outros inúmeros que poderíamos destacar sobre o populismo e as especificidades de Bolsonaro apontadas por Cesarino: continuidade entre o líder e seu povo como uma coisa relacionada diretamente e sem intermediação – o corpo do líder, o corpo digital do rei que é substituído/formado por seus eleitores e apoiadores – autointitulados robôs do Bolsonaro, que lhe substituíram quando ele esteve fora do debate devido ao atentado da facada- o corpo do líder, assim como o Brasil, estava ferido e precisava ser salvo, ele era o povo e a nação ao mesmo

¹⁵⁰ Como a mulher de esquerda e/ou feminista (e outras minorias como negros e indígenas) são vistos por boa parte da direita e dos apoiadores de Bolsonaro, principalmente aqueles preocupados com a agenda moral, também destacado por Cristian Dunker, que será citado a seguir, como relacionados a sujeira, a quem não sabe se limpar, que cheira mal, que deve ser escondido.

tempo; a liderança carismática, as cadeias de simplificação da realidade e o comando-controle (psicologia das massas entre questões objetivas e subjetivas); a criação do inimigo interno e externo etc. e que são interessantes para pensarmos o Bolsonarismo e a reorganização do sistema político a partir dos novos meios digitais, fogem do escopo da análise central desta tese, mas é importante para frisarmos o caráter complexo e múltiplo dessa onda neoconservadora que nos assola, que como dissemos em outros capítulos, é marcada por ser também neoliberal, religiosa fundamentalista, antiminorias e ampliação de direitos, populista, autoritária, antidemocrática e ainda, no limite, a favor de um Estado Necropolítico. (CESARINO, 2019).

Alguns desses aspectos não são necessariamente uma novidade, mas ganham novas configurações, como o casamento entre o neoconservadorismo e o neoliberalismo, muito útil para resolver o problema da precariedade e insegurança (social, econômica, de direitos, empregos) própria do neoliberalismo, dando a garantia da família como local central e a instituição responsável pelo cuidado dos desempregados, dos que ainda não trabalham (crianças e jovens) e dos que não podem mais trabalhar (idosos), vide governo Reagan, Thatcher e a sua famosa frase “não existe essa coisa de sociedade, existem indivíduos, homens e mulheres, e existem as famílias”, dando novas, ou retomando as velhas funções e centralidade da religião/igrejas, que haviam perdido sua importância em um de contexto secularização, em relação ao Estado, cada vez mais mínimo.

Se hoje há consenso em torno da centralidade dos projetos reacionários na conjuntura política que estamos vivendo no Brasil, no princípio, entretanto, seus defensores apenas pareciam “um monte de louco que estão aí”. Esta frase foi retirada de uma fala da professora Margareth, durante a sua entrevista, ao se referir ao avanço da direita e extrema-direita neoconservadora no Brasil, de como foi difícil acreditar e “prever” que aqueles grupos, que pareciam uma minoria há pouco tempo, ascenderiam e chegariam ao poder, de forma relativamente rápida. A classe política mais tradicional e boa parte da intelectualidade do país subestimou a força dessa onda, mesmo num país como o nosso, cuja história é permeada pelo autoritarismo e pela violência. Segundo Safatle (2019¹⁵¹), o Estado Brasileiro sempre foi um Necroestado – perpetuado pela organização da morte, espoliação e extermínio da grande maioria da população para manter a “ordem” numa

¹⁵¹ Ver mais em: <https://www.youtube.com/watch?v=CCgL60UJTck> - Intervenção do filósofo Vladimir Safatle na mesa de abertura do ciclo de debates do Seminário Internacional "Democracia em colapso?", organizado pela Boitempo e pelo Sesc São Paulo. Ver também a entrevista <https://jornalistaslivres.org/nao-e-possivel-perder-algo-que-nunca-tivemos-a-democracia-diz-vladimir-safatle/>

guerra civil constante contra a sua própria população, para defender os interesses dos sujeitos/cidadãos contra aqueles que são vistos como objetos, sendo assim, não se poderia dizer que algum dia tivemos democracia (ou uma democracia para a grande maioria das pessoas) que estaria em risco ou precisaria ser defendida, mas sim que deveríamos tentar construí-la e que para isso seria necessário desmontar a estrutura policial e militar do país, um projeto que nunca foi levado a cabo por nenhum governo desde 1984.

Voltando a entrevista da professora Margareth e ao contexto um pouco anterior a eleição de Bolsonaro, podemos dizer que sob a hesitação, incredulidade e (muitas vezes) as risadas daqueles que lutam por direitos e pela diversidade, o “bando de loucos” (que no início eram usados como piada/deboche em programas populares de televisão¹⁵²) instaurou-se na agenda política do país e suas pautas passaram a ser vistas com seriedade, às vezes ainda com estranhamento, mas não mais na ordem da piada. Alguns professores e professoras de sociologia, inicialmente, também reagiram de forma jocosa aos ataques, às vezes perplexa, até perceber a gravidade do que estava acontecendo. Ainda que a “loucura” seja uma atribuição equivocada, diversos elementos no discurso de Bolsonaro (e da extrema direita, de forma mais ampla) vem sendo analisados pela ótica da psicanálise, como o faz o psicanalista e professor da USP Christian Dunker (2018), inclusive demonstrando a correlação entre os discursos destes grupos com “fantasias infantis” que acreditam na figura de um pai soberano e protetor¹⁵³ e a obsessão com

¹⁵² Tem ocorrido um debate sobre o papel de determinados programas de TV que utilizavam políticos como Bolsonaro para fazer piadas e deboches, como ocorria no programa CQC da rede Bandeirantes, no Superpop, da Redetv, no Pânico da Jovem Pan (e que passou em diversos canais de TV) e que acabaram lhe dando uma grande visibilidade nacional que até então ele não possuía. Ver mais em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/31/politica/1540978539_344863.html> <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mauriciostyker/2020/10/iozzi-e-tas-divergem-sobre-papel-do-cqc-na-promocao-de-bolsonaro.shtml>> <<https://www.terra.com.br/diversao/tv/blog-sala-de-tv/rafinha-critica-cqc-panico-e-superpop-por-ajudar-bolsonaro,f9fcb9f39d15945e7fcc05365416190clzttmqfc.html>> <<https://tvefamosos.uol.com.br/blog/mauriciostyker/2018/10/29/qual-foi-o-papel-de-cqc-superpop-e-panico-na-popularizacao-de-bolsonaro/>>. Acesso em 12 de janeiro de 2021.

¹⁵³ Sobre isso, ver por exemplo “A psicanálise e o discurso de Jair Bolsonaro”, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=7T3sHqUjHtU>. Acesso em 02/11/2019. Além disso, em outras entrevistas e textos, o psicanalista e professor Christian Dunker salienta a questão da moralidade ligada a fase anal (controle dos esfíncter, controle pessoal, saber usar o banheiro, vergonha), e a relação disso com seus discursos sobre o coco (seu controle resolveria o problema ambiental), a questão do mijo (episódio do *Golden shower* no carnaval e a associação da esquerda e seus inimigos como aqueles associados a sujeira e ao descontrole/vergonha), e as metáforas sexuais e do tamanho de seu pênis (e do japonês), a ênfase na sua virilidade e masculinidade (a brincadeira sobre o troca-troca entre Moro e Salles) para compensar sua insegurança pessoal (talvez ele se sinta impostor e se sente legitimado e autorizado pelos seus filhos e não o contrário) e fazer valeu seu poder humilhando os subordinados, além da lógica política de que falar dessas coisas que geralmente não se falam demonstra verdade e autenticidade na visão de seus apoiadores. Ver mais em: <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2019/08/16/por-que-bolsonaro-fala-tanto-de-coco-psicanalista->

determinados assuntos, partes do corpo e seus dejetos, que remetem as fases de constituição dos indivíduos, como a fase oral e anal, por exemplo.

A ideia neste capítulo, é dar fazer uma análise mais profunda e contextualizada de um trecho de uma entrevista, que nos parece interessante para pensar a constituição dos temas sensíveis no atual contexto (ou na sua conformação), que permite também que pensemos nas implicações do contexto social, político, econômico, cultural mais amplo na escola a partir da narrativa de um evento. Este episódio também permite que pensemos nas inter-relações entre as diferentes categorias analíticas que apresentamos anteriormente e que organizaram os roteiros de entrevista e análise. Obviamente, ficou claro que a partir desta análise, não era possível fazer isso com todas as entrevistas, nem com a entrevista como um todo, assim, muitas narrativas interessantes e algumas entrevistas ficaram de fora da análise nessa tese¹⁵⁴. Vamos retomar aqui as categorias que já forma apresentadas anteriormente.

1) Compreensões e análises do contexto atual: como os professores de sociologia compreendem e interpretam a situação atual do país e suas implicações na escola?

2) Construção do currículo, elaboração das aulas e escolha dos materiais didáticos

9) Receios, medos, censura e autocensura em suas práticas docentes frente as ameaças que rondam a escola e os professores

10) Quais são os temas considerados mais sensíveis, polêmicos, delicados de serem abordados em sala de aula e na disciplina de sociologia?

11) A questão de gênero e sexualidade: que lugar ocupa na disciplina e na interpretação da realidade social? Teve formação específica sobre o tema? Qual perspectiva teórica embasa suas abordagens pedagógicas?

12) Estratégias: pedagógicas e relacionadas ao ensino/aprendizagem; de enfrentamento das dificuldades; de lidar com as polêmicas; com os ataques à escola ou aos docentes?

13) A postura do professor: especificidades da área; ser homem ou mulher importa? Militante? Engajado? Isento? Qual o papel do professor de sociologia na escola?

14) Relação com os colegas professores, direção, estudantes e comunidade escolar: como a sociologia é vista pelos demais agentes presentes na escola?

christian-dunker-explica/ acesso em 03/07/2020. As questões mais específicas relacionadas ao sexismo, ao gênero e a sexualidade serão abordadas no subcapítulo dedicado a temática.

¹⁵⁴ E esperamos que possam ser utilizadas em futuros artigos.

Como já dito, e conforme veremos no decorrer do capítulo, essas categorias se cruzam e se sobrepõem e de forma alguma podem ser concebidas isoladamente. Neste subcapítulo/ tópico vamos apresentar a fala de uma das professoras entrevistadas e discutir como um episódio narrado por ela poderia ser classificado dentro destas categorias. Além disso, esperamos que fiquem evidentes as interações e interpenetrações entre o contexto social e político que vivíamos e vivemos no país com o chão da escola e a prática dos professores de sociologia. O trecho selecionado é o que segue:

Em outro evento a gente fez uma fala sobre a PEC do Teto, trouxemos um pessoal da Economia para falar no auditório. Um pessoal que estava se disponibilizando a ir nas escolas (uns alunos dos pós da economia que estavam fazendo um circuito em escolas pra falar disso). E teve uns alunos que queriam filmar isso. Aí eu fui supostamente xingada de comunista, por essa galera. Porque eu chamei a discussão para o PEC e porque eu tava envolvida. Ficou tão caricato, porque tipo “você não estão me xingando de comunista, comunismo não é um xingamento, então beleza, eu não sou comunista, mas se fosse não teria problema”. E ficou uma coisa muito polarizada e de tão polarizada ficou tosca, são nossos alunos, como a gente não consegue dialogar? A gente começou a se dar conta de que o negócio começou a ficar meio estranho. (professora Margareth¹⁵⁵)

Primeiro, cabe localizar este trecho na entrevista, de modo mais amplo. Os assuntos, os pontos do roteiro, que estava sendo discutidos a àquela altura eram: as temáticas mais polêmicas e sensíveis de serem trabalhadas na escola, o currículo da disciplina construído por ela e seus colegas e as mudanças que o clima político dos últimos anos promovia na escola, nas aulas e/ou era percebido pelos professores. Na inter-relação entre todos esses temas e no rumo que a conversa seguia, a partir dos tópicos e da narrativa trazida pela entrevistada, falou-se sobre a ocupação estudantil que ocorreu na escola em 2016 e os desdobramentos disso, assim surgiram informações importantes, tais como: que havia grupos de alunos contra a ocupação e que ocorreu a participação do MBL (movimento Brasil livre) nisso; a presença de grupos políticos e/ou de partidos políticos (juventudes) dentro da escola; a questão do grêmio estudantil e a sua posição política e em relação à ocupação; a reação dos estudantes a certos temas considerados sensíveis

¹⁵⁵ É professora concursada do estado desde 2013. Sua carga horária gira em torno de 20h, dando aula de sociologia e, às vezes, de religião, por necessidade da escola ou preencher sua carga horária. Atua desde o início de sua carreira numa única e mesma escola de ensino médio em Porto Alegre. A entrevista foi concedida em agosto de 2018, ela tinha 28 anos na época.

e/ou polêmicos; estratégias para lidar com essa nova realidade na escola e nas aulas, entre outras questões. Essas informações são relevantes para a compreensão do que segue e serão retomadas posteriormente.

Nesse segundo momento, passamos a refletir mais especificamente sobre o trecho da entrevista em si. A professora Margareth, ao narrar um evento organizado por ela e por outros professores da escola sobre a PEC do Teto de Gastos (241/55), no segundo semestre de 2016, traz o retorno de alguns alunos que a “acusam” de “comunista”, uma identificação que ela não atribui a si, depois discorre sobre a sua surpresa ao receber tal “crítica/acusação” e qual foi a sua reação e a dos seus colegas (essa parte do episódio será apresentada de forma específica mais adiante). A temática do episódio narrado neste fragmento da entrevista poderia ser classificada, num primeiro momento, como pertencente ao eixo que trata das estratégias para lidar com os desafios; e/ou também o referente a relação do professor e da escola com a comunidade escolar. Tendo em vista a reação dos estudantes e como ela se sentiu, também poderíamos pensar na categoria censuras e receios dos professores e ainda na temática dos temas sensíveis, que como já discutimos, são aqueles que suscitam mais polêmicas porque se relacionam a valores e crenças bastante arraigados, mas muitas vezes são aqueles mais relevantes de serem discutidos, na perspectiva dos professores ou que fazem parte da demanda dos próprios estudantes. Assim, poderíamos enquadrar este evento narrado em quatro das oito categorias, por enquanto.

Vamos focar no último aspecto citado, a questão dos temas sensíveis e polêmicos. Vejamos, mesmo adentrando numa temática relacionada à política- tema considerado cada vez mais sensível e indesejado por alguns grupos¹⁵⁶- a organização de uma evento para a discussão de uma proposta de emenda parlamentar, enviada pelo executivo ao congresso, desde uma perspectiva econômica crítica, com especialistas, e abordando os seus impactos diretos para toda população e para a educação em específico, que afeta portanto a própria escola pública, as universidades etc. seria considerado um evento sobre um tema sensível e polêmico, passível desse tipo de reação por parte dos alunos, em outras épocas e contextos? Parece-nos que seria mais apropriado pensar que pela conjuntura política da época, final de 2016, esta temática adentrou, talvez temporariamente, na categoria de “temas polêmicos/sensíveis”. Por outro lado,

¹⁵⁶ Como já dito em outros momentos, essa é a narrativa e o discursos oficial do ESP e de outros grupos conservadores, inclusive do presidente, mas sabemos que a política permeia as questões relativas à escola e que o sem ideologia, partido e educação neutra se refere apenas ao que é identificado como de esquerda ou demasiadamente progressista, na perspectiva destes grupos e agentes sociais.

poderíamos pensar que falar de economia e de projetos governamentais importantes, de forma crítica, contestadora ou abertamente contrária, pode ser considerado sempre algo polêmico, pois nem todas as pessoas irão concordar com a abordagem teórica e política adotada.

Entretanto, criticar o governo e/ou políticos não parecia tão problemático em outras épocas recentes, pelo menos essa é a minha impressão. Consideremos, criticar alguma política em específico, o governo de modo geral e políticos em particular, como por exemplo, o governo do PT, ou mesmo de FHC, Collor, na esfera nacional; ou criticar o governador do estado em épocas de greve e protestos de professores; ou críticas ao prefeito em época de aumento de passagens; críticas a projetos que interferem na vida geral da população, como a reforma da Previdência, reforma trabalhista, ou no âmbito educacional etc. foi algo relativamente comum nas últimas décadas no nosso país. Tais críticas sempre estiveram presentes na mídia, na escola e na sociedade em geral. Entretanto, ao que parece, atualmente criticar o governo ou algum órgão governamental virou atitude antipatriótica, nesse sentido, circulam dossiês feitos pelo governo federal dos críticos e considerados detratores do governo na imprensa e funcionários públicos são coagidos¹⁵⁷ em especial, professores e policiais.

Me lembro de vivenciar essa outra realidade de mais liberdade de expressão e crítica como estudante e professora de escola pública, em greves da categoria e/ou outros momentos de mudança na legislação. Particpei da greve da categoria de professores do estado do Rio Grande do Sul no segundo semestre de 2013, durante o governo de Tarso Genro do PT, que havia obtido meu voto na eleição anterior. Nos protestos e nas ruas havia adesivos, *outdoors* ou cartazes do sindicato (CPERS) com muitas críticas ao governo, ao secretário de educação, às vezes acusados de traidores, pelo fato de não pagarem o piso do magistério etc. Não fui acusada de nada pelos alunos por causa disso (pelo menos não diretamente), apesar dos protestos e manifestações se darem fora da escola, algumas vezes contávamos com a participação dos estudantes em marchas

¹⁵⁷Sobre os dossiês feitos pelo governo e considerados ilegais pela justiça, ver mais em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/07/24/ministerio-justica-governo-bolsonaro-antifascistas.htm>><<https://www.dw.com/pt-br/stf-pro%C3%ADbe-governo-de-produzir-dossi%C3%AAs-contra-opositores-pol%C3%ADticos/a-54641955>><<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/dossie-lista-por-estado-policiais-opositores-ao-governo-diz-moraes/>><<https://www.poder360.com.br/justica/stf-forma-maioria-para-derrubar-dossie-do-governo-sobre-antifascistas/>><<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/30/ministerio-da-justica-monitorou-579-opositores-de-bolsonaro-diz-site.ghtml>><<https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/12/01/governo-bolsonaro-jornalistas-redes-sociais.htm>><<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2020/12/governo-bolsonaro-faz-monitoramento-de-jornalistas-e-lista-detratores/>>. Acesso em 13 de janeiro de 2021.

e caminhadas até a sede do governo ou da secretaria de educação, principalmente, ou em ações pontuais, na frente da escola, por exemplo.

Recordo que à época apenas ficamos, meus colegas grevistas e eu, chateados com um pequeno grupo de estudantes, da nossa escola de ensino médio, que organizou um protesto via redes sociais- mas que não chegou a ocorrer de fato- reclamando da greve e se colocando como favorável à volta as aulas, sem demonstrar solidariedade para com seus professores. O grupo usava o bordão “vem pra rua”, tomado diretamente das manifestações de rua que ocorreram no primeiro semestre daquele ano, lembro que na época achamos estranho, irônico ou contraditório e rimos do bordão escolhido. Pensando bem, agora ele faz bastante sentido, pois é significativo dos usos e apropriações deste bordão e daquelas manifestações, que ocorreriam a partir deste momento (mas isso ainda não passava pela nossa cabeça). Cabe ainda perguntar, mas para além da minha impressão e experiência pessoal, de onde vem essa percepção e estranhamento para com o fato narrado: a reação daqueles estudantes a um evento sobre a PEC 241? Ou, mais especificamente, com a temática que supostamente gerou o conflito, por que ela seria sensível ou tão polêmica assim? Essa minha percepção provém da própria reação da professora Margareth e de seus colegas, que não esperavam tal comportamento e atitudes de seus alunos frente ao evento organizado na escola e ao tema discutido nele.

Assim, em terceiro e último lugar, para tentarmos compreender o episódio, de fato, acreditamos que é necessário que o contextualizemos dentro de seu momento histórico e social, no país, na cidade e naquela escola. Além é claro, do sentido e lugar que essa narrativa ocupa dentro da fala de Margareth. De alguma forma, esse é o exercício que me propus a fazer ao longo da tese, para tentar entender minimamente como se constituiu a guinada neoconservadora na sociedade e na escola e seus efeitos para a educação na perspectiva dos professores de sociologia. Vamos a essa tentativa, mas antes, cabem ainda duas ressalvas.

Essas duas ressalvas se relacionam a dois aspectos/mudanças sutis, que são importantes e ficaram mais explícitos ao analisarmos os dados do que estavam quando a pesquisa começou, agora parecem óbvios, mas que só puderam ser assim pensados na medida em que as entrevistas dos professores e suas narrativas foram lidas e analisadas no diálogo com a “realidade”, ou seja, com o contexto onde se deram, como disse no parágrafo anterior e nas relações que se estabeleceram entre as entrevistas/ narrativas.

a) Não é que ocorreu a guinada conservadora no país e logo depois impactou a escola e a aula de sociologia ou a prática dos professores, como uma onda seguida de um tsunami. Não são momentos separados, um anterior e outro posterior. Eles se dão ou ocorrem ao mesmo tempo, par e passo, até porque a escola e os jovens são centrais no avanço dessas ideias e discursos da nova direita neoconservadora, esta é um local de disputa privilegiado para entendermos esse processo. Onde/no qual isso também se deu e continua ocorrendo, para além dos protestos de rua, de Brasília e da internet.

b) Não se trata apenas da aula de sociologia em si, esse é o foco inicial e principal, que se privilegiou no roteiro de entrevista, mas muitas vezes o que vai ser falado diz respeito a toda a escola onde o professor/a trabalha e/ou a educação de modo geral, não são coisas separadas e estanques. Ele está na sala de aula e construindo o currículo de sociologia, mas faz parte do cenário escolar como um todo, ou seja, dos eventos cotidianos ou extraordinários que ali ocorrem, nas conversas da sala dos professores ou corredores, nas discussões pedagógicas, nos projetos educacionais e interdisciplinares (quando ocorrem), conversando com os alunos dentro e fora da sala de aula, convivendo com a comunidade escolar etc. Tudo isso vai fazer parte da sua vivência, compreensão, eventos e fatos considerados significativos.

Sendo assim, agora podemos passar para o exercício de contextualização em si, em relação ao trecho destacado da entrevista da professora Margareth.

3.7. O episódio da PEC e suas múltiplas camadas

Como já vimos de maneira um pouco mais pormenorizada nos capítulos anteriores o contexto social e político brasileiro dos últimos anos é bastante conturbado e precisa ser compreendido para entendermos a ascensão do neoconservadorismo no país. Neste subtítulo, vamos fazer um breve resumo destacando alguns aspectos que são importantes para o contexto narrado pelos professores em suas entrevistas. Para compreender o contexto de 2016 narrado pela professora, precisamos fazer um recuo de no mínimo dois anos ou até mesmo três anos e levar em conta o que discutimos anteriormente.

Segundo Rosana Pinheiro-Machado (2019), “2014¹⁵⁸ marcou o avanço da extrema direita no Brasil” (p. 67) isso ficou evidente pelo perfil dos candidatos a deputados federais mais votados no Brasil (Celso Russomano, o pastor Marco Feliciano, Jair Bolsonaro, Luís Carlos Heinze, por São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, o último, por exemplo, declarou que “quilombolas, índios, gays, lésbicas são tudo o que não presta”) que ajudaram a formar uma das bancadas mais conservadoras da nossa história, até então. Havia também discursos ultraliberais, de extrema-direita e afins que flertavam com o fascismo na mídia tradicional, espalhada por jornalistas como Reinaldo Azevedo e Rodrigo Constantino, que inclusive estimularam linchamentos virtuais e ameaças físicas contra a própria antropóloga/autora. Rachel Sherazade, apresentadora de telejornal do SBT, apoiava publicamente o linchamento contra os “bandidos” (adolescentes negros), a elite apoiava a repressão policial ao rolezinho dos jovens periféricos nos shoppings etc. A autora ainda destaca como as direitas nacionais e globais estavam se articulando já há algum tempo, e cita o caso Brasileiro, onde segundo ela, a extrema direita se disfarça de liberal, por meio de *think thanks* e institutos como o Mises e o Milenium e a realização de eventos como o Fórum da Liberdade, em Porto Alegre, que ocorre desde 1988, com o apoio da RBS e da Gerda, que já contou com a presença de Olavo de Carvalho, Aécio Neves, Luciano Huck, Sérgio Moro, Rodrigo Constantino, Jair Bolsonaro, Alexandre Garcia, Demétrio Magnoli, entre outros, consolidando uma rede de empresários, políticos e intelectuais de direita e extrema-direita (Idem, p.68). 2014 foi marcado pela eleição presidencial bastante acirrada, na qual o candidato derrotado, Aécio Neves, pede auditoria da votação e não aceita o resultado, fomentando desde então a queda de sua opositora, passando pelo já discutido PNE. O ano seguinte, 2015, emerge permeado de crises políticas: ameaças de abertura de processo de impeachment, pautas bomba no congresso nacional, recuos nas promessas de campanha, além de o início de uma crise econômica e a proposta de ajuste fiscal. Protestos de rua contra o governo começam a ser organizados.

Por fim, 2016, como destacado, é marcado pelo golpe contra a presidenta Dilma que colocou no poder um presidente, Michel Temer do PMDB, que passará a adotar imediatamente um programa de governo chamado Ponte para o Brasil, muito distinto da proposta apresentada na

¹⁵⁸ Claro, essa é uma das leituras, como já destacado nos capítulos anteriores, 2013 e seus protestos, a questão do “Kit gay” e do casamento igualitário em 2011, a eleição de 2010 e o lançamento do programa de direitos humanos (PNDH III) em 2009, também foram momentos chave.

campanha eleitoral da chapa. Neste momento, já há uma forte sensação de polarização política entre aparentemente dois segmentos: os que apoiavam o governo anterior e os que se opunham a ele e apoiaram sua derrocada (pró e anti-golpe/impeachment), isto, claro, de forma bastante simplificada. Não acreditamos necessariamente nesse binarismo, porque sabemos que a realidade é sempre múltipla e mais complexa, mas a narrativa da polarização da política vai se tornando cada vez mais comum nos discursos da mídia e nos momentos de protestos, onde os manifestantes muitas vezes são vistos e se comportam como membros de torcidas rivais que precisam estar separados, pois como vimos, a linguagem do ódio e da violência estava bastante presente, pelo menos em um dos lados.

Além disso, 2016 também foi ano de eleição municipal. Dessa forma, no segundo semestre, quando ocorre a tal palestra na escola sobre a PEC do teto dos gastos (também chamada PEC do fim do mundo) narrada pela professora Margareth na entrevista, criticar a proposta de ajuste fiscal do novo governo parece ser lido, nessa ótica polarizada dualista, como defender o governo ou o partido da presidenta anterior, vista como uma inimiga política por muitos, naquele momento. O amálgama feito entre o anti-petismo, com o discurso anticomunista, antisocialismo, anti “marxismo cultural” e contra a “ideologia de gênero” e a acusação frequente feita contra os professores, percebidos potencialmente como doutrinadores e militantes políticos de esquerda disfarçados ou não, que já operava fortemente nessa época - por meio da construção de alianças entre grupos morais, religiosos, antigênero, neoliberais, de extrema-direita que ajudaram a alavancar o neoconservadorismo no país (MIGUEL, 2016), e que foram apresentados e discutidos anteriormente - aparece aqui no episódio narrado por ela, expresso, entre (aquelas) outras coisas, no fato dela ser nominada como “comunista” e isto ser visto como uma ofensa, uma categoria de acusação, na visão desses grupos.

Considero que ainda tem uma importante reflexão sobre o episódio da PEC que precisa ser comentado, no qual iremos perceber como a questão da polarização política e social vem à tona. Assim, algo aparentemente externo adentra a escola e tem implicações na relação professor-aluno e no processo de aprendizagem, e ainda impacta a cultura escolar. Como falamos antes, não é possível abordar temas sensíveis num contexto de desconfiança mútua e falta de diálogo. Além de ainda ser necessária uma outra contextualização, dessa vez sobre aquele momento na escola, particularmente. Para isso, vamos retomar um excerto daquele trecho apresentado no princípio

“E ficou uma coisa muito polarizada e de tão polarizada ficou tosca, são nossos alunos, como a gente não consegue dialogar. A gente começou a se dar conta de que o negócio começou a ficar meio estranho.”

O trecho acima é importante na ligação que faremos como o que vem logo em seguida, que destaca os desdobramentos desse episódio, e nos ajudam a entender por que ele aconteceu ou porque teve tais repercussões. Segue um outro trecho da entrevista para compreendermos a realidade da escola no segundo semestre de 2016. Este trecho está logo abaixo da narrativa que evoquei antes:

Entrevistadora: Depois isso deu uma amenizada, foi só esse grupo?

Entrevistada: Exatamente. Hoje não existe essa conversa tão polarizada. Claro que existe um menino lá que vai com a camiseta do MBL para sala de aula.

Entrevistadora: Tem gente do lado Bolsonaro? Com camiseta?

Entrevistada: Tem

Entrevistadora: e nenhum deles te provocou?

Entrevistada: Fica, mas não chega a ser uma coisa assim, o problema é quando eles se organizam em grupo. Estes estão isolados. Mas tem aluno que acha que Bolsonaro é a saída. Esse menino inclusive, ele bota post no Facebook e marca professores, eu não sou amiga dele no Facebook, mas tem um professor de Geografia que é do PSOL e eles tão sempre meio que ali...de frente. E eu meio que trato ele meio que “tá”, mas ele não costuma participar da minha aula, não participa, mas eu sei que ele é do MBL, já vi ele com camiseta do MBL.

Vale ressaltar que Margareth lembra do acontecido enfatizando a sua surpresa com a reação desses alunos, na época. Ela não entendia como a falta de diálogo com os seus alunos tinha chegado a “aquele ponto”. Na continuação da entrevista, pergunto a professora como ela se sentiu perante o episódio com os alunos ou ao ser “supostamente ofendida de comunista”, e, como vimos acima, ela se refere a um dos alunos comentando que ele é do MBL (Movimento Brasil Livre) uma informação importante, que já apareceu em outras entrevistas. Segundo Camila Rocha (2018) O MBL é um movimento liderado por jovens que participou dos protestos de 2013, posteriormente conhecidos como jornadas de junho, embora tenha sua fundação oficial decretada em 2014. É oriundo de grupos de direita liberal constituídos anteriormente como o MRL (movimento renovação liberal) financiados e formados por *think thanks* estrangeiras neoliberais e ultraconservadoras como a Atlas Network, assim como outros institutos e eventos que ganharam força/ou apareceram no Brasil nas últimas décadas, alguns já foram citados ao falarmos do

contexto de 2014, mas ainda há outros como o instituto liberal e os estudantes pela liberdade. Este movimento de jovens de direita, liberais e conservadores, que agora não tem mais vergonha de se

assumirem dessa maneira, emerge com um posicionamento oposto ao do MPL (movimento passe livre) que iniciou os protestos de 2013 em São Paulo lutando pela defesa da gratuidade no transporte público e redução do preço da passagem, protestos esses que depois passaram a abarcar novas e difusas bandeiras.

O MBL, desde seu início, se identificou com o antipetismo, defendeu o impeachment de Dilma Rousseff e tinha como suas principais bandeiras, à época, o combate a corrupção aliado a ideia de que o PT era o partido mais corrupto do mundo, como destacam Gallego, et al. (2017). Também figuram entre suas pautas o apoio a operação Lava-Jato (que tinha como seu principal alvo o PT, mas que acabou indiciando políticos de diversos partidos, inclusive nem sendo o PT o partido com o maior número de indiciados e condenados¹⁵⁹), a defesa do livre mercado e do estado mínimo e, segundo eles, a liberdade de imprensa. Afirmavam não ser filiados a partidos políticos, o que depois foi contestado. São considerados representantes da “nova direita brasileira” sendo um dos principais agentes nos protestos de 2015 e 2016 contra a presidenta da república. Kim Kataguirí, um dos seus expoentes, está presente numa famosa foto ao lado do deputado federal e presidente do congresso à época, Eduardo Cunha (hoje preso, condenado por corrupção), e ainda ao lado do então deputado federal, Jair Bolsonaro, em maio de 2015, quando o pedido de abertura do impeachment foi protocolado. Acima dos presentes havia uma faixa parabenizando-os como exemplos da luta política contra a corrupção, eles levantavam o dedo indicador em referência ao impeachment¹⁶⁰.

¹⁵⁹ O PP, atual Progressistas e antigo PPB, é o partido com o maior número de investigados e indiciados, mesmo assim, viu sua legenda crescer nos anos seguintes e hoje faz parte da base aliada do presidente da república, ex-filiado a legenda, inclusive. Ver mais em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/24/politica/1524605415_828915.html> <<https://noticias.r7.com/eleicoes-2016/partido-com-mais-investigados-na-lava-jato-tem-alta-no-numero-de-prefeitos-18052019>> <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/04/progressistas-e-um-dos-partidos-com-mais-investigados-na-lava-jato.html>> <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/pp-pmdb-pt-e-psdb-sao-os-partidos-com-mais-parlamentares-sob-suspeita/>>. Acesso em 13 de janeiro de 2021.

¹⁶⁰ Para ver as notícias e a foto, ler mais em: <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/anatomia-de-um-mico-a-foto-imortal-de-cunha-com-militantes-anticorrupcao-por-kiko-nogueira/>> <<https://www.buzzfeed.com/br/alexandreorrico/ei-cunha-nada-e-pra-sempre>> <<https://theintercept.com/2016/09/18/a-cassacao-de-cunha-e-o-apartidarismo-de-fachada-do-mbl/>>. Acesso em 13 de janeiro de 2021.

Nesses protestos, também apareceram outros grupos de direita como o Vem pra e o Revoltados Online etc. Cabe ressaltar, que a própria inspiração do nome MBL vem de MPL (já que a nomenclatura MRL não “colou”) e enquanto o primeiro crescia, o segundo minguou, assim como o uso e reapropriação do grito “vem pra rua” usado desde o início dos protestos de 2013¹⁶¹, quando eram principalmente formados por grupos de estudantes e jovens não vinculados ao espectro político de direita¹⁶². Assim, os jovens de direita se lançaram como os opositores ao governo, e isso lhes dava um leve toque de rebeldia, eles se denominavam uma nova direita, a direita transante¹⁶³.

Alguns dos líderes do MBL se lançaram como candidatos a cargos eletivos nas eleições seguintes como deputado federal, deputado estadual, vereadores e até candidatos a prefeito, filiados a partidos como o PP, o DEM, o Novo... muitos se tornando os candidatos eleitos mais jovens e votados para seus cargos, como Kim Kataguirí (deputado federal por São Paulo, em 2018), Fernando Holiday (vereador em São Paulo, 2016), além de *youtubers* e influenciadores digitais como Arthur do Val (também conhecido como *mamãe falei*, em referência ao nome de seu canal), deputado estadual em São Paulo, 2018 e candidato a prefeito da cidade em 2020.

¹⁶¹ Ver mais em: <https://passapalavra.info/2018/07/121756/>. Acesso em 13 de janeiro de 2021.

¹⁶² Vale lembrar, como destaca Rosana Pinheiro Machado (2019), que em Porto Alegre os protestos começaram em janeiro de 2013 contra o aumento da passagem do transporte público, e foram organizados inicialmente pelo Bloco de lutas, um coletivo anarquista e contavam com a participação maciça de estudantes e de militantes de partidos políticos de esquerda, sendo que alguns vereadores do PSOL apoiavam o movimento e entraram na justiça contra o aumento e venceram. As manifestações foram se espalhando pelo país, vistas inicialmente (em sua grande maioria) como ações ilegítimas de vândalos e *black blocs* que eram fortemente reprimidas pela polícia, até que em junho aumentou o número de participantes nas manifestações, um público com muitas diferenças entre si e com bandeiras diversas e difusas, como escola e saúde padrão FIFA (numa alusão crítica a copa do mundo de 2014, sediada no país), mas diferente do protesto não vai ter copa (mais ligado a esquerda), contra a corrupção, crítica a partidos políticos etc. a partir de então qualquer ação considerada violenta (depredação de patrimônio público ou privada) é fortemente criticada e contida, e a polícia muda sua abordagem. Segundo a antropóloga, o marco dessa mudança é dia 20 de junho, quando a bandeira do apartidarismo passou a ser vista como antipartidarismo, a ênfase recaí principalmente na questão da corrupção (ligada ao PT) e os protestos passaram a contar com o apoio da mídia tradicional (Pinheiro-machado, 2019, p.34 e 37).

¹⁶³ Nomenclatura que Renan Santos, um dos fundadores do MBL, utiliza para se descrever. Sobre isso ver o artigo de João Guilherme Bastos dos Santos e Viktor Chagas: Direita transante: enquadramentos pessoais e agenda ultraliberal do MBL. Revista Matrizes: Em Pauta nas pesquisas de comunicação. USP. V.12 - Nº 3 set./dez. 2018 São Paulo – Brasil. E ainda “Flertando com o liberalismo e essa direita comportamental surge a autodenominada “direita transante” (um termo hackeado pelo Bonde do Rolê de Pedro D’Eyrot das festas de verão da esquerda carioca que conclamava a “esquerda festiva”, “transante” e libertária para encontros no Arpoador no verão de 2015. A “direita transante” é uma daquelas “ideias fora de lugar” de uma juventude conservadora, cujo liberalismo não suporta a existência do outro. Confundem valores libertários com um liberalismo descafeinado e publicitário.” Bentes, Ivana. O bonde da direita (2016), artigo na revista Cult. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/o-bonde-da-direita/>. Acesso em 13 de janeiro de 2021.

Aliás, é fundamental enfatizar que o MBL se fortaleceu e cresceu como grupo por meio da internet, das redes sociais, *youtube*, utilizando memes, comprando páginas de humor famosas, se aproximando muito da juventude brasileira, esse é um dos seus principais trunfos e diferenciais que serão a partir de então cada vez mais utilizados com sucesso na política pelos grupos da nova direita¹⁶⁴.

O MBL também apoiou fortemente o ESP e atuou em protestos ocorridos em 2017 contra exposições de arte, como o *Queer Museum*, no Santander Cultural de Porto Alegre, conseguindo inclusive que a instituição cancelasse a exposição antes do previsto, sob a acusação de incentivo a pedofilia (que logo se mostrou infundada) e contra a performance artística La Bête, em São Paulo, no mesmo ano e sob a mesma alegação, agora explicitamente contra o artista¹⁶⁵. Ambas manifestações tiveram ampla repercussão na mídia e na internet, posteriormente foi comprovado, no caso do *Queer museu*, que a maioria das ações nas redes sociais contrárias a exposição foram promovidas por *boots* (robôs), um tipo de ação que será usada largamente pela direita neoconservadora nas eleições do ano seguinte e continuam sendo utilizadas nas redes sociais para dar visibilidade a algum político e ideia ou para atacar os inimigos, além, é claro, das *fake news* e das mensagens em massa enviadas via *whats app* para grupos diversos.

A afinidade do MBL com discursos moralistas, críticos as discussões de gênero e sexualidade e sua faceta conservadora e favorável a censura pode ser explicada pela grande visibilidade que estas questões trazem devido ao ser caráter ameaçador e que mobilizam afetos

¹⁶⁴ Essas questões aparecem nos textos já citados nas notas de rodapé anteriores, ver mais em: <<https://www.buzzfeed.com/br/alexandrearagao/exclusao-da-pagina-corrupcao-brasileira-memes-e-mais-um>> <<https://tecnoblog.net/254703/facebook-lista-paginas-fake-news/>> <<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?>> <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/08/1914163-para-alavancar-redes-sociais-mbl-aposta-em-dupla-de-memeiros.shtml>> . Acesso em 13 de janeiro de 2021.

¹⁶⁵ Ver notícias e análises sobre esses episódios em: <<https://catracalivre.com.br/cidadania/mbl-e-santander-sao-acusados-de-censurar-exposicao-cultural/>> <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/18/opinion/1505755907_773105.html> <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425_555164.html> <<https://veja.abril.com.br/blog/rio-grande-do-sul/nao-veja-censura-diz-coordenadora-do-mbl-sobre-fim-de-mostra/>> <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45191250>>. Além disso, ver o artigo de Fernando Balieiro: “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. Cad. Pagu no.53 Campinas 2018. Epub June 11, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200406> <<https://exame.com/brasil/mbl-acusa-o-mam-de-erotizacao-infantil-em-performance/>> <<https://revistacult.uol.com.br/home/la-bete-dois-anos-depois-wagner-schwartz/>><<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/interacao-de-crianca-com-artista-nu-em-museu-de-sp-gera-polemica.ghtml>> <<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2017/09/conservadores-atacam-mam-com-tese-de-que-artistas-corrompem-criancas/>> . Acesso em 13 de janeiro de 2021.

como o medo, dando margem para a construção de pânicos morais. Balieiro (2018) destaca que “O Movimento Brasil Livre (MBL) foi impulsionador desse novo momento do pânico moral, divulgando vídeos e postagens de boicote à exposição” (*Queer* museu e posteriormente a performance *la bete* no MAM) “acusou as exposições de erotização infantil ou de promoção à pedofilia” (Balieiro, 2018, p.12). Além disso, o apoio a esse tipo de causa ocorre por meio de alianças com grupos evangélicos neopentecostais, entre outros empreendedores morais que operam com a agenda moral conservadora (aqui poderíamos incluir os antigênero). Segundo, Gallego et al. (2017) isso também fez parte de uma estratégia de encontrar apoio popular e aumentar sua rede de simpatizantes, já que a agenda neoliberal não era representativa de boa parte da população naquele momento e não tinha, portanto, o mesmo apelo político que as pautas morais. Essa estratégia de passagem de uma pauta política para uma pauta moral tendo em vista o aumento de visibilidade que isso traz, foi utilizada pelo Projeto escola sem partido, como vimos nos primeiros capítulos. Isabela Kalil, em uma entrevista no podcast Viracasaca, comenta que em suas etnografias sobre os movimentos de rua, um evento que ela considera marcante na ascensão do Bolsonarismo, foi o protesto contra Judith Butler em 2017, quando percebeu, ao conversar com os participantes, a expressiva presença de um público vindo da periferia da cidade, em contraste com aqueles que lá estavam para defender a intelectual¹⁶⁶.

Ainda segundo Gallego et al. (2017), o antipetismo era uma bandeira que unia os diversos grupos que participaram das manifestações pró-impeachment e que ajudaram a construir a polarização política cristalizada em 2016, que coloca aparentemente esses grupos de um lado e os petistas ou progressistas do outro. Ao longo de 2018, o MBL é acusado de fabricar e divulgar notícias falsas por meio de seus vídeos e em outros canais de comunicação¹⁶⁷. No mesmo ano, o MBL apoiou o candidato Jair Bolsonaro no segundo turno das eleições presidenciais¹⁶⁸, mas nos últimos tempos (de 2019 a 2020), alguns de seus membros tem tido um discurso de autocrítica

¹⁶⁶ Ver mais informações em <https://viracasacas.com/2019/10/17/134-as-faces-do-bolsonarismo-com-isabela-kalil/>. Acesso em 13 de janeiro de 2021.

¹⁶⁷ Ver mais em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/reuters/2018/07/25/facebook-retira-do-ar-rede-de-fake-news-ligada-ao-mbl-antes-dizem-fontes.htm>> <<https://oglobo.globo.com/brasil/facebook-derruba-rede-de-fake-news-usada-pelo-mbl-22917346>> <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/mbl-condenado-por-tre-por-publicar-noticia-falsa-sobre-jaques-wagner-pt.shtml>>. Acesso em 14 de janeiro de 2021.

¹⁶⁸ Ver mais em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/07/eleito-deputado-federal-kim-kataguri-declara-voto-util-em-bolsonaro.htm>> <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/em-video-mbl-cita-eleicao-como-a-grande-batalha-de-2018.shtml>>. Acesso em 14 de janeiro de 2021.

em relação ao apoio ao ESP¹⁶⁹ (e a perseguição aos professores), como já vimos anteriormente, e a sua participação na proliferação do discurso polarizado radical que tomou conta da política, assim como passaram a criticar e, recentemente, romperam com o presidente Bolsonaro¹⁷⁰ (apesar de alguns pertencerem a partidos como o Patriotas, que faz parte da base aliada de Bolsonaro¹⁷¹). Cabe destacar ainda que em 2020 alguns de seus dirigentes foram denunciados por corrupção¹⁷².

Depois de compreendermos um pouco da abrangência e da relação do MBL com o avanço do neoconservadorismo no Brasil, passamos ao contexto que nos interessa mais particularmente aqui, neste momento da análise. Este movimento esteve envolvido nas críticas e fez parte dos grupos contrários as ocupações nas escolas em 2016, em Porto Alegre, entre outras cidades, além de terem participação ativa em grêmios estudantis, como ocorria em relação a escola onde Margareth trabalhava. As repercussões ocorridas no evento da PEC têm relação estreita como o MBL e o crescimento dos discursos e movimentos neoconservadores na sociedade e na escola, ou seja, não é que um tenha efeitos sobre o outro, no sentido de que um veio antes e depois se espalhou (da sociedade mais ampla em direção a escola/educação), ambos se constituíram ao mesmo tempo. O neoconservadorismo, por meio de múltiplos grupos e agentes, como o MBL, se espalhou e cresceu nos mais diversos âmbitos da sociedade, nas diferentes classes sociais e regiões, entre diferentes grupos, categorias e marcadores sociais como gênero e raça, com mais ou menos sucesso ou abrangência. A escola é um dos locais onde isso ocorreu e ajudou a conformar um contexto favorável para a ascensão ao poder destes grupos da extrema-direita, neoliberais, fundamentalistas religiosos etc. que conformam o neoconservadorismo brasileiro atual. E como vimos na entrevista, impacta a relação entre alunos e professores e a possibilidade

¹⁶⁹ Ver mais em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/mbl-admite-culpa-por-polarizacao-no-pais-e-exagero-em-sua-agressividade-retorica.shtml>. Acesso em 14 de janeiro de 2021.

¹⁷⁰ Ver mais em: <https://istoe.com.br/kim-kataguiri-a-direita-esta-abandonando-bolsonaro/> <<https://www.poder360.com.br/congresso/mbl-ira-protocolar-impeachment-de-bolsonaro/>> <<https://epoca.globo.com/o-que-pensa-direita-que-se-tornou-anti-bolsonaro-23669904>> <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/01/05/kim-nega-traicao-do-mbl-e-diz-que-bolsonaro-usa-estado-para-protoger-filho.htm>>. Acesso em 14 de janeiro de 2021.

¹⁷¹ Ver mais em: <https://theintercept.com/2020/02/09/mbl-patriota-bolsonarismo/>. Acesso em 14 de janeiro de 2021.

¹⁷² Ver mais em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/10/lider-do-mbl-e-denunciado-sob-a-acusacao-de-traffic-de-influencia-e-fraude-em-licitacao.shtml>> <<https://congressoemfoco.uol.com.br/corrupcao/integrantes-do-mbl-sao-presos-em-operacao-contralavagem-de-dinheiro/>> <<https://veja.abril.com.br/politica/ministerio-publico-denuncia-lider-do-mbl-por-traffic-de-influencia-em-sp/>>. Acesso em 14 de janeiro de 2021.

ou não de se debater determinados assuntos, considerados polêmicos, sensíveis ou indesejados na escola.

Assim, percebemos a conexão intrínseca entre o que acontece fora e dentro da escola, sendo está um dos terrenos férteis para o crescimento das ideias neoconservadoras entre os jovens (além, é claro, da internet), mas também é/ ou pode ser, um dos locais onde estes grupos encontram resistências, ideais e perspectivas contrárias, como ocorreram nas ocupações de 2016, vistas como frutos positivos das manifestações de 2013 (Pinheiro-Machado, 2019, p. 40). Sobre essa questão é importante lembrar que, como já vimos em capítulos anteriores, boa parte das ocupações secundaristas teve protagonismo feminino e/ou contaram com atividades relacionados ao feminismo. O crescimento dessas pautas, entre outras, como as do movimento negro e LGBTTQI, são percebidas também como efeitos das manifestações de 2013 no que diz respeito às suas bandeiras iniciais, aquelas que exigiam mais direitos, mais inclusão, mais igualdade, mais democracia (Pinheiro-Machado, 2019, p. 40).

Voltando a pergunta que fiz a Margareth sobre como ela se sentiu diante da reação de seus alunos (e a “acusação” de ser comunista), segue a resposta, que é longa, mas precisa ser trazida na totalidade para a devida reflexão

Entrevistada: Não, eu até achei engraçado, porque eu não sabia que eu tinha esse apelido.

Entrevistadora: até porque tu não te identifica.

Entrevistada: Até porque eu nunca... Eles já me perguntaram “tu é de direita ou esquerda, é a favor do aborto ou não?”. E eu sempre respondi de forma muito honesta e tranquila, falei “olha gente, minha opinião é esta”. Muitos são meus amigos no Facebook, eu nunca deixei de compartilhar algo que eu acredito.

Entrevistadora: Tu não teve problema com isso?

Entrevistada: Não. Quem me convida para ser amigo, eu aceito sem nenhuma.... Agora, o que aconteceu nesse momento, nessa situação, eles iam filmar. E quando a gente descobriu que eles iam filmar a gente chamou..

Entrevistadora: vocês já conheciam e/ou sabiam qual era a posição deles?

Entrevistada: Sim. A intenção deles era mandar aquele vídeo pro Van Hatten

Entrevistadora: vocês acharam que eles iam mandar pro site do ESP? denunciar?

Entrevistada: Isso, pegar aquele vídeo, editar do jeito que quisessem, iam fazer sacanagem. A gente chamou os meninos e foi bem opressor inclusive, botou cinco professores na frente deles e questionou “o que tu está fazendo com esse vídeo?”, tu tá louco? Tu não tem nenhuma autorização pra filmar ninguém aqui” e blablabla. Teve um momento que até eu me senti tipo “calma gente”. Mas a gente se sentiu muito ameaçado, foi bem tenso. Mas aí ele apagou, disse que queria filmar porque achava que aquilo não estava certo. A gente não teve uma devida conversa na escola para falar sobre isso. A gente agiu meio que na defensiva, mas a gente... Tu fez essa pergunta de como me senti...Eu me senti mal por estar colocando guri na parede e questionar o que ele estava fazendo, pensando. Isso é tão anti-pedagógico. Isso também é foda. De como se cria um clima de desconfiança. O que o Paulo Freire diz sabe, justamente que tu tem que ter afeto pelo teu aluno e daqui a pouco estou eu apontando dedo para o meu aluno, que ele é meu inimigo. A gente começa a criar uma coisa de perseguição, de quem é meu inimigo. Então foi um momento que a gente se defendeu, mas eu me senti mal.

Margareth, como lemos, relata que nem ela e tampouco seus colegas souberam lidar com os desdobramentos do evento da forma que julgavam ser a mais correta, já que foram pegos, relativamente, desprevenidos. Dessa forma, acabou ocorrendo um tipo de violência de ambas as partes: ameaça de filmar e potencialmente divulgar para o MBL e ESP, por parte deste grupo de estudantes (ligados a um deputado de direita, Van Hatten, e ao MBL, talvez persuadidos por eles a gravar, na perspectiva dos professores); defesa de se proteger dizendo que eles (os estudantes) não tinham autorização de/para gravar, por parte desse grupo de professores - gerando um clima de confronto e desconforto. Só depois do fato ocorrido e finalizado é que ela conseguiu refletir sobre o que tinha acontecido e as implicações disso para a educação, para sala de aula, para a relação com os estudantes e as possibilidades (ou não) de ensino/aprendizagem e de abordar esses temas sensíveis. É possível o professor/a ter seu direito a ensinar e o aluno/a ter seu direito de aprender garantidos num contexto de desconfiança mútua? Como fica a relação professor-aluno? E a relação da escola com a comunidade escolar? Em que medida isso impossibilita a própria tarefa da escola e da educação numa perspectiva democrática? Como já argumentado, o espaço público da escola deve ser um local próprio para o debate de ideias, para a diversidade de pensamentos e perspectivas, mas será que isso é possível quando se constrói uma conjuntura onde só existem dois lados e apenas um deles está certo e deve vencer, utilizando quaisquer armas

nesse confronto? E depois desse evento na escola, como instaurar o diálogo e o clima de debate de ideias e temas sensíveis na aula de sociologia?

No fato narrado, se explicita uma das maneiras de como se dá construção de alianças e ações efetivadas entre os diferentes grupos neoconservadores, neste caso particular, no contexto escolar. Novamente, é importante lembrar que tal evento ocorre numa escola que foi ocupada pelos secundaristas há poucos meses, fato que trouxe à baila as clivagens entre os diferentes grupos estudantis (e, em alguns contextos, em relação aos grupos de professores ou entre estudantes e direção) e suas posições políticas e em relação a ser contra ou a favor da ocupação. Se seguimos essa leitura, podemos dizer que no contexto da ocupação desta escola especificamente, estiveram frente a frente, em trincheiras opostas, o MBL e os políticos ligados a eles, um grupo de direita, e do outro lado, um grupo de estudantes não necessariamente ligados a partidos, que lutavam por uma escola pública de qualidade, que não se sentiam representados e nem ouvidos pelas autoridades políticas. Ocupações estas que tiveram uma ampla participação e liderança das meninas, o que também é reflexo daquilo que explicitado por Pinheiro-Machado (2019) e mencionado anteriormente. Neste momento¹⁷³, da ocupação, ironicamente, o grêmio estudantil da escola onde Margareth trabalhava era liderado por um grupo ligado a partidos políticos de direita e extrema-direita e bastante próximo do então deputado estadual, Marcel Van Hatten¹⁷⁴, que não à toa é citado pela professora Margareth como um dos potenciais influenciadores dos alunos que queriam filmar a palestra. Ele, inclusive, esteve na frente da escola durante a ocupação defendendo a volta às aulas junto a alguns pais e alunos. Essa é uma outra questão referente a realidade da escola, que por se situar na zona central da cidade, acaba por ser bastante visada por esses grupos e políticos¹⁷⁵.

¹⁷³ Essas questões e informações estão evidentes na parte em que se falou mais especificamente da ocupação, como algo importante que aconteceu na escola e são retomadas, às vezes, ao longo da entrevista.

¹⁷⁴ Atualmente é deputado federal e filiado ao Partido Novo, sendo o deputado mais votado do RS na eleição de 2018. Na época dos eventos narrados, era do PP, partido agora chamado Progressistas.

¹⁷⁵ Em outro momento da entrevista, Margareth fala da censura sofrida pela escola devido a um cartaz que os professores mandaram fazer em apoio aos professores contratados que estavam sendo ameaçados de demissão, na faixa, afixada na frente da fachada da escola, os dizeres faziam críticas a terceirização e pediam concurso público imediato. A diretora, quase que imediatamente, recebeu uma ligação da secretaria de educação do estado (SEDUC) dizendo que tinham recebido uma denúncia sobre a faixa e que a escola era “ideológica”. Apesar dos argumentos da diretora, a SEDUC ameaçou processá-la administrativamente, pois o conteúdo da faixa seria mentiroso, já que teria ocorrido uma reunião em que se discutiu que essa escola não seria afetada. A faixa foi retirada pelos professores que em grupo tinham mandado fazer a faixa, para não prejudicar a diretora. Para Margareth, a denúncia provavelmente foi feita pelos mesmos agentes citados anteriormente, que segundo ela, observam com atenção a escola desde 2016 pós-ocupação. Para ela, a atitude da SEDUC foi grave e preocupante, por

Cabe destacar que esse mesmo parlamentar protocolou o Projeto Escola sem Partido, em 2015, na assembleia legislativa do estado. Também havia a influência direta do MBL junto ao grêmio estudantil, mesmo assim, ocorreu a ocupação da escola, à revelia desses grupos. No contexto posterior a ocupação, quem assume o grêmio é um grupo que esteve envolvido nela. Por meio da ação do deputado, do ESP, e do MBL no contexto do evento narrado, além das influências digitais, circulam os discursos de que os professores são doutrinadores esquerdistas em potencial, do combate ao comunismo, do antipetismo, entre outras ideias ligadas a, por exemplo, Olavo de Carvalho e seus “alunos/seguidores”, um dos grupos que ajudou a compor o neoconservadorismo brasileiro, como destacamos anteriormente nesta tese.

É possível pensar que a extrema-direita avança e aposta nesta disputa pela “hegemonia” influência entre os jovens- já que na visão deles- acertadamente, nos parece, esse era um território dominado pela esquerda/ partidos de esquerda (ícones de rebeldia da esquerda e símbolos, como por exemplo, Che Guevara) que eles tentam aliciar/convencer a mudar de lado, oferecendo, em oposição, um outro “mito”. O fato do MBL, ESP, entre outros grupos desse bloco ser oposição político em relação ao governo (até 2016) lhes coloca numa suposta posição de rebeldia/anti-sistema e o *estabilishment*, quando na verdade, eles representam o próprio sistema e o *estabilishment*. Não é à toa que uma das imagens colados ao até então candidato a presidente Bolsonaro era de alguém de fora do sistema da velha política, “contra tudo que está aí” (posteriormente, contra o congresso e o judiciário), mesmo que isso não faça muito sentido, já que ele fez parte do poder legislativo por 28 anos, sendo um político e um deputado com uma longa e em boa parte apagada trajetória como alguém do sistema político. Posteriormente, já como presidente, vai fazer acordos com o chamado centrão, bloco político tradicional e fisiológico do congresso brasileiro¹⁷⁶.

simplesmente reproduzir o discurso da “ideologia na escola”, uma coisa era esse discurso vindo dos alunos, deputado, outra coisa era isso vindo da secretaria de educação e do estado. “Quem vai ocupar o MEC, as secretarias de educação? É isso que me preocupa”.

¹⁷⁶Ver mais em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/08/bolsonaro-faz-almoco-com-centrao-incluindo-partes-dos-acusados-no-quadrilhao-do-pp.shtml>><<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-22/centrao-ja-administra-73-bilhoes-de-reais-no-governo-bolsonaro.html>><<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/veja-quem-bolsonaro-ja-nomeou-em-troca-de-apoio-do-centrao-para-evitar-impeachment.shtml>><<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/em-acordo-com-centrao-para-emplacar-lira-bolsonaro-nega-loteamento-politico,01ada01b14d410e57d080aff730d9ec6bfkfm8l.html>><<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/06/01/bolsonaro-se-aproxima-mais-uma-vez-do-centrao-bloco-conhecido-por-negociar-cargos-em-troca-de-apoio.ghtml>><<https://oglobo.globo.com/brasil/acordo-entre-bolsonaro-centrao-visto-com-cautela-por-lideres-24395401>>. Acesso em 14 de janeiro de 2021.

Tal episódio narrado pela professora também parece demonstrar que não havia ainda uma percepção tão clara do avanço da “nova direita” brasileira, do crescimento vertiginoso do neoconservadorismo e dos seus impactos, naquele momento, já que não se imaginava, por parte daquele grupo de professores, que falar do tema PEC 241 fosse causar tanta controvérsia. Contudo, quando perceberam que havia um grupo de estudantes filmando o evento, os professores rapidamente concluíram qual era a intenção deles. Isso só foi possível porque já conheciam o perfil desses estudantes e a quem eles se vinculavam politicamente, e disso surgiu a desconfiança e a reação. Então, antes do evento em si, já está instalada, ainda que de maneira superficial, uma certa suspeita entre professores e alunos¹⁷⁷ naquela escola e naquele contexto.

Assim, ao me narrar o episódio e citar o deputado Marcel Van Hatten e o MBL, ela estava se referindo a agentes sociais neoconservadores que orbitavam a escola e eram conhecidos, pois eles já haviam sido citados na entrevista, quando falávamos da ocupação secundarista em 2016 e de como a professora percebia o avanço do neoconservadorismo na escola. Margareth indica que os anos de 2015 e 2016 foram aqueles onde começou a perceber que algo “estranho” estava acontecendo, ao notar uma certa ascensão dos grupos neoconservadores e sua influência entre os alunos. É neste momento, segundo ela, que se inicia a instauração de um tipo de medo ou receio sobre o que e como falar na escola e nas suas aulas, a ameaça vinha principalmente do avanço do projeto Escola sem Partido. Margareth faz alusão também a algo que ocorria no período em que se deu a entrevista (segundo semestre de 2018), já que o município gaúcho de São Lourenço do Sul recém havia aprovado o projeto na câmara de vereadores, vetado posteriormente pelo prefeito, mas outras cidades seguiam o mesmo caminho. Ela demonstrava bastante preocupação em relação a isso. A escola e papel dos professores aparentemente passa a ser um tema de grande preocupação para os atores políticos neoconservadores, demonstrando a centralidade da educação nesta disputa.

É interessante perceber que ao relembrar a sua percepção do crescimento do neoconservadorismo na sociedade e na escola, nos anos de 2015 e 2016, Margareth, apesar dos temores, achava, pelo menos em parte, que aquilo era “um monte de louco que estão aí”. No

¹⁷⁷ Além disso, também havia divergências e um clima de embate entre alguns grupos de alunos, após a ocupação, o que foi bastante traumatizante para alguns estudantes (essas questões são apresentadas pela professora ao falar especificamente da ocupação de 2016, durante a entrevista). Assim, havia nesse contexto uma falta de diálogo entre os próprios grupos distintos de estudantes da escola.

momento da entrevista, poucos anos depois, já não era possível dizer o mesmo. Todavia, Margareth e talvez seus colegas não foram os únicos a subestimar essa onda da extrema direita e o seu expoente principal, grande parte da classe política e dos intelectuais pensavam da mesma maneira (e isso ainda no primeiro semestre de 2018). A entrevista ocorreu em agosto de 2018 e um dos principais desfechos desse avanço neoconservador ainda não estava confirmado, naquele momento havia esperanças, resistências, desejos e, talvez, incredulidade em relação ao pesadelo que entraríamos e que seria ainda pior do que o imaginado (ou do que poderíamos supor).

O episódio da PEC narrado, demonstra bem como o contexto neoconservador (e todo o arcabouço/rede de articulações e discursos que já falamos antes) afeta a relação entre professores e alunos/comunidade escolar e a abordagem de certos temas que se tornam especialmente sensíveis. Uma outra professora, Simone, além de ter tido problemas graves com alunos e direção da escola e de ter sido denunciada pelo Escola sem partido, questão que abordamos mais especificamente em outro capítulo, enfatiza como a sensação de polarização da sociedade se manifesta na sala dos professores, ou seja, na relação entre os colegas e a formação de grupos de professores:

Entrevistadora: Tu falou um pouco já, adiantamos sobre a relação com os colegas e direção. Tu diria que é difícil então?

Entrevistada: A gente tem um grupo de esquerda, assim, progressista né, bem bom e uma parte da direção toda meio progressista. É o que nos salva. Mas essas últimas eleições (2018) embaralhou muito as relações né. Embaralhou não, separou muito as pessoas, porque os grupos se definiram, os professores reacionários e os professores progressistas, isso é bem nítido. Inclusive em espaços de convivência, são impossíveis, a gente fica na sala de professores, um grupo fica num canto e outro em outro, porque não dá para dialogar com quem acha que nazismo é de esquerda né, não dá para tomar café com essa gente, não tem como.

Entrevistadora: Então teve essa divisão? Essa polarização?

Entrevistada: É. Ficou bem claro.

Entrevistadora: E isso não é bem por área de disciplina, porque tu falou que tem professor de história que é desse grupo, é misturado?

Entrevistada: É bem misturado. Não é uma coisa dos professores de humanas que se posicionam assim, tem professor que fala, ai guria que dor falar isso, mas tem professor de humanas que está no lance da terra plana e do nazismo de esquerda.

Entrevistadora: E o pertencimento religioso tem alguma importância nessa escola assim?

Entrevistada: Total. Esse é, inclusive, um dos problemas, porque alguns professores são religiosos, principalmente os professores da sala

conservadora, eles regimentam os alunos através da questão religiosa. Inclusive ano passado aconteceu algo bem interessante: eu assumi uma turma de Ensino Religioso, como não é minha área, eu não sou teóloga, eu sou contra o ensino de Ensino Religioso na escola porque acredito que a Filosofia e Sociologia já dão conta, mas se tiver que ter que seja feito por um teólogo ou teóloga. O que eu fiz, chamei um professor teólogo para dar uma aula para meus alunos sobre diversidade religiosa. Eu fiquei super animada, pensei “uau, o (fulano) vem aqui”. E uma professora que é pastora e professora de História entrou na aula pedindo para gravar, constringendo o professor, incitando os alunos contra as coisas que o teólogo dizia. Então assim, eu queria cavar um buraco no chão e ser engolida pela terra. A gente está nesse nível. Por que obviamente a pastora tem mais capacidade de interpretar a bíblia, as palavras sagradas de qualquer religião do que um teólogo (professora Simone).

Apesar da questão de o pertencimento religioso não ser um tema aprofundado nesta tese, já discutimos como o discurso neoconservador se embasa e tem apoio de diversos grupos religiosos, encontrando seu destaque maior nas questões de gênero na escola (“ideologia de gênero”), mas acabam desembocando em todo o contexto escolar, demonstrando os efeitos do contexto atual neoconservador na educação escolar e nas aulas de sociologia, entre outras, que é o tema central desta pesquisa.

3.8. Os temas sensíveis se constituindo no contexto da escola

A narrativa sobre o episódio da PEC também revela como a questão dos temas sensíveis-quais são, como se tornam - se dá sempre em relação ao contexto/local onde se inserem, a conjuntura sociocultural e política, ao mesmo tempo, manifesta aspectos pertinentes ao ataque contra os docentes e a escola. O ocorrido ainda evidencia meandros das relações entre professores, estudantes e a comunidade escolar. Ou seja, um mesmo episódio pode ser enquadrado em várias destas categorias analíticas (neste episódio são 6 de 8) propostas no início do capítulo.

Entretanto, a escolha por essa divisão/classificação se deu para facilitar a análise e compreender estes processos, que são interconectados, a partir da divisão proposta pelo roteiro semiestruturado de entrevista. Sendo assim, muitas vezes a análise da entrevista leva em consideração a relação ou a sobreposição destes diferentes eixos nas falas dos professores. Optamos ainda por manter esta divisão porque ela pode ser útil também no momento de compreender e situar os trechos das entrevistas selecionados dentro de toda a entrevista, ou seja,

em que momento surge o fato destacado pelos professores como importante, no desenrolar de toda a conversa estabelecida no momento da entrevista.

Por essa mesma razão, em outros momentos, visto que se tratava de temas amplos, surgiam questões pontuais, sobre as quais os professores entrevistados discorriam, se adiantavam assuntos que estavam previstos para um momento posterior do roteiro. O que é normal neste tipo de metodologia e que inclusive enriquece os dados, visto que as relações entre os temas e eventos são costurados pelos próprios professores, a partir de suas experiências e compressões do que é relevante ou não de ser dito, o que é lembrado e deve estar presente na entrevista. Foram as conexões realizadas pelos professores, ao falarem dos temas sensíveis relacionados às demais categorias, que nos fizeram modificar a perspectiva inicial de análise, assim como o diálogo estabelecido entre as referências teóricas e conceituais e os dados da pesquisa.

O episódio da PEC que poderia ser visto como algo não tão significativo, mas que para nós, foi um pequeno evento que trouxe à tona uma série de elementos relacionados ao neoconservadorismo e seus efeitos na escola, episódios um pouco semelhantes, acontecem em outras entrevistas, mas nem todos, é claro, poderão ser discutidos minuciosamente, por meio deste exemplo esperamos deixar evidente que fatos semelhantes provavelmente ocorreram ou seguem ocorrendo em outras escolas, envolvendo outros professores.

A polêmica em torno do evento se relaciona a ideia de que os temas sensíveis não o são de antemão (embora alguns o sejam¹⁷⁸), mas se tornam sensíveis em determinados contextos e se constituem em/na relação que se estabelece na escola ou na sala de aula. Dependem também de diversos fatores, como por exemplo, alguns citados nas categorias previamente estabelecidas: relação professor- aluno ou comunidade escolar; estratégias desenvolvidas pelo professor

¹⁷⁸ Como já abordado anteriormente na tese, o tema aborto é recorrentemente considerado tabu e /ou tema sensível e polêmico na escola, e na sociedade brasileira, de modo geral, há bastante tempo. Entretanto, e na certa, por isso mesmo, sempre volte à tona no interesse dos alunos, ainda mais em tempos de novos feminismos, nas mídias e nos movimentos sociais, nos quais este tema é central. Além disso, este tema é central em disputas políticas e morais e é utilizado amplamente para constituir alianças entre os grupos neoconservadores e grupos religiosos e é muito eficaz também na coprodução de pânico morais. A defesa da descriminalização e/ou legalização do aborto por parte de alguns grupos progressistas e, especialmente, pelas feministas, é considerada ameaçadora e é amplamente criticada pela igreja Católica e pelas neopentecostais, entre outras posturas autointituladas pró-vida. Tal tema é polêmico não só no Brasil, mas tem ocorrido avanços recentes na própria América Latina, como Uruguai e Argentina (trazer os dados/notícia - referência). No meio da polemica do ministério da saúde e sua atuação no contexto da epidemia, Bolsonaro criou um episódio em relação ao aborto e mandou demitir profissionais do ministério que apenas tinham emitido uma nota técnica que dizia da necessidade de seguir atendimentos básicos nos hospitais em relação os casos de aborto permitidos pela lei, durante a pandemia. Segundo ele, seu governo não pode incentivar essa prática. Ver mais em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/ministro-da-saude-exonera-autores-de-nota-sobre-acesso-aborto-legal-durante-pandemia-1-24464481>. Acesso em 16 de fevereiro de 2021.

(didáticas/pedagógicas); a postura que o professor assume na escola, sala de aula e na interação com os alunos; o currículo de sociologia e como ele se elabora, ou seja, o que o professor/a julga ser importante de ser ensinado ou debatido na escola; a percepção do professor sobre a realidade social; o perfil dos estudantes, da escola e do grupo de professores, a realidade da escola e daquela cultura escolar...

Essa narrativa e a análise gerada tentou mostrar que é importante compreender as falas dos professores em seu contexto específico, sua realidade e a da sua escola, perfil de alunos, em que momento da entrevista dos professores o assunto ou relato surge, entre outros elementos e como isso permite que os fatos descritos, pela perspectiva e lembranças dos professores, sejam reconstituídos de forma inteligível, tentando ser o mais fiel possível aos dados, (apesar de sabermos que eles são construídos pela pesquisa) sem fazer generalizações ligeiras e abstrações levianas. Ao mesmo tempo, o fato narrado – um conflito entre professores e alunos, por conta de um evento específico, sobre um determinado tema – que se torna sensível naquele contexto, conforme argumentamos, não está descolado da realidade que o circunda, sendo um fruto ou consequência desta, ao mesmo tempo que a reflete, numa escala menor.

Ou seja, a narrativa do episódio e a sua contextualização na escola e num determinado cenário histórico, situa que o conflito que se gerou naquele lugar e de determinada maneira, com o envolvimento de sujeitos específicos (o plano micro), vai além daquela realidade, pois envolve sujeitos exteriores à escola e a própria comunidade escolar mais estrita (organizações políticas e deputados federais, defensores do ESP, militantes do MBL) e se vincula, portanto, ao plano macro, o crescimento do neoconservadorismo no Brasil (de forma resumida), que como já dito, tem implicações na escola. Essa narrativa e análise que fizemos procuram evidenciar essa inter-relação.

O episódio também revela que algo aparentemente externo “em parte” a escola (uma PEC), mas que afeta a escola, vinculada ao universo político, mas também e por isso mesmo, ligada a realidade e as consequências que terá para a educação, para a escola, para os alunos, professores e para sociedade de modo geral. Um tema que não necessariamente faz parte do currículo, não é assunto de uma determinada disciplina, mas que se impõe como algo urgente a ser debatido. Por isso se organiza um evento- algo extraordinário no cotidiano escolar- e se chamam especialistas de fora da escola para falar do assunto. Sendo assim, o fato dele ser sensível também se relaciona a isso, a ele vir de fora da escola, e/mas também, tal projeto

discutido já é fruto da ascensão da guinada neoconservadora -aqui mais na sua faceta neoliberal – da agenda de ajuste fiscal da ponte para o Brasil, fruto do golpe/impeachment, algo recente e que criou mais clivagens na sociedade e a polarização cada vez mais contundente – esses fatores – externos a escola – adentram seus muros e tem implicações e se refletem neste conflito, e daí que emanam muitos dos discursos que permeiam o episódio (“comunismo como acusação”, desconfiança entre professores e alunos, censuras, autoritarismo, MBL, ESP, Marcel van Hatten...), significativo/emblemático de como isso ocorre, no contexto específico da escola e ilustrativo do que possivelmente também ocorre fora da escola, em outras escolas, nos protestos. Com esse tipo de estratégia, os grupos neoconservadores inviabilizam o diálogo na escola, adotando uma estratégia de guerra cultural, de fazer inimigos os que não pensam do mesmo modo.

Tal debate acalorado e conflitivo entre professores e alunos ocorre em razão de e envolve determinados sujeitos e discursos vinculados à diferentes perspectivas, que estão em disputa (pela hegemonia?) no atual contexto sociopolítico do país. A escola é um dos locais centrais onde essa disputa se coloca, como argumentamos e expusemos nos capítulos anteriores. Que disputa é essa? Já falamos bastante sobre isso, mas acho que cabe retomarmos neste momento, esta luta envolve: que currículo se quer construir e estabelecer; o que pode e deve ser ensinado e debatido na escola; o papel do professor; as políticas educacionais; quem é sujeito de direitos e que educação queremos; e em última análise; envolvem a liberdade de ensinar e de aprender; o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, estado e escola pública laica e a própria democracia e defesa da constituição brasileira. Assim, na nossa perspectiva, fica evidente a relação clara que se estabelece entre aquilo que ocorre no âmbito da escola e da sala de aula, esse microcosmos complexo e que envolve diversos fatores, com o plano mais amplo da realidade social, política, cultural e econômica onde a escola está inserida e da qual faz parte.

4. O gênero no centro do debate político e as repercussões no espaço escolar

A expressão do ódio parece, para muitos, a irrupção de algo irracional no seio de uma sociedade em si mesma razoável. Por isso, tendemos a vê-lo como algo de arcaico. No entanto, se o ódio irrompe no seio da sociedade civilizada em seu estágio tecnológico e, em nossa época, no ápice de tecnologia que é o digital, é porque, de algum modo, ele é parte dessa sociedade. (Tiburi, 2016, p. 32).

A partir do conjunto de indícios apresentados anteriormente, que tornam perceptível o avanço da agenda neoconservadora (alavancada por grupos religiosos, neoliberais, autoritários populistas...) em nossa sociedade¹⁷⁹, tendo em vista também as análises já citadas, sobre a emergência desses fenômenos (como o ESP e o discurso contrário a “ideologia de gênero”), temos como pressuposto desta pesquisa que a onda neoconservadora é uma resposta a um conjunto de mudanças sociais, em especial, aquelas relacionadas à expansão de direitos de populações historicamente excluídas e marginalizadas, como os negros, os indígenas, as mulheres e a população LGBTQI, etc., e a sua maior visibilidade.

Segundo Ortellado (2018), essa onda conservadora é uma reação às conquistas dos novos movimentos sociais, sobretudo o de mulheres, o LGBTQI e o negro, cujas agendas não se tornaram dominantes, mas cujos valores normativos já foram plenamente incorporados pela escola e pela universidade, pelos meios de comunicação e pelo meio artístico. É por esse motivo que os conservadores não gostam dos professores, nem da TV, nem dos artistas considerados progressistas. Agrega-se a o discurso que tenta difamar a universidade e a pesquisa científica brasileira, com a exposição e crítica de certos temas considerados inapropriados ou inúteis/ideológicos e seus autores. Além disso, acreditamos que o tema de gênero e sexualidade é central no atual contexto político, sendo fundamental para a democracia, pois como afirma Eric Fassin:

Em suma, acho que estamos em um momento muito especial. Então, por um lado, é um momento particularmente difícil, mas, por outro, é um momento de oportunidade para nós. A oportunidade é de dizer a todas aquelas pessoas que até agora consideraram que os estudos de gênero e sexualidade não eram lá muito importantes ou muito interessantes, que havia coisas mais importantes para se discutir e estudar, que eles são relevantes. Eu acredito que hoje (...) podemos dizer hoje que a democracia sexual está no coração da democracia” (FASSIN, 2019, p.9).

Como anteriormente salientado, é visível que os grupos neoconservadores atuantes no Brasil e que constroem suas alianças tomando por base o uso estratégico de termos como “ideologia de gênero” visando conquistar a adesão em massa, possuem outras bandeiras em comum além desta, como já destacado anteriormente. Entretanto, estes diferentes grupos, que

¹⁷⁹ Embora essa onda conservadora seja global, com indícios e com movimentos semelhantes em vários países (como os relacionados a “ideologia de gênero”) e tenha relação com o contexto local, nosso foco será a realidade brasileira, quando existirem paralelos entre diferentes países, eles serão explicitados em notas de rodapé.

compõem a frente neoconservadora ampla que alcançou o poder, se colocam mais explicitamente contra o “gênero”, ao menos em termos de estratégia política, agindo para banir este termo de todos os documentos oficiais, leis, políticas e afins¹⁸⁰. Isso é outro indicativo da centralidade desta discussão, que se tornou cada vez mais importante na esfera pública e nos debates políticos. Aparentemente, nunca se falou tanto de gênero, pelo menos nos últimos tempos, para o bem ou para o mal. Ao mesmo tempo que dá visibilidade a uma pauta historicamente pormenorizada, também fragiliza os que lutam neste campo e os que necessitam deste termo para garantir seus direitos.

Algumas das professoras entrevistadas salientam que perceberam uma mudança nos últimos anos na forma como a temática e/ou o próprio conceito de gênero passou a ser recebido na escola como podemos ver neste trecho da entrevista da professora Ângela:

Entrevistadora: E mais uma coisa, acabou que não apareceu na tua fala antes, mas é mais essa coisa de “ideologia de gênero”, de escola sem partido... tu acha que isso também afeta, quando tu vai falar de gênero, há uma certa confusão misturando com a questão LGBT ou...

Entrevistada: Eu acho que confunde tudo

Entrevistadora: Tu acha que isso se aprofundou, digamos, no contexto atual? Por que começou a se falar mais sobre isso e os alunos têm já uma certa...

Entrevistada: Eu acho que sim

Entrevistadora: Porque gênero não era um conceito disseminado, agora as pessoas vão...

Entrevistada: Nem disseminado e nem conhecido. Porque alguém um dia falou e não era nem tão mal falado

¹⁸⁰ O posicionamento do Brasil em convenções da ONU tem se modificado sob o comando do Chanceler Ernesto Araújo. “Olavista”, ele afirma que gênero é igual a sexo e vota contra a presença do termo gênero, identidade de gênero e diversidade de gênero nos documentos e acordos assinados pelo país. Também recomendou que os diplomatas brasileiros votassem contra posicionamentos sobre saúde sexual/reprodutiva da mulher (sob a justificativa de que seria sinônimo ou categoria usada para incluir a “ideologia abortista”) e o direito à educação sexual. Embora se defina como defensor dos valores ocidentais e do cristianismo, suas orientações têm colocado o Brasil lado a lado com posicionamentos minoritários nessas convenções, com posições semelhantes a de países fundamentalistas religiosos islâmicos, monarquias e teocracias como a Arábia Saudita e o Bahrein e ditaduras como a do Egito e a de Duterte, nas Filipinas, no que diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e da população LGBTQI (sequer mencionados ou considerados como sujeitos de direitos), além de temas como a coibição da tortura e o respeito aos direitos humanos. Ver mais informações em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/brasil-acompanha-paises-islamicos-em-votacoes-sobre-direitos-das-mulheres-sexuais-na-onu-23800730>> <<https://veja.abril.com.br/mundo/ernesto-araujo-atribui-temas-de-direitos-humanos-a-ideologias-nocivas/>> <<https://www.camara.leg.br/noticias/567468-ministro-confirma-diretriz-da-politica-externa-contr-conceito-de-genero-e-contr-aborto/>> <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/06/26/ao-dizer-que-genero-e-igual-a-sexo-biologico-ministerio-ignora-a-ciencia.htm>>. Acesso dia 18 de agosto de 2019.

Entrevistadora: Isso, exato, nem era importante

Entrevistada: Isso, porque não era importante

Entrevistadora: E aí agora as pessoas já ouviram, as pessoas já tem uma ideia, elas já ouviram falar?

Entrevistada: Isso, já ouviram ou tiveram algumas fontes específicas para tal e sim, tu vê que sacode mais, aí justamente...

Entrevistadora: Ela já tem uma opinião anterior, digamos assim?

Entrevistada: Acho que aí vem as grandes influências, seja das mídias, como tu colocou, das redes que aí é quando... Isso, esse ano a gente teve que trabalhar muito, as fontes de informações, essa ideia de discursos, de não se apegar a uma única fonte, uma única manchete e sair publicizando... do que que tem aí junto, que carga tem junto. Tem um pouco das questões religiosas sim ali presentes e um resto mesmo é da naturalização de algumas ideias de papéis sociais, cresceram assim, viram que era assim e assim vai se manter. Eu vejo que é uma conjunção de fatores, não uma coisa ou só outra. Mas de fato tá mais... seria uma temática mais potente, mais potencializada a se colocar. Agora especificamente sobre a escola sem partido, sim isso a gente trabalha alguns tópicos quando se coloca esse cerceamento de liberdades, de discussões e se traz muito pra sala de aula.

Entrevistadora: Os alunos também sabem que isso existe e isso é discutido digamos?

Entrevistada: Isso é discutido, quando às vezes são fatores limitadores do campo educacional mesmo (professora Ângela, grifos meus).

Assim, segundo a fala da professora Ângela, é perceptível a emergência de uma maior preocupação e centralidade com as questões de gênero a partir do momento que discursos como o do ESP e contra a “ideologia de gênero” passam a circular mais fortemente na escola, na internet e nas redes sociais, por mensagens de *whats app*, promovendo efeitos nas falas e percepções dos alunos e da comunidade escolar, tornando ainda mais difícil abordar um tema tão complexo devido a confusão e a mistura de termos e conceitos (gênero, sexualidade, identidade de gênero, orientação sexual...) e a difusão de informações equivocadas. Como ela alega, gênero era algo relegado na escola/educação ou mesmo no debate público, ao qual nem se dava a importância ou relevância devida, quando surgiam questões e percepções sobre o tema elas provinham na maioria das vezes da família e de alguns valores mais arraigados na sociedade, de naturalização de papéis sociais (como o masculino e o feminino, ou a heterossexualidade presumida, por exemplo), que sempre “sacudiram” as pessoas nos debates em sala de aula, mas depois das cruzadas antigênero e suas estratégias de pânico moral, passam a ser uma questão cada vez mais em voga no atual contexto, e por isso mais desafiadora, pois os alunos tendem a ter mais informações (ou desinformações) e crenças ou posições prévias ao debate na escola, se tornando

um tema especialmente sensível, porém potente ou que estaria potencializado, como defende Fassin, (2019) citado acima.

Na sequência da entrevista, eu pergunto quem seriam os agentes principais de disseminação desses discursos e/ou que teriam um papel importante na mudança em relação a percepção (e a preocupação) sobre gênero e os temas correlatos e em sua resposta aparece claramente a questão da circulação de *fake news* e por quais meios de comunicação os alunos obtém informações e como isso impacta a realidade da sala de aula e o trabalho do professor, apresentando novos desafios como as tentativas de cerceamento e censura, como veremos no trecho que segue:

Entrevistadora: E tu percebe que os alunos são influenciados por essas coisas tipo youtubers, líderes, discursos de pastores, lideranças assim?

Entrevistada: Sim, e é justamente com isso que a gente tá lidando no cotidiano

Entrevistadora: E isso tu acha que tem diferença de uns tempos pra cá?

Entrevistada: Antes eu via mais, que nem eu te falei, aquela ideia de processos de socialização que eles tiveram então a ideia da família, de como eles foram sendo educados e cresceram e um forte discurso mais religioso. Isso em 2016, eu sentia muito com aqueles que eu estava conversando né e todas as questões específicas. 2017 um pouco mais em transição, agora do ano passado pra cá mídia total, mídia/internet

Entrevistadora: Grupos de *WhatsApp*?

Entrevistada: Grupos de *WhatsApp*, grupos de outras formas de rede social. Tem um pouco, que vem o discurso midiático ainda televisivo, porque quando a gente pergunta o que eles usam como fontes de informação vêm ainda muito essa questão da televisão, mas aí muito no fim de semana porque durante a semana tá na correria

Entrevistadora: No fim de semana não tem quase nenhum jornal né?! Na TV aberta pelo menos...

Entrevistada: Tá, então por isso que eu acho que eu acho que hoje em dia a maior fonte que eles trazem são essa questão de rede social, mais do que às vezes jornais na internet, revistas na internet. Alguns outros ainda utilizam o jornal impresso, mas aí vem aquele Diário Gaúcho né, quando não é esse é aquele Metrô que eles pegam indo pro trabalho...

Entrevistadora: No ônibus. Rádio eles escutam?

Entrevistada: Não é mais... Sim os mais velhos ainda mantém, mas não fica como sendo... Quando eu faço esse questionamento, esse perfil pra entender melhor o que que tá alimentando esses saberes e essas coisas todas, fica.. então sim

Entrevistadora: Tu considera então que dá pra perceber esse avanço nesse contexto, dessas ideias na escola

Entrevistada: Sim, deu um boom, uma coisa muito forte

Entrevistadora: Tu considera então que dá pra perceber esse avanço desse contexto, dessas ideias na escola

Entrevistada: Sim e eu vejo isso

Entrevistadora: Como um desafio para o professor também

Entrevistada: Exatamente, a gente tá trabalhando com isso tudo né. Mas isso eu percebo não só na escola, no ambiente familiar e tudo mais... de como que as pessoas estão se alimentando para poder ter as suas trocas de ideias e tudo mais.

Entrevistadora: E tu acha que isso é percebido pelos teus outros colegas professores? No ambiente educacional isso é uma questão que tem se colocado?

Entrevistada: Sim, a gente tem falado muito justamente quando vem, por exemplo, de fontes confiáveis de informações, então daí a gente busca discutir o que são as Fake News. O que né, grupos editoriais, corpo editorial o que que tá se propondo assim. Isso a gente leva como afinal de contas a informação está aí, quem está gerando, quem está socializando, com quais interesses... (professora Ângela, grifos meus).

Fica bem evidente e é importante destacar como mudou, na percepção da professora, o discurso a respeito da questão de gênero e afins no período que vai de 2016 a 2019 (ano da entrevista), no qual ela destaca o ano de 2017 como uma transição entre os períodos e/ou circulação de determinados discursos, por meio de ações nas redes sociais/internet, que se relacionam ao que nos interessa aqui ao pensarmos os efeitos do avanço neoconservador na escola e nas aulas de sociologia. A contextualização que nos permite compreender essa transição/mudança na escola, neste intervalo histórico, já foi feita anteriormente, ou seja, o que ocorria no Brasil entre 2016 e 2019.

Sobre a categoria “gênero” é importante destacar, em diálogo com a entrevista, que ela tardou a ser consenso no campo de estudos feministas e na área de políticas e reivindicações por direitos até por ser um conceito relativamente novo (desenvolvido ao longo dos anos 80 e 90). Trata-se de um conceito compreendido de diferentes formas pelas distintas escolas teóricas, que sempre gerou debate tanto nos âmbitos acadêmicos, quanto nos espaços militantes – no seio do movimento e dos estudos feministas – pela ideia de que esvaziaria a categoria e o sujeito histórico “mulher”, invisibilizando-a, a acusação de ser um termo estrangeiro, anglo-saxão, especialmente na França onde, por exemplo, já havia linhas de estudo e pesquisa na área denominada relações sociais de sexo (Ferrand, 2005). Além da compreensão já estabelecida sobre o patriarcado. Relaciona-se a isso também, diferentes vertentes do feminismo que farão usos destes termos: feminismo liberal, feminismo marxista/socialista, feminismo negro, interseccional,

decolonial etc. Sendo assim, demorou muito tempo para a categoria gênero se tornar hegemônica de fato e passar a ser utilizada nas convenções da ONU para a garantia de direitos, elaboração de marcos regulatórios e políticas públicas nos anos 90¹⁸¹.

Como destacado no capítulo sobre a “ideologia de gênero”, um consenso possível entre os adeptos do uso do conceito de gênero se relaciona a ideia de romper com a questão biológica, ligada a anatomia e a genitália que determina o sexo, e pensar na construção social do que é ser mulher ou homem, feminino e masculino, nas diferentes sociedades, culturas e contextos históricos. Mesmo assim, há perspectivas que vão além do construcionismo social e invertem a questão, como a proposta da performatividade de gênero elaborada por Judith Butler nos anos 90 embasada numa perspectiva linguística. Ao invés de pensar o gênero como uma construção sociocultural que se elabora sobre uma realidade material biológica/natural- o corpo, Butler propõe que é a concepção de gênero que, por meio da linguagem, nomeia e dá sentido a materialidade do corpo, por meio da citacionalidade e iterabilidade.

Embora gênero seja um termo com origem médica – surgido no campo da psiquiatria, nos anos 1960¹⁸² - e ainda utilizado na área da saúde e da psicologia por abordar a questão social, existem muitos estudiosos na área das humanidades, sendo um campo de estudos interdisciplinar. Essa riqueza de abordagens e usos, assim como a diversidade teórica ligada ao conceito de gênero, se por um lado, amplia os horizontes de pesquisa e reflexão, também tem efeitos que podem enfraquecer o campo. A complexidade dessa discussão conceitual e as diferentes entradas e abrangências do termo, nos diferentes países, universidades e movimentos sociais, foram percebidas como uma certa fragilidade e utilizadas para atacar a terminologia, por meio de (des)apropriações e distorções.

A propagação da crítica ao conceito de gênero (e a ideia de identidade de gênero, mais inter-relacionada com a sexualidade) se conecta historicamente com os discursos moralistas e religiosos que atacam os direitos das mulheres e da população LGBTQI (e o feminismo, a liberação sexual etc.) desde sempre, mas que tem um componente a mais ou novo no atual contexto, que é o próprio conceito de gênero em si, e não o termo sexo ou a referência direta ao sujeito mulher. Ao menos no início, esse ataque utilizava a ideia de gênero como uma ideologia,

¹⁸¹ Fato, como já salientado, que motivou a resposta da Igreja Católica e a elaboração do termo “ideologia de gênero” e a retórica contra este termo.

¹⁸² Robert Stoller (1924-1992), no livro "Sexo e Gênero", de 1968.

que disfarçada de abarcar os direitos das mulheres, tinha por real objetivo subverter a lógica da ordem social heteronormativa e patriarcal, visto, portanto, como algo negativo e perigoso por esses grupos neoconservadores. Parece claro que, não podendo mais atacar diretamente os direitos das mulheres e a ideia de igualdade entre homens e mulheres, entre os anos 90 e início de 2000, a frente conservadora religiosa passa a atacar o conceito de gênero - mais complexo, heterogêneo, potencialmente “perigoso” e ao qual se conecta a discussão da sexualidade, também alvo da crítica conservadora, embora sem nominá-la.

Conforme as observações de Sônia Corrêa (2018), ao trazer a discussão sobre gênero no âmbito das convenções da ONU, Conferência internacional sobre população e desenvolvimento (Cairo, 1994) e a Conferência Mundial sobre a mulher (Beijing, 1995), não havia consenso a respeito do conceito de gênero, muitos menos sobre seu uso, pois nem todas as delegações, países e movimentos sociais feministas ali representados haviam entrado em contato com esta discussão teórica ou haviam a debatido anteriormente. Dessa forma, não havia compreensão suficiente por parte dos diferentes grupos feministas, de diferentes partes do mundo, presentes na convenção na hora de defender o uso do termo gênero, que foi logo atacado pela frente protagonizada pelo Vaticano.

Será que é possível pensarmos que ao se escolher utilizar um conceito novo academicamente, mas não devidamente apropriado pelos movimentos sociais e representações políticas, tivemos perdas e ganhos? De um lado, abertura de possibilidades de construção de políticas públicas, de outro, deixar um flanco aberto (e mais frágil) para os ataques dos grupos conservadores? Talvez, vendo essa brecha, a Igreja Católica parte para o ataque ao gênero, ao compreender as potencialidades disruptivas do conceito, se aproveitando de sua complexidade para se reapropriar e ressignificar o conceito a partir da noção de “ideologia de gênero”¹⁸³. Talvez isso tenha aberto espaço para outras (re)apropriações e relações estabelecidas por estes grupos neoconservadores, por exemplo, entre uma agenda progressista em relação aos direitos da mulher e da população LGBTQI, com uma agenda de esquerda (e mesmo comunista, da ONU, de secularização, etc.) chegando mesmo as conexões entre teorias feministas e o marxismo, citando o famoso livro do Engels, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* etc. para se

¹⁸³ Embora eu considere essas reflexões e problematizações fascinantes e importantes, não me aprofundarei nessas discussões aqui nessa tese, tanto porque não tenho conhecimento técnico/capacidade para isso quanto porque tal assunto não é o foco da tese, dessa forma, voltarei a apenas pensar nessas alianças neoconservadoras de forma mais estrutural, para pensar seus impactos na escola e no ensino de sociologia.

ênfatizar um caráter antireligioso e antifamilista do socialismo (e por relaçaõ, da esquerda de modo geral).

Essas relaões estabelecidas pelos leigos que contribuíram na propagaçaõ do combate a “ideologia de gênero” se aproximam também das ideias de um suposto “marxismo cultural”, noção utilizada pelos grupos neoconservadores no Brasil, como já referido. Para eles, isso de fato existiria (tal qual a “ideologia de gênero”, mas assim como essa, foi um termo criado por eles) e seria um projeto perigoso da esquerda, se infiltrando na educaçaõ e na cultura, por isso considerado um dos seus principais inimigos que deve ser combatido. Essas relaões também sã demonstrativas de como se constituíram as alianças entre os grupos neoconservadores no nosso país, que tentamos delinear nos capítulos anteriores.

Na entrevista da professora Ângela fica evidente como a temática de gênero foi adentrando o seu currículo de sociologia e o planejamento de suas aulas e como ele não está descolado de uma discussãõ também sobre as mulheres (direitos, desigualdades, violências) e as questões LGBT, ou seja, como ele flui a partir dessas questões ou é retomado quando surgem determinados assuntos para serem debatidos na aula. Aqui cabe contextualizar este trecho da entrevista, a professora estava me explicando sobre as especificidades dos trabalhos com projetos no EJA ao mesmo tempo que ia me explicando como as questões de gênero e sexualidade (que ela sabia que me interessavam) foram aparecendo no seu trabalho, aí temos um continuum entre o tema da mulher (mais especificamente a violência e as desigualdades) que depois perpassa gênero, sexualidade (e as questões LGBTQI) e vai até o feminismo. É um trecho longo, mais bastante interessante para pensarmos os desafios de trabalhar com essas temáticas e as resistências que os professores enfrentam, ao mesmo tempo, que destaca a sua relevância, como um tema incontornável para a escola e para a sociedade.

Sobre as oficinas temáticas, projetos, intervenções desenvolvidas no EJA:

Entrevistada: Então se viu que tinha mais focado numas linguagens mais específicos, mas que também trabalha com umas temáticas de gênero, por exemplo. Na de ontem eles estavam discutindo mulheres na ciência, então tá se discutindo a questão de leitura, interpretaçaõ de textos, mas aí se dialoga... por isso que eu te falei que os assuntos, eles vão sendo compartilhados na equipe justamente pra se imaginar que algumas questões básicas não podem ser deixadas fora do currículo. Então essa específica das intervenções que a gente está fazendo, no semestre passado nós começamos com discussões sobre “Violência contra as mulheres”, fizemos então várias ações dentro do colégio, por isso o nome é

“Intervenções” é produção de materiais e de alguma coisa que sensibilize e socialize as discussões. Então foram feitos painéis, esses painéis circularam em outros lugares da universidade.

Entrevistadora: Ah, tu disse até que levou na (uma instituição de educação superior)

Entrevistada: Isso. Aí tinha uma parte da internet, depois foram postadas no Facebook do grupo ou em redes sociais, no site do colégio foram colocados. Então é de interlocução e comunicação com a comunidade escolar - intra e extra - muros né?! Então isso é bem específico voltado pra essas discussões que tu estás trazendo, tanto de gênero e sexualidades, porque daí tem também o recorte sobre populações LGBTs. Então, de violência.... (Dentro de oficinas onde dialogam com as temáticas de raça, etnia e gênero- desigualdades)

Entrevistadora: Ah tá. E a outra coisa: como surgiu a ideia de fazer essa oficina, essa intervenção com essa temática no ano passado? De onde que surgiu? De uma percepção de vocês, de uma demanda, as duas coisas?

Entrevistada: Assim, eu tinha começado já um projeto de violência contra mulheres, especificamente, vamos pensar o porquê eu comecei a falar sobre isso né?! Isso já vinha... eu comecei no início do ano passado. Se a gente tá percebendo conversas entre os alunos quando eles se referiam a algumas colegas, ao perceber que quando a gente tratava, por exemplo, do mundo do trabalho vinha muito essa questão da desigualdade e aí como eles interpretavam essa desigualdade. Então ficava em dois campos, ficava tanto no campo da ideia, quando eu fazia nas turmas sobre a questão das violências e entendimento de origens de violências e aí vinha a questão da mulher muito forte, com o outro grupo eu trabalhava o mercado de trabalho. Aí eu pensei: “não, eu vou desenvolver um projeto mais longo com eles” tentando mostrar assim... sensibilizar... porque o que que acontece: vamos tomar consciência do que tá ocorrendo, tentar problematizar origens, mecanismos que sustentam, mantém esse tipo de ação e possibilidades de... não seria resolução, vou deixar a palavra agora... de resistências! Se há caminhos de resistências. Pra não ficar também aquela coisa assim: tu vê que há um problema social crônico grave e fica só pisando. O entendimento que eu tenho é assim ó: precisamos. Vejo enquanto professora é isso, de que assuntos precisam ser abordados, mas que também a gente tem que pensar possibilidades de mudanças nesse sentido porque se não fica só, no meu entendimento né, meio que pisando, pisando, pisando e não se vê, não se visualiza nenhuma forma ou de lutar, ou de resistir, ou de mudar, de transformar... e por aí vai.

Entrevistadora: Não só entender, por isso a ideia de intervenção. A gente compreende o fenômeno e vai tentar fazer alguma coisa?

Entrevistada: Buscar ações, isso! Então isso começou na sociologia, porque como é que a gente(...) Então quanto a essa temática específica, eu comecei dessa forma e aí eu fui trocando com os colegas, conversando as percepções dos alunos, o que eu percebia que tava acontecendo e aí junto com os demais “então vamos fazer uma oficina mais específica sobre

isso, de a gente possa abordar com mais profundidade para aqueles que de fato estão mais sensibilizados, com a discussão” então foi isso.

Entrevistadora: E os colegas concordaram daí com a temática?

Entrevistada: Sim, aí vieram algumas outras também. É por isso que a questão do gênero foi ampliado, saiu só da questão da mulher, ampliou-se realmente para o entendimento de gênero e não só né... e ingressamos com outras discussões pra justamente nisso “ter o entendimento, vamos debater, discutir e vamos agir, vamos ser propositivos”.

Entrevistadora: Então, foi um pouco da tua percepção e de alguma forma da demanda porque os alunos estavam falando sobre esses assuntos

...

Entrevistada: Sim e aí, exatamente, e aí eu pensei... ah e também eu fiz assim, eu fiz leituras sobre trabalhos de EJA. Então eu fui buscar documentos, teses mostrando que assuntos estavam se abordando e aqueles que não estavam sendo tão abordados, então eu peguei alguns estudos que mostravam isso assim, de grandes mapeamentos e tudo mais que algumas coisas fazia-se muito necessário ser falados, mas de certa forma não estavam sendo abordados, entra elas a questão de gênero. Então eu vou bancar isso, aí algumas pessoas disseram “não, mas isso é muito forte”, aí vai ter a questão do público “não porque já são adultos, as suas ideias já estão muito consolidadas, muito resistentes”.

Entrevistadora: Mas quem disse isso? Coordenação? Direção?

Entrevistada: Não, não, às vezes os próprios colegas ou outras pessoas que nem são da área. Às vezes, nem são da área, eu conversando no meu dia a dia com outras pessoas e elas diziam “não, mas tu vai ficar dando com a cabeça na parede, porque não vai adiantar”

Entrevistadora: “Por que são mais velhos”?

Entrevistada: “Por que são mais velhos, já estão com uma postura muito consolidada”. Daí eu disse: “Mas vamos lá, eu acho que é aí que a gente tem que dar uma mexida porque se não se considera que as coisas estão como estão, se naturaliza como se sempre foi assim e não se vê perspectiva nenhuma de mudança” e é difícil, porque aí é outra coisa que tu tinha me comentado no início, é bem complicado mesmo em algumas situações porque aí tu começa a mexer de fato e esse movimento de desnaturalizar e tudo mais, a gente vai vendo que algumas pessoas não gostam né?! Porque está realmente com seu posicionamento cotidiano, então por exemplo, pra ilustrar: Quando se dizia que porque que em casa os afazeres domésticos não são, de fato, divididos entre quem ali está? E aí mostra dados de que as mulheres têm tanto percentual de horas a mais.... “não, mas tem que ser assim mesmo, sempre foi, na minha casa é assim e vai continuar assim” só que a pessoa ao falar desse jeito, falava com fúria, não era assim “ah...”, não era uma coisa que às vezes eu tinha a sensação de que a pessoa ia pular em mim

Entrevistadora: Sim, “porque tu tá vindo aqui dizer/ falar mal de uma coisa que a mim é favorável”?

Entrevistada: Exatamente. E aí depois o que me resgata assim essa ideia “tá, mas tá valendo a pena? e aí isso tem que entrar, tem que ser curricular”

de fato?”. Eu vi, por exemplo, homens e mulheres falando, homens dizendo “pois é né professora, eu sempre achei que eu tava lá como um bom parceiro e na verdade eu olhava a minha esposa de uma forma ruim... eu dizia ‘bá, mas como é que ela tá cansada? Eu que trabalhei fora, ela tava em casa o dia inteiro’ exigindo muito mais coisas dela. Eu consegui ver que nossa, eu tava sendo, de fato, desigual com ela” ou se não de algumas mulheres falando assim ó: “Eu consegui ter ideia de que eu tenho voz, eu nunca tinha parado pra falar sobre isso e agora, em casa, eu to trazendo isso porque as vezes o meu esposo não aceita de primeira, porque ele é muito machista mesmo, mas eu to me colocando, to me posicionando, eu consegui isso porque eu fui provocada a pensar sobre isso” eu disse “bá, é isso que... que é o que eu queria tá mexendo com eles”. Vamos todo mundo mudar? Não, não tem como, mas pelo menos jogar essas provocações. E se isso mudou ou não, nesses últimos tempos o que eu posso te dizer é: enquanto assim, área do conhecimento, eu resolvi não mudar nada, então eu acho que isso é uma questão de resistência mesmo. Uma resistência que vai para além de governos, eu acho que esses assuntos eles estão ali, como uma pauta terrível e crônica da sociedade brasileira. Não só da brasileira, de vários outros países, mas a gente tá focada na brasileira. Então eu, simplesmente por temores, abrir mão? Não! Então eu tenho uma convicção muito forte de que sim, continuarei falando nesses assuntos e outros colegas juntos, vamos continuar falando sobre esses assuntos (professora Ângela, grifos meus).

Nesse caso, é perceptível como a preocupação com a questão da violência contra a mulher e com as desigualdades sociais e no mercado de trabalho desembocou na divisão de tarefas no trabalho doméstico e mexeu com valores e relações de poder, de privilégio que nem todos os estudantes estão interessados em modificar ou rever porque lhes beneficia (promove emoções e revoltas). Além disso, este trecho destaca o que deve ser feito pelos professores de sociologia na perspectiva de Ângela, neste caso, não basta entender sobre os fenômenos ou buscar sensibilizar os alunos, provocá-los a refletir, também é necessário procurar caminhos de resistência, possibilidades de mudança, que os estudantes vislumbrem isso e que os professores continuem nesse caminho, apesar das dificuldades, já que correr o risco vale a pena, é necessário, pois é o que faz sentido. Algo comum nas discussões sobre os temas sensíveis que fizemos anteriormente, principalmente a partir das observações de Alberti (2014). Perceber as mudanças nos discursos de alguns dos seus alunos é considerado uma prova de que vale a pena e é fundamental trabalhar esses assuntos na escola, como uma forma de resistência. Além disso, a professora Ângela procurou embasamento na literatura sobre o EJA para justificar trabalhar com tais temáticas consideradas sensíveis, polêmicas ou indesejadas pelos grupos neoconservadores.

Na continuidade da entrevista, percebemos como trazer à tona esses assuntos e problemas sociais desembocou na temática de gênero, no feminismo e nas questões ligadas aos movimentos LGBTQI, estando, na perspectiva dela, todas interconectadas na sociedade e na realidade dos alunos, sendo algo muito importante de ser trabalhado. Novamente, na fala dela se observa como o contexto, naquele momento, a campanha eleitoral de 2018, tornou a discussão mais sensível e o debate mais acirrado, como podemos ver a seguir:

Entrevistada: Por exemplo, semana passada a gente os levou numa saída de campo, numa exposição que tava tendo (sobre feminicídio) (...) e aí teve uma coisa muito legal nesse momento de troca, então agora a gente vai pensar: Tem aqueles olhares que são contrários? Tem! Foram um tanto potencializados nessa fase eleitoral? Alguns sim, se sentiram mais empoderados sim, mas eles já existiam antes também, então não foi algo pontual. E tem discursos muito fortes de homens e de mulheres quando a gente trabalha isso “ah essas feministas mesmo”.

Entrevistadora: Esses que participam da disciplina? (optativa – focado nesta temática)

Entrevistada: Não, não isso que eu queria diferenciar (...) no geral que é aquele que é a turma inteira né

Entrevistadora: Ah, sim. (...) No bloco também vem essa temática, não dessa maneira, mas também vem

Entrevistada: Exatamente, eu trago nos dois

Entrevistadora: Como parte do currículo?

Entrevistada: Como parte do currículo.

Entrevistadora: Aí os que vão para essa disciplina (optativa) já estão mais abertos? Tu diria?

Entrevistada: Já estão mais abertos. Sejam eles como aquele caso que eu te disse, que o senhor dizia “nossa, mas ao fim e ao cabo eu não respeitava a minha esposa. Eu não a via como realmente uma mulher plena e...” como a outra dizendo “agora em casa eu consigo falar mais” exatamente. Agora ali não, ali é um geral. São aqueles que não escolheram, portanto nós estamos levando as coisas

Entrevistadora: Aí há debate com os colegas que fazem parte também da oficina? Há um certo enfrentamento, de resistência deles de “ah não queremos abordar esses assuntos” ou coisas assim?

Entrevistada: Da oficina não

Entrevistadora: Não, não, mas eu digo na aula da turma convencional.

Entrevistada: Então se percebe assim que... não, para o debate eles sempre estão muito com vontade de estar se colocando, se posicionando, argumentando. Eu não percebo assim que aquele momento de silêncio, que daí fico eu falando e... pelo contrário, eles querem trazer e dar seus posicionamentos. O que que eu faço, é aquele movimento de pensar, baseado no que então vem esses posicionamentos? Esses argumentos, quais são as suas origens? Afinal de contas, é um senso comum? A gente

é que tem que fazer a ponte para o pensamento mais sociológico, de tentar trazer esse outro olhar

Entrevistadora: Sim, pra que não fique só numa opinião, no achismo

Entrevistada: Numa opinião, exatamente. Algo imediatista, sem alicerces

Entrevistadora: Ainda mais que mexe muito com a emoção, como tu disse, as pessoas ficam muito enfurecidas...

Entrevistada: Exatamente, porque desestabiliza. Desestabiliza coisas que foram muito aprendidas, então esse processo aí que nós fomos ensinados e ensinamos a ser dessa forma e opa.... mas claro, eu tento sempre trazer a ideia do diálogo e do respeito, ninguém tá lá se ofendendo, não é isso. Mas mexe, exatamente e por mexer eles querem continuar com as suas bandeiras e dizer “não, é assim mesmo”, mas aí se percebe os grupos né, que começam a se colocar e “mas por quê isso mesmo?”. Então sempre potencializar esse espaço e que seja um debate, mas como eu te falei, com argumentos mais sólidos né?! Se não vira quase uma *fake news* ali que o povo fica falando de qualquer jeito né.

Entrevistadora: Uma outra coisa que eu ia te perguntar: então tu não reparou, no sentido de, por mais que eles possam discordar, eles preferem se posicionar e em nenhum momento eles querem censurar, tipo “ah não deveria ter oficina sobre isso”

Entrevistada: Não! No nosso colégio não

Entrevistadora: Ou tipo “Nós não devemos falar sobre esse tema”, não?

Entrevistada: Não.

(professora Ângela, grifos meus).

Logo depois de comentar como o período eleitoral (eleições de 2018) e a polarização política afetaram essas discussões na escola e enfatizar todo o movimento pedagógico que ela conduz na aula de sociologia, a professora também enfatiza algo que já salientamos ser fundamental quando se trabalha temas sensíveis, o apoio da escola, a liberdade de fazer o debate, além de dar exemplos de como surgem polêmicas em torno do que se entende por feminismo:

Entrevistadora: E tu acha que é pela perspectiva da escola?

Entrevistada: Não, a própria escola não coloca nenhuma forma de limite. Muito pelo contrário, isso é muito interessante porque o nosso colégio, realmente, o discurso e a prática são dessa liberdade docente, de se estar abordando os assuntos, as questões... de não ter temor. Isso é muito legal porque dentro da instituição não há nenhum cerceamento

Entrevistadora: Nem mesmo nesse momento atual? Tu acha que ninguém se sentiu de nenhuma forma constrangido?

Entrevistada: Então, aí eu não consigo te dizer dos demais porque eles não trouxeram, mas o que a gente percebe assim principalmente naquela fase ali das eleições, que alguns alunos... Por isso que eu te falei, não foram me peitando, porque o debate já vinha de muito tempo, então quem

peitava, já peitava antes né?! Mas de outros sim, de outros anos, por exemplo, até os muito jovens assim, por exemplo, crianças de 12/13 anos. E aí com os discursos muito mais endurecidos.

Entrevistadora: Se colocando na sala de aula?

Entrevistada: Raiivosos, desrespeitosos... que colegas trouxeram. E aí nesse caso as orientações da instituição foram: essa manutenção do respeito, nós enquanto servidores né, seria uma ideia como se fosse de cuidados mesmo, porque alguns pais também começaram a se mostrar contrários a algumas coisas que o colégio estava fazendo. Aí usa rede social pra ficar falando...

Entrevistadora: O EJA tem uma certa especificidade, talvez até vantagem, eu não sei. No ensino médio são adultos, mas no ensino fundamental é a partir de ...18. Tá e isso não teria tanto aquela coisa dos pais, numa certa

Entrevistada: Os pais não, mas são eles

Entrevistadora: Eles próprios que fazem

Entrevistada: Mais eles. Exatamente

Entrevistadora: Mas ao mesmo tempo eles sabem que aquela instituição funciona assim, já de alguma forma eles meio que escolheram e meio que tem que acatar, digamos assim

Entrevistada: Se é pra... por exemplo, na semana passada quando eu tava em uma turma e trabalhando as origens das violências e tudo mais, de gênero, aí uma lançou essa “é e agora com a eleição, essas feministas aí trazendo isso aí tudo, as mulheres pioraram de situação” aí eu disse “Parou, vamos lá. O que tu quer dizer com isso?”, daí a pessoa, né... Aí eu falei “Eu não to te desrespeitando, eu só quero entender o que tu tá querendo trazer” aí os outros paravam e ... aí eu “Ah não, eu acho que eu entendi, o que tu tá querendo dizer”. A outra “Ah porque as mulheres são muito mais sensíveis” e eu “O que tu tá querendo dizer com mais sensível?”. Então ela tava querendo dizer que as feministas eram uma coisa ruim, mas o que que tu entende por **feminista**? O que que é ruim? O que que é bom? Então daí tu percebe sim, que algumas pessoas estão pra bater de frente e dizer que não aceita, por isso não, ninguém tá lá pra rachar a cabeça de ninguém e colocar alguma coisa dentro, mas sim **problematizar**, ter aquela ideia de que “de onde tá partindo o teu argumento?” “o que tu quer dizer mesmo quando tu diz tal coisa?”. Por isso que eu te digo, algumas resistências têm, mas elas são muito pontuais, elas não são consensuais. E aí é bom porque mostra o desafio também enquanto professora de tá se... Então, por exemplo, no dia internacional da mulher nós fizemos várias práticas de justamente desconstrução de olhares, apresentações e tudo mais e dizer “ah mas são todas radicais”. O que tu quer dizer com radical? “Por que é radical?” e aí chega um ponto “ah mas não é isso que eu quis dizer” ou “bah, vocês colocaram um olhar que eu nunca tinha me dado conta disso”. Então assim ó: Há resistência? Muita. Sim, Há resistência nesse sentido, alguns assuntos, algumas abordagens e escolhas, mas não num nível que pudesse

gerar um temor ou uma ameaça, alguma coisa assim até meio de violência, não, isso não (professora Ângela, grifos meus).

Este trecho longo traz novamente as conexões entre as questões de gênero e isso ser associado a um discurso feminista militante, as estratégias da professora para lidar com os discursos críticos à temática (movimento de parar e refletir sobre qual seria a origem daquele discurso, ideia, crença e a questão do senso comum, próprio da sociologia, como vimos nos capítulos anteriores), enfatiza os efeitos das oficinas que abordam esses assuntos na vida e na fala dos estudantes (como no caso da visão dos maridos sobre suas esposas), que tais temas polêmicos, sobretudo que envolvem questões de gênero e sexualidade despertam emoções como raiva e fúria pois desestabilizam certos pensamentos/posições, a importância do apoio da instituição para abordar esses assuntos e de se ter liberdade docente (quando ela destaca que não sente receio de abordar estes temas, aspecto que não é uma realidade para todos os professores), como o contexto de polarização da sociedade se reflete na postura dos alunos e as tentativas de cerceamento ao debate destes temas na escola por meio da postura de alguns pais e posicionamentos e críticas em redes sociais, por exemplo. Também aparecem as demandas dos estudantes e como o professor lida com as imprevisibilidades da sala de aula, a postura da professora de sociologia como uma problematizadora que está lá para promover a reflexão e fazer provocações com o objetivo de “desconstruir” certos olhares, determinadas falas e pensamentos para entender suas origens (no caso da aluna que criticou o feminismo e falou sobre ele ser radical), a resistência que os estudantes apresentam e os desafios do professor de estar se reinventando e reaprendendo.

Em 2017, ao realizar a qualificação do projeto desta pesquisa eu pensava no ataque ao conceito de gênero e a sua vinculação teórica, histórica e moral com o tema da sexualidade, o qual sempre suscitou interesse nas tramas da relação saber-poder do Estado e nas constituições das biopolíticas. E pensava que não seria possível eliminar, com tanta facilidade, como ocorreu com o termo gênero, categorias como as desigualdades étnico-raciais, desigualdades entre homens e mulheres, desigualdades de classe. Embora essas temáticas possam ser indesejáveis para alguns desses grupos, elas não eram explicitamente combatidas ou alvo de censura. Não eram, estas temáticas, que compreendo como temas sensíveis relacionadas a direitos humanos no contexto de seu ensino na escola, serão alvo cada vez mais frequente de censuras e polêmicas e assim aparecem nas narrativas dos professores entrevistados.

Em 2019, no entanto, fica cada vez mais evidente que se trata de um ataque a todos os direitos (ou os direitos das minorias) por parte dos grupos neoconservadores e neoliberais que agora estão no poder. Os direitos das mulheres, da população LGBTQI, dos negros, dos indígenas, das crianças e adolescentes, dos trabalhadores, dos pobres... são considerados, no limite, um privilégio, coitadismo, vitimismo e *mimimi*. Afirma-se, abertamente, que as minorias devem se curvar às majorias, como já destacado, pois segundo ela lógica, foi para estas últimas que se criaram as leis e são elas que devem ser protegidas e não o contrário. Essa concepção se opõe radicalmente a um conceito de democracia como a ampliação de direitos e a possibilidade de as minorias serem reconhecidas, terem voz e terem seus direitos respeitados. As desigualdades históricas de nossa sociedade são negadas, minimizadas ou atribuídas a um passado muito longínquo. A era da meritocracia e da mentira deslavada impera. Não há mais escrúpulos em se falar tais coisas. Como argumenta Miguel (2016), foi quebrado o consenso mínimo entre as diferentes forças políticas que existia no Brasil pelo menos desde a constituição de 1988 e a redemocratização, que era a necessidade e importância de se combater às desigualdades sociais e respeitar os direitos humanos.

Retomando a discussão a respeito da perseguição à temática de gênero não ser algo inédito, é importante frisar que embora o termo demonizado atualmente seja gênero, me parece que os inventores do termo “ideologia de gênero” e detratores desta temática, ao atacarem o gênero estão também, ou sobretudo, atacando a discussão sobre a sexualidade, a diversidade sexual e as suas conexões/intersecções com a identidade de gênero e os direitos sociais destes sujeitos (classificados dentro da sigla LGBTQI) que escapam as normas e padrões estabelecidos e defendidos por estes grupos neoconservadores e religiosos. Isso aparece nas entrevistas quando alguns professores afirmam que abordar as temáticas LGBTQI seria ainda mais delicado do que abordar as questões de gênero. Ainda em relação a entrevista da professora Ângela, ela salienta este aspecto, ou seja, a correlação entre os temas e como o professor lida com isso (a questão da militância versus o papel do professor, um tema que apareceu na entrevista de Antônio, por exemplo, em relação as cotas étnico-raciais).

Entrevistadora: A coisa da mulher, depois se deslocou para o gênero e depois para a questão LGBT?

Entrevistada: Sim, nós estávamos trabalhando mais com umas autoras feministas, fortes assim, dessas últimas vertentes, desses últimos movimentos e também muitos documentos nacionais e internacionais.

Então de institutos que estudam mesmo, pesquisadoras... toda essa produção que vem tanto de movimento social, sociedade civil organizada mas também de políticas sobre esses assuntos. Mas assim ó, é um lado meu? É. É a minha questão pessoal, paciência, mas eu não levanto bandeiras, é isso. Eu tento é nesse momento... não existe neutralidade nenhuma de ninguém, mas não de sair batendo de frente como uma militante porque aí eu... O que eu percebo de outros colegas que assim o fazem, que aí fecham mais... naqueles momentos de debates assim de alguns assuntos, para aqueles alunos que estavam com um olhar um pouco mais consolidado assim, é mais difícil de dar uma sacudida

Entrevistadora: Entendi. É mais um enfrentamento e acaba não tendo tanto efeito. Acaba não tendo um efeito positivo.

Entrevistada: Escuta. Exatamente, porque daí a pessoa se fechou e aí não adianta tu levar os argumentos porque não mexeu mais nada, ela bloqueou. Mas porque eu posso trazer isso... não é, é isso mesmo...

Entrevistadora: E tu sempre foi assim?

Entrevistada: Sim. Eu posso ser acusada de “Ah mas aquela lá é sabonete” não, porque eu tenho muito bem o meu posicionamento, mas é como lidar com o posicionamento.

Entrevistadora: Ah e a outra coisa que eu falei sobre a mulher e sobre os negros, a questão LGBT? Até porque tu falou da questão do pertencimento religioso... Essa temática também pode gerar certo conflito. Vocês têm alunos abertamente gays, trans, alguma coisa assim?

Entrevistada: sim, mexe. Então, assim abertamente, difícil. Nosso processo é bem esse, de as pessoas terem a compreensão de seu reconhecimento, de que os outros precisam respeitá-los e assim se colocar. Então a gente já viu processos das pessoas em que no início muito fechados e depois sim, se colocando. Porque o que que acontece, com alguns trabalhos e tudo mais... por exemplo, o dos direitos humanos, eu proponho que eles façam um trabalho sobre grupos, grupos sociais né. E aí o que se vê é que às vezes, ao final, eles não falam “Olha aqui gente foi com esse processo aqui” mas que a pessoa vem e diz “eu tô conseguindo, eu tô conseguindo enfrentar lugares, eu tô conseguindo me colocar...a minha família, os meus amigos” isso eu acho muito legal

Entrevistadora: Sim. Assim como tem muito em relação às mulheres, os homens que falam...

Entrevistada: Sim, mas atualmente eu acho que uma aluna sim, ela é abertamente e tá na nossa oficina. Tem um outro que não, ele tá bem... tem todo esse respeito que se tem com cada momento da pessoa. É essa a ideia, só de transformar numa proposta de que “Sim, vocês podem sim estar se colocando, ter voz para tal” então por isso... (professora Ângela, grifos meus).

A professora Ângela conta do percurso de começar a estudar as temáticas relacionadas a desigualdade entre os homens e as mulheres, feminismos (autoras, diferentes perspectivas

teóricas e políticas) e como foi se aproximando das questões LGBT e os impactos que esse tipo de discussão tiveram nas vidas de seus alunos, além de destacar esta temática como a mais desafiadora, sensível e polêmica entre todas as relacionadas a gênero e sexualidades, pois segundo ela é o assunto no qual as pessoas se sentiriam mais à vontade para se posicionar de forma contrária, criticar, considerar errado, muitas vezes vinculado a um discurso moralista e religioso:

Entrevistadora: E é um tema difícil?

Entrevistada: Eu te diria que gera mais conflito do que os outros

Entrevistadora: Mais do que..

Entrevistada: Claro, tá relacionado a gênero, mas é o que gera mais conflitos de todos esses demais que a gente falou...

Entrevistadora: Ah sim, trabalhar com a temática LGBT. E aí tu trabalha mais com essa coisa de direitos LGBT?

Entrevistada: Sim

Entrevistadora: Da questão do direito a identidade de gênero...

Entrevistada: Sim, exatamente. E aí de mostrar as desigualdades e violências sofridas por esses grupos, mostrar também essas construções sociais do que é gênero, do que é o feminino e o que é o masculino né, que isso não é algo fixo em lugar nenhum, a partir desses referenciais.

Entrevistadora: E aí tu considera então que este, de todos os outros temas que a gente falou, é o pior? Pior no sentido de mais difícil de trabalhar

Entrevistada: Mais difícil, é o mais desafiador.

Entrevistadora: Tá e que tipo de manifestação essas pessoas acabam trazendo? Esse é mais onde as pessoas se sentem a vontade pra dizer que são contra, que não toleram ou que não concordam?

Entrevistada: Isso, eles se sentem mais à vontade para manifestar esse tipo de olhar, de “não é bem isso” mas ou seja daquelas frases jocosas, seja de dizer “ah isso é tudo vagabundo mesmo, não deviam nem existir” sabe?! Tem coisas muito fortes sabe, que são às vezes narradas. Por isso que eu digo assim ó... por isso que eu sinto que, alguns talvez não se sintam a vontade para...

Entrevistadora: Se expor

Entrevistada: Se expor publicamente, mas que eles trazem de que estão conseguindo em outros espaços.

Entrevistadora: Individualmente eles (os alunos) falam pra vocês que estão conseguindo

Entrevistada: Exatamente, mas que ali naquele grupo ainda não se sentem

Entrevistadora: Que não é o ambiente

Entrevistada: Que é como eu te falei, quando é a turma inteira, quando são turmas mais específicas aí sim, nas oficinas, aí se sente mais à vontade de se colocar

Entrevistadora: Ah, interessante

Entrevistada: Então por exemplo, a gente fez um trabalho até sobre a história de vida e tudo mais e aí eu conversava com um aluno e ele assim “Eu não quero trazer nada da minha história de vida”. Claro, tem que respeitar, não vou te obrigar a falar coisa alguma, mas aí dava pra sentir que era uma questão familiar, que havia uma certa violência, uma não aceitação, uma negação dele. Eu não vou ficar fazendo a pessoa se colocar publicamente sobre isso. Mas eram essas coisas que ainda estava vivendo muito na sua família.

Entrevistadora: Ah, disse que a pessoa também não queria se expor

Entrevistada: Não queria se expor.

Entrevistadora: E tu acha que algumas vezes é em questão de brincadeira, mas também de questões religiosas assim ou...?

Entrevistada: Tem, tem questão religiosa sim. (professora Ângela, grifos meus).

Como vimos em outras entrevistas, como a da professora Simone (episódio na aula de religião quando uma professora de história e pastora adentrou a palestra com um teólogo para criticar e fazer contrapontos), muitas vezes os discursos contrários a abordagem de gênero se conectam a discursos religiosos, não será possível adentrar nesta temática complexa e específica aqui, mas vale enfatizar que já destacamos os vínculos e conexões de grupos religiosos na conformação do neoconservadorismo no Brasil e como isso aparece no ESP, na cruzada antigênero e mesmo em outros grupos como o MBL (caso do *queer* museu, exposições artísticas, palestra contra a Butler), utilizada muitas vezes para a constituição de pânicos morais e estratégia política de popularização e adesão de massas.

Junqueira (2017) e Prada (2017), ao analisarem a “ideologia de gênero”, ressaltam o uso estratégico que este termo tomou na esfera de alguns desses grupos conservadores e na constituição das alianças e da adesão de massas, demonstrando que tais grupos garantiram eficácia em atingir suas demandas/bandeiras diversas (e nem sempre religiosos ou relacionadas diretamente com a temática de gênero, como no caso do acordo de paz com as FARC, na Colômbia) a partir do uso do termo “gênero” e afins. É possível que essa aparente centralidade recente da temática de gênero, comemorada como indício de uma vitória do movimento feminista e LGBTQI (e de fato é demonstrativa de uma visibilidade e legitimidade alçada por esta discussão), não seja tão nova assim. Pode ser que esteja com uma nova roupagem, utilizando novas categorias e formando novas alianças, mas se pensarmos nos argumentos desses grupos (como o ESP e contra a “ideologia de gênero”), muito ligados a questão da família nuclear heteronormativa, defesa das crianças, concepções religiosas e também científicas

(biológicas/naturais), com grande interesse na educação/escola, podemos pensar que isso se insere numa estratégia muito recorrente, já utilizada em outras épocas, contextos e locais.

Gayle Rubin (2012) em seu texto *Thinking sex*, publicado em 1985 nos EUA, anuncia já no primeiro parágrafo a centralidade de questões ligados a sexualidade em épocas de crise dando exemplos históricos de guerras sexuais que geravam “pânicos morais” ocorridos no século XIX, e na década de 50 do século XX naquele país, assim como chamava a atenção para o que se estava constituindo naquele momento em relação a epidemia de AIDS e os seus “perigos”. Segundo a autora:

Chegou o tempo de pensar sobre o sexo. Para alguns a sexualidade pode parecer um tópico sem importância, um desvio frívolo de problemas mais críticos como a pobreza, guerra, doença, racismo, fome ou aniquilação nuclear. Mas é em tempos como esse, quando vivemos com a possibilidade de destruição sem precedentes, que as pessoas são mais propensas a se tornarem perigosamente malucas sobre a sexualidade. Conflitos contemporâneos sobre valores sexuais e condutas eróticas têm muito em comum com disputas religiosas de séculos anteriores. Eles passam a ter um imenso peso simbólico. Disputas sobre o comportamento sexual muitas vezes se tornam o veículo para deslocar ansiedades sociais, e descarregar a concomitante intensidade emocional. Consequentemente, a sexualidade deveria ser tratada com especial atenção em tempos de grande estresse social”. (RUBIN, 2012, p. 01)

Por sua vez, Miskolci (2007)¹⁸⁴, ao abordar e problematizar a questão do “casamento gay”, discute a questão do pânico moral como um mecanismo de resistência e controle da transformação societária que emerge do medo social com relação às mudanças, em especial as consideradas repentinas e por isso mais ameaçadoras (Idem, p. 103). Além disso, o autor demonstra como LGBTQIs sempre foram estigmatizados historicamente e como estão associados a mudanças sociais relacionadas à sexualidade, família e estilos de vida, em especial após os anos 60 e 70, quando intensas transformações sociais e culturais ocorreram no mundo ocidental, modificando as relações afetivas e sexuais – transformando as próprias concepções de família e casamento. O sociólogo ressalta que tais mudanças sofreram uma reviravolta nos anos 80 com a emergência da epidemia da AIDS. Para ele, tanto a população LGBTQI como o movimento feminista, são alvos prioritários na criação desses pânicos morais, devido às suas conexões com as mudanças sociais consideradas indesejáveis. Já no caso do Brasil, os anos 60 e 70 foram marcados pela forte repressão da ditadura civil-militar.

¹⁸⁴ Este autor retoma as discussões feitas pelo sociólogo britânico Cohen, que cunhou o conceito na década de 60, a utilização deste conceito posteriormente nos EUA e na Inglaterra (pelos Estudos culturais, década de 70) e a problematização da antropóloga Gayle Rubin, no clássico texto *Thinking Sex* dos anos 80.

Na conjuntura atual, cabe lembrar que as questões LGBTQI tem ganhado cada vez mais espaço na mídia e na publicidade, de modo geral, além da emergência de uma nova onda feminista e de novas formas de protestar, do fortalecimento das lutas do movimento negro etc. Assim como no período mencionado por Miskolci (2007), todo esse panorama é utilizado pelos “conservadores” para ressaltar o problema, crise ou medo que, segundo eles, esses grupos e movimentos progressistas representam: ameaça à família, aos valores tradicionais e a importância das crenças religiosas cristãs e conservadoras¹⁸⁵. Se referindo ao atual contexto brasileiro e em relação a essa ambivalência, Silva et al. (2020) argumentam que:

[...] dois tipos de discursos sobre gênero e diversidade sexual: ao mesmo tempo em que os corpos e identidades dissidentes dessa lógica reprodutora estão inseridas, como nunca antes, nos meios de comunicação, mídia e publicidade gerando lucro para o mercado neoliberal (*pink money*), tais corpos e identidades são negadas através do discurso de algumas instituições sociais, como a família, a escola e o Estado. Ou seja, em um campo discursivo o gênero e a sexualidade têm se tornado mercadoria, em outro, é totalmente negado e posto enquanto ameaça à reprodução da hegemonia neoliberal. (2020, p.85).

Miskolci (2007) por sua vez prossegue afirmando que “o estudo de pânico morais permite compreender como preocupações e temores de um dado momento histórico expressam lutas de poder entre grupos sociais, valores e normas, pois pânico morais nunca são espontâneos” (p. 114-115). Se a criação e o uso estratégico dos “pânico morais” ligados a questões sexuais não são algo recente, a percepção sobre a centralidade do sexo/sexualidade em nossa sociedade tão pouco o é. A partir desses apontamentos, fica evidente como toda a centralidade da ofensiva antigênero é essencial para o movimento neoconservador e incide fortemente na escola e tem implicações na sala de aula, no direito de aprender e na liberdade de ensinar dos professores.

4.1 Sexualidade e poder: reflexões sobre as políticas sexuais

Uma das obras mais importantes para o nosso campo de estudos, de gênero e sexualidade, e que abriu um novo horizonte de pesquisas influenciando os estudos LGBTQIs, feministas e *queer* é História da Sexualidade, de Michel Foucault. Em seu volume 1, A vontade de saber, a obra inova ao evidenciar uma perspectiva distinta de pensar o assunto: ao invés de pensarmos o sexo e a sexualidade a partir da ideia de uma pulsão natural ou instinto que foi reprimido ou

¹⁸⁵ Para mais informações sobre o contexto contemporâneo e suas implicações para as relações de gênero e diversidade sexual, ver Nardi (2013).

negado, como tinha sido bastante comum até ali (pela via da psicanálise e da sexologia, especialmente, Freud, Reich, entre outros pensadores), Foucault propõe um ponto de vista diferente, destacando como o sexo e a sexualidade foram sendo colocados em evidência e em discurso na modernidade, na constituição de diversos saberes como o médico, o religioso, o psicanalítico, etc. que produziam conhecimentos e verdades sobre o sexo e os indivíduos, criando novas categorias e sujeitos (como o próprio homossexual) na constituição de estratégias de poder e de saber, rompendo com a ideia de negação ou apenas a negatividade do poder (e do sexo) evidenciando sua produtividade. O autor também salienta a centralidade do sexo para o Estado e o governo das populações, a partir da constituição do biopoder e da biopolítica. E ainda, o foco em alguns sujeitos e na proliferação dos discursos sobre os “anormais”, desviantes, pervertidos sexuais que ajudaram a constituir as normas e a definir as fronteiras da “normalidade”.

Em sua argumentação a respeito da sexualidade e do sexo, Foucault se remonta à era vitoriana e ao desenvolvimento do capitalismo e equipara a confissão religiosa à metodologia de falar de si, própria da psicanálise, mostrando a importância da ideia de confissão para a ciência. Estas perspectivas obtiveram sucesso porque, segundo Foucault, seria gratificante abordar, em termos de repressão, as relações do sexo com o poder, já que se o sexo era reprimido, falar sobre ele pareceria transgressão. Este autor também se opõe a ideia do sexo como uma força positiva da natureza e sua promessa de felicidade. Sua proposta não é somente ou principalmente demonstrar que esta hipótese é falsa e sim recolocá-la:

[...] numa economia geral dos discursos sobre o sexo no seio das sociedades modernas a partir do século XVIII. Por que se falou da sexualidade, e o que se disse? Quais as relações entre esses discursos, esses efeitos de poder e os prazeres nos quais se investiam? Que saber se formava a partir daí? Em suma, trata-se de determinar, em seu funcionamento e em suas razões de ser, o regime de poder-saber-prazer que sustenta, entre nós, o discurso sobre a sexualidade humana (FOUCAULT, 1997, p. 16).

Para este autor, importava entender as técnicas polimorfas de poder (recusa, bloqueio, incitação, intensificação...) revelando que “vontade de saber” é essa que lhe embasa, para isso ele irá em busca da produção da ciência da sexualidade que colocou, cada vez mais, a sexualidade em discurso. Seu objetivo é fazer a história das instâncias de produção discursiva, de produção de poder, produções de saber e suas transformações (FOUCAULT, 1997, p. 17). Assim ele demonstra as demarcações que foram sendo realizadas entre o legal e o ilegal em termos de sexo, o policiamento sobre estas práticas, o surgimento da ideia de população, que unia uma questão econômica e política tendo como cerne, o sexo, tudo isso que constitui a sexualidade tanto como

objeto de estudo e intervenção (Idem, p. 29). Isso se estende ao campo da medicina e psiquiatria e passa a constituir as noções de perversidade, a perseguição às sexualidades periféricas e a transformação de certas práticas em categorias/identidades, como acontece em relação à homossexualidade. E ainda em relação ao seu conceito de poder, apresentado nessa obra, ele destaca que “onde há poder há resistência” (Ibidem, p. 91), como um interlocutor irreduzível, pois a resistência não é exterior ao poder, ambos se constituem em correlações de poder interdependentes.

Foucault (1997) ressalta que devemos “imersão a produção exuberante de discursos sobre o sexo no campo das relações de poder, múltiplas e móveis” (p. 93). Aqui ele destaca quatro regras como prescrições metodológicas: regra da imanência (relação saber-poder); regra das variações contínuas (processos que passam por modificações e deslocamentos contínuos); regra do duplo condicionamento (inter-relações entre o local/global, a descontinuidade e a homogeneidade); regra da polivalência tática dos discursos - “deve-se conceber o discurso como uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme e nem estável” (Ibidem, p. 95). Ainda, “o discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo” (Ibidem, p. 96) e, por fim, ele destaca que dentro de uma mesma estratégia podem coexistir discursos diferentes e mesmo contraditórios.

Do século XVIII em diante, é possível, segundo ele, identificar “quatro conjuntos estratégicos, que desenvolvem dispositivos específicos de saber e poder a respeito do sexo” (FOUCAULT, 1997, p.99) que seriam: a histerização do corpo da mulher; a pedagogização do sexo da criança; a socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização do prazer perverso. Assim, ele define o famoso conceito “A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico [...] segundo algumas estratégias de saber e de poder” (Idem, p. 100).

As relações de sexo, segundo Foucault (1997), abriram espaço, anteriormente, para um dispositivo da aliança: que se refere ao estabelecimento do matrimônio, parentesco e transmissão de bens, sistema de regras que prescreve o permitido e o proibido. Este dispositivo vai cedendo lugar, mas não é totalmente substituído, na medida em que não dá mais conta dos processos econômicos e sociais, e a partir do século XVIII, emerge o dispositivo da sexualidade, articulado aos parceiros sexuais também, mas diferente do outro dispositivo, por “opô-los termo a termo” (Ibidem, p. 101), tendo outros enfoques. “O dispositivo de sexualidade se liga a economia através de articulações numerosas e sutis, sendo o corpo a principal - corpo que produz e consome”

(Ibidem, p. 101). Se o dispositivo da aliança tinha como função principal a reprodução, “O dispositivo da sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global” (Ibidem, p. 101).

Percebemos, a partir da influente obra de Michel Foucault (1997), as imbricações entre sexo, sexualidade e corpo. Este autor nos dá a base para entender estes fenômenos para além das questões biológicas, já que postula que a sexualidade não é um ímpeto, mas algo “inventado”. Para ele, a “sexualidade” é o “conjunto dos efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais, por um certo dispositivo pertencente a uma tecnologia política complexa” (Ibidem, p. 120). Dessa forma, as questões do sexo e da sexualidade se situam, de forma central, no campo da disputa política e dos projetos de sociedade. Assim, de alguma forma, o processo que estamos presenciando agora no nosso país, de forma contundente e explícita, tem relação direta com esse dispositivo.

Os discursos morais envolvendo a defesa da família e das crianças, proibindo a escola e os professores de abordar as temáticas de gênero, sexualidade e educação sexual (com respeito à diversidade) dizendo que isso é algo do âmbito privado (pessoal) das famílias, de acordo com suas crenças e religiões, e não uma função do Estado e de âmbito público, é algo que fere os direitos e as liberdades dessas crianças, inclusive no que diz respeito às violências e violações de seus direitos pois, como sabemos, a maioria dos casos de abusos contra crianças e jovens ocorre dentro de casa e são praticadas por familiares. Também fere as leis e a construção de um país democrático, já que essas violações de direitos dentro da esfera familiar sempre existiram, mas não eram denunciadas.

Por muito tempo silenciadas, apenas recentemente passaram a ser tema de preocupação, assim como ocorre em relação à violência doméstica contra a mulher. O aumento aparente dos casos de violência, muitas vezes decorrente da maior visibilidade e do aumento das notificações, são lidos, por muitos dos grupos neoconservadores (empreendedores morais) e religiosos como culpa do feminismo. Entretanto, como já argumentado, em momentos de pânico moral a violência contra os grupos marginalizados recrudesce. Ou seja, como vemos, todos estes discursos e mudanças sociais tem efeitos nos corpos, na organização da escola e no seu currículo, nas leis e na vida das pessoas.

A sexualidade sendo colocada em discurso está presente de forma abundante no atual projeto de governo da extrema-direita, os pronunciamentos e *tweets* do presidente falam constantemente de questões ligadas ao sexo, a sexualidade e o corpo, como já discutido. Por meio de piadas ou “denúncias” e mesmo antes, durante a campanha eleitoral, Bolsonaro, seus apoiadores e ministros falam constantemente da sexualidade e da homossexualidade, ao mesmo tempo que se dizem conservadores do ponto de vista moral e/ou religioso, chegando a ministra Damare Alves a defender a abstinência sexual entre os jovens como método contraceptivo e para evitar gravidez precoce¹⁸⁶ argumentando que as escolas orientem os adolescentes a não fazer sexo.

Como exemplo de algumas de suas falas e ações, o chefe de estado brasileiro disse que: preferia ter um filho bandido a um filho gay, fez brincadeira sobre um suposto “troca troca” gay entre os ministros Moro e Salles, criticou filmes com temática LGBTQI e diz que a Ancine e o Estado não devem financiar essas produções que estimulam a homossexualidade, também criticou filmes como o da Bruna surfistinha (que aborda a prostituição feminina com uma abordagem pouco usual e baseada numa história real), publicou um vídeo em suas redes sociais onde dois homens durante o carnaval praticam *Golden shower* (os rapazes filmados afirmam que se tratava de uma performance); falam também da heterossexualidade masculina e destacam a suposta virilidade como a “brincadeira” com o estereótipo do pênis pequeno do japonês, afirmou a um repórter que usava o apartamento funcional (de deputado federal) para “comer gente”, frequentemente ofende apoiadores, críticos e repórteres com xingamentos relativo as suas mães ou relacionados ao ânus; reforça o pânico moral e a defesa das crianças com a retórica do chamado *Kit gay*, sem contar as mentiras sobre uma cartilha sexual para a educação infantil e as mamadeiras de piroca durante a campanha eleitoral que circularam entre seus eleitores nos grupos de *whats app* – e a suposta doutrinação de esquerda praticada pelos professores e pelo MEC anterior; além de ressaltar bastante em suas falas partes do corpo e seus excrementos, como

¹⁸⁶Ver mais em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/damare-deve-lancar-campanha-de-abstinencia-sexual-em-fevereiro/>> <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2020/01/abstinencia-sexual-entenda-a-estrategia-da-ministra-damare-para-combater-a-gravidez-na-adolescencia-ck5swry7j0b9o01mv88pk2b2e.html>> <<https://oglobo.globo.com/sociedade/damare-reconhece-abstinencia-sexual-como-politica-publica-em-construcao-1-24182738>> <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2020/01/30/proposta-de-damare-de-abstinencia-sexual-de-jovens-vira-como-complementar-mas-especialistas-veem-riscos.htm>> <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-31/foco-na-abstinencia-sexual-para-combater-gravidez-precoce-ignora-que-meninas-sao-as-mais-estupradas.html>>. Acesso em 01/02/2021.

ânus/cú e cocô/fezes, algo que pode ser explicado pela via da psicanálise, como argumenta Dunker (2019) em uma entrevista¹⁸⁷:

O discurso de Bolsonaro, como se sabe, é preñado de um sexismo extremado e incapaz de perceber suas próprias causas. Bolsonaro sempre deixa escapar, direta ou veladamente, sua fixação com questões ligadas à sexualidade. A fala contra Maria do Rosário que culminou em recente condenação, a preocupação com o raro câncer de pênis no Brasil, o incômodo curioso com o golden shower no carnaval, a piada com o pênis de um descendente oriental, a ofensiva contra o que chamou de turismo homossexual no Brasil, a colocação da Amazônia como a “virgem que todo tarado quer” e, mais recentemente, o cartão amarelo para a Ancine em relação a filmes eróticos, são apenas alguns exemplos que revelam a obsessão sexual de Bolsonaro, algo que não passa sem sentido para a psicanálise (Dunker, 2019).

Bolsonaro, enquanto deputado, também fez fama ao brigar e ofender o deputado federal e militante gay assumido, e de esquerda, Jean Willys do PSOL e criticou questões do ENEM que abordassem a temática da homossexualidade, abordar esse assunto é visto por ele como uma propaganda gay. Já o ex-ministro da educação, Weintraub, deu declarações dizendo que nas universidades os estudantes ficam andando nus e fazendo performances ao invés de estudar (isso é propagado no *whats app* com vídeos geralmente montados ou informações distorcidas), enquanto a ministra Damares afirma que não viu “nenhuma menina com crucifixos na vagina”¹⁸⁸ ao elogiar um congresso conservador de direita. Essa suposta “repressão” sobre a sexualidade e o corpo acabam colocando o sexo e a sexualidade em evidência, em discurso, podendo ser lida dentro das táticas do dispositivo da sexualidade propostas por Foucault (1997).

A retomada dessa centralidade da questão sexual e de gênero, no Brasil atual, está intimamente ligada a ascensão da nova extrema-direita, e é, ao mesmo tempo, uma resposta e uma estratégia de contra-ataque as mudanças sociais e expansão de direitos sentidas no Brasil dos últimos anos: lei maria da penha, união civil entre pessoas do mesmo sexo, iniciativa de programas educativos contra a homofobia na escola, lei do feminicídio, criminalização da

¹⁸⁷ Disponível em: <https://diplomatie.org.br/sob-o-governo-dos-homens-falo/>. Acesso dia 02 de fevereiro de 2021.

¹⁸⁸ Sobre essas declarações ver mais em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/10/12/nenhuma-menina-introduziu-crucifixo-na-vagina-afirma-damares-em-evento.htm>><<https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2019/05/15/foto-apontada-como-balburdia-estudantil-era-performance-sobre-holocausto.htm>><<https://revistacult.uol.com.br/home/weintraub-cruzada-contra-educacao/>> . Acesso em 01 de fevereiro de 2021.

homofobia, lei do feminicídio, mudança da lei sobre estupro, políticas afirmativas, etc. fruto da pressão e do diálogo entre os movimentos sociais e o Estado, como já argumentado.

A crescente visibilidade da população LGBTQI via paradas de orgulho espalhadas pelo país, a saída do armário de um número crescente de pessoas, inclusive famosas, o número crescente de artistas gays, lésbicas, trans, a emergência de uma forte cultura *queer* ou ligada a estas questões (Pablo Vittar, programas de tv como o amor e sexo, novelas e filmes com personagens homossexuais, transexuais etc.) e o crescente feminismo, em especial o digital, encampado por cada vez mais jovens e mulheres, anônimas e famosas e ganhando visibilidade midiática, sendo também pautas rapidamente capturadas pelo mercado, representaram mudanças rápidas em nossa sociedade, que estão para além do Brasil, que foram vistas como ameaçadoras por estes grupos neoconservadores.

Em relação a como as temáticas ligadas mais especificamente a sexualidade e identidade de gênero e novas formas de famílias despertam o interesse dos estudantes e surgem como demandas destes ou são percebidas como importantes pelos professores, muitas entrevistas que fiz apontam nesse sentido e trazem exemplos concretos, como esta fala do professor Michel, neste caso, abordando sua experiência ou de colegas na rede particular (confessional católica):

Entrevistado: Teve um episódio também, e não foi comigo, foi com um professor de Português que tinha feito, fazia, com todos os nonos anos, nonos ou oitavos, não lembro agora, uma leitura obrigatória por trimestre e uma produção teatral. Eles produziram, leram dois livros que tratavam sobre questões da... de transexuais e constituições de família. Tinha um em que havia um transexual e eles constituíam uma família e teve todo um processo que eu não lembro como terminava e foi muito bom, os alunos adoraram, acharam maravilhoso a escola trazer essa questão de gênero. E aí a coordenação pedagógica propôs que os alunos apresentassem no dia dos pais esse teatro que discutia a questão de gênero e relativizava e colocava em pé de igualdade todas as formas de família.

Entrevistadora: ahã

Entrevistado: No exato momento que terminou esses esquetes, a vice-diretora já foi parada por uma série de pais questionando se eles, se a direção, sabia do cunho do teatro, do contexto, e aí então foi todo um escândalo em cima disso.

(professor Michel, grifos meus).

Neste episódio, fica nítida a diferença entre a posição inicial dos professores e da própria escola, que podemos chamar de mais progressista e/ou alinhada ao respeito a diversidade e aos direitos humanos e atenta as mudanças sociais em andamento no país, a posição dos estudantes

interessados e satisfeitos de abordar o tema, e, do outro lado, a reação de muitos pais, que consideram errado abordar o assunto da transexualidade e das novas parentalidades, temem por seus filhos encenarem aqueles papéis no teatro ou discuti-los em sala de aula, ler textos sobre isso e reclamam junto a escola, pois isso representa uma ameaça, os pais parecem não acreditar que a escola (direção/supervisão escolar) sabia ou concordava com a abordagem daquela temática. Além de uma diferença geracional, entre pais e filhos adolescentes, são moralidades, experiências e visões de mundo diferentes que parecem se chocar, uma mudança sociocultural, no direito das pessoas LGBTQI que precisa ser barrada ou deve ser escondida e negligenciada pela escola, na visão dos grupos neoconservadores, e como esses discursos acabam influenciando a comunidade escolar como um todo. No caso de uma escola particular, isso é ainda mais sensível, já que pode ocorrer a ameaça de retirada dos filhos da escola, o que reflete na manutenção da mesma ou pressão pela demissão de algum professor, culpabilização de alguém etc. Obviamente, tal episódio teve consequências posteriores na postura adotada pela escola, como veremos no trecho que segue:

Entrevistado: Naquele ano, ou no ano seguinte a gente começou a fazer um projeto de aulas ENEM, no turno da noite com estilos de pré-vestibular, então nós, professores íamos caracterizados, fazíamos debates, e deu muito certo, foi muito legal, e aí a escola quis usar esse projeto pra fazer captação de alunos pro ensino médio. Então fez um aulão aberto para alunos de outras escolas da região. E a temática envolvia cuidados com o corpo, porque a primeira temática do aulão ENEM foi as questões de academia, a produção do corpo né, a docilização, e como a gente vai produzindo estereótipos e padrões. E aí nós, como professores, nós pensamos, eu, o colega de Filosofia, de Biologia na época, a gente disse, “tá, então a gente quer discutir a música da Pablo Vittar o Todo Dia, né. Qual é o corpo ideal, se eu não me engano, então vamos discutir qual é a questão em cima da Pablo Vittar né, o por que que a Pablo Vittar é ou não um corpo sensual. É um corpo sensual, o que é um corpo sensual a partir da letra da música da Pablo Vittar. E nós fomos vetados. Nós podíamos falar sobre sexualidade, sexualização do corpo, objetificação das pessoas, mas nós não poderíamos em nenhum momento citar a Pablo Vittar. (professor Michel, grifos meus).

Interessante perceber a preocupação da escola com repercussões negativas que a abordagem desta temática pode ter, ainda mais depois do episódio do teatro e em uma atividade que tem por objetivo atrair novos alunos (e seus pais). Também chama a atenção o fato de não barrar o tema de forma ampla (sexualidade, corpo, padrões), talvez por acreditar na importância

da temática e na abordagem dos professores, mas censurar que se cite um artista ou música em específico que tem ampla visibilidade, para possivelmente evitar muita polêmica ou repercussão negativa. Já há alguns anos circulam por meio destes grupos neoconservadores discursos e enunciados sobre uma suposta ditadura “gayzista” na mídia brasileira, sobretudo na rede global, tais ideias que antes eram vistas como piadas foram ganhando força e sendo costuradas a outras concepções como por exemplo, as antifeministas e antiesquerda, constituindo um discurso que viu nas mudanças sociais uma vitória da esquerda e dos progressistas e uma ameaça às suas crenças. Tais mudanças sociais, presentes mais fortemente desde os anos 90 e de forma mais expressiva nos anos 2000, no Brasil e no mundo, fruto de conquistas de direitos de grupos antes marginalizados, foi percebida como um “progresso” dentro de uma perspectiva das sociedades democráticas. Mas este palco de mudanças que começam a se tornar possíveis e ou mais visíveis pós redemocratização e a constituição de 1988, logo se tornou um terreno fértil para a batalha cultural e para a construção de outros discursos.

A nova direita (e extrema direita) já vinha se articulando há algum tempo, mas até meados de 2013 não parecia tão evidente que seu discurso decolaria, já que vivíamos um contexto econômico favorável, o governo de esquerda no Brasil contava com alta popularidade e a avaliação positiva e havia outros governantes de esquerda bastante populares na América Latina. Pautas anti-esquerda e anticomunistas presentes no discurso da direita ultraliberal não encontravam eco suficiente até então. Entretanto, como já explicitado anteriormente, ocorrem alterações neste contexto e as questões econômicas e políticas começam a entrar em crise, junto com o crescimento de um discurso moralista anticorrupção e anti-sistema político, que possibilita a ascensão do pensamento neoconservador. É também no campo dos costumes e moralidades que eles vêem suas pautas se ampliarem e ressoarem. É no novo contexto social, cultural, econômico e político que seus horizontes se ampliam e aumentam seus simpatizantes, na junção do ultraliberalismo (mises, anarcocapitalismo etc. neoliberalismo da escola austríaca e da escola de Chicago), do ultraconservadorismo moralista de Olavo (anti-esquerda, anti-minorias, disruptivo, iconoclasta, contrapublico, violento, predominante masculino, heterossexual, branco...) e do fundamentalismo religioso cristão (sobretudo neopentecostal e católico).

Dessa forma, podemos pensar que o tema de gênero e da sexualidade, cristalizados na categoria “ideologia de gênero” e amparado no caráter moral, conservador e anti-esquerda do ESP, está no centro da disputa simbólica e política que vivenciamos hoje no Brasil, um país

percebido como extremamente polarizado atualmente, pois como já dito, os discursos antigênero e antidireitos das minorias foram muito importantes, desde o golpe de 2016 e sobretudo na campanha eleitoral de 2018. Tudo isso serve para justificar e entender por que gênero é algo central na discussão política e educacional atual, é uma das bases para entender o crescimento do neoconservadorismo, é importante para compreender o ataque a educação, aos pesquisadores, intelectuais e professores e como a pauta da educação é importante nesta luta pela hegemonia, assim como a cultura (também fortemente atacada), e é central para repensar a democracia hoje. E este ataque repercute na escola e nas aulas de sociologia.

4.2 O ataque à gênero na educação brasileira

Guacira Louro (2000), em seu texto *Pedagogias da sexualidade*, ao abordar a questão das políticas identitárias e suas transformações em relação às questões de gênero e sexualidade, também discute a compreensão sobre a sexualidade mais corrente, que é aquela que acredita que esta é algo dado pela natureza, inerente ao ser humano, logo universal. Entretanto, a sexualidade envolve um conjunto de elementos profundamente culturais e plurais, assim, não haveria nada “natural”, pois a própria concepção de corpo é histórica, já que os corpos só ganham sentido socialmente (na cultura, pela linguagem) e as possibilidades da sexualidade (desejos, prazeres etc.) são demarcadas pela cultura e pelo contexto em que se constituem, ou seja, são socialmente estabelecidas e aprendidas. Da mesma forma, as identidades de gênero e sexuais são definidas por relações sociais e moldadas pelas redes de poder de uma sociedade. Ela conclui essa reflexão utilizando Foucault:

A sexualidade, afirma Foucault, é um "dispositivo histórico" (1988). Em outras palavras, ela é uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem "verdades". Sua definição de dispositivo sugere a direção e a abrangência de nosso olhar. (LOURO, 2000, p.11-12).

Mais adiante, no mesmo texto, no tópico *Educando corpos, produzindo a sexualidade normal*, Louro aborda essas questões de forma mais relacionada à escola, aos processos de escolarização do corpo e à produção de masculinidades e feminilidades, por meio de uma pedagogia e de um disciplinamento. As práticas e linguagens que constituem esses sujeitos generificados deixam marcas, gravadas pela família, pela escola, mídia, igreja, lei etc. com um forte investimento. Assim, reiteram identidades e práticas hegemônicas e subordinam, negam ou

recusam outras. A produção dos sujeitos é plural e permanente e os sujeitos participam ativamente da construção de suas identidades, inclusive por meio do disciplinamento e do autogoverno, além das tecnologias de governo, que visam determinar as formas de se viver o gênero e a sexualidade. Há uma tentativa constante, por meio de estratégias diversas, de fixar a identidade masculina/feminina “normal” e duradoura. Esse modelo de identidade de gênero “normal” deve corresponder a um único modelo de identidade sexual, a heterossexual. E eu acrescentaria, que além da orientação sexual heteronormativa, a identidade de gênero deve sempre corresponder ao sexo biológico/marca corporal pré-determinado, ou seja, ao gênero que lhe foi designado ao nascer (ou antes, já na ecografia), sendo uma pessoa cisgênero.

Segundo Louro (2000), a escola acaba por ter uma tarefa dupla e árdua nesse processo, promover a sexualidade “normal” e ao mesmo tempo contê-la ou adiá-la (não se deve falar de sexualidade na escola, isso é só para a vida adulta, as crianças e jovens devem manter sua inocência) silenciando sobre o assunto (assim como quer que continue a ministra Damares). Como a sexualidade está evidenciada na mídia, nas roupas, nas músicas etc. as crianças têm acesso a tudo isso, o que acaba gerando o que alguns chamam de “pânico moral”, cujo centro da atenção são as crianças. Assim, se renovaria a vigilância sobre a sexualidade, que não consegue abafar o interesse ou a curiosidade e no máximo consegue limitar sua manifestação. Desta maneira, vão se construindo os segredos, a vergonha e a culpa que colocam as questões da sexualidade como um assunto privado, negando seu caráter social e político. A heterossexualidade vai sendo produzida pela rejeição da homossexualidade, muitas vezes se expressando pela homofobia no ambiente escolar, muito associado ao desprezo, afastamento, imposição do ridículo, relacionando a homossexualidade a algo contagioso, o que pode gerar uma “guetização”. Isso ajuda a compreender por que falar da transexualidade, das novas parentalidades e citar um artista como a Pablo Vittar no ambiente educacional causa temor neste contexto no Brasil, episódio citado na entrevista do professor Michel.

O artigo de Louro, publicado originalmente em 1999, aponta que naquele contexto a maior visibilidade de gays e lésbicas no espaço público colocaria novas questões, de um lado o aumento das possibilidades e o abandono de algumas formas de desprezo, por outro, a maior visibilidade também geraria o acirramento das manifestações preconceituosas, organização de grupos hipermasculinos (violentos) e o revigoramento de campanhas conservadoras diversas. De um lado, a concepção liberal da sexualidade como algo privado (portanto devendo ficar restrito a

intimidade, sobretudo para os que fogem da norma), e por outro lado sujeitos que não querem ser vistos como “alternativos/outros” mas simplesmente existir de forma pública, travando, desta forma, lutas éticas e estéticas. Isso, como vimos na contextualização trazida anteriormente, se acirrou ainda mais no século XXI e no nosso país a partir dos anos 2000 quando os sujeitos LGBTQI e as mulheres e o feminismo, entre outros grupos marginalizados, passaram a ter mais expressão culminando no que já vimos a partir do ano de 2010.

A escola é um desses locais onde ocorrem as práticas de ocultamento da epistemologia do armário, afirma Louro (2000) usando a terminologia de Eve Sedgwick; contudo, cada vez mais, nesse espaço tem se assumido, como um ato político, as identidades “subjugadas” (LGBTQI) o que acaba evidenciando a instabilidade e a fluidez das identidades sexuais, o que é visto como assustador por alguns grupos, como os neoconservadores. Essa subversão não pode ser tolerada, na perspectiva desses grupos, já que colocaria em risco outros valores importantes como os relacionados a identidades nacionais, étnicas, religiosas, de classe. Isso evidencia que os discursos sobre a sexualidade seguem se modificando e multiplicando, enquanto outras respostas, intervenções e resistências são inventadas. A autora termina seu texto destacando que devemos duvidar das verdades e certezas sobre os corpos e a sexualidade: “ao fazer a história ou as histórias dessa pedagogia talvez nos tornemos mais capazes de desarranjá-la, reinventá-la e torná-la plural”. (Louro, 2000, p. 31-32).

O que podemos depreender dessa e outras análises que vimos até aqui, que abordam a temática da sexualidade e sua centralidade no ordenamento social e na escola, de forma resumida, é que a sexualidade tem sido central na sociedade moderna ocidental contemporânea, colocada em discurso, e que sempre esteve presente na escola, mesmo que de forma velada. A escola sempre atuou, junto com outras instâncias sociais, na produção destes corpos generificados e sexualizados, preferencialmente conforme as normas estabelecidas (binarismo de gênero, heteronormatividade, hierarquia entre homens e mulheres...).

O que parece que tem ocorrido de forma mais intensa nos últimos anos é a transformação gerada pelos movimentos sociais feministas, LGBTQIs, pela teoria *queer* etc, que têm promovido consideráveis câmbios na maneira de vivenciarmos nossas vidas e que obviamente, tiveram impacto na sociedade e na escola. Tais transformações, porém, geram reações de grupos que não as aceitam e não as desejam, como já ressaltado anteriormente. Os conflitos entre posições políticas distintas nesta área não vêm de hoje, muito menos são específicas do Brasil; nosso

contexto atual pode ser entendido, tendo em vista autores como Foucault, Louro, Weeks, Rubin, Miskolci, Carrara e Corrêa, entre outros, apresentados até aqui, como uma renovação dessas batalhas políticas e morais.

Talvez o que seja novo no contexto atual é a emergência de novos sujeitos e identidades (como os transexuais, transgêneros, travestis, a discussão sobre os cis, os sujeitos não binários, os “*queer*”, a nova onda feminista cada vez mais abrangente), que trouxeram novas pautas e reivindicam seus direitos de forma cada vez mais contundente (isso também ocorre em relação a outras temáticas sensíveis e ligadas aos Direitos Humanos, como as questões étnico-raciais do movimento negro e do feminismo negro, em ampla expansão no país e cada vez mais influentes no pensamento acadêmico e intelectual).

Concomitantemente, as forças neoconservadoras se reorganizaram, se renovaram e se multiplicaram para dar conta de enfrentar as mudanças desejadas por seus grupos, suas respostas também são pungentes, chegando mesmo a usar a linguagem da violência, do ódio e da intolerância. Embora muitas destas lutas vinculadas à retirada dos termos gênero e sexualidade (identidade de gênero e orientação sexual) das escolas tenham relação direta mais propriamente com a questão da sexualidade, este termo é silenciado, como de praxe tem acontecido na escola, e o que ganha destaque é o gênero (aqui sim, algo que parece novo neste campo de disputas), mesmo que ao se falar em “ideologia de gênero” se esteja falando muito de sexualidade, mas de forma velada ou implícita, já que o principal temor é o rompimento com a identidade de gênero e orientação sexual consideradas “naturais, inatas, normais”, além é claro, das mudanças nos padrões e comportamentos atribuídos aos diferentes papéis sociais, ao masculino e feminino e seus respectivos comportamentos e direitos.

O gênero, conceito originado no campo de estudos feministas, LGBTQI, *queer*, foi reapropriado e ressignificado, pelo menos em parte, pelos grupos conservadores a partir da terminologia “ideologia de gênero”, como já argumentei anteriormente. Por essa razão, aposto, seguindo as propostas de Rubin (2012) e Miskolci (2007) que é importante compreender esses pânico morais e essa cruzada contra o gênero empreendida pelos grupos da extrema-direita na análise destas políticas sexuais e guerras culturais e suas implicações na escola e nas aulas de sociologia no Brasil atual. Estas noções ajudam a compreender as estratégias de combate utilizadas nas lutas travadas entre estes diferentes grupos e suas divergentes concepções e projetos de mundo, relacionados de forma significativa às questões de gênero, sexualidade, às

possibilidades de existência e o que pode e deve ser ensinado nas escolas e nas aulas de sociologia.

Ao perguntar a professora Judith se ela nunca teve nenhum problema, nenhuma reclamação de algum pai ou colega de escola por abordar as temáticas LGBTQI, de gênero, sexualidade, feminismo e afins, ela primeiro diz que não, mas logo depois se lembra do seguinte episódio:

Entrevistada: Ah, lembrei de um caso que teve de um pai que foi até a escola, de uma aluna que era evangélica, a família toda é evangélica. O irmão dela mais velho já tinha sido meu aluno, atualmente ele é militar, que surpresa né. Nunca tinha acontecido nada, enfim. Aí teve uma aula no sétimo ano dela, que a gente estava falando de diversidade familiar, levei o caso da primeira família multiparental que admitiu registro de duas mães e um pai. Não sei se tu lembra desse caso que teve, foi até aqui no Rio Grande do Sul. Eu levei a notícia de jornal para a gente discutir. Ela começou a falar que não, que era errado, começou a trazer os argumentos da bíblia. Daí eu disse “pode me dizer em que momento a bíblia diz isso?”. Enfim, fomos desenrolando, porque aqui é um espaço que a gente tem que falar sobre a ciência, leis e tal. A notícia falava sobre atualização do registro no cartório que uma juíza tinha conseguido, pra conseguir o registro de três pais. Enfim, tinha um colega dela que era da mesma igreja que tentava dizer para ela “olha só, tudo bem, na nossa igreja a gente pensa assim, mas a sociedade está fora da igreja, nem todo mundo tem que seguir”. Daí ela meio que ficou sozinha. Tinha os neutros que não falaram nada e tinham os defensores da liberdade. E tinha uma aluna que tinha duas mães e essa aluna se expressou muito, ela dizia “tu está dizendo que a minha família é errada?”. Aí eu falei, tu tá escutando a tua colega. Daí ela começou a ficar nervosa. Ela sempre foi uma aluna muito querida por todo mundo, inteligente, mas ela ficou num impasse. Acho que ela realmente começou a se questionar porque a igreja dela questionava a família da colega. E claro, saiu totalmente da zona de conforto, lembro que ela começou a ficar nervosa. Disse “calma, fulana, só estamos te questionando”. Falei “tenta lembrar então, a bíblia foi escrita por várias pessoas, por homens, foi traduzida, é muito antigo, talvez as coisas nem sejam assim”. Ela foi murchando, porque ela ficou sozinha na defesa. E no dia seguinte, eu estava na sala dos professores no meu período de planejamento, aí veio a vice-diretora, na época era essa que usava a camiseta do Escola Sem Partido, ainda assim ela veio tipo rindo, dizendo olha só... porque quanto a isso não tinha nada, era mais uma questão político partidária do que em relação a sexualidade, veio dizendo “o pai da fulana esteve aí e disse que a fulana tinha se sentido sabatinada na aula, que ficou muito nervosa, que isso era errado que eu tava fazendo, porque tinha liberdade de expressão e não sei o quê, que eu tinha ficado perguntando parte da bíblia que tava escrito, que ela ficou

nervosa, que isso daí não...”. Daí eu perguntei “ele está aí ainda?”, mas ele tinha ido embora. Perguntei, tá mas ele não quis falar comigo? Daí ela disse “eu disse que tu estava aqui na sala dos professores planejando e ele não quis. Eu disse a professora está ali, tu pode conversar com ela, eu posso estar presente também, mas ele não quis, foi embora e me deixou uma folha de papel, se não me engano, com sete versículos da bíblia onde estava escrito, varão não se deita com varão, queimarão no fogo do inferno, não sei o que...”

Ele trouxe querendo me provar, tu quer as respostas, tá aqui. E no final, três artigos da declaração dos direitos humanos falando sobre liberdade de fé, liberdade de expressão e não sei o quê. Eu peguei aquela folha, escrevi de volta na parte em branco uma resposta dizendo que a mesma liberdade de expressão que permite ela se expressar também me permite me expressar. (professora Judith, grifos meus).

Neste episódio aparecem diversos aspectos que podemos discutir como o surgimento de determinadas debates em sala de aula a partir de casos concretos que acontecem na atualidade (o caso da primeira família multiparental reconhecida no RS) que a professora e muitos alunos julgam pertinente. A partir da abordagem deste tema sensível, podem surgir reações de alunos como foi o caso da menina, baseada em sua crença religiosa que lhe dizia ser errado aquele reconhecimento de direitos, soma-se a isso a percepção de uma outra estudante, filha de duas mães (a realidade e a experiência também se impondo e demonstrando como fazia sentido, era importante e justificável abordar tal assunto) que se sentiu incomodada com a fala da colega e o posicionamento da professora em relação a situação. Diante disso, surge o pai da menina que se sentiu acuado na sala de aula para reclamar da professora perante a direção, mas não quer conversar/argumentar diretamente com ela, entretanto, deixa um bilhete falando de direitos humanos, liberdade de expressão e fé (alguns artigos que lhe favorecem) e da bíblia. Interessante que o ESP e os grupos contrários a “ideologia de gênero” utilizam argumentos como a liberdade de expressão e de fé religiosa para censurar os temas de gênero e sexualidade e negar ou retirar os direitos das minorias como os sujeitos LGBTQI. No caso deste episódio, também poderíamos falar dos direitos da aluna que tem duas mães de ser respeitada e ter sua família reconhecida e não reprovada moralmente com base em premissas religiosas de seus colegas. A centralidade das questões religiosas relacionadas a estes temas já foi mencionada anteriormente nas entrevistas das professoras Simone e Ângela.

Na sequência da entrevista da professora Judith, ela explica como a questão da sexualidade (homossexualidade, transexualidade etc.) é abordada no currículo da sociologia e como é percebida pelos estudantes. A professora a insere formalmente no currículo no 9º do

ensino fundamental de uma escola municipal, de qualquer forma aparece antes, seja por demanda dos estudantes ou porque deriva de algum tema correlato, como vimos anteriormente no caso da notícia sobre a família multiparental e a diversidade familiar.

Entrevistada: Dois anos depois, ela (a menina que julgou errado o caso relatado na notícia e cujo o pai foi reclamar da professora) estava no nono ano, numa turma que eu era regente, então eu criei uma proximidade muito grande com eles. E daí sobre as discussões que a gente tinha sobre gênero e sexualidade, ela fazia todas as atividades, copiava, participava dos grupos, enfim, nunca... Porque eu ficava pensando que em algum momento algum aluno vai se negar a copiar, porque fala um pouco da origem, uma coisa meio Foucault

Entrevistadora: isso vai pro caderno?

Entrevistada: vai para o caderno, exatamente, tem um textinho lá que eu faço questão: que é um termo inventado, em outras sociedades não existia isso e tal. As origens da homofobia, por que? fala da igreja, meto pau na Igreja, porque vocês acham que a liberdade sexual e tal... falo da inquisição, mostro o quadro que representa as torturas, falo que não sou eu que estou dizendo, que o papa pediu desculpas por isso, tento jogar com eles. Eu sempre fico pensando “em algum momento algum aluno vai se recusar a copiar”. Mas não, nunca, não acontece. Acho que muito ali, acho, acho não, tenho certeza, que muitos não gostam daquilo, não concordam, mas preferem ficar tipo, fazem ali.

(professora Judith, grifos meus).

Neste outro episódio narrado, envolvendo a mesma turma dois anos depois, já não há resistência por parte dos estudantes e nenhuma reclamação de algum pai chegou à professora, mesmo que ela tenha abordado a questão da homossexualidade e criticado a Igreja Católica. Isso demonstra, mais uma vez, como os temas são/se tornam mais sensíveis em determinados contextos. Neste caso, a professora já tinha uma relação mais duradoura e próxima com aqueles estudantes, eles já eram mais velhos, talvez mais maduros e já haviam estudado outras temáticas, isso talvez tornou possível abordar esse assunto em sala de aula sem gerar polêmicas excessivas ou tentativas de censura. Entretanto, isso não quer dizer que não ocorreram outras polêmicas ou resistência de alunos da professora Judith em relação a estes temas ou nos contextos de aumento da polarização política, como no ano da última eleição presidencial.

Outro autor que nos ajuda a refletir sobre a importância da sexualidade em nossa sociedade (e, portanto, na escola), associada às questões de gênero e as identidades sexuais é Jeffrey Weeks. Historiador, sociólogo e ativista gay britânico, que, em seu importante artigo “O corpo e a sexualidade” publicado originalmente em 1996 e traduzido e publicado no Brasil no fim

dos anos 1990, define o conceito de sexualidade e suas dimensões face à relação com o corpo e propõe uma contextualização da história da sexualidade. Para ele a sexualidade é um aparato histórico e por essa razão deve ser abordado do ponto de vista histórico e sociológico. Também é importante salientar que o conceito de sexualidade ocidental e moderno tem uma história, e a nova história da sexualidade é a história da emergência das identidades sexuais (homossexual, heterossexual...) construídas social e historicamente, sendo assim ele propõe a genealogia de seu surgimento.

Em seu ensaio, Weeks (2000) percorre uma série de temas, argumentando que os corpos não têm nenhum sentido intrínseco. Ele analisa a literatura sobre a sexualidade e a emergência da sexologia no final do séc. XIX que vai ter um impacto no debate sobre o comportamento sexual. Desta maneira, para Weeks, a sexualidade vai além de uma preocupação individual e é uma questão crítica e política. Analisando a obra de Krafft-Ebing, um dos precursores da sexologia, o sociólogo inglês percebe como este autor descreve e entende o sexo – como um instinto natural, ligado à fisiologia do corpo, uma verdadeira pulsão ligada à constituição do sujeito (revelando uma verdade sobre si), argumento claramente essencialista, além disso, a linguagem da sexualidade é expressamente masculina. O autor se pergunta, então: “porque vemos a sexualidade dessa forma?” (WEEKS, 2000, p. 41). Como exemplo, é citado o termo sexo que no início servia para se referir à divisão da sociedade humana em feminino e masculino, mencionava as diferenças, mas também o modo de relação entre ambos. Já nos últimos dois séculos, sexo significa algo mais preciso: as diferenças anatômicas entre homens e mulheres, corpos marcadamente diferenciados, ou seja, o que nos separa e não o que nos une. Estas mudanças acarretaram na grande importância social dada à diferença sexual e à atividade sexual. Desta forma, pode-se pensar que estas questões estão longe de serem naturais, mas têm sido construídas dentro de relações de poder bem definidas. A sexualidade tem sido alvo da Igreja, do Estado, da medicina etc. que criam suas formas de regulação. Entretanto, têm surgido outras forças, como o feminismo e os movimentos de reforma sexual que tentam resistir a estas prescrições. Este amplo processo de luta torna “a moderna sexualidade central para o modo como o poder atua na sociedade moderna” (WEEKS, 2000, p. 42).

Assim, podemos pensar que o atual momento que vivemos no país faz parte desse amplo processo de luta e de configuração do poder, que é permanente, mas se agudiza em determinadas circunstâncias e contextos. Obviamente temos neste momento no Brasil uma discussão sobre as

regulações morais e sobre os desejos. Boa parte dos grupos que estão no poder atualmente, em especial aqueles considerados mais ideológicos, ligados às questões religiosas fundamentalistas, se dedicam a denunciar o que está errado nesta “nova ordem social”. Assim, a ministra Damares afirma que o feminismo, a mídia e afins destruíram os valores familiares, não ensinam as meninas e os meninos a se comportar como deveriam e isso é o grande gerador dos problemas que enfrentamos. Logo que assumiu o cargo, um vídeo dela viralizou nas redes. Nele, junto com apoiadores, afirmava que uma nova era havia chegado: “meninos de azul e meninas de rosa”. No dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, ela afirmou que deveríamos ensinar os meninos a serem cavalheiros, a abrir a porta e dar flores para as mulheres, já que a culpa pela violência contra a mulher seria da sociedade e das feministas que ensinaram que homens e mulheres são iguais.¹⁸⁹

O desejo de alguns desses grupos é retornar a períodos anteriores considerados ideais, quando as mulheres eram submissas aos maridos. Por sua vez, o presidente “denunciou” por meio de um vídeo, que o carnaval teria se transformado numa baixaria e pede que as pessoas vejam com os próprios olhos e tirem suas próprias conclusões. Vídeos de pessoas peladas supostamente no carnaval e nas universidades brasileiras circulam pelas redes sociais, esses sujeitos dos vídeos são relacionados por grupos neoconservadores ao feminismo, as identidades LGBTQI e ao esquerdismo, sendo considerados “pessoas depravadas que realizam balbúrdias e não respeitam a família tradicional”. A ideia destes grupos neoconservadores parece ser que com a nova configuração de poder no Brasil (quais grupos governam, quem são os inimigos) algumas identidades e possibilidades de vida não são mais desejáveis (ou são ainda mais indesejáveis) e devem se conformar a isso. A escola e o conhecimento produzido pelas ciências sociais e humanidades não contam ou não pode/deve se contrapor a ordem “natural e sagrada das coisas” (ou mesmo é considerada uma propulsora destes absurdos, assim como a universidade seria um antro desse tipo de pensamento). Silva et al. (2020) ao falar do contexto atual e de como os

¹⁸⁹ Ver mais em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damares-alves-em-video-23343024>> <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>> <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/03/08/damares-vamos-ensinar-meninos-a-levar-flores-e-abrir-porta-para-mulheres.htm>>. Acesso em 01 de fevereiro de 2021.

discursos como o ESP e contra a “ideologia de gênero” afetam a educação e o ensino de sociologia, destacam que:

Percebemos que os elementos discursivos isolados como o antigênero, a antidoutrinação, ou o anticomunismo, por exemplo, fazem parte de um grande sistema de quebra-cabeças com ideologia própria. Tal ideologia assume sua forma, por exemplo, nos ataques às universidades públicas brasileiras e principalmente às ciências humanas. Por esse motivo optamos por analisar a sociologia enquanto uma disciplina que sofre diretamente com a difusão dos discursos da IG e MESP; pois o “estranhamento da realidade social” e a própria “imaginação sociológica” quando inseridas nesses discursos, são refêns da tal “neutralidade” e do esvaziamento do conceito de “doutrinação ideológica” difundida nos últimos tempos. (Silva et al., 2020, p. 85)

A discussão que envolve a sexualidade, as normas sexuais e o estabelecimento do “normal e o anormal” interessa Weeks (2000), que para isso, lança mão de outra obra de Foucault, a que abordou o caso de Herculine Barbin, hermafrodita francês do século XIX. Este episódio serve para marcar a emergência de uma preocupação com a classificação e a fixação de diferentes características e tipos sexuais, surgindo a noção de “sexo verdadeiro”. Desta forma, os discursos jurídicos, médicos e políticos passam a definir o que é verdadeiramente “normal” ou “anormal” e instauram uma correspondência entre o corpo e a identidade de gênero. Esse processo é o resultado de uma nova configuração de poder.

Podemos dizer que desde a emergência do conceito de gênero e das possibilidades da medicina e da ciência em relação as pessoas transexuais e aos homossexuais (tratamentos hormonais, redesignação sexual, cirurgias plásticas e reparadoras, reprodução assistida...) e mudança no campo jurídico e de direitos (não ser mais considerado doença e sim uma forma legítima de sexualidade, ter acesso ao tratamento de redesignação sexual e bloqueio hormonal pelo SUS, direito a ter seu nome social respeitado...) a visibilidade midiática e o aumento de casos de pessoas famosas que transgridem as normas sociais e sexuais, trouxeram uma mudança social e novas preocupações para os grupos conservadores morais e religiosos, tal como vimos nos episódios narrados pelos professores sobre família multiparental ou a censura a Pablo Vittar, por exemplo.

Isso ocorre porque tais mudanças alteram, pelo menos em parte, a correspondência entre corpo, identidade de gênero e orientação sexual, produzindo assim, novas possibilidades de vida, de relação com o corpo e de exercício do gênero e da sexualidade. Podemos argumentar ainda que isso produz novas configurações de poder, mesmo que precárias ou insuficientes, mas que já produzem alterações sociais, culturais e encontram resistência. Além disso, assistimos a uma

nova onda do feminismo, muito potente nas redes sociais e que atinge principalmente as mulheres jovens, reconfigurando ainda mais as relações afetivo-sexuais e a percepção que as mulheres têm de si e da sua relação com as outras mulheres e os homens, em relação a maternidade, ao mercado de trabalho, a política etc., reconfigurando seus anseios e desejos.

Weeks (2000) afirma, em síntese, que, para Foucault, a história da sexualidade é a história dos discursos sobre a sexualidade, através dos quais a sexualidade é construída como um corpo de conhecimento que modela as formas como pensamos e conhecemos o corpo. Esse incitamento ao discurso faz parte de um aumento do controle sobre os indivíduos, não através da negação ou proibição, mas através da produção com a imposição de uma grade de possibilidades do corpo (dispositivo da sexualidade). Esta análise está relacionada à ideia de “sociedade disciplinar” que seria a forma moderna de regulação social (presente em outro livro de Foucault, *Vigiar e Punir*) que entende o poder como uma força positiva, ligada ao conceito de Biopoder - preocupação com a administração e cultivo da vida (“fazer viver” e não mais o “deixar morrer”), pensar aqui no deixar morrer (SEFFNER e PARKER, 2016) e na precariedade da vida, como aponta Butler, neste caso a precariedade da vida das mulheres e populações LGBTQI, na necropolítica e na tanatopolítica.

Weeks (2010) aponta diferentes períodos históricos onde isso se apresentou fortemente e de forma diversificada: como no período vitoriano repressivo e hipócrita, o contexto anterior a I Guerra Mundial com a questão da eugenia em voga, os anos 60 com o novo liberalismo (permissivo) e a redefinição da divisão público/privado etc. “O que está em jogo nesses recorrentes debates sobre a moralidade e o comportamento sexual?” (WEEKS, 2000, p. 54). A resposta é: “[...] preocupações diferentes, mas relacionadas: às relações entre homens e mulheres; o problema do desvio sexual; a questão da família e de outros relacionamentos; as relações entre adultos e crianças, a questão da diferença, seja de classe, gênero ou raça” (Ibidem, p. 54).

A questão da diferença é proeminente hoje, as políticas da diferença e as lógicas e lutas chamadas de identitárias trouxeram muitas mudanças políticas, sociais e culturais que tornaram possíveis questões e direitos antes inimagináveis, mas também já foram acusadas de serem as culpadas pela atual fragmentação das redes e grupos sociais e por fazer aumentar o avanço conservador (seja por ter causado isso ou por não conseguir fazer frente na resistência). O aumento dos direitos das mulheres a partir da luta dos movimentos feministas e das convenções da ONU dos anos 90 e o uso do termo gênero (as duas coisas que geraram a resposta/reação da

igreja católica) e avanço dos direitos LGBTQI e dos direitos sexuais e reprodutivos como Direitos Humanos alteraram as configurações familiares e as relações entre homens e mulheres, na concepção de família e com as crianças (adoção homoparental, casamento igualitário etc.) e mudaram as moralidades e os comportamentos sexuais considerados possíveis/desejáveis/respeitáveis. Essa mudança no mundo Ocidental e que chega mais fortemente no Brasil nos anos 2000, gera uma resistência, é nesse âmbito que surgem e se reacendem as velhas lutas morais em torno da sexualidade.

A professora Judith, em sua entrevista, destaca como as temáticas vinculadas ao grande tema de gênero e sexualidade atraem a atenção dos alunos e são demandados por eles:

(Contexto: o que tem no currículo de sociologia no ensino fundamental)

Entrevistada: E no nono ano são os estereótipos, preconceitos, formas de discriminação. A gente fala sobre machismo, sexismo, homofobia.

Entrevistadora: No geral, então, tu diria que esse tema de gênero e sexualidade é bem recebido com alguns meninos tendo mais dificuldade, bate às vezes em questões religiosas, mas no geral é de interesse dos alunos.

Entrevistada: Sim. De interesse inclusive dessas pessoas, porque eles são contrários e tal, mas é um espaço que eles podem falar sua opinião.

Entrevistadora: E o que vem de demanda dos alunos? O que tu sente? Esse tipo de tema vem como demanda dos alunos para algum debate e trabalhos?

Entrevistada: Sim, sempre. Inclusive dos outros anos também.

Entrevistadora: **Quando não trabalham com isso no sexto, sétimo e oitavo?**

Entrevistada: Sim. Me perguntam. Às vezes tem questões pessoais que eles me contam em relação a essas coisas porque sabem que estou aberta a escutar. Nos trabalhos de pesquisa, que tem amostra da escola, surge muitos trabalhos sobre homofobia e machismo, feminismo. Tem um grupo agora, to orientando duas turmas em Ensino Religioso, numa turma as meninas querem falar sobre Femicídio, em outra turma querem falar sobre feminismo, história do feminismo.

Entrevistadora: **E elas não são do nono?**

Entrevistada: São da oitava. De outros anos...

Entrevistadora: **Nem chegaram nesse tema, mas querem falar sobre isso.**

Entrevistada: Sim, de vontade própria. Homofobia aparece muito, machismo, feminicídio, feminismo, racismo aparece também.

Logo em seguida, a professora conta que alunos do 7º ano escolheram fazer uma pesquisa sobre violência doméstica e até ganharam um prêmio na mostra de pesquisa da rede municipal.

Um assunto que surgiu por demanda dos próprios alunos, mesmo antes da professora abordar. Obviamente, sua postura como uma professora que se coloca à disposição para o diálogo com os alunos contribui para que eles a procurem ou se sintam à vontade de falar destes temas em aula. Na sequência eu reforço a pergunta com ela sobre como estas temáticas independem da vontade do professor, muitas vezes, porque embora ela seja uma professora que aborda estas temáticas por considera-las fundamentais em uma aula de sociologia, estes temas são de interesse dos estudantes, como por exemplo o interesse no tema da transexualidade a partir de um determinado contexto, quando apareceu uma personagem trans na novela das oito (eu passei por essa experiência na sala de aula, meus alunos me perguntavam bastante a respeito disso usando a personagem da novela como exemplo), vamos a fala da professora Judith:

Entrevistadora: Legal. Então mesmo que tu não trabalhe essa demanda surge.

Entrevistada: Surge, mesmo se eu não trabalhasse.

Entrevistadora: E tu acha que outros professores trabalham essas coisas na escola? Professor de história e geografia?

Entrevistada: Sim. Inclusive essa semana, bom trabalhar em sala de aula especificamente, talvez no momento não, pensando bem. O professor de história do ano passado fazia muitos debates. E em grande parte dos debates ele fazia sobre assédio, aborto lembro que ele fez.

Entrevistadora: São assuntos que surgem, é de interesse dos alunos?

Entrevistada: Sim, surge. É do interesse. A questão da transexualidade e do transgênero isso nossa.

Entrevistadora: Isso chama muito atenção, é recente, teve em novela.

Entrevistada: Isso, eles tem muita dúvida, a gente queria saber, “ah sora, tem um personagem, essa pessoa é o que?” por quê? É uma demanda bem grande assim. Eles tem dúvida e curiosidade, às vezes, eles falam “não é preconceito, sora, mas eu não entendo”. Talvez nesse sentido, o que essa colega/ professora nossa falou no encontro, de que as crianças/os mais novos estão mais abertos, eles não entendem e querem entender, em geral. Claro que esbarra nessas questões de masculinidade e de religião. Acho que isso não vai mudar, se eu arriscasse uma resposta, vai continuar por muito tempo, independente do contexto conservador que a gente tiver ou não, pessoas que...

Entrevistadora: E tu não te sente nem um pouco receosa de trabalhar com isso? Tu tá tranquila, não tem medo que gravem e tudo mais?

Entrevistada: Inclusive já fiz piada com os alunos “quem quiser me gravar, avisem, que no dia venho bem bonita, bem arrumada, daí podem me gravar”. Às vezes tem que dar esse carteaço de tipo “não estou com medo, vou falar mesmo”. Porque eles também têm espaço para falar, eles sabem que nossa aula é um ambiente...um diálogo. Eu posso falar, vocês podem falar.

(professora Judith, grifos meus).

Neste trecho, além de destacar o interesse e a curiosidade dos estudantes em temas considerados sensíveis como assédio, aborto e transexualidade, para além da aula de sociologia, que podem suscitar debates e polêmicas, e que vão continuar como de interesse dos alunos, independente do crescimento do neoconservadorismo, daí minha pergunta sobre ela ter receio de abordar esses assuntos. Nesse momento, ela fala da sala de aula como um espaço de diálogo e como ela se posiciona em relação a supostas tentativas de gravação ou denúncia, mas isso é algo que até então não aconteceu com ela.

Voltando às ideias de Jeffrey Weeks (2000), para ele o poder age por meio de mecanismos complexos, superpostos e às vezes contraditórios que produzem dominação e oposições, subordinação e resistências. Para o sociólogo e historiador, o gênero é a divisão crucial, já que as classes são constituídas de homens e mulheres, mas esta diferença pode não ter o mesmo significado para ambos os sexos. O gênero está além de uma categoria analítica, é uma relação de poder historicamente enraizada, os padrões de sexualidade feminina são um produto do poder dos homens para definir o que necessário e desejável. O autor retoma a questão da importância das diferenças corporais citando a obra de Thomas Laqueur. Nesta obra, evidenciam-se as transformações ocorridas nos conceitos de corpo, gênero e sexo. Isto porque no centro destas redefinições estavam colocadas novas relações culturais e políticas que marcavam câmbios no equilíbrio de poder entre homens e mulheres (mesmo que a dominação masculina marque a sociedade moderna, as mulheres têm, cada vez mais, possibilidades de determinar suas próprias vidas).

Assim, seguindo a linha de pensamento de Weeks (2000), fica evidente porque gênero assume esse lugar central na política atual. A ideia dos grupos conservadores é a manutenção de uma ordem que lhes favorece e atende seus interesses. Essa ordem sempre foi a da dominação masculina, da heteronormatividade, da superioridade dos brancos e da hegemonia cristã no topo do poder político e econômico. Isso fica evidente no perfil dos políticos tradicionais e dos que estão atualmente fazendo parte do governo Bolsonaro, ocupando ministérios. Só há duas mulheres, a pastora evangélica Damares (ministério da mulher, família e Direitos Humanos) e Teresa Cristina, ministra da agricultura (representante do agronegócio, do latifúndio, da bancada ruralista e do lobby do agrotóxico), ambas brancas e de meia idade, uma representando um modelo de mulher religiosa cristã e a outra representando a mulher da elite econômica.

Anteriormente tivemos uma presidenta mulher (que foi afastada) e muitas ministras mulheres ocupando cargos, o que não foi do agrado de muitos. Com a ascensão de Temer ao poder, não havia nenhuma mulher ministra em seu governo, só homens brancos, de meia idade, representantes da elite brasileira. Além disso, no campo político, as mulheres além de serem minorias, sofrem com o machismo (vide Dilma, Maria do Rosário, Manuela d'Ávila, Mariele Franco...). O racismo e as desigualdades de classe também são subestimados ou negados pelo atual governo. Os direitos no Brasil sempre foram (e ainda seguem sendo, majoritariamente) para poucos e na opinião destes grupos neoconservadores, deve permanecer assim. Do ponto de vista dos moralistas e fundamentalistas religiosos se trata de um ponto central (não é algo menor).

Além disso, interessa aos grupos neoconservadores e neoliberais e a sua concepção de Estado mínimo e sem políticas públicas, que as mulheres retomem seu lugar na esfera privada como cuidadoras da família, exercendo um trabalho não reconhecido, não remunerado, reprodutivo, e que na perspectiva do Estado de bem-estar social (e do socialismo), era (pelo menos também) tarefa do Estado. Já a questão de classe também interessa a esses grupos e aos grupos anti-esquerda, anti-comunismo e afins, pois eles também desejam menos Estado e menos (ou nenhuma) política social, inclusiva, políticas afirmativas e de combate à desigualdade, porque assim como os libertarianos/ultraliberais, acreditam que o mercado é justo, e é sempre a melhor resolução dos problemas (defesa moral do capitalismo) posto que a desigualdade é fruto da lógica meritocrática. O Estado não deve interferir na economia, mas deve regular a vida moral e privada dos indivíduos, adotando a perspectiva conservadora, também há um forte apelo a um estado jurídico-policial para conter a violência e os excluídos ou os revoltados.

O sociólogo e historiador britânico propõe ainda o exame da história de dois termos: heterossexualidade e homossexualidade, percebidos hoje como dados e universais, mas que têm uma história recente. A invenção destes termos marca um estágio crucial na delimitação e definição moderna de sexualidade, assim como salientou a professora Judith na sua entrevista e discussão que ela também faz com seus alunos. Tais termos cunhados por um escritor austro-húngaro em 1869 no contexto de reforma sexual da “futura Alemanha” e da crescente sexologia, que percebia a homossexualidade como uma forma benigna da sexualidade considerada “normal”. Este processo representa uma mudança no que era antes percebido como sodomia (pecado) e passa a ser percebido como uma atividade de um tipo particular de pessoa (o homossexual como uma nova espécie, como ressaltou Foucault). Neste processo de definição

estreita dos tipos e das formas de comportamento e de identidades sexuais, as implicações das palavras mudam. Assim, a homossexualidade se tornou na mão dos sexólogos uma descrição médico-moral. Já a heterossexualidade – como norma – não precisou de tanta teorização, pois representava o padrão de referência natural. Este processo de redefinição de normas necessitava, também, definir o que se constitui como anormal (classificação das perversões). Aqui se dá a institucionalização da heterossexualidade nos séculos XIX e XX, um empreendimento da sexologia, mas que vai além desta, sendo mais complexo, o autor também sugere que a instituição heterossexualidade é, por definição, historicamente cambiante.

No fim do séc. XIX, Weeks (2000) aponta que “a homossexualidade se torna uma categoria científica e sociológica, classificando a perversidade sexual de um novo modo [...] construindo a ideia de uma natureza distinta” (p. 68). No entanto, se sabe que a sexualidade é um produto da linguagem e da cultura tanto quanto da natureza, e mesmo assim, há um esforço para fixá-la (para dizer o que somos). A crise sobre os significados da sexualidade tenciona o problema sobre como devemos regulá-la e controlá-la. Para Weeks é difícil distinguir os significados que damos à sexualidade das formas de controle que defendemos. Desta forma ele apresenta as diferentes abordagens que têm influência na nossa história: a abordagem absolutista é a que considera o sexo perigoso o que resulta numa posição moral autoritária e rígida. A posição libertária é caracterizada por uma ideia de desejo sexual como algo benigno e liberador, que possibilita a adoção de um conjunto de valores flexíveis e talvez radicais; já a posição liberal seria um meio-termo, não afirmando que o sexo é bom ou ruim, mas certa das desvantagens do autoritarismo e do excesso.

Como já vimos, a noção de “ideologia de gênero” emergiu num contexto de mudança social, com o fortalecimento das lutas pelos direitos das mulheres, da população LGBTQI, dos direitos sexuais e reprodutivos e início da luta pelas uniões civis entre pessoas do mesmo sexo, adoção e novas formas de parentalidades e diversidade familiar. Temendo em perder sua hegemonia, a força sobre seu rebanho e seu poder político também, a Igreja Católica reage às convenções da ONU e a uma secularização do Ocidente, em especial na América Latina, seu público, até então, mais fiel. A “ideologia de gênero” é gestada nos anos 90 e passa a ganhar mais visibilidade nas décadas seguintes, obtendo vitórias, no mesmo contexto em que cresce a pressão em cima da igreja devido às denúncias de abusos sexuais de padres e da pedofilia. Mas a reação da Igreja pode ser vista como ainda mais anterior a esse período, como veremos a seguir.

As redefinições sobre a sexualidade e as identidades de gênero, os papéis de homens e mulheres e a orientação sexual cada vez mais fluida alteram a sociedade de forma importante, acarretando mudanças na concepção de família, nas subjetividades e nas formas de viver e se relacionar. Com essas alterações emergem novos desejos de regulação e controle social e estamos vivenciando um momento importante de redefinição dessas questões. Como vemos a sexualidade, seu significado e quais as formas que o Estado e as moralidades vão dar a ele (e controlá-lo) estão em jogo aqui, os grupos conservadores que avançam agora tem uma concepção que poderíamos considerar absolutista, na proposta de classificação de Weeks (2000).

Ao fim do seu ensaio, este autor britânico aponta para os sinais de que atitudes menos autoritárias em relação à sexualidade continuam a crescer (apesar dos ataques conservadores). Isso se deve a uma série de importantes mudanças nas relações familiares com relação ao casamento (não é mais visto como para toda a vida e pode se tentar várias vezes) e a família (percepção de que há famílias de diferentes tipos). Isto pode ser entendido como um crescente reconhecimento da diversidade social e sexual, porém ainda com restrições. Para concluir, Weeks (2000) se questiona se a sexualidade ainda será o tema central para os debates sociais e morais já que Coward (apud, WEEKS, 2020) sugere que o corpo estaria deslocando o sexo do centro principal. Como a organização social da sexualidade é sempre instável e modelada em contextos históricos, podemos pensar que ao entrarmos na pós-modernidade possa ocorrer uma mudança radical na maneira como lidamos com nossos corpos e necessidades sexuais. O importante então será compreender esses processos em ação de forma mais efetiva do que foi feito antes (ou até agora).

É neste sentido que o trabalho de Weeks (2000) é inspirador para a minha pesquisa também, pelo interesse na emergência das categorias e nas transformações de cada época. Se ao final dos anos 90 parecia que a sexualidade estava perdendo seu posto e importância, e que algumas mudanças sociais estavam consolidadas no contexto Europeu e Ocidental (direitos das mulheres, população LGBTQI, mudanças na concepção de família) agora, em 2019 (e desde pelo menos 2011), no contexto brasileiro, a sexualidade retorna com grande força, mas agora relacionado a categoria “ideologia de gênero” (em especial, a partir de 2014). Como Weeks demonstrou (e Laqueur as lutas em torno da sexualidade e seus termos e as identidades se relacionam estritamente com as mudanças sociais e culturais e a lutas políticas de determinadas épocas e contextos (onde as crianças e as famílias costumam ter um papel central). Destacou

ainda, retomando Foucault, a importância da sexualidade para o Estado e para o controle e autocontrole da população. E assim, podemos perceber hoje em dia uma atualização em torno desses interesses (sexo, sexualidade, gênero e corpo) e na construção dos pânico morais.

Outra autora que pode nos ajudar na compreensão do contexto brasileiro já apresentado aqui é Gayle Rubin (2012) que, semelhante a Miskolci (2007), dá mais centralidade à questão do pânico moral. Rubin também destaca a importância de se estudar a sexualidade, de uma maneira distinta e separada da discussão sobre gênero (e do feminismo) ao reivindicar a especificidade do objeto sexualidade. A centralidade da sexualidade está muito visível neste contexto de “guerras sexuais” como salientado por Rubin, vinculadas as guerras culturais e a estratégia do pânico moral.

4.3 A “Ideologia de gênero” e a constituição do pânico moral

Pânico (adj) 1 que assusta ou amedronta, sem motivo determinado 2 susto ou medo geralmente sem fundamento 3 susto ou medo súbito que pode provocar uma reação descontrolada de um indivíduo ou de um grupo. Etimologia gr.: relativo ao Deus Pã, protetor dos rebanhos e dos pastores (Dicionário Houaiss, 2009).

Pânico moral é uma resposta social extrema à percepção de que uma situação moral da sociedade deteriora-se em um ritmo desastroso. Quase sempre, esses pânicos são promovidos por notícias na mídia reforçadas por servidores de várias instituições, como o Estado. Numerosos sociólogos, sobretudo na Grã-Bretanha, interpretam o pânico moral como um artifício usado para desviar a atenção pública de problemas sociais básicos e justificar um aumento do controle social sobre a classe operária e outros segmentos potencialmente rebeldes da sociedade. Desse ponto de vista, por exemplo, o pânico moral deflagrado por assaltos nas ruas da Grã-Bretanha na década de 1970 pode ser considerado como parte de um trabalho político para debilitar o Estado de Bem estar social, à custa de membros das classes baixa e operária, que eram os alvos do aumento do controle policial. Dessa maneira, a resistência das minorias e dos pobres era considerada não como conflito político ou de classe, mas como atos ilegais individuais que exigiam medidas repressivas. O conceito de pânico moral também tem sido aplicado a tendências da cultura jovem, reações a AIDS, abuso de drogas e ao vandalismo na Grã-Bretanha (JOHNSON, 1997, p. 167).

Junqueira (2017), em um artigo que busca a gênese de emergência do ativismo mundial em torno da chamada “ideologia de gênero”, demonstra que já faz alguns anos que esse assunto passou a interessar grupos religiosos, em especial a partir dos anos 90, no âmbito da Igreja Católica como uma resposta a um conjunto de mudanças propostas por movimentos sociais, grupos progressistas e que passaram a repercutir nas sociedades seculares e nas convenções da ONU daquela década.

A ofensiva contra a “ideologia de gênero”, segundo Junqueira (2017), é atualmente global e embora tenha emergido nos anos 90, sua origem remonta ao papado de João Paulo II, a sua teologia do corpo (Karol Wojtyła- dos anos 70 e 80), aos pronunciamentos de Joseph Ratzinger e depois aos documentos escritos por ele, já como Papa Bento XVI, (2004, 2008, 2012) e demais documentos e textos escritos por religiosos ligados ao vaticano, da Europa e da América Latina, como o monsenhor francês Michel Schooyans (que escreveu um livro em 1997 chamado “O evangelho face a desordem mundial”, onde aparece a expressão ideologia de gênero), o bispo auxiliar de Lima - o peruano ultraconservador Oscar Alzamora Revoredo - que escreveu o documento da conferência episcopal do Peru em 1998 alertando dos perigos da “ideologia de gênero”, etc. Nestes documentos, portanto, surgiu a expressão “ideologia de gênero” e também é citada a nomenclatura teoria de gênero e a palavra *gender* como uma preocupação e foco de análise, passando pelo documento da cúria Romana “Família, matrimônio e uniões de fato” (2000), culminando na edição do LEXICON em 2003 (dicionário enciclopédico sobre temas relativos a gênero, sexualidade e bioética, como uma resposta aos documentos da ONU e projetos de lei nessas temáticas e que usariam, segundo a Igreja Católica, termos ambíguos que precisavam ser esclarecidos por eles).

Além disso, junto com estes textos escritos por religiosos, há a produção de outros intelectuais e leigos- especialmente ligados à Igreja e a organizações como a Opus Dei, grupos pró-vida e terapêuticos da “cura gay” que ajudaram a divulgar essas ideias- como a jornalista estadunidense Dale O’leary (que escreveu o livro “a agenda de gênero”, em 1997, e mantém um blog em defesa da moralidade e da família tradicional) e a filósofa e escritora Christina Sommers (que escreveu o livro *who stole feminism?* em 1995). Ambas as autoras norte-americanas escreveram estes e outros textos e livros antifeministas, que criticam o termo gênero, a “ideologia de gênero” e as perspectivas construcionistas (JUNQUEIRA, p. 31, 2017). Este conjunto de textos conformaria, junto com alguns outros, como o da teóloga alemã Jutta Burgroff (“Que quiere decir gênero?” de 2001) a base de discussão da cruzada antigênero.

O contexto de emergência dessa problematização são os anos 90, como já dito, mais precisamente 94 e 95 após as conferências dos direitos das mulheres e da população da ONU em Cairo e Beijing. Neste momento, uma agenda de ampliação e reconhecimento de direitos de grupos como as mulheres e a população LGBTQI começa a se disseminar via mobilização social e passa a se consolidar nos documentos da ONU, por exemplo, além de avanços nas legislações

de países considerados atualmente mais desenvolvidos economicamente e sensíveis à secularização do Estado, sobretudo alguns países Europeus. Por si só, isso já seria motivo de preocupação dos grupos conservadores e religiosos que reagiram a essas modificações sociais, culturais e legislativas consideradas indesejadas.

Entretanto, se formos atrás do contexto um pouco anterior que deu sustentação para as ideias antigênero da Igreja Católica e pensarmos, por exemplo, nas preocupações do Papa João Paulo II (antes e depois de se tornar papa) e aos temas aos quais ele se dedicou: relações entre homens e mulheres, posição social da mulher (e sua função maternal), matrimônio (casamento tradicional), contra os métodos anticoncepcionais, contra o aborto (contra a mudança de leis nessa área), homossexualidade (contra o casamento igualitário), etc., percebemos que isso remete há mais tempo ainda. Logo que assume como papa, João Paulo II responde aos anseios daquele contexto, final dos anos 70 (1978) logo após a década de 60 e todas as mudanças que emergem ali: segunda onda do feminismo, invenção da pílula anticoncepcional e período da chamada revolução sexual. Neste mesmo contexto, em diferentes países ocidentais, emergem a lei do divórcio, mudanças na custódia dos filhos e na configuração das famílias. E já há algum tempo, principalmente durante e após a 2ª segunda guerra mundial, a sociedade se modifica amplamente, com a participação crescente das mulheres no mercado de trabalho¹⁹⁰ e na esfera pública, além da emergência dos movimentos LGBTQI (revolta de *stonewall*), dos direitos civis dos negros, ambos nos EUA, anti-guerras (pacifistas, hippies), movimento da contracultura, etc.

Ou seja, era uma época de grandes mudanças nas relações sociais, em especial em relação à mulher, a relação entre ambos os gêneros/sexos e a relação com o corpo, o casamento, a sexualidade, a homossexualidade, os dilemas propiciados pelos avanços científicos/tecnológicos, e a luta pelos direitos sexuais e reprodutivos. E, logo, a consequente oposição da Igreja Católica e de grupos conservadores a essas mudanças. Essas são questões que impactaram muito a sociedade ocidental e que nos marcam até hoje. Tais mudanças, ocorridas sobretudo na segunda metade do século XX, diminuíram muito o poder do Vaticano sobre os fiéis e a sua relevância no contexto político, em especial no contexto dos países capitalistas Europeus, mas também nos EUA. Havia cada vez menos católicos dispostos a seguir a religião de uma forma ortodoxa, as

¹⁹⁰ Cabe destacar que falo aqui principalmente da mulher branca, urbana, das classes médias em relação ao trabalho remunerado não-doméstico, já que a mulher negra, mulheres pobres e das zonas rurais, em geral, sempre trabalharam.

missas esvaziavam-se e havia cada vez menos padres interessados na ordenação. Saindo diretamente do contexto religioso, mesmo que ainda relacionado a ele, se faz necessário lembrar que o mundo do final dos anos 70, quando João Paulo II se tornou papa, estava dividido pela Guerra Fria, havia ditaduras civil-militares em vários países da América Latina, África e Ásia e uma perseguição ao comunismo por parte do bloco capitalista para evitar que ele se alastrasse pelo mundo, em especial, sobre a América latina, tradicional área de influência estadunidense.

Não é à toa que se escolhe, naquele contexto, um papa polonês. A Polônia, no leste Europeu, estava localizada no meio da divisão europeia entre os blocos. É um país tradicionalmente católico em meio a países protestantes (e ateus comunistas) e em que ser católico era sinônimo de nacionalismo e resistência a dominação soviética. Este país vivia uma ditadura e estava dividido entre os dois blocos, tal como a Alemanha, e o catolicismo e a figura do papa ajudaram a colocar fim ao regime comunista, apoiando partidos de oposição e firmando acordos políticos com Reagan, presidente estadunidense nos anos 80. Ambos, Reagan e João Paulo II, eram fervorosos anticomunistas. Este papa ficou reconhecido por ser conservador, carismático e muito diplomático, e assim viu sua relevância política e de líder espiritual (e absolutista do Vaticano) crescer durante este período histórico. É nesta época também que emerge a Teologia da Libertação na América Latina, contrária aos regimes ditatoriais e que atuava em defesa dos pobres. O Papa condenou e perseguiu fortemente esta linha da Igreja Católica. A aliança do Vaticano com os EUA determinou que se fizesse vista grossa as ditaduras civil-militares na América Latina. Nesse contexto, também explodem os chamados “novos movimentos sociais¹⁹¹”, há uma rápida transformação cultural¹⁹², logo freada pela emergência da AIDS.

Com impacto da epidemia da AIDS nos anos 80, ocorreram alguns retrocessos e novas mudanças de âmbito social, cultural e político. Grande parte de tais modificações foram oriundas do pânico moral que se seguiu após a emergência da doença, já que esta afetou primeiramente justo as populações marginalizadas e que recentemente estavam ganhando visibilidade e lutando por seus direitos, em especial, os homens gays. O fato criou estigmas e reforçou preconceitos e

¹⁹¹ Movimentos sociais como os feministas, LGBTQIS, ambientalista etc.

¹⁹² Não poderei me aprofundar nessa discussão, mas refiro-me às transformações apontadas por Nardi (2013), entre outros, em relação a vida em sociedade e que questionam o papel da mulher, a sexualidade, os padrões impostos, o casamento, a família etc. Além disso, havia o temor da guerra (ameaças atômicas), a contracultura que emergiu com novos modelos de vida, a diminuição da influência religiosa na vida das pessoas, as inovações tecnológicas, a lei do divórcio etc.

discursos moralistas e religiosos. Já nos anos 90 e 2000, na esteira das mudanças dos anos 60 e 70 e após um maior conhecimento sobre o HIV, emergem outras discussões como a “aceitação” da homossexualidade (não mais vista como doença, é retirada da CID) a união legal entre pessoas do mesmo sexo, a adoção de crianças por estes casais e o surgimento de novos arranjos familiares reconhecidos pelo Estado, a luta pelo direito ao aborto legal, pela saúde reprodutiva e sexual das mulheres, contra a violência contra as mulheres etc.

Sendo assim, surgem novas demandas e mudanças em termos de leis, direitos e visibilidades e o Vaticano, como destacado por Junqueira (2017), passa a orientar os homens públicos católicos a como eles deveriam reagir e se posicionar frente a estes projetos de lei e aos documentos que remetem a essas mudanças: união civil entre pessoas do mesmo sexo e casamento gay, aceitação da homossexualidade como uma orientação sexual entre outras, adoção de crianças por esses casais, direito ao aborto, igualdade entre homens e mulheres e afins. Se constrói a ideia de um grande temor em relação às crianças e a sua criação, a valorização e a defesa da família tradicional e os seus valores, uma preocupação com o que é ensinado nas escolas e disseminado por governos e órgãos internacionais (como a ONU) e, por fim, com a defesa da sociedade e da humanidade, que estaria sendo ameaçada por tais mudanças, que não garantiriam a reprodução da espécie e prejudicariam a família e a nação/pátria. Estes dois últimos argumentos, conforme destacado por Junqueira, saem da alçada apenas religiosa e remetem a questões científicas e “naturais” o que ajuda na sensibilização de pessoas e grupos não necessariamente religiosos, ampliando o seu foco de atuação.

Autores como a antropóloga norte-americana Gayle Rubin (2012) e o sociólogo brasileiro Richard Miskolci (2007), apontam em seus textos que tais transformações culturais não passam “batidas” na esfera social e sempre vem acompanhadas de uma grande reação de grupos conservadores e religiosos. A importância desses autores vem do uso da noção de pânico moral e de seus textos narrarem episódios semelhantes, mesmo que de outras épocas e contextos, a alguns dos fenômenos atuais que vivenciamos no Brasil (perseguições a obras de arte, censura, aumento da violência contra população LGBTQI e contra as mulheres, mudanças na área de educação etc.) Estes dois autores advertem que épocas percebidas como de grandes mudanças são um terreno fértil para a criação de pânicos morais tais como o que observamos hoje em dia, como a ofensiva contra a “ideologia de gênero”. Nestes contextos, onde diferentes grupos lutam pela construção simbólica da sociedade e pelo que vai ser aceitável moralmente ou não, legal ou não, estratégias

políticas de mobilização de massa são ainda mais valiosas. Tudo leva a crer que, conforme vimos na contextualização do momento atual, estamos vivendo um desses momentos cruciais de definição de que sociedade queremos construir e isso obviamente tem relação com a escola, com que modelo de educação desejamos e com a própria concepção de democracia, como já argumentado.

Se faz necessário também abordar a perspectiva de Gayle Rubin (2012), em seu texto *Thinking Sex*, pois neste texto se ancora boa parte da argumentação dessa discussão na tese. Destacar a perspectiva de Rubin vem no esforço de tentar explicar porque estou interpretando dessa maneira e relacionando esses diferentes contextos históricos pressupondo que eles se assemelham e nos ajudam a entender o contexto atual, ou seja, a percepção de que o que ocorre hoje no Brasil em termos de conflitos vinculados a gênero e sexualidade, explicitados pelo pânico moral e relacionado à “ideologia de gênero” não é algo inédito e nos remete a episódios passados e outras épocas, que podem nos servir de reflexão, nos fornecer pistas para entender a história do presente.

Suas reflexões no contexto dos anos 80 me parecem muito atuais e em algum grau premonitórias. Depois de começar o texto afirmando que em épocas de crise e de grandes conflitos a questão da sexualidade parece emergir como urgente, ela afirma que:

A esfera da sexualidade também tem sua política interna, desigualdades, e modos de opressão. Como em outros aspectos do comportamento humano, as formas institucionais concretas da sexualidade em um determinado tempo e lugar são produto da atividade humana. São imbuídas de conflitos de interesse e manobras políticas, ambas deliberadas e incidentais. Nesse sentido, o sexo é sempre político. Mas há períodos históricos em que a sexualidade é mais nitidamente contestada e mais excessivamente politizada. Nesses períodos o domínio da vida erótica é, de fato, renegociado. (RUBIN, 2012, p. 1).

Ou seja, o sexo é sempre político, e em alguns momentos, a sexualidade é mais contestada ou politizada que outras. A autora argumenta porque acredita que o contexto histórico onde ela estava inserida (EUA dos anos 80) é um desses momentos chave, que vai deixar marcas para o futuro, tal qual o contexto puritano da era vitoriana nos deixou um legado (em dispositivos legais, discursos religiosos, discursos científicos, psicológicos, biológicos, moralistas, educacionais...) que moldaram nossa relação com o sexo e a sexualidade. São as políticas do sexo, como ela chama. Assim, a autora passa a citar casos e momentos históricos considerados de grande tensão social e política onde havia “outras grandes questões” em andamento, mas que o

tema da sexualidade se tornou peça fundamental de discussão, preocupação e mobilização política e pública.

Na Inglaterra e nos Estados Unidos, o final do século XIX foi um desses períodos. Ao longo desse tempo movimentos sociais fortes se focaram nos “vícios” de todas as sortes. Havia campanhas educacionais e políticas encorajando a castidade, criminalização da prostituição, e para desencorajar a masturbação, especialmente dentre os jovens. Cruzadas morais atacaram a literatura obscena, pinturas com nudez, salões de música, aborto, informações sobre controle de natalidade e a dança pública (...) A consolidação da moral vitoriana e seu aparato de reforço social, médico e legal foram o resultado de um longo período de luta cujos resultados têm sido amargamente contestados desde então. (Rubin, 2012, p. 1-2).

Assim, a autora segue mostrando exemplos concretos desses momentos, como as campanhas contra a masturbação e a ideia de que isso prejudicaria crianças e jovens no século XIX que levou pais a amarrarem seus filhos durante a noite na cama para que não se tocassem, paralelamente a criação das primeiras leis anti-obscuridade e o aumento da perseguição aos sodomitas e as prostitutas, inclusive legalmente. Rubin (2012) ressalta ainda como os anos 50 do século XX também foram significativos, pois neste momento ocorreram deslocamentos na organização da sexualidade, cristalizados na “ameaça homossexual”. “O termo “ofensor sexual” às vezes se aplicava aos estupradores, às vezes aos “molestadores de crianças”, até que passou a funcionar como um código para designar homossexuais” que junto com os comunistas passaram a ser alvos de caça às bruxas (RUBIN, 2012, p.3-4). Inclusive os alvos da perseguição parecem historicamente, nos diferentes contextos e países.

Dessa forma, muitas pessoas foram perseguidas e perderam seus empregos ou tiveram que se mudar. A antropóloga cita exemplos históricos específicos sobre a perseguição a gays em bares e saunas, batidas policiais, processos e casos de violência. Rubin argumenta que nenhuma tática foi tão confiável nestas guerras do sexo quando a proteção das crianças, com o lema “salve nossas crianças” muitas campanhas foram realizadas contra o que se acreditava ser um “recrutamento homossexual”. Um dos exemplos foi quando a pornografia infantil se tornou um grande tema para a opinião pública nas vésperas da votação da revogação de uma lei de direitos dos gays na Florida (1977). Para Rubin (2012), leis votadas em contextos como esse, de pânico associado a crianças, são extremamente perigosas e geralmente são um retrocesso para as liberdades civis e a regulamentação do comportamento sexual.

Como já vimos, as alianças entre o projeto escola sem partido e a ofensiva antigênero no Brasil se deram, em grande medida, pelo foco nas crianças. o “slogan meus filhos minhas

regras”¹⁹³ une os grupos moralistas neoliberais, com sua lógica individualista e privatista da família, dos direitos e da educação aos grupos morais religiosos, que acreditam no poder do pai dentro da “família tradicional” e que acusam o Estado de doutrinação contra a sua fé. Se unem contra as pautas de educação sexual e políticas anti-homofobia na escola, a inclusão de pessoas transexuais entre outros direitos e políticas como algo perverso e que ameaçaria seus filhos. Assim como são contra a lei da palmada, pois isso tiraria o poder e o direitos dos pais de educarem seus filhos da maneira que julgarem correta. Nesse contexto atual é que estão ocorrendo debates e mudanças legislativas no Brasil em relação a educação, projetos como *homescholling*, revisão no aborto considerado legal, direitos das mulheres e da população LGBTQI (criminalização da homofobia), etc., algo extremamente perigoso em termos de consequências e retrocessos, como alertado por Rubin.

A autora também demonstra outras conexões entre as discussões sobre sexo e as questões políticas “ideologia de direita ligando sexo não familiar com comunismo e fraqueza política não é novidade” (RUBIN, 2012, p. 8-9) isso foi visível nos ataques sofridos pelo famoso pesquisador Kinsey nos anos 50 e, na década seguinte, à campanha a partir de panfletos e livros contra o Conselho de Educação e Informação Sexual dos Estados Unidos (SIECUS) acusado de “conspiração comunista para destruir a família e enfraquecer/subverter a vontade nacional” e ainda que a Organização Cultural, Científica e Educacional das Nações Unidas (UNESCO) estaria em conluio com esse conselho para “debilitar os tabus religiosos, para promover a aceitação de relações sexuais anormais, minimizar os padrões morais absolutos e ‘destruir a coesão racial’, ao expor pessoas brancas (...) aos padrões sexuais rebaixados das pessoas negras” (ibidem p. 8-9).

Cabe ressaltar aqui, a semelhança dessa última noção a famosa frase de Bolsonaro, ainda enquanto deputado federal, ao responder uma pergunta da cantora Preta Gil no extinto programa televisivo CQC, ela questiona como Jair Bolsonaro reagiria caso um de seus filhos ficasse apaixonado por uma negra. E a resposta foi: “Eu não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Eu não corro esse risco. Meus filhos foram muito bem-educados e não viveram em um ambiente como, lamentavelmente, é o seu”¹⁹⁴.

¹⁹³ Em espanhol, a chamada semelhante é “com mis hijos no te metas”.

¹⁹⁴Entrevista completa disponível em: <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI5034595-EI6578,00-Bolsonaro+Meu+filho+nao+namoraria+Preta+Gil+por+causa+do+comportamento+dela.html> . Acesso dia 22 de janeiro de 2020.

Antes, ela já tinha perguntado a Bolsonaro sobre sua reação se tivesse um filho gay e isso não aconteceria porque seus filhos “tiveram boa educação” – foi sua resposta.¹⁹⁵ Outras polêmicas declarações e opiniões suas se relacionam ao fato de ser contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo e principalmente a adoção feita por estes casais, algo que como vimos, é rapidamente associado aos discursos que compõem o pânico moral, pois isso colocaria a sociedade como um todo, e principalmente as crianças, em risco, e propagaria a homossexualidade. Numa entrevista dada para explicar as respostas dadas a Preta Gil, ele afirma que:

Eu entendi que ela me perguntou o que eu faria se meu filho namorasse um gay (...) se eu tivesse entendido assim (da forma como a pergunta foi feita), eu diria: 'meu filho pode namorar qualquer uma, desde que não seja uma com o teu comportamento'. Se eu fosse racista, eu não seria maluco de declarar isso numa televisão [...]

E prossegue defendendo seu ponto de vista determinista para explicar o porquê é contra a adoção por casais do mesmo sexo, afirmando que:

O homem é produto do meio, imagina se pega essa lei, permitindo que casais homossexuais adotem crianças? Vão fazer reserva de mercado para jovens garotos homossexuais. O filho vai crescer vendo a mãe bigoduda ou careca, o pai andando de calcinha ou a mãe de cueca.¹⁹⁶

Tais declarações demonstram que a temática da sexualidade é retomada fortemente no atual contexto brasileiro, reforçando discursos preconceituosos ligados a orientação sexual, raça e comportamentos considerados fora da norma adequada. Em relação as associações entre as normas sexuais desejáveis e as concepções da esquerda e do comunismo, também, como já salientado, os discursos do ESP e da “ideologia de gênero” parecem convergir em direção a concepção do que eles chamam de “marxismo cultural”, como afirmado por Miguel (2016), visto as alianças entre os diferentes grupos neoconservadores, que une moralistas ultraliberais,

¹⁹⁵Devido a essas declarações, ele foi processado e teve que pagar indenização, mas negou que fosse racista e disse que não entendeu a pergunta direito. Ver mais em: <<https://veja.abril.com.br/politica/tj-mantem-condenacao-de-bolsonaro-por-resposta-a-preta-gil-e-falas-ao-cqc/>> <<https://catracalivre.com.br/dimenstein/grosseria-de-bolsonaro-a-preta-gil-esta-custando-r-150-mil/>> <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI5034595-EI6578,00-Bolsonaro+Meu+filho+nao+namoraria+Preta+Gil+por+causa+do+comportamento+dela.html>>. Acesso dia 22 de janeiro de 2020.

¹⁹⁶Entrevista completa disponível em: <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI5034595-EI6578,00-Bolsonaro+Meu+filho+nao+namoraria+Preta+Gil+por+causa+do+comportamento+dela.html>. Acesso dia 22 de janeiro de 2020

fundamentalistas religiosos e grupos contrários à esquerda e ao comunismo. Segundo os “intelectuais” e líderes desses grupos, há uma continuidade entre agendas da esquerda e agendas LGBTQI e feministas pró-gênero e uma aproximação teórica entre Marx, Engels, Gramsci e as teóricas feministas.

Sobre a temática sensível da homossexualidade e a questão das masculinidades, tal como a professora Ângela já tinha destacado em sua entrevista, este parece ser em alguns contextos um tema mais difícil ou polêmico de ser abordado, por ser um assunto onde mais pessoas se sentem à vontade para criticarem ou serem contrários, muitas vezes amparados/usando como justificativa o discurso religioso. A professora Judith recorda um episódio sobre a temática que aconteceu em suas aulas, logo depois de explicar como aborda a temática da sexualidade da homofobia no currículo, sempre achando que em algum momento vai dar algum problema (e até então não deu) ela cita outros exemplos:

Entrevistada: Mas claro, as discussões surgem, mas são sempre positivas, sabe. Em geral, os meninos são muito mais mente fechada do que as meninas. Eu lembro que teve dois anos que fiz um trabalho no final do ano. Num ano eles tinham que fazer um cartaz e no outro ano era um marcador de livro, tipo uma campanha anti com frases de algum dos preconceitos que estudamos no ano. E as meninas escolhiam diversificado, mas muito mais em relação a gênero, contra machismo e sexismo, muitas contra homofobia também e tal. E os meninos eram tudo anti racismo. (...)

Entrevistada: Sim, exatamente. A questão da masculinidade é muito mais...

Entrevistadora: **Tu tem alunos LGBTs assumidos? Há bastante tempo ou faz pouco? Tu notou alguma diferença?**

Entrevistada: É a mesma coisa com relação aos cabelos das meninas (contexto: cabelo das meninas que passaram a se assumir, a ter orgulho, a se sentirem empoderadas e bonitas naquela estética, algo que ela havia citado em outro momento da entrevista como algo positivo e mais recente que ela notou na escola). Acho que é uma coisa mais recente. Isso me deixa feliz, que se por um lado tem esse conservadorismo, por outro... (...)

Entrevistadora: **E tu já fez cartaz, coisas assim, expôs esses trabalhos de alunos discriminação e violência e nunca teve problema?**

Entrevistada: Sim. Lembro que uma vez um cartaz sumiu. Ele era o mais próximo, estava do lado da porta da sala dos professores. A gente espalhou cartazes, e esse ano foi muito legal inclusive, porque foi o trimestre que a gente falou sobre gênero, sexualidade e homofobia. E era só sobre esse assunto, todos tinham que fazer, inclusive os meninos. E foi uma experiência muito legal porque os meninos se engajaram, teve um dos meninos, que desenha muito bem, eles podiam fazer como quisessem,

ele fez dois meninos, dois personagens meninos desenhados se beijando. E os meninos pintando bandeira LGBT, do orgulho (arco-íris), foi bem positivo, não todos né, alguns fizeram só o que tinham que fazer. (o contexto era 2016) (...) projeto de construção de um curta-metragem com os alunos – eles que criam o roteiro: mas aquela turma eu tenho certeza que vai acontecer alguma coisa. Tem vários meninos que são da igreja. Ano passado a gente estava fazendo um curta, eu trabalho com curta metragem, a gente tinha que decidir qual assunto, parte deles né, eles vão dando ideias, é tudo coletivo, isso é o que eu mais gosto. E aí uma das ideias foi falar sobre sexualidade. Não to viajando, isso foi em outra turma. Nessa turma o que aconteceu foi que tinha um aluno que no ano anterior a gente fez um curta e ele tinha aceitado a fazer o papel de menino homossexual, porque era um curta sobre preconceitos na escola.

Entrevistadora: Eles ajudam a fazer o roteiro?

Entrevistada: Não, eles fazem tudo, eu só oriento.

Entrevistadora: Daí eles queriam fazer sobre isso e ele ia fazer o papel?

Entrevistada: É, já tinha acontecido na verdade, eu me equivoquei de turma, desculpa. Ele tinha aceitado em 2017 isso, ninguém queria fazer o papel de homossexual e ele disse “tá, eu faço”. Daí ele fez. E no ano seguinte (2018: ano passado já que a entrevista foi dada em 2019), esse menino, estava na outra turma já, eu falei “ano passado tivemos o curta, fulano participou do curta e tal”, porque ele repetiu de ano, então está com colegas diferentes, ele “participou do curta e tal, ele inclusive foi super corajoso, porque fez um papel que não queria fazer”. Daí ele ficou meio encabulado. E os colegas (que vários são da igreja evangélica e que eu acho que vou ter problemas esse ano) ali falaram que não, que jamais fariam. Daí eu questionei “gente, primeiro que é um papel e segundo, qual o problema?” Falaram que não, que era errado. Daí eu lembro de algumas aulas terminarem assim, nessa discussão, nesse embate e aí as meninas dizendo que... nessa turma que agora está no nono, tem um menino que, não sei se ele se considera trans, mas ele veste alguns casacos femininos, tem um jeito afeminado que ele faz questão de demonstrar. Vai ser interessante essas aulas por conta dessa diversidade que tem na sala. (professora Judith- grifos e comentários meus).

Neste trecho fica explícita a dificuldade de abordar o tema da homossexualidade, especialmente junto aos alunos meninos, que se sentem mais constrangidos para falar ou se engajam menos na temática, optando por falar de outros preconceitos. A professora ressalta a questão das masculinidades e como isso se apresenta em debates na sala de aula entre meninos e meninas e como isso repercutiu para o aluno que aceitou fazer o papel de um rapaz homossexual (no roteiro criado pelos próprios alunos, sobre um tema que eles escolheram) no momento que ele trocou de turma porque repetiu de ano (sentiu vergonha porque os colegas disseram que

aquilo era errado). A turma na qual ele estava então era uma que a professora caracterizou como aquela que possui muitos alunos religiosos evangélicos e que ao mesmo tempo apresenta uma diversidade, o que seria interessante para se pensar como seria abordar essas temáticas com eles (como a entrevista foi dada no início do ano letivo, ela ainda não sabia como seria). Também é interessante destacar como ela enfatiza o fato de as meninas terem a cabeça mais aberta e como se apresentam as polaridades na sala de aula/escola, se por um lado tem a ascensão do neoconservadorismo e do discurso religioso, por um outro lado tem o empoderamento das meninas negras, o fato do estudante que ela ainda não sabe é trans (mas que usa roupas femininas e faz questão de demonstrar isso), como se fossem dois lados que se mostram ao mesmo tempo, emergindo paralelamente.

Em outros momentos da entrevista (nem todos os trechos interessantes podem ser destacados aqui), a professora Judith comenta que percebeu a divisão da sociedade brasileira nas eleições de 2018 na sala de aula, embora isso não tenha relação direta com a questão de gênero e sexualidade, parece ser um reflexo do aumento do neoconservadorismo no Brasil, acaba repercutindo nas posturas da comunidades escolar como um todo, como já falado anteriormente na tese (e apareceu em outras entrevistas), e se relaciona as questões de gênero na medida em como esse discurso é percebido de forma diferente entre os meninos e as meninas (isso se relaciona aos discursos dos grupos neoconservadores e quem eles conseguem atingir e quem é contrário), por essa razão, vale trazer aqui:

Entrevistadora: Tu já falou que tem um Grêmio Estudantil e que as lideranças são femininas. Isso é legal, em vários locais isso tem acontecido assim. Relações com alunos tu já falou. Sobre Facebook e redes sociais: tu é amiga dos teus alunos? Tu expõe suas posições? Já teve algum problema em relação a isso?

Entrevistada: Sim, sou amiga de muitos alunos e muitas alunas. Eles me seguem no Instagram também. Eu procuro atualmente não adicionar mais muito assim, porque comecei a ver que eu tinha mais alunos no meu Facebook do que amigos (...). Eu exponho minhas posições, ano passado a gente fez, eu e meus colegas temos um grupo no Whats, que é (nome da escola) Resistência.

Entrevistadora: **É um grupo específico. Dos colegas de esquerda assim?**

Entrevistada: Isso. E a gente organizou, fez as camisetas com “Ele Não” e foi para a escola com elas.

Entrevistadora: **E foi tranquilo?**

Entrevistada: mais ou menos. A princípio né, a gente até discutiu isso, tipo “como vai ser, porque tu não pode te posicionar, por partido...”. Na verdade, teve uma discussão, não lembro qual foi nossa conclusão. Mas a gente não poderia entrar na sala com o partido. Eu tinha um adesivo da Fernanda, do PSOL, mas eu deixo na mochila na sala dos professores, mas entrava na escola. Também quando a gente entregava, a gente chegou a fazer entrega de material, mas a gente saiu da escola e fazia, azar, a gente não estava dentro da escola.

Entrevistadora: E tu não teve repressão por parte da direção?

Entrevistada: Não, porque a direção é toda esquerda.

Entrevistadora: Nem por nenhum colega de direita, nada?

Entrevistada: Ah, fofoquinhas, porque a maioria da escola é de esquerda. Tem as “Bolsonaras”, mas elas são minorias. E são aquelas que são as menos ativas dentro da escola, que entram, dão aula gritando com seus alunos, saem e não estão nem aí para o resto. Em geral as pessoas mais engajadas, que estão lá para conversar e discutir estão do mesmo lado assim ou, são mais neutras digamos assim, que não se posicionaram nas Eleições. Mas quem se posicionou real oficial mesmo na escola foram os de esquerda assim, que ia com a camiseta do “Ele Não”. Eu andava com o bottom sempre, mesmo quando não estava com a camiseta. Os colegas também. A direção atual é...como ela era diretora tenta ficar mais neutra, mas ela é de esquerda. Mas o vice-diretor, professor de geografia com o qual eu me dou super bem, ele foi para Curitiba para fazer vigília para o Lula, então ele é Lulista ao extremo, Ele se incomoda um pouco, porque essa semana agora na manifestação, do ato contra reforma da previdência, ele tava com a camiseta do “Lula Livre” no ato e ele fez uma postagem no grupo do facebook da escola “Professores contra Reforma da Previdência”. Como ele estava com aquela camiseta houve comentários “a escola está fazendo campanha partidária – política, as pessoas confundem”. Foi uma mãe que disse. Teve um caso só, ano passado, logo depois dessa aula de fake news, a professora de história também deu uma aula falando sobre política, falando sobre Ditadura, se não me engano, o aluno chegou em casa e falou para mãe.

Entrevistadora: Já era época eleitoral?

Entrevistada: Sim. Daí a mãe reclamou no Facebook também “ao invés dos alunos terem aula sobre Sociologia, História e Inglês, que o professor/a também é de esquerda, ficam tendo aula de política, que ela ia reclamar”. Só que sociologia e história são aulas que, ne?... A gente meio que só deu risada e deixou assim.

Entrevistadora: isso na página do facebook da escola, mas os pais não vão lá pessoalmente reclamar?

Entrevistada: tem um caso que eu vou te contar daqui há pouco. Aí depois do resultado final das eleições, do resultado trágico né, a gente acha que foi ela (essa mesma mãe), ela passou um trote. Foi a secretária que atendeu, os dois secretários também são bem de esquerda, isso é bom, e ela disse que era para os professores do “Ele Não” terem cuidado e desligou. Isso foi foda para o Rodrigo (deve ser o vice-diretor prof. de

geografia) “não sei se encara isso como ameaça ou deboche”, eu disse que era deboche.

Entrevistadora: mas ela disse para terem cuidado com ela ou porque o Bolsonaro ganhou?)

Entrevistada: Foi isso, ela disse para terem cuidado porque agora o Bolsonaro ganhou. Daí ele ficou meio que “não, vou relatar isso”. Aí a gente decidiu no grupo do “Ele Não”, então vamos decidir enquanto grupo. Eu falei que achava que não precisava fazer nada, mas caso se sentisse ameaçado, ia ser apoiado. A gente acabou não fazendo nada e nunca mais aconteceu nada.

Neste trecho ela mostra um pouco como a chamada polarização que ocorreu na eleição de 2018 aparece na sala de aula e na organização de grupos dentro da escola, na reclamação de alguns pais em relação ao posicionamento político e pessoal de professores, ou em relação a abordagem de temáticas sensíveis, como a ditadura militar no Brasil e a questão das *fake news* no contexto atual, passando por denúncias em redes sociais, até o suposto trote ou ameaça contra os professores apoiadores do Ele não. Logo na sequência, ela explica como era o clima na escola durante a eleição, na sua percepção:

Entrevistada: Na época eleitoral, os alunos, eram uma representação perfeita da sociedade, os alunos nas turmas. Tinha os meninos “ah, o Bolsonaro vai resolver e arma e não sei o que”. Em geral, as meninas anti-Bolsonaro ao extremo e cagando na cabeça dos meninos falando “tu nunca vai ter dinheiro para comprar uma arma, tu é pobre, acorda, tu não pode querer votar nele”. Alunas vinham dizer que os pais iam votar, que estavam decepcionadas, brigavam entre si. Então estava bem parelho com o que a gente estava vendo. Daí os alunos neutros, que só viam o circo pegar fogo, aqueles que não sabiam muito bem o que estava acontecendo, os neutros, que não votaram em ninguém.

Entrevistadora: Até porque muitos não votaram né, não tinham idade pra votar eu acho. (...) Fora essas questões não teve casos mais graves? De pais, aluno acusar algum professor de doutrinador. Nenhum caso de Escola Sem Partido, alguma denúncia?

Entrevistada: Não... tinha uma ex-colega, que felizmente se aposentou, ela ia com a camiseta da Escola Sem Partido. Que era, inclusive, a pessoa essa que eu te falei que quando eu entrei estava no turno da tarde como substituta. Ela ia com a camiseta do Escola Sem Partido. Mas escutava muitas críticas né, da gente. Era meio que visto como uma piada assim. E foi feita votação na Câmara de Vereadores de São Leopoldo e não foi instituído, não passou. Nosso sindicato é bem atuante lá também.

Essa divisão entre a posição das meninas e dos meninos na sala de aula em relação a determinados candidatos políticos ou discursos já apareceu em outras entrevistas e na discussão

teórica e revisão bibliográfica que apresentamos anteriormente, além da divisão existente na sala dos professores, entre os diferentes grupos e seus posicionamentos políticos e teóricos.

Voltando a discussão trazida por Rubin (2012), a autora chama a atenção para a relação entre a ideologia da direita e os grupos conservadores que deslocaram os temas e a oposição à educação sexual, homossexualidade, pornografia, aborto e a polêmica do sexo antes do casamento, para o palco político central depois de 1977, quando tais grupos se deram conta que estes temas tinham apelo de massa. Tal abordagem jogou um papel importante nas eleições dos anos 80 e organizações de direita passaram a receber apoio financeiro, a contar com milhares de seguidores e a obter cada vez mais poder e visibilidade. Também promoveram mudanças legislativas como restrições ao aborto e fundos para programas como Paternidade Planejada e educação sexual foram cortados. Leis e decretos que dificultavam o acesso de adolescentes meninas aos anticoncepcionais e ao aborto foram promulgados, ou seja, retrocessos na área de saúde sexual e ataques aos programas de estudos sobre as mulheres nas universidades. No Brasil atual, também vivemos episódios semelhantes, com a perseguição a intelectuais e professores, corte de verbas para a educação, campanhas de difamação da universidade e da educação federal e desvalorização da pesquisa feita no país e nas universidades públicas, retrocesso na posição do país em relação a saúde sexual e reprodutiva das mulheres, direitos LGBTQI e afins, nas políticas de combate a Aids etc.

E ademais, Rubin (2012) sinaliza como a defesa da família passa a ser algo muito importante e um “perigo” no contexto dos anos 80, quando a autora escreve o artigo, pois a partir daí seguiram-se programas como o de castidade para adolescentes e inúmeros confrontos sobre os direitos gays, educação sexual, direitos de aborto, livrarias para adultos e o currículo da escola pública (p.9). E para finalizar essa parte da sua argumentação, a autora completa afirmando que tais períodos (1880 e 1950, na Inglaterra e nos EUA, respectivamente) recodificam as relações da sexualidade, pois “as lutas que foram travadas deixam um resíduo na forma das leis, práticas sociais e ideologias que então afetam a forma na qual a sexualidade é experienciada por muito tempo após o desvanecimento dos conflitos imediatos”. Por essa razão, segundo Rubin, (2012) “é imperativo entender o que está acontecendo e o que está em jogo para poder tomar decisões informadas sobre quais políticas apoiar ou se opor” (p. 9).

A retomada dessas citações e dessa revisão histórica, embora extensa, se faz necessária por serem cruciais para o que é discutido no presente trabalho. Ao reler anos depois o texto de

Rubin, no atual contexto em que vivemos e no qual eu desenvolvo esse trabalho, tive a sensação de estar lendo uma análise do presente. O que ela descreve é atual e chocante e o que se propõe a fazer naquela época, parece urgente para a nossa, propor elementos para um quadro descritivo e conceitual para pensar sobre o sexo e suas políticas (RUBIN, 2012, p. 9-10).

Vivemos um momento de intensa crise econômica e política e à primeira vista, como já dito anteriormente, surpreendentemente parece que a preocupação com as temáticas de sexo, gênero e sexualidade nunca estiveram tão na ordem do dia no nosso país, pelos menos num passado mais recente. Os efeitos da campanha anti “ideologia de gênero” já são sentidos na escola, grande foco do debate, mas invadem também exposições de arte em museus, programas de televisão, templos, editais da ANCINE etc. como já explicitado. A busca/incentivo pela censura cresce numa velocidade surpreendente. Esse neoconservadorismo e retrocesso é sentido também em outros países, a ponto de uma obra de ficção científica, uma distopia, como o romance “O conto de Aia¹⁹⁷” escrita nos anos 80, virar série premiada com ares de documentário nos EUA de 2017. Embora estejamos atônitos em relação a tudo isso, é importante, tal como destacou Rubin (2012) nos anos 80, compreender o que está acontecendo no presente momento para enfrentar tal desafio político e teórico, pois assim como sofremos consequências de ações e lutas passadas, o que está sendo definido agora no campo das guerras sexuais, no âmbito do que é aceitável ou não em relação às questões de gênero e sexualidade, parece que vai marcar indelevelmente nossa sociedade e a escola daqui para a frente. É importante identificar o que está em jogo e que políticas devemos apoiar ou não.

Por essa razão, dentro desse conjunto amplo de questões que me interessam aqui - as transformações atuais vividas no contexto de lutas e disputas pela escola, no contexto de projetos como o escola sem partido (ESP) e a ataque à gênero que emergem como um forte movimento neoconservador e de direita e afetam, entre outras coisas, as aulas de sociologia - as questões de gênero e sexualidade têm um foco especial, não somente por ser a área em que me insiro enquanto linha de pesquisa, mas porque este tema está ocupando um lugar central da discussão

¹⁹⁷ Me refiro aqui ao livro O conto de Aia de Margareth Atwood (1985) e a série de mesmo nome lançada este ano pela plataforma de stream Hulu, ganhadora do prêmio de série dramática no Emmy 2017. Nesta história distópica, os EUA do futuro se transformou em uma sociedade totalitária teocrática (de raízes puritanas) onde as mulheres perderam os seus direitos. No caso da Aia, especificamente, ela perde sua identidade (nome) e se torna uma reprodutora sexual para fins de procriação e continuidade da espécie, a função original da mulher. A relação que estabeleci entre ficção e documentário foi retirada da seguinte matéria que aborda esta série no contexto americano da era Trump. Ver também <<https://www.publico.pt/2017/09/18/culturaipilon/noticia/o-que-e-the-handmaids-tale-a-serie-demasiado-perturbadora-ate-para-a-autora-do-livro-1785779>>. Acesso em 19/09/2017.

política e cultural de nossa sociedade. Questões antes pormenorizadas, na esfera pública e na universidade, se tornam agora tema de interesse instantâneo, capaz de mobilizar massas de pessoas dispostas a protestar, boicotar, denunciar, processar etc.¹⁹⁸. Outro ponto muito interessante é a associação dessas questões morais a questões políticas mais amplas, como a questão do comunismo e da ameaça nacional. A direita associa ao seu “inimigo” aquilo que lhe desagrada moralmente e intensifica sua estratégia de persuasão, propagando o medo e o ódio. Esse aspecto lembra muitos as alianças neoconservadoras de hoje no Brasil que apoiam o ESP, são contra a “ideologia de gênero”, contra partidos de esquerda, a favor do Estado mínimo e do estado policial, a favor da censura de questões ligadas à sexualidade, religião, moral e “bons costumes”. Os efeitos dessas alianças se multiplicam dia a dia.

Embora o rótulo “ideologia de gênero” esteja sendo utilizado para atrair mais pessoas e possa estar sendo instrumentalizado para outros fins, como alguns autores já destacaram (PRADA, 2017; JUNQUEIRA, 2017), me parece importante ressaltar que, em minha compreensão, “ideologia de gênero”, mais do que estar servindo apenas como uma categoria utilizada para outros fins políticos, cumpre também um importante papel na construção dos novos significados sobre sexualidade (gênero, orientação sexual, relações entre homens e mulheres, famílias, casamento, etc. e na legislação que versa sobre esses temas) que estão sendo construídos e que estão em disputa nesses embates políticos e simbólicos. Assim, acredito que além de apontar os usos da categoria “ideologia de gênero”, é importante destacar aqui uma problematização do teor desses significados, já que eles possuem efeitos que importam, pois modificam a sociedade e deixam marcas importantes.

Em outras palavras, o tema do gênero e da sexualidade não é apenas o meio para alcançar algum outro objetivo (derrubar ou favorecer políticos, aprovar projetos de lei...embora também esteja sendo usado para esse fim) já que banir certos termos de documentos e leis é uma forma específica de delimitar o que pode ser discutido é do que pode (ou deve) existir e que concepções e ideias serão vinculadas a estes termos. O que é o gênero e o que ele representa enquanto ameaça no discurso desse movimento produz efeitos concretos na vida das pessoas, em geral, e

¹⁹⁸ Além de estarmos na era do *fake news*, onde boatos são espalhados com facilidade e as pessoas têm dificuldade em saber o que é verdade e o que não é gerando uma crise no jornalismo e mostrando a força e os perigos das redes sociais. Na era da pós-verdade parece que o discurso intelectual não tem muita força ou relevância, sendo apenas uma das “opiniões” em circulação.

especialmente para aquelas que já são marginalizadas e/ou se encontrar numa condição mais precária.

Nancy Prada (2017), ao analisar o contexto do movimento contrário a “ideologia de gênero” na Colômbia, mostra como, depois das marchas em torno dessa campanha que ocorreram em 2016, aumentou a violência contra as pessoas LGBTQI, inclusive em cidades e ambientes onde isso havia retrocedido. Ao que parece, não podemos simplesmente negar a existência da “ideologia de gênero” ou denunciar que muitas vezes esse tem sido um discurso vazio, por não ser muito profundo teoricamente no que toca ao significado de ideologia, por exemplo (nos atos e nas páginas de internet), pois como vimos, tal movimento tem intelectuais, ideias bem desenvolvidas e braços em vários países do mundo.

Além de compreender como se estabelecem essas alianças nas disputas por sentido em jogo e seus efeitos para a escola, de modo particular, interessa refletir sobre as implicações desta polêmica “guerra” para o campo dos estudos de gênero e sexualidade. O campo pode ser varrido do mapa, com a perseguição de seus componentes, como já tem ocorrido (vide o caso da professora Marlene de Fáveri da UDESC¹⁹⁹), se tornar um tema tabu, desmerecido e desacreditado e/ou pode ganhar uma nova renovação, com a ampliação das discussões, ganhando importância e atraindo o interesse de novos pesquisadores e da mídia. Me parece que as duas coisas estejam ocorrendo ao mesmo tempo, em alguma medida, pois pode ser uma era de repressão e de formação, como expresso por Rubin ao se referir aos anos 50 do século XX. Uma coisa é certa, não dá mais para “passar batido” por estes temas, eles tornaram-se (novamente?) Centrais na discussão política atual e na defesa das liberdades, dos direitos civis e da democracia, o que muitos autores têm considerado como um imperativo frente a ameaça neoconservadora.

A aposta teórico-metodológica dessa pesquisa foi que partir das entrevistas feitas com os professores foi possível compreender melhor o nosso contexto e os efeitos desse neoconservadorismo vinculado às questões de gênero e sexualidade, entre outras temáticas sensíveis na escola, dentro do guarda-chuva da educação em e para os direitos humanos e como eles estão aparecendo na prática dos docentes de sociologia (se eles percebem e como percebem), se algo mudou ou permaneceu antes desse contexto, quais temas são escolhidos para formar

¹⁹⁹ Ver mais sobre o caso em: <<https://www.sul21.com.br/jornal/aluna-processa-professora-por-ministrar-curso-sobre-o-feminismo/>> <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/estilo-de-vida/noticia/2017/04/marlene-de-faveri-me-incomoda-saber-que-outra-mulher-toma-atitudes-tao-conservadoras-9772166.html>>. Acesso em 20 de outubro de 2017.

parte do currículo oficial, como os professores têm percebido o interesse dos estudantes nestas temáticas, como tem se posicionado frente a censura e como muitos reconhecem a importância de abordar as temáticas de gênero e sexualidade, apesar dos desafios e tentativas de censura.

Em resumo, as questões de gênero e sexualidade surgem em diversos momentos das entrevistas com os professores, seja por ser um tema central da tese e sobre o qual eu tenho perguntas específicas no meu roteiro de entrevista, seja porque é um assunto que aparece nos episódios narrados pelos professores. É um tema sensível que pode ser considerado fundamental de estar presente no currículo da sociologia na escola, surge também como demanda dos estudantes, como “problemas” a serem enfrentados/resolvidos pelos professores, ou simplesmente aparece/está sempre presente na sala de aula/escola, pois os alunos/professores são pessoas que tem gênero, identidade de gênero e sexual, orientação sexual e isso é algo incontornável.

Nem todas as entrevistas e trechos que abordaram as questões de gênero e sexualidade puderem ser trazidos nesta tese, podemos resumir ou subdividir em diferentes categorias os distintos momentos em que as questões de gênero e sexualidade vem à tona nas falas dos professores e se relacionam as perguntas que fiz. São elas:

- a) Gênero e sexualidade no currículo da sociologia;
- b) Os professores se sentem livres para abordar o tema? Tem apoio da escola?;
- c) Como tema sensível/questão de debate: exemplo: aborto e as implicações com as questões religiosas;
- d) A questão do feminismo e temas afins ou problemas sociais (violência contra a mulher, feminicídio, homofobia, preconceitos etc.);
- e) A questão LGBT, a sexualidade, a identidade de gênero e temas afins;
- f) Mudança no discurso/interesse nas questões de gênero (feminismo/ideologia de gênero) a partir de um certo momento (ascensão do neoconservadorismo) como um tema mais sensível;
- g) Se tiveram formação sobre gênero na sua formação acadêmica/profissional – de onde surgiu o interesse na temática.

Em torno de alguns desses tópicos, busquei trazer trechos das entrevistas para refletirmos. Sobre o primeiro tópico, alguns professores, principalmente mulheres, afirmam que trabalham com as questões de gênero (e/ou gênero e sexualidade) como algo central para compreender a

sociedade, como categorias básicas e temas fundamentais da sociologia. Também destacam como essas questões surgem por demandas dos estudantes e ou da própria escola/professores. Essas falas reforçam a problematização que fazemos aqui da censura e ou tentativas de retirar estas temáticas consideradas sensíveis da escola, como se elas não fizessem parte do cotidiano em que todos estamos inseridos. Sendo assim, são legítimos de estar na escola, são necessários e são percebidos, muitas vezes, como algo básico do currículo da sociologia, sendo assim, discursos como os dos grupos antigênero e apoiadores do ESP, coloquem em xeque o debate democrático na escola, o acesso ao conhecimento e afetam a liberdade de ensinar.

Cinco professoras, Ângela, Simone, Rosa, Judith e Margareth afirmaram que não desistem/abrem mão de abordar as questões de gênero, por compreenderem que são aspectos chave da vida social, dimensões transversais a todas as temáticas, constitutivas das relações sociais, apesar de qualquer dificuldade ou tentativa de censura. Embora nem todas elas tenham tido uma formação acadêmica sobre estes temas, muitas delas obtiveram informações e conhecimentos por interesse e estudos próprios e/ou por meio da militância política. Uma professora, Ruth, afirmou ter receio de abordar as temáticas de gênero e sexualidade, mesmo reconhecendo sua importância, ela inclusive tem comprado livros e materiais didáticos para aprender mais sobre o tema, mas por enquanto tem evitado sua abordagem. Dois professores, Antônio e Michel, também reconhecem a importância destas discussões e como elas surgem como demandas dos estudantes, muitas vezes, e procuram sempre incluir estas temáticas no currículo da sociologia. Dessa forma, podemos dizer, que a grande maioria dos professores entrevistados nesta pesquisa acredita que os temas de gênero e sexualidade, entre outros temas sensíveis ligados a educação para e em direitos humanos, são constitutivos do currículo da sociologia na escola, pois são elementos-chave para a compreensão da vida em sociedade, na constituição de cidadãos e para a promoção de uma sociedade mais justa e democrática, com respeito a diversidade.

Para finalizar este capítulo, trago um trecho da entrevista do professor Antônio onde ele destaca os efeitos que percebe nos estudantes da escola onde trabalha, que é uma instituição que aborda e “abraça” a questão da diversidade. Pergunto a Antônio se ele diria que na escola onde trabalha as pessoas que resistem a esses temas considerados sensíveis e polêmicos ou que não concordam com a perspectiva dos direitos humanos seriam uma minoria. Ao responder ele adentra no exemplo das questões de gênero e sexualidade:

Entrevistado: acho que sim, porque é um trabalho pedagógico bem intenso...muitas pessoas se reparam e desde o primeiro ano assim, eu tenho uma aula no primeiro ano que veio por conta do projeto do, do Escola Contra a Homofobia, que é sobre sexo, gênero e sexualidade e a gente vê o mal-estar assim de alguns alunos e aquilo vai sendo trabalhado, digerido, e aí eles chegam no terceiro ano bem mais, bem diferentes assim.

Entrevistadora: E esse mal-estar se reflete como? eles chegam a falar alguma coisa, riem, não querem falar sobre o assunto? Como é que se dá esse mal-estar, assim, relacionado a essas coisas?

Entrevistado: É a expressão corporal, né? é que a aula ela tem todo um processo de, de fala, de discurso e ela vai indo assim... e aí, dá pra perceber corporalmente assim, não tem uma oposição, porque enfim, ela acaba que o pessoal entra dentro do enredo da fala assim, eles não conseguem, mas eles vão se fechando, e depois eles vêm conversar e, e começam a se reparam e teve várias vezes que, que vieram falar sobre esse reposicionamento deles pra mim, numa autoavaliação ou até no corredor e, ou na formatura. E é, é muito legal isso, só que são 890 alunos, né, e alguns vieram falar, acho que alguém que ficou refratário e guar-, guardou, não veio falar pra mim, né? (professor Antônio, grifos meus).

O dissenso, o debate, o incômodo e o mal-estar de enfrentar crenças arraigadas, valores, noções e suas próprias identidades, muitas vezes, é a tônica desse encontro em sala de aula, entre as experiências dos estudantes e a do professor, os pressupostos e conceitos sociológicos e a “realidade” (que pode ser percebida de forma diferente pelos distintos atores sociais e a partir das diferentes perspectivas teóricas) que está sendo analisada. Ainda mais se tratando de questões que envolvem sexualidade, identidade de gênero, orientação sexual etc. temas vistos muitas vezes como tabus, silenciados ou algo visto apenas como da ordem da essência biológica, determinista, natural ou mesmo como uma verdade/revelação bíblica, sendo, portanto, incontestável. Como aponta Fassin, ao explicar o que é democracia sexual e os seus limites:

O que é a democracia sexual? Ou, sobretudo, o que a democratização sexual? É, sem dúvidas, mais justo falar de um processo. É a extensão do domínio democrático, com a politização crescente das questões de gênero e de sexualidade que revelam e estimulam as múltiplas controvérsias públicas atuais. Por um lado, longe de ficarem confinadas à esfera privado, as questões sexuais são cada vez mais submetidas às exigências políticas que as outras questões da sociedade, seja das que tratam do trabalho ou do emprego, da imigração ou da educação: nós interrogamos sempre mais sobre as normas de gênero e sexualidades em nome dos valores de liberdade e igualdade. Podemos recolocar em questão a ordem dos sexos e a ordem das sexualidades ao colocar um e o outro nessa dupla interrogação, e a sua tensão constitutiva: nós a vimos bem nos debates sobre prostituição ou sobre pornografia, sobre assédio sexual e sobre violências contra as mulheres, mas também em relação à igualdade e à abertura do casamento e da filiação de casais do mesmo sexo.

Por outro lado, as questões sexuais, ao se mostrarem políticas, aparecem cada vez menos naturais, o que não afeta apenas o conteúdo das normas em que estamos. A desnaturalização do gênero e da sexualidade que acompanha a democratização transforma também mesmo o estatuto das normas, ou seja, a maneira por meio das quais elas se impõem a nós. Longe de continuar a funcionar indiscutivelmente, elas são submetidas a questionamento. Esse questionamento não significa que nossas sociedades seriam libertadas das normas sexuais, mas certamente a manutenção delas não seriam as mesmas desde que se sabe o que elas são – não são leis naturais se impondo de maneira histórica, mas sim de ordens convencionais e provisórias, que são o produto de uma história e de relações de força, submetidas à mudança e a aberturas para negociação: há hoje também problemas nas normas.

Certamente, a democracia sexual não é unânime, ao contrário – nós bem vimos as recentes batalhas francesas em torno da ordem simbólica.(...)

Essa versão laica e cientifista encontra paradoxalmente a inquietude religiosa frente à democracia sexual. Com efeito, a própria ordem do sexo não aparece mais fundada sobre a rocha imutável da natureza, que não é uma ordem imanente: viver em uma sociedade democrática é pertencer a um mundo que se descobre histórico de pouco em pouco, sem fundamentos transcendentais. Não é por acaso, então, que as religiões institucionais, a começar pela Igreja Católica, se engajam tanto nos combates contemporâneos em torno dessas questões. Longe de vê-las como uma aberração, é necessário compreender toda a importância: além dos fundamentos da ordem sexual, trata-se da transcendência em si. É por isso que o Vaticano faz frente comum com o fundamentalismo cristão, mas também, nas instâncias internacionais, com os Estados islâmicos, desde que se trata de aborto ou de casamento homossexual, da posição das mulheres e do estado das sexualidades (Fassin, 2012, p.2-3²⁰⁰, grifos meus).

Fassin (2012) está focando mais especificamente no caso francês e a crítica que o autor faz aos usos políticos xenófobos e contra a imigração, principalmente muçulmana, que alguns países da Europa fazem, mas essa desnaturalização das questões de gênero e sexualidade e a sua problematização enquanto problemas sociais, políticos, históricos ajuda a entender a reação católica e fundamentalista religiosa contra a chamada “ideologia de gênero” (termo criado por eles) e toda a investida neoconservadora contra estes temas e termos, especialmente na escola (educação sexual e violência contra meninas) e na ampliação de direitos de minorias. Tudo isso explicita o incomodo trazido pela democracia sexual que pauta questões antes vista como universais e naturais e que agora são vistas como da ordem da construção social, cultural e política e que, portanto, envolve lutas em torno do poder e da construção dos direitos sociais, algo sempre em construção histórica e em disputa, como as que estamos vivenciando agora.

Aliás, essa é uma questão fundante das ciências sociais: a realidade social é fruto de uma construção social, histórica, cultural – fruto de relações de poder, lutas e escolhas- e que portanto, pode ser modificado, é passível de ser modificada (não sendo portanto uma ordem natural, vontade de deus ou destino)- algo muito importante na guinada que assistimos em termos de

²⁰⁰ Esta citação em português é uma tradução ao texto original em inglês feita pelo meu colega de grupo de pesquisa e mestre em educação, Carlos Eduardo Barzotto.

pensamento no mundo Ocidental europeu pós revolução industrial, iluminismo, revolução francesa e a posteriormente conhecida como revolução científica, que significou compreender o mundo de uma outra forma, rompendo com a explicação religiosa e não apenas baseada na razão, mas nos fatos, a partir de uma metodologia científica. Esses aspectos estão presentes na obra de muitos autores e se destacam num autor muito importante e incrustado neste contexto, Karl Marx, que a partir disso postulava a possibilidade e a necessidade de mudar e romper com a ordem vigente segundo uma perspectiva que acredita que a estrutura e o indivíduo se influenciam mutuamente. Essas são algumas das bases do pensamento clássico da sociologia.

Sendo assim, pensando no argumento de Fassin (2012), algo que permaneceu por muito tempo na ordem do natural, universal, invariável (destino e vontade de deus) – como o gênero e a sexualidade- na medida em que são lidos como os demais fenômenos sociais, numa perspectiva construcionista – como algo que pode ser mudado porque é da ordem cultural e histórica ou a partir de outras abordagens “como nos tornamos aquilo que somos” - causam reações tão exacerbadas dos grupos neoconservadores. Cabe destacar que a velha dicotomia e tensão entre natureza x cultura é um dos principais pontos sob os quais se constitui e reside a crítica feminista e os estudos de gênero e sexualidade.

No caso do Brasil, o atual contexto aponta para uma mudança na posição histórica diplomática na ONU no que se refere aos direitos das mulheres (sexuais e reprodutivos) e das populações LGBTQI, fazendo com que o nosso país se alie a estados teocráticos e fundamentalistas religiosos, entre outros governados por grupos e partidos de extrema-direita e neoconservadores²⁰¹. Isso aponta para o que viemos destacando até aqui, a centralidade da agenda de gênero e sexualidade para os grupos neoconservadores que atualmente estão no poder e como estas temáticas tiveram um papel fundamental também nas estratégias utilizadas para a ascensão destes grupos, com destaque aqui aos pânticos morais engendrados pelo Escola sem Partido e as

²⁰¹Ver mais em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/10/22/brasil-eua-e-ditaduras-se-aliam-jamais-havera-direito-ao-aborto.htm>> <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/10/brasil-se-une-a-egito-indonesia-uganda-hungria-e-eua-em-declaracao-contr-o-aborto.shtml>> <<https://www.dw.com/pt-br/ao-lado-de-pa%C3%ADses-autorit%C3%A1rios-brasil-assina-declara%C3%A7%C3%A3o-contr-aborto/a-55366152>> <<https://www.uol.com.br/universa/colunas/maria-carolina-trevisan/2020/10/22/governo-bolsonaro-usa-conceito-de-familia-para-retroceder-em-direitos.htm>> <<https://www.hypeness.com.br/2020/07/brasil-e-arabia-saudita-vetam-educacao-sexual-para-combater-violencia-contr-meninas/>>. Acesso em 16 de fevereiro de 2021.

cruzadas antigênero por meio do termo “ideologia de gênero” e como elas tem efeitos na escola e nas aulas de sociologia.

5. Considerações finais

A emergência de grupos e discursos como o ESP e contra a chamada “ideologia de gênero”, seus desejos de censurar certos temas, limitar a liberdade de ensinar do professor e defender a primazia dos valores familiares na educação dos filhos, nos leva a crer que a ideia de uma sociedade democrática e de uma escola plural, laica e espaço de convivência republicana (SEFFNER e PICHETTI, 2014) passa a ser questionada, junto com sua proposta de consolidação da cidadania. Como defendem os autores, é importante entender a escola pública de fato como um espaço público, onde todos tenham acesso e possam conviver, onde se negociam as diferenças e as divergências, sempre com respeito. Outro ponto que merece ser destacado, no entendimento desses autores, é a escola laica, dentro da perspectiva de Laicidade do Estado, dessa maneira não poderíamos permitir a intromissão de valores religiosos no espaço público, em conjunto com os valores religiosos geralmente andam os interesses morais da família, sendo fundamental destacar a diferença entre espaço público (escola) e espaço privado/doméstico.

É precisamente no contexto de ampliação de direitos²⁰² e da construção da escola pública, democrática, plural e laica, onde se busca o convívio com os diferentes é que também situamos os processos de oposição a essas mudanças sociais e aos avanços nos direitos sociais de grupos marginalizados. A guinada neoconservadora ataca em diferentes frentes e o ensino de sociologia, bem como a abordagem das temáticas de gênero e sexualidade na escola, entre outras temáticas consideradas sensíveis, são alguns dos alvos prioritários, pois é preciso proibir determinadas discussões, assim como a própria capacidade de promover a reflexão e o questionamento crítico. Além disso, a proposta é enfatizar as normas e a normalização, padronizando modos de vida, reduzindo as diversidades e diferenças consideradas incômodas²⁰³. Como afirma Michael Apple

²⁰² Destacando estes aspectos positivos não negamos que apesar destas transformações importantes também ocorreram problemas e reconhecemos que questões importantes não foram devidamente contempladas, como a reforma agrária, a demarcação de terras indígenas, políticas ambientais, entre outras questões (reformas estruturais e de base).

²⁰³ Novamente friso que a ênfase da pesquisa são as questões de gênero e sexualidade, devido a nossa linha de estudos e por ser algo muito presente no discurso neoconservador, mas sabemos que além das mulheres e da população LGBTQI, outras minorias estão sob forte ataque (talvez mais agora do que num período anterior recente, mas sempre, ao longo da história do país, foram perseguidas- negros pobres e das periferias, quilombolas, indígenas, nordestinos, defensores de DH e ambientais etc.

(2003), a direita sabe que a escola importa e age de forma coordenada para a elaboração de um novo senso comum.

Em suma, a análise desse contexto nos permitiu compreender, ao menos em parte, como se estabeleceram as condições de possibilidade de emergência de um discurso neoconservador potente que quer modificar a escola e a sociedade, mudar a concepção de educação e a sua finalidade e que atinge fortemente o ensino de sociologia. Assim, se articulam as práticas que ameaçam a escola e a sociedade em geral, no ataque à democracia através de apagamentos e silenciamentos de questões como as que envolvem gênero e sexualidade, entre outros temas sensíveis vinculados a educação para e em direitos humanos, sobretudo no que se refere a minorias. Esta aliança neoconservadora está no poder e intenta implementar sua agenda, seus efeitos já estavam sendo sentidos há algum tempo, como esta tese procurou mostrar. Cabe a nós compreender o que está acontecendo para poder reagir e resistir.

Para mim, uma estudante do campo dos estudos de gênero e sexualidade e uma feminista, também foi uma boa oportunidade de refletir sobre os limites e potencialidades que este campo de estudos ainda tem e de explorar suas fraquezas e suas forças, como sugere Fassin (2012), as mesmas que permitiram que um discurso contrário fosse construído em cima das nossas discussões, por nossos adversários (antigênero e outros direitos), mas que também podem nos ajudar a resistir. Talvez a direita esteja dando a oportunidade de mostrar a importância e a radicalidade da luta feminista e LGBTQI como uma boa parte da esquerda nunca reconheceu. O movimento antigênero reconhece nossas conquistas ao perceber as transformações ensejadas na sociedade nas últimas décadas (em especial anos 60/70), mas que se intensificaram e se tornaram mais drásticas (ou assim foram percebidas), a partir dos anos 90 no mundo e no Brasil dos anos 2000 e que eles desejam frear ou mesmo fazer retroceder, voltando a patamares anteriores, quando a “família tradicional”, o casamento heterossexual e o papel da maternidade da mulher, entre outras “fantasias”, supostamente imperavam e a sociedade “funcionava” melhor.

Por essa razão é que estes movimentos neoconservadores e religiosos têm como principais inimigos as feministas, o movimento LGBTQI e as minorias sexuais, entre outros grupos progressistas. Eles sabem que desejamos alterar ainda mais a estrutura da sociedade, questionando e transformando os padrões, normas e regras estabelecidos para os gêneros, o binarismo, os comportamentos, as identidades, a orientação e as práticas sexuais e que em boa

medida conseguimos avançar bastante ao problematizar as relações entre homens e mulheres e a subordinação e opressão feminina no casamento, denunciando as violências, questionando a heterossexualidade compulsória, a maternidade obrigatória e as políticas identitárias, etc. e por isso utilizam as nossas discussões, conceitos e diferentes perspectivas teóricas e políticas contra nós (criticando o construcionismo, por exemplo, ou o próprio conceito de gênero e a separação natureza/cultura, na defesa de seu essencialismo biológico/psicológico), tentando deslegitimar esse campo de estudos e esta temática, e em que pese tenham feito alguns debates teóricos (os textos produzidos pela igreja católica e ideólogos relacionados a ela), sabem que a estratégia do temor e do pânico social é mais eficaz para convencer as massas e ganhar batalhas do que discutir ideias.

Minha posição como professora de sociologia e pesquisadora da área de estudos de gênero e sexualidade também favoreceu a reflexão sobre a questão de gênero e sexualidade no ensino de sociologia, pois nem sempre essa temática esteve presente enquanto pauta do ensino de sociologia e menos ainda em relação a formação em ciências sociais: na maioria das vezes, o estudo destas foi algo periférico em nossa formação, sendo apenas oferecido (quando oferecido) como disciplina eletiva/complementar, como muitos professores entrevistados apontaram. Entretanto, a realidade da nossa sociedade impõe aos professores de sociologia o desafio de compreender esta discussão, cada vez mais presente na realidade do país e da escola, por meio da mídia, redes sociais, demandas de estudantes e movimentos sociais e ataques como os feitos pelo ESP e pelo discurso antigênero na educação. Se antes esta poderia ser uma temática percebida como descartável no currículo da sociologia como área de conhecimento e no ensino médio, cada vez se faz mais presente, sendo uma questão a ser enfrentada. Como professora de sociologia que antes disso já se interessava pela temática como estudante e pesquisadora, parece-me que estou numa posição que favorece a análise desse fenômeno, ao mesmo tempo que me sinto na obrigação ética de estudar estas imbricações que atravessam/perpassam minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional e a realidade atual do meu país.

As questões que me guiaram até aqui giraram em torno de como se constituiu esse cenário conservador no país, a construção do pânico moral ligado às questões de gênero e sexualidade na escola, em especial, e os efeitos (os que já ocorreram e os possíveis) desse discurso para a escola, para a liberdade de ensinar do professor e para as finalidades da educação (incluindo mudanças das leis e documentos oficiais). Tendo feito uma contextualização e revisão bibliográfica sobre o

tema, passei mais especificamente a buscar perceber os efeitos disso para o ensino de sociologia e na formação dos estudantes para a cidadania, centrada nas práticas e percepções dos professores da área, em suas vivências e narrativas sobre como eles têm lidado com esses desafios do novo contexto de avanço do neoconservadorismo. Ressalto ainda, que numa sociedade extremamente desigual como a nossa e com uma democracia recente, temas sensíveis e considerados polêmicos, ligados aos direitos humanos, mas candentes para a sociologia e para a construção de um país mais justo, tem sido censurado e perseguido, junto com a cruzada contra a educação e os professores. Compreender como tem ocorrido esses processos e como os professores entendem e resistem a eles é o foco principal deste trabalho.

Assim, em resumo, acredito que independente da ascensão do neoconservadorismo, dos problemas da vida docente em tempos de escola sem partido e “ideologia de gênero” das especificidades de trabalhar com os temas sensíveis e na perspectiva da educação em e para os Direitos Humanos, a sociologia como disciplina escolar já tem suas próprias polêmicas devido as suas características, seja do ponto de vista da sua origem e constituição acadêmica, seja do ponto de vista da perspectiva do ensino de sociologia na educação básica. Polêmicas essas que decorrem do fato da sociologia estudar a sociedade no presente (levando em conta a história, na maioria das vezes), tendo por objetivo desvelar suas estruturas e meandros e que acaba por produzir um saber intrinsecamente conectado ao contexto em que está inserida – o conhecimento sociológico é fruto e reflexo da sociedade onde ele é elaborado – e por isso, sempre sensível as mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas e as relações de poder.

Enquanto disciplina escolar, portanto, ligada a uma política pública educacional e a um projeto político de poder, será suscetível a mudanças e eventualmente será um alvo prioritário. Não por acaso, sua história como disciplina escolar é descontínua, vulnerável a diferentes regimes e projetos, sendo considerada importante ou indesejada, não só no Brasil, mas também na França (um de seus berços) por exemplo, em diferentes momentos históricos. Isso porque o ensino de sociologia na escola se mostra um problema social e político a partir da percepção de que o contexto e a conjuntura na qual se encontram estudantes e professores afeta diretamente o ensino (Carvalho Filho, 2014).

Outro aspecto que cabe salientar a título de conclusões finais é que a categoria descritiva inicial tema sensível tentava abarcar os possíveis temas trazidos à tona pelos professores nas entrevistas, ao falar das dificuldades de abordá-los em sala de aula (incluindo a questão de gênero

e sexualidade, muito importante para nós), mas ela acabou se tornando um dos eixos-centrais nesta pesquisa, como categoria de análise e conceito-chave, entendendo, de modo geral, que embora existam temas sensíveis estabelecidos quase a priori em determinados contextos históricos, o tema sensível também se estabelece na relação entre professores e estudantes na sala de aula, na contingência daquela comunidade escolar e cenário.

Dessa forma, ocorreu uma modificação na estrutura dos eixos analíticos, tornando a categoria temas sensíveis bastante central em conexão com a perspectiva da educação em e para os direitos humanos, pois percebemos a intrínseca relação entre os temas considerados polêmicos e difíceis de serem trabalhados na escola e os direitos humanos de forma ampla, incluindo aqui as questões de gênero e sexualidade que nos interessavam desde o início. Em tempos de recuo democrático e avanço autoritário, estes temas tornam-se ainda mais delicados, ameaçadores e ameaçados, ao mesmo tempo.

Em alguns momentos da análise das entrevistas, eu pude fazer uma contextualização mais detalhada dos episódios narrados pelos professores, mas o que torna também a discussão bem mais extensa, isso foi apresentado no capítulo “Isso é um monte de louco”. Naquele exercício analítico, procurei evidenciar como o que ocorre na escola é reflexo do contexto neoconservador delineado anteriormente e é constitutivo dessa realidade (demonstrando as conexões complexas entre cultura escolar, culturas juvenis, movimentos políticos, de como a escola participa ativamente do debate político hoje em dia). Dessa forma, a escola, os desafios vivenciados pelos professores e as alterações em marcha são fruto do que ocorre na sociedade e, ao mesmo tempo, ajudam a conformar esse quadro social preocupante, na nossa visão. Aí se estabelecem as conexões, ou se tornam mais visíveis, entre o plano micro (da escola, da sala de aula, dos fatos ocorridos e narrados pelos professores) e o plano macro (a guinada neoconservadora que estava ocorrendo no país no momento que estes fatos se davam, com suas implicações e consequências) e que nos ajudam a compreender como foi possível que chegássemos a triste realidade que vivemos atualmente. Mas o jogo ainda está sendo jogado e as disputas estão sendo estabelecidas.

Espero também que tenha ficado claro o motivo da mudança de orientação da análise, saindo da separação mais estrita em categorias e focando mais a relação entre elas, a partir da noção de temas sensíveis e a perspectiva do ensino para e em direitos humanos, que engloba a grande maioria destes temas, incluindo as questões de gênero e sexualidade e orienta a maior parte dos professores entrevistados. Esta mudança também parece ter dado um sentido mais

interessante ao texto do que dividir a análise nestas oito categorias separadamente, pois ao analisar os trechos das entrevistas havia muitas repetições, já que uma mesma fala-parte da entrevista podia/foi enquadrada em várias categorias ao mesmo tempo (como consta no exemplo dado anteriormente): tema sensível, ataque aos professores, relação com a comunidade escolar e estratégias para lidar com estes episódios etc.

Assim, reformulamos os eixos de modo que dialogassem mais ainda com as entrevistas e a perspectiva teórica-conceitual escolhida e aquilo que defendemos: uma escola pública democrática, laica, com liberdade de ensinar e aprender, de pluralismo de ideias, alfabetização científica, respeito a diversidade, que promova a igualdade e a equidade, que inclua todos os sujeitos, visto como possuidores de direitos, com plena voz e participação, que garante não somente o acesso, mas também a permanência, com um aprendizado significativo e um currículo que contemple a realidade social, os interesses dos alunos e onde eles estejam representados, em suma, uma educação que promova aquilo que preconiza a constituição federal e vise construir uma sociedade mais justa, menos desigual e mais inclusiva. Isso só será possível numa sociedade democrática. Esta pesquisa se posiciona nesse sentido, defendendo a agenda da escola democrática e plural e o ensino de sociologia como formação para a cidadania, procurando compreender o contexto atual, seus efeitos no ensino de sociologia e refletindo sobre as possíveis resistências à guinada neoconservadora em curso/instaurada no Brasil.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que resta? Intervenção realizada no Salão do livro de Turim (20 de maio de 2017). Disponível em: <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-che-cosa-resta>. Tradução: Vinícius N. Honesko.

ALBERTI, Verena. O professor de história e o ensino de questões sensíveis e controversas. Palestra proferida no IV Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades, realizado no Centro de Ensino Superior do Seridó (Ceres) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em Caicó (RN), (2014).

ALMEIDA, Ronaldo de. Os deuses do parlamento. Novos estudos. CEBRAP. São Paulo. Especial. 71-79. (2017)

ANDRADE, Juliana Alves; GIL, Carmem Zeli de Vargas; BALESTRA, Juliana Pirola. Apresentação- Dossiê: Ensino de História, Direitos Humanos e Temas Sensíveis. História Hoje. Revista de história e ensino. ANPUH. v. 7, n. 13 (2018).

APPLE, Michael. Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire; Biblioteca Freireana, v.5; (2003).

ARAÚJO, Sílvia Maria de; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. Sociologia. 1ª Ed. São Paulo: Scipione. (2013)

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira Bagatin. Educação Ambiental Comunitária: uma Experiência com a Técnica de Pesquisa Snowball (Bola de Neve). In: Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517-1256, v. 27, (2011).

BECKER, Howard. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec, (1993).

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores; VAGGIONE, Juan Marco. Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, (2020).

BOMENY, Helena; FREIRE-MEDEIROS, Bianca; EMERIQUE, Raquel Balmant e O'DONNELL, Júlia. Tempos modernos, tempos de sociologia. 2ª Edição. São Paulo: Editora do Brasil. (2013)

BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia: Fim de século edições sociedade unipessoal Ida. Lisboa, (2003).

BRASIL, Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio. MEC. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf> Acesso em: 22 de maio de 2017.

BROWN. Wendy. Hoje em dia, somos todos democratas. Sapere Aude, Belo Horizonte, v. 9, n. 17, p. 291-302. (2018). DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2177-6342.2018v9n17p291-302>

_____. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politeia, (2019).

BRUNO, Maria Martha. Livro explica como cruzada antigênero enfraquece democracias no Brasil e na América Latina. Entrevista com Flávia Biroli e Maria das Dores Machado. Revista Gênero e número. 5 de novembro de (2020). Disponível em: http://www.generonumero.media/antigenero-democracia-brasil/?utm_medium=Email&utm_campaign=SDS&utm_source=SDS. Acesso em 19/12/20.

BUTLER, Judith. Vida precária. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n.1, p. 13-33.

CARRARA, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no brasil contemporâneo. Mana v.21 n.2 (2015).

CARVALHO FILHO, Juarez Lopes de. O ensino de sociologia como problema epistemológico e sociológico. Educação & Realidade, Porto Alegre, v.39, n.1, p.1-323, (2014).

CESARINO, L. Identidade e representação no bolsonarismo: Corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. Revista De Antropologia. p.530-557, (2019). Disponível em: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2019.165232>

CORAZZA, Sandra Mara. Manual infame...mas útil para escrever uma boa proposta de tese ou dissertação. In: BIANCHETTI, Lucídio, MACHADO, Ana Maria (org.). **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações**. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, p. 355-370, (2002).

CORREA, Sonia e PRADO, Marco. Revista Psicologia Política. v.18, nº.43, São Paulo – (2018).

COSTA, Jociane Rosa de Macedo. Redesenhando uma pesquisa a partir dos estudos culturais. In: COSTA, Marisa Vorraber e BUJES, Maria Isabel Edelweiss (org.) **Caminhos investigativos III Riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras**. Rio de Janeiro: DP&A, p. 85-116, (2005).

COSTA, Marisa Vorraber. Velhos temas, novos problemas – a arte de perguntar em tempos pós-modernos. In: COSTA, Marisa Vorraber; BUJES, Maria Isabel Edelweiss (org.) **Caminhos investigativos III. Riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras**. Rio de Janeiro: DP&A, p. 199-214, (2005).

DIP, Andreia. Existe “ideologia de gênero”? (entrevista com Jimena Furlani). A Pública- agência de reportagem e jornalismo investigativo. (2016). Disponível em: <https://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/> Acesso dia 04 de Outubro de 2017.

DUNKER, Christian. Sob o governo dos homens falo. Entrevista com Christian Dunker, psicanalista e professor titular da Universidade de São Paulo (USP). (2019) Por Paulo Ferrareze Filho e Juan Manuel P. Domínguez. Acervo Online Brasil. (2019). Le monde Diplomatique Brasil. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/sob-o-governo-dos-homens-falo/> Acesso dia:

FASSIN, Eric. “A Democracia Sexual no Coração da Democracia”: a centralidade do gênero para a leitura do presente – entrevista com Eric Fassin. In: Revista Interface. (2019) Disponível em: <https://interface.org.br/secao/entrevistas/>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2021.

FASSIN, Eric. A Democracia Sexual e o Conflito das Civilizações (La Démocratie Sexuelle et le Conflit des Civilisations, (2006). Tradução de Carlos Eduardo Barzotto utilizada no grupo de estudos (2019). <https://doi.org/10.34096/mora.n18.322>

FERRAND, Michèle. Relações sociais de sexo e relações de gênero: entrevista com Michèle Ferrand. Carmen Rial; Mara Coelho de Souza Lago e Miriam Pillar Grossi. Rev. Estud. Fem. v.13 n.3 Florianópolis (2005). Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300013

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Docência, Cinema e Televisão: questões sobre a formação ética e estética. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v.14, n. 40, p. 93-102, jan./abr. 2009.

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre, RS: Artmed, (2009).

FOUCAULT, Michel. A História da sexualidade. A vontade de saber. v. 1. Rio de Janeiro: Edições Graal, (1997).

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo de serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. FRIGOTTO, Gaudêncio (organizador). Rio de Janeiro: LPP/UERJ, p. 17-34. (2017).

GALLEGO, Esther Solano; ORTELLADO, Pablo; RIBEIRO, Marcio Moretto. Guerras culturais e populismo antipetista nas manifestações por apoio à Operação Lava Jato e contra a reforma de previdência. Em Debate v. 9, n. 2, p. 35-45, (2017). Disponível em: < <http://opiniao publica.ufmg.br/site/files/artigo/7.pdf> >.

GASTALDO, Denise. Pesquisador/a desconstruído/a e influente? Desafios da articulação teoria-metodologia nos estudos pós-críticos. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (org.) Metodologias de Pesquisas Pós-Críticas em Educação. Belo Horizonte: Mazza Edições, (2012).

GOMES, Rodrigo. Ministro do STF decide pela suspensão de lei alagoana baseada no Escola sem Partido. (2017) In: Rede Brasil atual. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2017/03/ministro-do-stf-decide-pela-suspensao-de-lei-alagoana-baseada-no-escola-sem-partido> Acessado em 20 de Agosto de 2017.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. Ser professor em tempos de Escola sem Partido. 19º Congresso Brasileiro de Sociologia - 9 a 12 de julho de (2019). UFSC - Florianópolis, SC -Grupo de Trabalho: ENSINO DE SOCIOLOGIA. Disponível em: https://www.google.com/search?sxsrf=ALeKk00oa31p6Tegn_Z5WtLjl-W-

[0x0VtA%3A1614899978197&ei=CmtBYOfIC9yV5OUP072esAM&q=Ser+professor+em+tempos+de+Escola+sem+Partido+&oq=Ser+professor+em+tempos+de+Escola+sem+Partido+&gs_lcp=Cgndnd3Mtd2l6EAM6BwgjELADECC6BAGjECc6BwgjEOoCECdQiaYEWOTjBGCS6QRoA3AAeASAAZ4DiAHCEZIBCTAuMi42LjAuMZgBAKABAaABAqoBB2d3cy13aXqWAQrIAQHAAQE&sclient=gws-wiz&ved=0ahUKEwjn9bCc45fvAhXcCrkGHdOeBzYQ4dUDCA0&uact=5](https://www.researchgate.net/publication/331148999/figure/fig/1/figure-pdf/331148999/3AAeASAAZ4DiAHCEZIBCTAuMi42LjAuMZgBAKABAaABAqoBB2d3cy13aXqWAQrIAQHAAQE&sclient=gws-wiz&ved=0ahUKEwjn9bCc45fvAhXcCrkGHdOeBzYQ4dUDCA0&uact=5)

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In *Cadernos Pagu*. v.5, p. 07-41. (1995).

HUNTER, James Davison. *Culture Wars: The Struggle to Define America*. Nova York: Basic Books. (1991).

JOHNSON, Allan G. *Dicionário de sociologia: Guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, (1997).

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “A ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária ou a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça da família natural”. In: *Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade*. RIBEIRO, Paula R. Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. Rio Grande. Editora da FURG: (2017).

KALIL, Isabela Oliveira (coordenação). *Quem são e no que acreditam os eleitores de Bolsonaro. Relatório de pesquisa*. Realização: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo Outubro, 2018. Disponível em: <https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPS%20P.pdf>.

LEITE, Everton Pereira e BAPTISTELLA, Rogério. Ensino de sociologia e educação em direitos humanos frente às políticas públicas para o livro didático. *Revista Científica Interdisciplinar - Instituto Federal do Paraná - IFPR Paranaguá*, v.2, n. 1. (2017)

LIMA, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, v. 45. (2019).

LOURO, Guacira Lopes. *Pedagogias de gênero e sexualidade*. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O Corpo Educado. Pedagogia da Sexualidade*. 3ed. Autêntica, p. 7-34 (2000).

LÖWY, Ilana. Universalidade da ciência e conhecimentos “situados”. *Cadernos Pagu*. p.15-38, (2000).

MACHADO, Igor José; AMORIN, Henrique; BARROS, Celso Rocha de. *Sociologia hoje*. 1ª Ed. São Paulo, Editora Ática. (2013).

MEYER, Dagmar Estermann. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. In: MEYER, Dagmar Estermann e PARAÍSO,

Marlucy Alves (org.). Metodologias de Pesquisas Pós-Críticas em Educação. Mazza Edições. p. 47-62, (2012)

MIGUEL, Luís Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. *Direito & Práxis*, v. 7, n. 3, p. 590-621. (2016). DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/dep.2016.25163>.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controles sociais: reflexões sobre o casamento gay. In: *Cadernos Pagu*, p. 101-128, (2007).

MISKOLCI, Richard. Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte, Autêntica, (2012).

MISKOLCI, Richard e CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Soc. estado*. [online]., v.32, n.3, p.725-748. (2017). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>.

MOREIRA, Antonio Flavio e TADEU, Tomaz. Currículo, Cultura e Sociedade. São Paulo: Cortez Editora, [2011] (1994).

NARDI, Henrique Caetano. Relações de gênero e diversidade sexual: compreendendo o contexto sociopolítico contemporâneo. In: *Diversidade sexual, relações de gênero e políticas públicas*. NARDI, Henrique; SILVEIRA, Raquel e Machado, Paula. Sulina, p. 15-31, (2013).

OLIVEIRA, Natália Braga de e CARNEIRO, Silzane de Almeida. A educação em direitos humanos e a contribuição do ensino de sociologia para a ação emancipatória. *Revista Perspectiva Sociológica*, n. 20, p. 66-77, (2017).

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. Sociologia para jovens do século XXI. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio. (2013).

ORTELLADO, Pablo. “Guerras culturais no Brasil”. *Le Monde Diplomatique*. (2014). Disponível em: <https://diplomatique.org.br/guerras-culturais-no-brasil/>

ORTELLADO, Pablo. Entrevista para Jean Paulo Charleaux. Qual o impacto da morte de Marielle Franco sobre a onda conservadora. (2018) Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2018/03/17/Qual-o-impacto-da-morte-de-Marielle-Franco-sobre-a-onda-conservadora> acesso em 30 de dezembro de 2020.

PARAÍSO, Marlucy. Fazer do caos uma estrela dançarina no currículo: invenção política com gênero e sexualidade em tempos do slogan ideologia de gênero. In: PARAÍSO, Marlucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva. (Orgs.). Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades. Belo Horizonte: Mazza. p.23-52, (2018).

PENNA, Fernando de Araújo. O Escola sem partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. LPP/UERJ, Rio de Janeiro: (2017).

PEREIRA, Nilton Mullet e SEFFNER, Fernando. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. Revista história hoje, v. 7, p. 14-33, (2018).

PETERS, Michael. Pós-estruturalismo e filosofia da diferença – uma introdução. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Autêntica, (2000).

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. Planeta do Brasil, (2019).

PRADA, Nancy Prada. Ideología de género: semblanza de un debate pospuesto. In: Golpes na história e na escola: O Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI. MACHADO, André R. de A. e TOLEDO, Maria Rita de Almeida. Cortez: ANPUH SP, (2017).

RATIER, Rodrigo. 14 perguntas e respostas sobre o “Escola sem partido”. In: A ideologia do movimento escola sem partido. Ação educativa, p. 29-41. (2016).

ROCHA, Camila. O *boom* das novas direitas: financiamento ou militância? In: O ódio como política. GALLEGO, Esther Solano. Boitempo, (2018).

RUBIN, Gayle. Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. (2012) (Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes, e revisão de Miriam Pillar Grossi). Disponível em: <http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/gaylerubin.pdf>.

SCHIENBINGER, Londa. Mamíferos, primatologia e sexologia. In: PORTER, R. e TEICH, M. Conhecimento sexual, ciência sexual: a história das atitudes em relação a sexualidade. São Paulo, UNESP, p. 219-246. (1998)

SEFFNER, Fernando. "Escola sem partido" e sem “ideologia de gênero”: apontamentos sobre as mudanças na legislação educacional e suas implicações para o ensino de sociologia. Trabalho apresentado no 7º Seminário Brasileiro de Estudos culturais e educação (SBECE) e 4º Seminário Internacional de Estudos culturais e educação (SIECE). ULBRA, Canoas/RS/Brasil. 13 de junho de (2017).

SEFFNER, Fernando. Equívocos e armadilhas na articulação entre diversidade sexual e políticas de inclusão escolar. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, (2009).

SEFFNER, Fernando. “Ocupar é viver a escola”. In: Antonio David Cattani. Escolas Ocupadas. CirKula, v. 1, p. 13-40, (2017).

SEFFNER, Fernando. Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade. Revista Estudos Feministas,

Florianópolis, n. 19. v. 2. (2011). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000200017> Acesso em: 22 jun. 2014.

SEFFNER, Fernando; PARKER, Richard. The waste of experience and precariousness of life: contemporary political moment of the Brazilian response to aids. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 20, p. 293-304, (2016).

SEFFNER, Fernando; PEREIRA, Nilton Mullet; PACIEVITCH, Caroline e GIL, Carmem Zeli. Formação docente em história: conhecimentos sensíveis, memórias e diálogos. *Revista de Educação, Ciência e Cultura*, v. 23, p. 79-96, (2018).

SEFFNER, Fernando; PICHETTI, Yara. A Escola pública brasileira e seu compromisso com a diversidade de gênero e sexualidade. In: *Educação para a sexualidade. Cadernos pedagógicas da EAD*, Editora da FURG. v. 23. p. 67-81. (2014)

SEVILLA, Gabriela. A experimentação de Laerte: reflexões a partir das pedagogias de gênero e sexualidade. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. (2014).

SILVA, Afrânio et al. *Sociologia em Movimento*. 1ª Ed. São Paulo: Moderna. (2013).

SILVA, Silas Veloso de Paula; NARA, Isabella Costa Alves; BARRETO, Fernanda Gueiros Vidal. “Ideologia De Gênero” E Escola Sem Partido: Desafios Do Ensino Da Sociologia Na Política Brasileira A Partir Dos Embates Hegemônicos Em Torno Da Educação. In: *Revista Diversidade e Educação*, v. 8, n. 1, p. 70-95, (2020).

SILVA, Tomaz Tadeu da. O adeus às metanarrativas educacionais. VII ENDIPE, jun. 1994. *Anais*. Goiânia, (1994). Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/97248076/O-Adeus-as-Metanarrativas-Educacionais>> Acesso em: 14 jun. 2014.

TIBURI, Márcia. Máquina de produzir fascistas - a origem a transmissão do ódio. In: *Como conversar com um fascista: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, (2016).

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. O ensino médio no Brasil: uma história de suas finalidades, modelos e a sua atual reforma. In: *Golpes na história e na escola: O Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI*. MACHADO, André Roberto de A.; TOLEDO, Maria Rita de Almeida : Cortez: ANPUH SP, (2017).

TOMAZI, Nelson Dacio. *Sociologia para o ensino médio*. 3ª edição. São Paulo: Saraiva. (2013).

VINUTO, Juliana. A Amostragem em Bola de Neve na Pesquisa Qualitativa: um debate em aberto. In: *Revista Temáticas*, 203-220, (2014).

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. O Corpo Educado. Pedagogia da Sexualidade. Autêntica, p. 35-82. (2000)

Filmografia:

DEMOCRACIA em Vertigem. Direção de Petra Costa. Netflix, Brasil, documentário, 121 minutos, 2019.

O PROCESSO. Direção de Maria Augusta Ramos. Vitrine Filmes, Brasil-Alemanha, documentário, 137min, 2018.

Podcast:

Larvas Incendiadas #24. Sonia Corrêa & Marco Prado – Retratos da cruzada antigênero parte 2 [Locução de]: Thiago Coacci e Regina Fachinni. Local: Larvas Incendiadas. 10 de outubro de 2019. Podcast. Disponível em: <https://desaprender.com.br/podcast/larvas-incendiadas-24-sonia-correa-marco-prado-retratos-da-cruzada-antigenero-parte-2/>. Acesso em: 30 de janeiro de 2020.

Viracasacas #134 – Isabela Kalil. As faces do bolsonarismo. [Locução/apresentação de Gabriel Divan e Carlos “Carapanã”]: Local: Larvas Incendiadas. 17 de outubro de 2019. Podcast. Disponível em: <https://viracasacas.com/2019/10/17/134-as-faces-do-bolsonarismo-com-isabela-kalil/> Acesso em: 16 de fevereiro de 2021.

ANEXOS

Roteiro de entrevista semiestruturado

- 1) Nome:
- 2) Idade:
- 3) Formação acadêmica:
- 4) Escola onde trabalha? (Pública – de qual rede, privada...) turnos, carga horária, disciplinas que ministra, quantas turmas/turnos/escolas... e outras experiências profissionais
- 5) Há quanto tempo atua como professo/a? E nessa (s) escolas em específico?
- 6) Características gerais da escola: bairro, tipo de escola, perfil socioeconômico dos estudantes, perfis etários, etnia/raça, se moram perto ou não, pertencimento religioso...
- 7) Como define a sua relação com os alunos? (Na escola, nas redes sociais...)
- 8) Como define a relação com os colegas, direção, comunidade escolar?
- 9) Tem outros colegas professores de sociologia na escola onde trabalha? Se sim, costuma conversar com ele? Costuma trocar ideias com outros professores de sociologia, de outras escolas? Do município/rede de ensino, ex-colegas...
- 10) Como organiza o currículo e a sequência didática da sociologia? Qual conteúdo para que anos? Já existia um plano pedagógico, sequência didática prévia ou foi elaborada por você (ou um grupo de professores)?
- 11) Quais são as principais dificuldades que você encontra em sua prática profissional? Na sua sala de aula? Na profissão?
- 12) Dentre os temas, conceitos e teorias abordados, quais são os assuntos considerados mais difíceis de serem trabalhados na aula de sociologia e/ou na escola, de forma geral? (Os temas sensíveis) e por quê?
- 13) E mesmo assim você os aborda? Se sim, eles são sugeridos por você, pela escola? Ou são demandas dos estudantes? Exemplos de atividades realizadas, experiências para serem compartilhadas...
- 14) Que materiais didáticos e de apoio pedagógico você utiliza em suas aulas (livros didáticos, apostilas, slides, textos, poesias, música, filme, memes....).

15) Como você acha que a disciplina (sociologia) é vista pelos estudantes? E pelos colegas/equipe diretiva? E pela comunidade escolar?

16) Já sofreu alguma censura? Perseguição? Autocensura? Por parte de quem? Teve algum receio de trabalhar algum tema? Ou conhece algum colega que sofreu? Quem?

17) Trabalha com questões de gênero e sexualidade? Se sim, quais, por que e de que forma? Com quais perspectivas teóricas?

18) Teve alguma formação acadêmica ou política específica nessa área temática? Disciplina na graduação, curso livre, especialização...

19) Tem percebido alguma diferença de clima na escola nos últimos anos? A partir da emergência de projetos como o Escola sem Partido? E de discursos como o da “ideologia de gênero”? Isso aparece na escola e na sala de aula? Se sim, de que forma? Percebe uma ascensão do neoconservadorismo? Mudança de perfil nos alunos? Nos colegas? Na comunidade escolar como um todo?

20) As eleições de 2018 modificaram o cenário escolar? De que forma?

21) Teve alguma questão, tema, assunto que você acredite ser importante, que queira falar e que não foi perguntado?

Observações: Nem sempre essa ordem foi seguida, pois muitas vezes durante a entrevista o professor adiantou algum tópico ou falou de algum tema que seria perguntado mais adiante no roteiro, como explicado ao longo da tese, além disso, se surgisse algum outro assunto pertinente que não estivesse no roteiro, mas que tem relação com a temática e o problema de pesquisa, isso era abordado.

A partir da primeira entrevista, surgiu o assunto as ocupações estudantis nas escolas em 2016, como uma questão importante e que se relacionava as discussões de interesse da tese, depois disso, passei a perguntar sobre o tema: se naquela escola teve ocupação? Se ele trabalhava na época lá, se sim, como foi? (Relação entre a direção, grupo de professores e os estudantes da ocupação- quem participou? Relação com os grupos contrários (quem eram? Perfil?), quem liderava? Como foi a atuação do grêmio estudantil (nas escolas que tem), tipos de atividades que ocorreram durante esse período, efeitos posteriores...).